

CÍNTIA MOURA MENDONÇA

**(RE) PENSANDO A PARTICIPAÇÃO E O SEU PAPEL NA DEMOCRACIA À LUZ DO
PRAGMATISMO:
UM ESTUDO JUNTO AO FÓRUM DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE FLORIANÓPOLIS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração, na Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Carolina Martinez Andion

**FLORIANÓPOLIS, SC
2019**

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do ESAG/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Mendonça, Cíntia

(Re) Pensando a Participação e o seu Papel na Democracia à
Luz do Pragmatismo : Um Estudo junto ao Fórum de Políticas
Públicas de Florianópolis / Cíntia Mendonça. -- 2019.
241 p.

Orientador: Maria Carolina Martinez Andion

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas -
ESAG, Programa de Pós-Graduação em Administração,
Florianópolis, 2019.

1. Experimentação Democrática. 2. Participação. 3. Políticas
Públicas. 4. Democracia. 5. Fórum de Políticas Públicas de
Florianópolis. I. Martinez Andion, Maria Carolina. II. Universidade
do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Administração e
Socioeconômicas - ESAG, Programa de Pós-Graduação em
Administração. III. Título.

CÍNTIA MOURA MENDONÇA

**(RE) PENSANDO A PARTICIPAÇÃO E O SEU PAPEL NA DEMOCRACIA À LUZ DO
PRAGMATISMO:
UM ESTUDO JUNTO AO FÓRUM DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE FLORIANÓPOLIS**

Dissertação submetida ao Mestrado Acadêmico, no Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em Administração.

Banca Examinadora

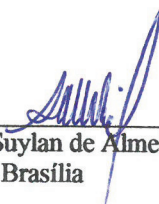
Orientadora:

Professora Dr.^a Maria Carolina Martinez Andion
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:

Professora Dr.^a Paula Chies Schommer
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro Externo:



Professora Dr.^a Suylan de Almeida Midlej e Silva
Universidade de Brasília

Florianópolis, 20 de setembro de 2019

Dedico essa dissertação aos meus pais, meus primeiros professores, Nádia Irene Pamplona de Moura e José Roberto Farias Mendonça.

Ao meu filho Ruan Gustavo Mendonça Miranda e ao meu marido, Rafael Duarte Bessa, meus grandes companheiros de todas as horas.

AGRADECIMENTOS

Sou grata à fonte da vida no universo. Aos meus pais, às minhas irmãs e ao meu filho, por serem a minha base e minha fortaleza e, em especial, ao meu companheiro de vida, Rafael Duarte Bessa, por todo o apoio, amor e compressão com os quais se fez presente durante o processo desta pesquisa. Sem vocês, eu não teria chego até aqui.

Agradecimento especial para três das mulheres incríveis que fizeram a diferença no meu desenvolvimento pessoal, profissional e acadêmico: a amiga e escritora, Rute Coelho, a amiga e administradora, Abgail Maciel e a professora e orientadora, Carolina Andion, grandes incentivadoras que me fizeram acreditar que seria possível realizar este sonho.

Agradeço também aos bolsistas e pesquisadores do Observatório de Inovação Social de Florianópolis (OBISF), em especial, aos colegas Thiago Magalhães, Anderson do Espírito Santo, Fabiana Witt e André Manoel, pelo processo colaborativo de pesquisa.

Agradeço às grandes Professoras Paula Chies Schommer e Suylan de Almeida Midlej e Silva por aceitarem o convite de participar das bancas, contribuindo com o aperfeiçoamento deste estudo. Minha total admiração por vocês.

Assim, manifesto minha gratidão à todas as pessoas que, de alguma forma, me acolheram e contribuíram com a construção deste trabalho. Aos professores e colegas de mestrado com os quais pude aprender e me reencontrar com o pensamento acadêmico, por meio das disciplinas cursadas e vivências compartilhadas, rumo a elaboração de uma pesquisa que fizesse sentido, não só para mim, mas para os envolvidos com a participação, com o Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis e com a construção de democracia.

Ainda agradeço e presto minhas homenagens à todas as pessoas que se dedicaram, se dedicam ou ainda irão se dedicar em arenas públicas como esta do Fórum, por toda a relevância dos espaços que, como este, são verdadeiros laboratórios de experimentação democrática. A cada uma destas pessoas, meu profundo agradecimento, em especial, às minhas grandes parceiras do Fórum, à nossa mestra, Betth Bahia e as guerreiras Eleonora Kaczur, Karine Amorim, Veronici Sutilli, Deysi Fogaça e Luciana Nunes. Vocês são exemplos que inspiram muita gente. Desejo muita força para continuarmos nessa caminhada, afinal, a democracia dá trabalho e não podemos abrir mão dela.

A solução democrática está na democracia radical, um movimento constante de socialização da vida pública, um fortalecimento da condição civil, humanizadora, solidária, do exercício democrático.

Carlos Fuentes

RESUMO

Essa dissertação visou compreender o papel do Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis (FPPF) enquanto espaço de fortalecimento democrático na cidade. O Fórum é um espaço intersetorial de articulação formado por organizações da sociedade civil (OSCs) que atuam nos conselhos de políticas públicas do município. Criado em 2006, graças a mobilização de OSCs ligadas aos campos da assistência social, garantia de direitos da criança e adolescente e da educação, o FPPF se constitui atualmente como importante espaço de governança colaborativa no município. Diante disso, esta dissertação buscou compreender o FPPF enquanto lócus de “experimentação democrática” para entender os processos de participação e de aprendizagem coletiva produzidos e sua incidência junto as políticas públicas no município. Para tanto, o enfoque teórico analítico utilizado tem por base os trabalhos de John Dewey e de autores pragmatistas contemporâneos que estudam ação coletiva da sociedade civil (ALEXANDRE, 2018). Especialmente nos embasamos nas correntes da sociologia dos problemas públicos e da sociologia das transformações (CEFAÏ, 2002, 2017a e 2017b; CEFAÏ e TERZI, 2012; CHATEAURAYNAUD, 2011a e 2011b, 2012, 2018; CHATEAURAYNAUD e DEBAZ, 2017), fazendo um diálogo com estudos sobre a temática da experimentação democrática (FUNG e ARCHON, 2003; DRYZEK, 2004; BOHMAN, 2012; FUNG, 2006; ALLEN, 2012; ANSELL, 2012) no campo da ciência política administração pública. Os objetivos específicos do estudo foram: a) retratar a rede que forma o FPPF, buscando compreender a sua configuração, seus participantes e caracterizar as formas de participação; b) descrever e analisar a trajetória do FPPF, reconstituindo a sua história e buscando analisar o processo de investigação pública gerado a partir da análise das cenas públicas, das aprendizagens e dos desdobramentos, desde a sua origem até os dias atuais; c) compreender as consequências da atuação do FPPF junto as Políticas Públicas do município, seus alcances e limites. A metodologia utilizada foi a autoetnografia, uma vez que a pesquisadora atuou como coordenadora deste FPPF, antes e durante todo o processo de pesquisa, incluindo também amplo levantamento documental, aplicação de questionários, entrevistas semi-estruturadas e realização de grupo focal. As contribuições do trabalho são de ordem científica e prática. Do ponto de vista científico o trabalho pretendeu avançar na discussão sobre os desafios da experimentação democrática e da participação no âmbito das políticas públicas no município. Já em termos práticos, o trabalho reconstituiu o histórico do FPPF e sua experiência, gerando reflexões e aprendizagens junto e com os atores que dele fazem parte, o que também pode inspirar outras experiências no Brasil no mesmo formato. Além disso, o trabalho buscou levantar pistas para novos estudos e novas agendas de pesquisa no campo da participação democrática, tema de grande relevância no contexto brasileiro atual.

Palavras-Chave: Experimentação Democrática. Participação. Políticas Públicas. Democracia. Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis.

ABSTRACT

This dissertation aimed to understand the role of the Florianópolis Public Policy Forum (FPPF) as a space for democratic strengthening in the city. The Forum is an intersectoral space for articulation formed by civil society organizations (CSOs) that act on the councils of public policies of the municipality. Created in 2006, thanks to the mobilization of CSOs linked to the fields of social assistance, guaranteeing the rights of children and adolescents and education, the FPPF is currently an important space for collaborative governance in the municipality. Given this, this dissertation sought to understand the FPPF as a locus of "democratic experimentation" to understand the processes of participation and collective learning produced and its impact on public policies in the municipality. Therefore, the analytical theoretical approach used is based on the works of John Dewey and contemporary pragmatist authors who study collective action of civil society (ALEXANDRE, 2018). Especially we are based on the sociology of public problems and sociology of transformations (CEFAI, 2002, 2017a and 2017b; CEFAI and TERZI, 2012; CHATEAURAYNAUD, 2011a and 2011b, 2012, 2018; CHATEAURAYNAUD and DEBAZ, 2017), making a dialogue with studies on the theme of democratic experimentation (FUNG and ARCHON, 2003; DRYZEK, 2004; BOHMAN, 2012; FUNG, 2006; ALLEN, 2012; ANSELL, 2012) in the field of political science public administration. The specific objectives of the study were: a) retrace the network that forms the FPPF, seeking to understand its configuration, its participants and characterize the forms of participation; b) describe and analyze the trajectory of the FPPF, reconstituting its history and seeking to analyze the process of public investigation generated from the analysis of public scenes, learning and developments, from its origin to the present day; c) understand the consequences of the FPPF's action with the public policies of the municipality, their scope and limits. The methodology used was self-ethnography, since the researcher acted as coordinator of this FPPF, before and during the entire research process, including also extensive documentary survey, questionnaires, semi-structured interviews and focus group. The contributions of the work are scientific and practical. From the scientific point of view the work intended to advance in the discussion about the challenges of democratic experimentation and participation in the scope of public policies in the municipality. In practical terms, the work reconstituted the history of the FPPF and its experience, generating reflections and learning together with the actors that are part of it, which can also inspire other experiences in Brazil in the same format. In addition, the work sought to raise clues for new studies and new research agendas in the field of democratic participation, a topic of great relevance in the current Brazilian context.

Keyword: Democratic Experimentation. Participation. Public Policy. Democracy. Florianópolis Public Policy Forum.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gradiente da Crítica	57
Figura 2 - Assembleia Extraordinária do FPPF: Redução de recursos destinados à política de Assistência Social, em março de 2017, no município de Florianópolis.	75
Figura 3 - Imagem do Grupo Focal	83
Figura 4 - Imagem da entrevista realizada com Beth Bahia, julho de 2019.....	84
Figura 5 - Rede de organizações que formam o FPPF	93
Figura 6 - Cenário e acontecimentos no FPPF de 2001 a 2005.....	125
Figura 7 - Ilustração do debate e da ação pública do FPPF na Cena 1: 2001-2005	136
Figura 8 - Cenário e acontecimentos no FPPF de 2006-2010	137
Figura 9 - Logo relatorias do FPPF em 2009	140
Figura 10 - Ilustração do debate e da ação pública do FPPF na Cena 2 - 2006-2010	148
Figura 11 - Cenário e acontecimentos no FPPF de 2011 a 2016.....	151
Figura 12 - Logo do FPPF cena 3: 2011 a 2016.....	155
Figura 13 - Ilustração do debate e da ação pública do FPPF na Cena 3 – 2011 a 2016.....	160
Figura 14 - Cenário e acontecimentos no FPPF cena 4: 2017.....	164
Figura 15 - Cenário e acontecimentos no FPPF cena 4: 2018.....	165
Figura 16 - Carta compromisso assinada pelo candidato à prefeitura Gean Loureiro em 2016..	167
Figura 17 – Mobilização do Fórum em 2017 sobre Decreto nº 17.361 de 2017.....	167
Figura 18 - Proposta de política participativa para Florianópolis	171
Figura 19 - Anúncio de corte de 50% de recursos públicos investidos na política de assistência social em 2017	172
Figura 20 – Logo atual do FPPF.....	175
Figura 21 – Debate e ação pública do FPPF na cena 4 - 2017 e 2018	181

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resultado da revisão sistemática da produção científica sobre participação, democracia e municípios continua.....	29
Quadro 2 – Resultado da revisão sistemática sobre o Fóruns e Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis.....	33
Quadro 3 - Resultado da revisão sistemática sobre o Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis continua... ..	34
Quadro 4 - As três dimensões do Cubo da Democracia.....	59
Quadro 5 – Síntese das categorias teórico-analíticas de estudo continua.....	61
Quadro 6 - Matriz epistemo metodológica	68
Quadro 7: Relatório de atividades da pesquisadora junto ao FPPF continua... ..	69
Quadro 8 - Síntese dos procedimentos metodológicos.....	74
Quadro 9 - Levantamento documental do FPPF: Tipos e Fontes	77
Quadro 10 - Levantamento de dados por grupo de análise	78
Quadro 11 - Categorias de organizações que formam a rede do FPPF por frequência de participação nas suas Assembleias Ordinárias: 2016, 2017 e 2018.....	79
Quadro 12 - Relação de documentos analisados para compor a trajetória do FPPF	81
Quadro 13 - Participantes do grupo focal realizado no dia 28 de maio de 2019.....	82
Quadro 14 - Síntese do desenho da pesquisa.....	85
Quadro 15 - Legenda da rede do FPPF.....	92
Quadro 16 - Lista de organizações que compõem a rede que forma o FPPF continua... ..	94
Quadro 17 - Características das 33 OSCs observadas que integram a rede do FPPF continua... ..	101
Quadro 18 - Síntese dos atores de suporte, tecnologias e metodologias utilizadas pelas OSCs que formam o FPPF.....	110
Quadro 19 - Questões e respostas sobre a participação no FPPF	115
Quadro 20 – Lista de representações que organizaram o encontro do Fórum Integrado (2004).	130
Quadro 21- Lista dos presentes no Encontro da Sociedade Civil - Integrando Lutas (2004) continua... ..	130
Quadro 22 - Legenda para leitura das Figuras (7, 10, 13 e 21) dos debates e ações públicas das cenas da trajetória do FPPF	134
Quadro 23 - Representações que compuseram o colegiado do FPPF 2006-2010	143
Quadro 24 - Representações que compuseram o FPPF na cena 2 (2006 a 2010) Continua.....	143
Quadro 25 - Composição dos colegiados do FPPF na cena 3 - 2011 a 2016	155
Quadro 26 - Composição colegiado do FPPF Cena 4: 2017 e 2018	175

LISTA DE BOXES

Box 1 - Participantes do FPPF previstos no seu Regimento Interno.....	90
Box 2 - Funções do colegiado do FPPF definidas no seu regimento interno continua... ..	99
Box 3 - Síntese sobre as principais mudanças trazidas com o SUAS continua.....	126
Box 4 - Síntese consolidação do ECA.....	127
Box 5 - Resolução do CMDCA que atrela a participação no FPPF com o FIA.....	141
Box 6- Obrigatoriedade de no mínimo 10% da receita do município de Florianópolis ser destinada para a política de assistência social	161

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
AS	Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMDPD	Conselho Municipal dos Direitos das Pessoa Com Deficiência
CME	Conselho Municipal de Educação
CMF	Câmara Municipal de Florianópolis
CMI	Conselho Municipal do Idoso
CMPC	Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis
CMS	Conselho Municipal De Saúde
COMDIM	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
COMPIR	Conselho Municipal De Promoção Da Igualdade Racial
COMSEAS	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
Sustentável	
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRESS/SC	Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina
CT	Conselho Tutelar
DCA	Direitos da Criança e do Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EIS	Ecossistema de Inovação Social
ESAG	Escola Superior de Administração e Gerência
FIA	Fundo da Criança e do Adolescente
FINAF	Fórum das Instituições de Acolhimento de Florianópolis
FPPF	Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis
LEDs	Laboratório de Educação para Sustentabilidade e Inovação Social
MNMMR	Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua
MP	Ministério Público do Estado de Santa Catarina

MROSC	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
NESSOP	Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular
NISP	Núcleo De Inovações Sociais Na Esfera Pública
NPMS	Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais
OBISF	Observatório De Inovação Social De Florianópolis
ONG	Organização Não Governamental
OSCs	Organizações Da Sociedade Civil
PMF	Prefeitura Municipal De Florianópolis
PPs	Políticas Públicas
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEMAS	Secretaria Municipal De Assistência Social
SGDCA	Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente
SINPSI/SC	Sindicatos dos Psicólogos De Santa Catarina
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCE	Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E TEMA.....	17
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO.....	19
1.3 OBJETIVOS	26
1.4 JUSTIFICATIVAS E RELEVÂNCIA DO TEMA	26
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO	38
2 ESTADO, SOCIEDADE CIVIL, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS	40
2.1 DO ESTADO COMO GOVERNO AO ESTADO DEMOCRÁTICO	40
2.2 DO GOVERNO À GOVERNANÇA: QUAL O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL?	45
2.3 SOCIEDADE CIVIL, POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA	49
2.4 EXPERIMENTAÇÃO DEMOCRÁTICA: QUAIS AS CONTRIBUIÇÕES DO PRAGMATISMO PARA ENTENDER A AÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NAS ARENAS PÚBLICAS?.....	51
3. EPISTEMOLOGIA E CAMINHO METOLÓGICO DO ESTUDO	64
3.1 PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS	64
3.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA	66
3.3 DESENHO DA PESQUISA E TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS	68
3.3.1 A construção do enfoque teórico analítico e o acesso ao campo	75
3.3.2 Desenho e análise da rede de atores que forma o FPPF e suas formas de participação	78
3.3.3 Descrição e análise da trajetória do FPPF.....	80
3.3.4 A análise da atuação do FPPF junto as políticas públicas, seus alcances e limites.....	84
3.4 LIMITES E DESAFIOS DA PESQUISA	85
4. A CONFIGURAÇÃO DO FPPF, SUA REDE E FORMAS DE PARTICIPAÇÃO	90
4.1 RECONSTITUIÇÃO DA REDE QUE FORMA O FPPF.....	91
4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS OSCS QUE FORMAM A REDE DO FPPF	100
4.2.1 Um olhar mais atento para as protagonistas atuais	111
4.3 COMO SE DÁ A PARTICIPAÇÃO NO FPPF.....	114
4.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	119
4.4.1 Quem participa ou quem deixa de participar do FPPF?	119
4.4.2 Como se caracteriza essa rede de OSCs que forma o Fórum?.....	120
4.4.3 Quem compõe o grupo das protagonistas atuais?	121
4.4.4 Quais formas de participação predominam?	122
5. TRAJETÓRIA DO FÓRUM DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE FLORIANÓPOLIS: CO-CONSTRUÇÃO COLETIVA DE UM ESPAÇO PÚBLICO.....	124

5.1 CENA 1 - DO DISTÚRPIO À NECESSIDADE DE CRIAR O FPPF: A EMERGÊNCIA DO PROBLEMA PÚBLICO	125
5.2 CENA 2 - NASCIMENTO DO FPPF PARA O PÚBLICO E INSERÇÃO COMUNITÁRIA	137
5.3 CENA 3 - CONSOLIDAÇÃO INSTITUCIONAL DO FPPF E SEUS DESAFIOS	151
5.4 CENA 4 – RESISTÊNCIA E DESMOBILIZAÇÃO	164
5.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	182
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O FPPF E SUA INCIDÊNCIA JUNTO AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS.....	184
REFERÊNCIAS.....	190
APÊNDICES	198
Apêndice A - As 54 Organizações categorizadas segundo critério de participação por frequência no FPPF (2016, 2017 e 2018): Lista completa continua... ..	198
Apêndice B – Organizações Satélites continua.....	202
Apêndice C – Roteiro entrevistas semi-estruturadas	206
Apêndice D – Planilha com o levantamento das cena 1 para validação no Grupo Focal do dia 28 de maio de 2019.....	207
Apêndice E– Planilha com o levantamento das cena 2 para validação no Grupo Focal do dia 28 de maio de 2019.....	208
Apêndice F– Planilha com o levantamento das cena 3 para validação no Grupo Focal do dia 28 de maio de 2019 continua... ..	209
Apêndice G– Planilha com o levantamento das cena 4 para validação no Grupo Focal do dia 28 de maio de 2019.....	211
Apêndice H – Antecedentes do FPPF.....	212
ANEXOS.....	213
Anexo A – Questionário OBISF.....	213
Anexo B – Questionário sobre Participação no Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis (FPPF).221	
Anexo C – 1ª Carta de Princípios do Fórum Municipal de Políticas Públicas de Florianópolis 2007...225	
Anexo D – Apresentação do Diagnóstico dos Conselhos de Políticas Públicas de Florianópolis na Assembleia Popular em 2018.....	231

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado foi desenvolvida no programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), na linha de pesquisa da Administração Pública e Sociedade que inclui estudos sobre a articulação dos diferentes atores para a coprodução do bem público. Está vinculada às linhas “redes, empreendedorismo e inovação social na esfera pública” e “sociedade civil e ação pública, economia social e solidária e desenvolvimento territorial sustentável” junto ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Inovações Sociais na Esfera Pública (NISP), sob a orientação da Professora Maria Carolina Martinez Andion.

Esta introdução apresenta o quadro geral da dissertação tratando inicialmente da contextualização, inclusive da sua inserção no grupo de pesquisa NISP e na plataforma de pesquisa do Observatório de Inovação Social de Florianópolis (OBISF), seguida da problematização e da questão de pesquisa, dos objetivos e das justificativas que norteiam este estudo. Por fim, apresenta-se a estrutura desta pesquisa.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E TEMA

No âmbito do NISP, este estudo integra uma pesquisa mais ampla que iniciou em 2016 em parceria com o núcleo de pesquisa STRATEGOS, resultando em 2017, no lançamento do Observatório de Inovação Social de Florianópolis (OBISF) e no laboratório de Educação para Sustentabilidade e Inovação Social (LEDS) (ANDION, ALPERSTEDT e GRAEFF, 2019a e 2019b).

Segundo Alperstedt e Andion (2017, p.627), estas iniciativas, que integram pesquisa, ensino e extensão, seguem as perspectivas dos sociólogos pragmatistas que a partir do século XX vieram contribuir com o debate sobre a desnaturalização da ciência buscando “religar a produção de conhecimento e os processos de construção social”, com o objetivo de aproximação do campo do saber científico com os problemas públicos enfrentados pela sociedade. Nesse sentido, as autoras argumentam que os objetos de investigação passam a emergir de situações problemáticas, nas qual o conhecimento é co-construído com os atores envolvidos. A centralidade está em refletir sobre os impactos da ciência, o que dialoga com a lógica da Administração que se trata de “uma ciência essencial ao processo de instituir realidades” ultrapassando os limites do olhar organizacional para

o universo das ações coletivas (ALPERSTEDT; ANDION, 2017, p.628). Portanto, a proposta é de realizar pesquisas que façam sentido e que permitam o acompanhamento no espaço e no tempo das dinâmicas da cidade.

Com isso, o OBISF, plataforma onde se insere este estudo, tem como objetivo mapear a rede que compõe o Ecossistema de Inovação Social (EIS) de Florianópolis, incluindo atores de suporte e iniciativas de inovação social, buscando compreender sua atuação, suas interações e efeitos em relação aos problemas públicos da cidade (OBISF, 2018). O OBISF se materializa na plataforma online¹, colaborativa e aberta, de livre acesso para os pesquisadores e público em geral, que busca evidenciar as relações entre processos de “investigação pública” e o fortalecimento da cultura democrática, por meio do acompanhamento, da promoção, divulgação das práticas de inovação social no âmbito do município (ANDION et al, 2017).

Nessa perspectiva, o presente estudo pretende agregar a este esforço mais amplo, por meio da pesquisa junto a rede que compõe o Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis (FPPF), instância de articulação, organização, mobilização e fortalecimento da sociedade civil organizada de Florianópolis. O FPPF foi criado no ano de 2006, a partir da mobilização de OSCs que atuavam junto às políticas públicas de garantia de direitos da criança e do adolescente, da assistência social e da educação. O Fórum surge a partir de três principais desafios: garantir o funcionamento dos conselhos municipais; promover a intersetorialidade das políticas, já que eram os mesmos atores envolvidos em diferentes espaços de participação (Conselhos e Fóruns) e possibilitar a ampliação dos debates e de ações efetivas de implementação das políticas públicas (FPPF, 2004).

Nesse sentido, o trabalho aqui em tela se soma a outros que já vem sendo desenvolvidos no âmbito no NISP com vistas a compreender a incidência da sociedade civil na ação pública e nas políticas públicas, com inspiração no pragmatismo e na sociologia pragmática, tais como Moraes (2014); Serafim (2014); Gonsalves (2015); Andion et al (2017); Andion, Moraes e Gonsalves (2017); Moraes, Andion e Pinho (2017); Moraes e Andion (2018) e Gonsalves e Andion (2018).

¹ Para acessar a plataforma ver www.observafloripa.com.br

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

No Brasil, o processo de participação da sociedade civil junto às políticas e às esferas públicas – materializada, entre outros, pela sua influência nos processos decisórios junto ao Estado - não se dá de forma linear, mas sim contraditória e fragmentada, permeada por avanços e retrocessos (DAGNINO, 2002). Essas relações entre sociedade civil e Estado – enquanto meio de fortalecimento da democracia em suas diferentes formas – desperta interesse entre estudiosos a partir da década de 1980, com a redemocratização, o que resultou em uma série de estudos sobre Estado, Sociedade Civil, Participação e Democracia (DAGNINO, 2002 e 2004; AVRITZER, 2002; NOGUEIRA, 2005)

A visão sobre participação, sociedade civil e Estado é diretamente influenciada pelos diferentes regimes de governança. Cada regime implica no modo como o governo entende o papel da sociedade civil e define o modo como mantém ou não relação com a mesma. No Brasil, autores como Landim (2002), Dagnino (2002) e Andion e Serva (2004) analisam que essa relação foi em grande parte permeada por contradições e o papel da sociedade civil como sujeito de política só vai se afirmar mais recentemente. Como destacam os referidos autores, um amplo período da nossa história que vai do Brasil Colônia à República Velha (início da colonização até a década de 1930), antecede à formação da sociedade civil no país enquanto ator político, no qual a administração pública era marcada por um modelo patrimonialista, relacionado a um regime oligárquico, que dava pouca atenção para as políticas sociais e entregava às igrejas o papel de apoio para atender os pobres e excluídos. Portanto, durante muito tempo a noção de “sociedade civil” estava relacionada à “prática da caridade” e da “filantropia” e os cidadãos eram vistos como beneficiários da caridade da Igreja e não como pessoas portadoras de direitos. A partir da década de 1920, condições históricas proporcionaram a queda deste regime, período que contou com o início das mobilizações sociais, como por exemplo, a greve geral, a criação do anarco-sindicalismo e do partido comunista, que se constituíram como força que deu origem à política de “oposição” ou “anti-estatal”, onde a sociedade civil surgia na esfera política em oposição ao regime vigente (ANDION; SERVA, 2004).

Segundo os autores citados, no período de 1930 a 1959, que inclui a “Era Vargas”, emerge uma visão de Estado enquanto definidor de políticas públicas, formando bases institucionais para o estabelecimento da democracia “fordista. Este modelo de governança deu origem a mudanças significativas, como por exemplo a instituição dos direitos trabalhistas e do ensino público. Foi um

período que proporcionou a organização dos trabalhadores por meio da fundação dos principais sindicatos, federações e confederações e o fortalecimento dos movimentos sociais tradicionais, gerando uma força contestadora importante ao governo autoritário, mas populista de Vargas. Foi um momento marcado também pela criação de grandes estruturas paraestatais, tais como: Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e a Legião Brasileira de Assistência (LBA), com o papel de mediadoras entre Estado e Sociedade. Portanto, a participação da sociedade civil era vista pelo Estado como seu braço na execução de políticas sociais a partir de uma concepção clientelista e filantrópica, na qual as Igrejas mantiveram seu papel na assistência social e contava-se agora com a “solidariedade” do Estado no atendimento assistencialista aos pobres e excluídos (ANDION e SERVA, 2004).

Este período foi marcado, no campo das relações socioestatais e da profissionalização do serviço social, a partir da criação dos primeiros dispositivos para a sua institucionalização, tais como: Decreto Lei nº 525 de 1938 define que serviço social tem o objetivo de “diminuir ou suprimir as deficiências ou os sofrimentos causados pela pobreza ou pela miséria.”. Nessa época ocorre a criação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e Lei nº 3071 de 1935 de Utilidade Pública Federal e a Lei nº 3577 de 1959 que isenta as organizações de tributação desde que tenha ausência de caráter mercantil.

De acordo com Andion e Serva (2004), o Brasil volta a ter o modelo de Estado autoritário com a instauração do regime militar (de 1964 a 1985), passando a centralizar a gestão social, como por exemplo, o caso do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), ao mesmo tempo em que esse regime passa a considerar as iniciativas não estatais como clandestinas. Paradoxalmente, foi um período em que começaram a surgir novos movimentos para além do tradicional de contestação política como resposta ao Estado de exceção, ampliando a atuação da sociedade civil na esfera pública. Esta época também foi marcada pelo surgimento de inúmeras organizações não governamentais (ONGs) e de associações de moradores e o surgimento do chamado “Novos Movimentos Sociais” (NMS). Assim, passou-se a construir uma identidade territorial e a estimular o exercício da cidadania por meio das inúmeras e diversificadas iniciativas em defesa de direitos e dos povos oprimidos, tais como povos indígenas, negros, mulheres, idosos, infância e juventude. Houve ainda o surgimento de grupos com atuação na defesa do meio ambiente, fato que marcou o campo ambientalista no país. Diante disso, as OSCs passaram a ocupar um papel importante na

retomada da ação política e da participação da sociedade civil organizada como uma alternativa de fortalecimento no processo deliberativo junto ao Estado.

Após um período de 21 anos, em 1985, desfaz-se o regime militar e as instituições democráticas voltam a prevalecer. De acordo com Vilela (2005), em um ambiente extremamente favorável à participação popular, o regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte, garantiu o direito à sociedade civil de participar ativamente do processo de discussão e elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CF/88, que trouxe legitimidade ao processo democrático de participação já no seu artigo 1º, parágrafo único. “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” (BRASIL, 1988), demarcando assim, os direitos do cidadão junto aos Órgãos Públicos de:

peticionar junto aos Poderes Públicos para a defesa de seus direitos (Art. 5º - XXXIV), obter certidões em repartições públicas (Art. 5º - XXXV), fiscalizar as contas municipais (Art. 31º, § 3º), denunciar irregularidades ou ilegalidades (Art. 74º, § 2º), participar dos conselhos de gestão de saúde (Art. 198º - III), assistência social (Art. 204º - II), e educação (Art. 206º - VI), cooperar por meio de associações no planejamento municipal (Art. 29º - XII), receber informações das autoridades (Art. 5º - XXXIII), promover ações judiciais e representações (Art. 5º - LXXIII). Da mesma forma o Decreto-lei n.º 201/67 autoriza o cidadão à denúncia do prefeito e a Lei de Responsabilidade Fiscal n.º 101 de 2000 (Art. 48º e Art. 49º) assegura à população o acesso à prestação de contas, aos planos e diretrizes orçamentárias e demais instrumentos de transparência vinculados à gestão fiscal. (MADRIGAL, 2015).

Conhecida como Constituição Cidadã, a CF/88 – como uma consequência desse processo de mobilização promovido pelos movimentos sociais que participaram do processo da Constituinte - adotou o princípio da participação popular na elaboração e formulação de políticas públicas, mais especificamente, nos artigos 198, 204 e 206 que deram origem a institucionalização de conselhos de políticas públicas, também conhecidos como conselhos gestores, no âmbito da saúde, assistência social e educação nos três níveis de governo. Os conselhos surgem para fortalecer o controle social, a partir da municipalização e da institucionalização de mecanismos de interação da sociedade civil organizada com o Estado. A criação destes Conselhos, em alguns setores, se torna inclusive condição para repasse de recursos públicos do governo federal e estadual para os municípios, cabendo-lhes atuar, de modo geral, na fiscalização dos gastos e no controle social. Para regulamentar as normas pertinentes à gestão democrática das políticas públicas prevista na

Constituição, leis ordinárias foram editadas nos âmbito Federal do Distrito Federal, Estados e Municípios (VILELA, 2005; MADRIGAL, 2015).

Como destacam Dagnino (2002) e Andion e Serva (2004), os impactos da redemocratização, a partir da década de 1990, foram substanciais na esfera da sociedade civil, promovendo o crescimento significativo da participação e de sua institucionalização. Nesse período emergem duas tendências ou movimentos concomitantes: (1) uma **tendência gerencial** que se deu a partir de uma lógica de reestruturação Estatal com enfoque no Projeto Neoliberal do “Estado Mínimo” e a ampliação do “espaço público não governamental” criando dispositivos de regulação, tais como a Certificação de Organização Social (OS), através da Lei Federal nº 9.637 de 1998 e a Certificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), por meio da Lei nº 9790 de 1999; (2) uma **tendência participativa**: que se estabeleceu como desdobramento aos dispositivos colocados pela CF/88 como os conselhos de políticas públicas, as audiências públicas, os plebiscitos, os direitos difusos entre outros. Dagnino (2002) denomina esses dois movimentos citados, de “confluência perversa”, por apontar para duas direções opostas e até antagônicas, apesar de que ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva.

Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 à 2010), essa tendência participativa se ampliou, diante de uma série de avanços no sentido de fortalecer a gestão participativa das políticas públicas, apesar das contradições conciliatórias e da ausência de um projeto centralizado de institucionalização das políticas participativas (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). De qualquer modo, há uma efetiva presença do governo nos espaços e a criação da Secretaria Nacional de Articulação Social demonstram disposição em gerir as políticas públicas de maneira mais democrática (FARIA, 2010).

Em seguida, elege-se Dilma Rousseff, a primeira “Presidenta” do Brasil, que governou o país de janeiro de 2011 à 31 de agosto de 2016, quando teve seu mandato interrompido por uma polêmica ação de *impeachment*. Seu governo manteve esforços para fortalecer espaços participativos, mas sem as negociações rotineiras, comuns no governo anterior (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). Além disso, segundo Almeida (2017), houve uma tentativa de gerar uma maior legitimidade e segurança jurídica por meio da criação da Política Nacional de Participação Social (PNPS), que visava a instituição de política pública brasileira, juntamente com o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS), pelo Decreto nº 8.243 de 2014, com o objetivo declarado de “fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a

atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil”(BRASIL, 2014). Houve ainda o estabelecimento - por meio da Lei nº 13.019 de 2014 - do novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), resultado da mobilização de organizações da sociedade civil com abrangência nacional que visavam uma maior segurança jurídica e a garantia de uma relação de “parceria” entre as organizações que recebem recursos públicos para a realização de serviços de utilidade pública. Porém, tais avanços pouco se efetivaram na prática, devido à crise política e econômica que culminou com o *impeachment* e início do governo de Michel Temer, marcado pelo aprofundamento da agenda neoliberal e das políticas de austeridade. Dentre elas destacam-se as medidas de congelamento do orçamento para as políticas públicas pelo período de 20 anos, ultrapassando até a “tendência gerencial”, fato que causa grande preocupação entre os atores que participam dos processos de controle social nas suas diversas instâncias.

Somando-se os escândalos de corrupção veiculados nas grandes mídias diariamente, aos últimos fatos citados, pode-se afirmar que todos esses elementos contribuíram por agravar as crises política, institucional e econômica no país, colocando à prova a legitimidade dos três poderes (executivo, parlamentar e jurídico). Na conjuntura atual, predomina uma “polarização” entre as visões de mundo e as posições políticas, tendo como pano de fundo discursos de “pós-política” que contribuem, ao senso comum, com a desmobilização e a despolitização da sociedade e, com isso, promovem a “ultrapolítica²”, a qual reifica relações antagônicas por meio de uma falsa radicalização em nome do poder puro e das posições puras. Isso pode ser visto, por exemplo, quando alguns políticos e seus apoiadores clamam pelo retorno da ditadura militar, homenageiam torturadores e afirmam que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) deveria ser “rasgado” pois interfere na educação dos pais, fatos que ferem a própria trajetória de lutas pela garantia de direitos e da participação no País.

Neste clima de “ultrapolítica”, Jair Bolsonaro é eleito em 2018 e assume como presidente em janeiro de 2019. Como seu primeiro ato de governo, publica a medida provisória nº 870, que dá ao secretário de governo poderes de monitorar e supervisionar as ações de organizações não governamentais (BRASIL, 2019a). Na sequência, publica o decreto nº 9.759 de 2019, que extingue

² “Em vez de apatia, paralisia ou anestesia, a pós-política promove a ação pública como ineficaz em sua *ideologização da realidade*, enquanto a ultrapolítica promove um circuito de confrontos que dão a importância de guerra para batalhas facilmente mediadas pelo status quo.” (FERNANDES, 2019, p. 31). “Ou seja, o antagonismo é despolitizado, e todos os afetos de desamparo e rebeldia provenientes da disputa material são sublimados em afetos manipulados e mais facilmente geridos pelas autoridades durante uma guerra de ódio e medo.” (FERNANDES, 2019, p.257).

e limita os conselhos e colegiados da administração federal (BRASIL, 2019b) e o Decreto nº 9.096 de 2019 que institui o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado (BRASIL, 2019c). Tais medidas, somadas aos discursos de criminalização e deslegitimação da sociedade civil, preocupam quanto aos rumos da participação e da democracia no país, dando sinais que a participação nas políticas públicas e a incidência da sociedade civil na tomada de decisão política tomarão outros rumos neste governo.

A partir desta breve contextualização histórica, pode-se afirmar que a criação de dispositivos institucionais de participação (como as audiências públicas, plebiscitos, conselhos de políticas públicas, etc.) não foram capazes - por si só - de garantir a participação e a execução de políticas públicas construídas neste longo processo de construção democrática, já que, inclusive, alguns destes dispositivos, estão sob o risco de serem extintos. Além disto, outras questões chave se colocam atualmente quando se discute a participação da sociedade civil junto à ação pública que vão além do fato de existir ou não a participação, quer dizer: quem participa, como participa, qual a qualidade e as consequências desta participação? Nesse sentido, a participação da sociedade civil é aqui interpretada não como uma solução em si mesma, quando se trata de reforçar a democracia. É importante que a participação seja problematizada e compreendida enquanto prática, levando em conta seus alcances e limites, sua efetividade prática.

No cenário atual de fragilidade democrática e de necessária resistência, amplia-se a relevância de se (re) discutir a participação e sua importância para a democracia. Todos os desafios levantados nos permitem afirmar que a questão hoje passa não apenas pela existência ou não da participação; mas de qual participação estamos falando. Trata-se de problematizar o fenômeno da participação, sua emergência e suas formas concretas de expressão no município, bem como os dispositivos que a possibilitam levantar pistas para sua afetiva legitimação. Para além de uma visão “romântica” dos processos participativos, trata-se de compreender as condições em que a participação ocorre (ou não) e especialmente os efeitos que ela produz (ou não) para o fortalecimento democrático. Para tanto, será utilizada uma abordagem pragmatista da ação coletiva da sociedade civil. Nesse perspectiva, de análise pragmática da ação coletiva, como afirma Alexandre (2018, p. 110): “A ação coletiva advém da inovação e da experimentação, elementos essenciais de uma dinâmica aberta de inclusão e de incorporação de pontos de vista capazes de promover a transformação.”.

Nesse sentido, a participação é aqui compreendida, como um processo de “experimentação democrática” (FUNG e WRIGHT, 2003; DRYZEK, 2004, BOHMAN, 2012, FUNG 2006, ANSELL, 2012), que pode dar lugar a dinâmicas de identificação, interpretação, responsabilização e ação essenciais para que os diferentes públicos (em diálogo e interação como os governantes) co-constroam soluções para as problemáticas que enfrentam. Trata-se de compreender os processos de “investigação pública” promovidos à partir da experiência da participação.

É nessa perspectiva que será analisada nesta dissertação uma experiência de experimentação democrática que é o Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis (FPPF). O Fórum foi criado no ano de 2006, a partir da iniciativa de um grupo de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e conselheiros representantes da sociedade civil ligadas às políticas de defesa de direitos das crianças e dos adolescentes, da assistência social e da educação infantil que identificaram três principais demandas em comum: (1) garantir o funcionamento dos conselhos municipais em Florianópolis; (2) promover a intersetorialidade das políticas e (3) fortalecer as políticas públicas (PPs), visando promover a ampliação dos debates e de ações efetivas de implementação e controle das mesmas, conforme diretrizes nacionais (FPPF, 2004).

Hoje o FPPF, com 13 anos de existência, é considerado uma instância legítima de articulação, organização, fortalecimento e mobilização da sociedade civil composto por cerca de sessenta representantes de organizações da sociedade civil que atuam com políticas públicas no município. Articula-se com a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) e suas Secretarias, Câmara Municipal de Florianópolis (CMF), Ministério Público de Santa Catarina (MP/SC), Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), Conselhos de Defesa de Direitos e Políticas Públicas, entre outros, com vistas a buscar soluções para os problemas públicos identificados e discutidos em suas assembleias.

Diante do exposto, este estudo tem como problemática **averiguar se a investigação pública promovida pela experimentação democrática do FPPF tem promovido aprendizagem e incidência junto às políticas públicas do município, quais seus alcances e seus limites**. O desenho da pesquisa envolve a reconstituição da trajetória do FPPF (análise diacrônica), a análise da sua composição atual e mapeamento da sua rede (análise sincrônica) e o acompanhamento das experiências, situações de prova enfrentadas e seus desdobramentos, com análise das consequências (análise da experiência). Desse desenho, decorrem os objetivos da pesquisa que são descritos a seguir.

1.3 OBJETIVOS

Partindo do problema de pesquisa apresentado temos como objetivo geral desta dissertação: *Compreender se e como a experimentação democrática promovida pelo Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis promove investigação pública e as suas consequências junto às políticas públicas municipais.*

Com vistas ao alcance do objetivo geral, os seguintes objetivos específicos foram estabelecidos:

- a) **Retraçar e analisar a rede que forma o FPPF**, buscando compreender a sua configuração, seus participantes e formas de participação;
- b) Descrever e analisar a **trajetória do FPPF**, reconstituindo suas cenas públicas e buscando compreender o processo de investigação pública gerado e seus desdobramentos, desde a sua origem até os dias atuais;
- c) Compreender as **consequências da atuação do FPPF junto as Políticas Públicas do município, seus alcances e limites.**

1.4 JUSTIFICATIVAS E RELEVÂNCIA DO TEMA

As justificativas são de três ordens: pessoal, teórica e prática, as quais são detalhadas nessa sessão. No que tange aos **aspectos pessoais**, essa pesquisa se justifica pela imersão da pesquisadora no campo de estudo proposto, já que a mesma iniciou suas atividades de participação política/cidadã em espaços públicos a partir de 2011, motivada, a princípio, por ter iniciado sua atuação profissional no setor financeiro/administrativo na Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social – AEBAS. A AEBAS é uma organização da sociedade civil fundada em 1956, que já possuía na época convênios com as secretarias de educação e assistência social em Florianópolis, bem como com a Secretaria de Educação em Palhoça, visando ofertar serviços de fortalecimento de vínculo e de contraturno escolar à aproximadamente trezentas crianças e adolescentes em quatro áreas de vulnerabilidade social que são: Alto da Caieira do Saco dos Limões, Prainha, Vila Santa Vitória, em Florianópolis, e no Frei Damião na Palhoça. Por conta das parcerias citadas, a pesquisadora se aproximou das referidas Secretarias, das Prefeituras, das

Câmaras e Conselhos Municipais de ambos os municípios (Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA), se inserindo no campo de discussões sobre participação, política pública e parcerias envolvidas.

A aprovação de um novo regime jurídico - como foi citado anteriormente - conhecido como o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), para regulação das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil (OSCs), em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, reacenderam os diálogos a respeito da participação, financiamento público, métodos e procedimentos em âmbito municipal. Isso fez com que a pesquisadora dedicasse parte de seu tempo no estudo sobre os avanços e desafios para as parcerias municipais, por meio das quais, a organização em que atuava recebia 80% da receita para realização de suas atividades. Assim como a AEBAS, outras OSCs estavam com a mesma preocupação, o que impulsionou a criação de um grupo de estudos – junto ao FPPF - sobre esse tema que promoveu inúmeras atividades de formação e mediação com o poder público. Assim, ocorreram várias oportunidades de formação e trocas da pesquisadora que participou ativamente da construção do decreto municipal de Florianópolis. Tais ações, que se uniram com as discussões no FPPF, geraram uma participação mais propositiva da pesquisadora, sendo, a mesma, indicada, no ano de 2016, para assumir o cargo de Coordenação Colegiada, permanecendo até o mês de junho de 2019, completando um período de dois anos e meio à frente da coordenação do FPPF.

A pesquisadora também teve a oportunidade de atuar nos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) e o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA) de Florianópolis e Palhoça, além de participar de outros espaços tais como Capacitação sobre políticas públicas e Desenvolvimento Institucional, de Conferências temáticas, da Frente Parlamentar em defesa da Assistência Social, Audiências Públicas, Sessões Parlamentares, plenárias de outros conselhos como da educação e da cultura, bem como de eventos promovidos ou não pela AEBAS ou pelo FPPF para discussão sobre as políticas públicas municipais frente ao cenário municipal, além de ter participado da fundação do Fórum de Políticas Públicas de São José (FPPSJ).

A partir dessas experiências pessoais, foi possível aprender sobre o fenômeno e despertou o interesse em compartilhar e socializar conhecimentos adquiridos com vistas a fortalecer o campo de participação, o que levou a pesquisadora a ingressar no programa de mestrado acadêmico para

adquirir conhecimentos teóricos que pudessem dialogar com as experiências práticas desse campo e construir conhecimento relevante sobre o FPPF, contribuindo com sistematização das aprendizagens e incidências políticas promovidas, ao longo dos anos, pelo Fórum. Cabe destacar que, como será visto no capítulo 2 sobre o marco teórico analítico, apesar de se tratar de um estudo autoetnográfico, essa dissertação é escrita na terceira pessoa, para contemplar a participação de outros pesquisadores que colaboraram com o processo de pesquisa (equipe da Plataforma do OBISF) e com o processo de escrita, a professora orientadora Carolina Andion.

Já no que se refere à relevância e as contribuições do **ponto de vista teórico**, foram realizadas **três revisões sistemáticas**: a) para conhecer o campo científico que discute e relaciona as problemáticas da “democracia”, “participação” e “municípios”, b) para conhecer trabalhos sobre o FPPF e saber se existe uma outra iniciativa similar a partir dos termos: “Fórum de Políticas Públicas”, “Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis” e “Fórum Intersetorial”, c) para confirmar – em consulta aos participantes do Fórum e rede de organizações ligadas à Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) - se existem outras iniciativas similares ao FPPF. A primeira delas, de caráter mais geral, buscou identificar o campo de estudos sobre a “Democracia e a Participação” e da relação entre “Sociedade Civil e Esfera Pública”, contudo observou-se que esses temas tornavam-se por demais abrangentes. Para focalizar o argumento central desse trabalho que é evidenciar a “experimentação democrática” no âmbito municipal, optou-se por demarcar o território de abrangência das práticas democráticas realizando uma busca com a junção dos seguintes termos: "Democracia" e "participação" e "municípios". A busca foi realizada nas bases de dados “*Scopus*” e “*Google Scholar*” com filtro dos últimos cinco anos, ou seja, desde o ano de 2014 até o ano atual, sem restrição de tipo de documento, área de conhecimento ou idioma.

Contudo, na base “*Scopus*” não se obteve resultado, visto que a consulta foi feita apenas com as palavras inclusas na língua portuguesa. Já no “*Google Scholar*” apresentaram-se, inicialmente 107 resultados. Após filtro de trabalhos repetidos, indisponíveis e de acordo com o tema desse estudo, chegou-se a um resultado de **18 trabalhos**. Importante destacar que dentre os trabalhos “excluídos” da revisão, encontravam-se trabalhos que tratavam de experiências fora do país ou de comparação com o Brasil e outro país, e que não abordam o tema da “participação” em

sua centralidade³.Dentre esses, a maioria dos trabalhos estava ligado à questões normativas e focalizavam sobretudo no sistema judiciário.

Os 18 trabalhos selecionados contribuem com a compreensão sobre os últimos estudos com foco na relação entre os temas “participação”, “democracia” e “municípios”, conforme consta no Quadro 1 com uma síntese, a seguir, e tais trabalhos compõem a fundamentação teórica dessa dissertação

Quadro 1 – Resultado da revisão sistemática da produção científica sobre participação, democracia e municípios continua...

ANO	AUTOR(A)	TÍTULO	PERIÓDICO	INSTITUIÇÃO
2014	DA SILVA OLIVEIRA, Virgílio Cezar; PEREIRA, José Roberto.	Sociedade, Estado e Administração Pública: Análise da Configuração Institucional dos Conselhos Gestores do Município de Lavras (MG).	Cadernos de Gestão Pública e Cidadania	Universidade Federal de Juiz de Fora e Universidade Federal de Lavras
2014	LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn.	25 anos de Orçamento Participativo: algumas reflexões analíticas.	Política & Sociedade	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
2014	NETO, Muller; STRUBING, Júlio; ARTMANN, Elizabeth.	Discursos sobre o papel e a representatividade de conferências municipais de saúde.	Cadernos de Saúde Pública	Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá e Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.
2014	PRIORI, Josimar; TONELLA, Celene.	Ação coletiva e movimentos sociais: em busca de uma metodologia analítica.	Política & Sociedade	Instituto Federal do Paraná e Universidade Estadual de Maringá.
2014	SANTOS, Everton Rodrigo; DE QUEVEDO, Daniela Muller.	Capital Social e Políticas Públicas no Brasil: comparando duas cidades na Região Metropolitana de Porto Alegre.	Política & Sociedade	Universidade Feevale, Universidade Luterana do Brasil.

³ Entre os artigos lidos, destacam-se as seguintes temáticas: sobre a repartição de rendas entre esferas do Estado, judicialização da política pública em relação a competição política partidária, sobre o problema da legitimidade no âmbito processual, relatórios técnicos sobre a viabilidade de concessão dos serviços públicos, análise sobre historicidade e gestão dos partidos políticos, políticas públicas dos processos eleitorais, defensoria pública como acesso à justiça, controle legislativo no Brasil, influência do jornalismo político, sustentabilidade de territórios, intervenção estatal no setor agrícola, entraves à consolidação de “accountability” na gestão pública, relação entre Estado laico e religião, pedagogia social em contexto comunitário, administração pública no Brasil, orçamento público no conjunto das normas brasileiras, cidadania digital, direito a educação.

ANO	AUTOR(A)	TÍTULO	PERIÓDICO	INSTITUIÇÃO
2015	CARDOSO, Flávia Vianna da Silva.	Gestão à Vista: uma proposta de avaliação de impacto da política municipal de garantia de direitos infanto-juvenil. A relação de causa e efeito da prática da monitoria sobre o volume de doações ao fundo para a infância e adolescência-FIA.	Repositório Digital FGV – Dissertação	Fundação Getúlio Vargas - FGV
2015	CASSEB, Paulo Adib.	A formação da cidadania brasileira.	Revista Direito Mackenzie	Universidade de São Paulo
2015	DE OLIVEIRA, Débora Gonçalves.	Representação popular em crise: democracia participativa, o caminho para a revitalização democrática?	Cadernos da Escola de Direito	UniBrasil Centro Universitário
2015	EBERHARDT, Maria Laura.	<i>¿ El fin de la democracia representativa? Otras modalidades democráticas: participación y deliberación ciudadana.</i>	Revista Direitos Fundamentais & Democracia	Universidad Nacional Arturo Jauretche - UNAJ
2016	DOS SANTOS, Priscilla Ribeiro	Conselhos de desenvolvimento econômico e social: inovações no campo da participação nos estados e municípios brasileiros.	Conexão Política	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
2016	GUIMARÃES TABORDA, Maren.	O direito fundamental à cidade e a participação popular nos planos urbanísticos	Anais do I Seminário Nacional Tutela à Efetivação de Direitos Indisponíveis - Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP).	Procuradoria do Município de Porto Alegre.
2016	LIMA, João Marcelo da Costa et al.	Descentralização, regulação e desenvolvimento econômico local	Biblioteca Digital FGV Dissertação	Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

ANO	AUTOR(A)	TÍTULO	PERIÓDICO	INSTITUIÇÃO
2016	LOPES, Guilherme Nogueira Mello.	O orçamento participativo em Porto Alegre e as principais alterações no seu arranjo institucional: Frente Popular (1989-2004) e Pós-Frente Popular (2005-2016).	Repositório Digital- Trabalho de Conclusão de Curso em graduação. UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
2016	MORAIS, Indyara de Araújo.	Processo de regionalização em saúde no Brasil: a perspectiva da participação social.	Repositório UNB Dissertação	Universidade de Brasília -UNB
2017	DORÉ, Maurício Izelli.	Disputas pela “participação”: entre formas de engajamento e expectativas de acesso a recursos.	Conversas & Controvérsias	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
2017	GOMES, Marília Della Lucia; FERREIRA, Patrícia Aparecida; AMÂNCIO, Júlia Morett	Capacidade estatal e formulação de políticas sociais por municípios sob a ótica da gestão pública democrática.	Sociedade e Cultura	Centro Universitário de Lavras.
2018	GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga.	Sentidos do exercício da representação para conselheiros de conselhos municipais de educação da RMBH, considerando o seu perfil socioeconômico e associativo/participativo.	Perspectivas em Políticas Públicas	Universidade do Estado de Minas Gerais.
2018	VIDAL, José Pont.	Movimentos sociais e resiliência: noções complementares ou assimétricas?	Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional	Universidade Federal do Pará.

Fonte: Elaborado pela autora

A partir da análise dos referidos trabalhos selecionados a respeito do tema com o recorte devidamente justificado anteriormente é possível identificar uma ampla gama de temas tratados, tais como: (1) desenhos institucionais que viabilizam a participação; (2) conflitos e consensos sobre questão da participação *versus* representação, (3) conflitos e consensos entre a democracia participativa *versus* democracia representativa, (4) avaliação da implementação e a avaliação das políticas públicas e as consequências da participação, (5) análise do aspecto histórico da formação da cidadania brasileira, do processo da descentralização e a construção local. Em termos gerais, percebe-se nos textos citados uma perspectiva mais normativa que assume a participação como uma alternativa à crise da democracia representativa, com enfoque nos estudos de caso que

envolvem os conselhos municipais, a experiência democrática do orçamento participativo – mais especificamente na cidade de Porto Alegre - sobre as conferências municipais e movimentos sociais.

Um destaque no debate sobre a temática da experimentação democrática e sua prática relaciona-se às discussões sobre o orçamento participativo (OP) (DORÉ, 2017; LOPES, 2016 e LÜCHMANN, 2014), que teve início em Porto Alegre no ano de 1989 e que veio, ao longo do tempo, servindo como exemplo e referência de inovação democrática tanto no plano nacional como internacional, e instigando diferentes avaliações acerca de suas potencialidades e limites em promover mudanças sociais, culturais e político-institucionais. Conforme Lüchmann (2014), estudos sobre esta experiência consideram o OP como referência em inovação democrática, pois ao mesmo tempo em que suaviza o peso normativo dos conceitos e construção de tipologias, traz uma revisão e uma complexificação nas literaturas ancoradas em diferentes modelos, extrapolando as fronteiras das diferenças. Modelos como a democracia direta, a democracia participativa, a democracia deliberativa, democracia associativa ou democracia representativa, comparecem no centro dessas tensões, mesmo que se vislumbre algumas apostas de aproximação. A autora destaca que esse aspecto dual, ou de polarização (em dois lados opostos), que vinha separando os diferentes instrumentos de ação política, em especial a participação e a representação, vem sendo superada nas literaturas mais recentes, ao trazerem estudos que realizam discussões sobre a coexistência e a importância da combinação de diferentes aspectos, como por exemplo, a questão da participação e da representação, do aspecto individual e do coletivo, a questão da consulta e da deliberação. Além disso, esses estudos também evidenciam a necessidade de se considerar a dimensão das relações com diferentes canais de participação existentes na cidade e indicam que a força participativa está ligada aos desenhos institucionais, a trajetória e configuração do campo dos atores sociais, aspecto que será aprofundado neste trabalho.

Outro campo de estudo em destaque nessa revisão sistemática é o dos conselhos gestores e consultivos, bem como dispositivos de participação, tais como audiências públicas e conferências, como objetos de análise sobre a experimentação democrática, abordando diversas dimensões, tais como a questão do desenho institucional, consequência das decisões nas políticas públicas, a questão da participação e da representação e a questão da legitimidade das decisões, sobre seu aspecto deliberativo. Entretanto, apesar de que muitos estudos afirmam ter como objeto práticas, apenas três são estudos incluem esforços de pesquisa empíricos.

Assim, a partir dessa revisão sistemática, e como justificativa para essa dissertação, é possível afirmar que existe um interesse entre os estudiosos da democracia no Brasil em aprofundar a compreensão sobre a experimentação democrática, sobretudo, as experiências municipais, que são historicamente o *locus* da participação. Há também um interesse em avançar sobre a questão da efetividade da participação, no que tange a qualidade da participação e as suas consequências, passando pela superação da polarização entre diferentes formas de participar, ou de conceitos pré-definidos, na busca em compreender na prática esse fenômeno e seus desdobramentos nas arenas públicas municipais, bem como aprofundarem como estas se inter-relacionam. É aqui que se pode perceber uma das contribuições teóricas-empíricas a respeito de uma experiência democrática como o FPPF, considerando a multiplicidade de atores e de visões de mundo que dele fazem parte, com vistas a ampliar as análises empíricas em espaços não-formais mas que se articulam a partir e com as políticas públicas.

A **segunda revisão sistemática** realizada teve como foco verificar se existiam outras experiências similares ao FPPF em outros municípios brasileiros, bem como conhecer o que já tinha sido produzido cientificamente sobre o FPPF. Para isso, fez-se uma busca pelos termos: "Fórum de Políticas Públicas", "Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis", e "Fórum Intersetorial". Como são 3 termos diferentes de busca, segue procedimento metodológico no Quadro 2:

Quadro 2 – Resultado da revisão sistemática sobre o Fóruns e Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis

PROCEDIMENTOS DA REVISÃO SISTEMÁTICA – PRODUÇÃO CIENTÍFICA COM OS TERMOS/CONCEITOS “FÓRUM DE POLÍTICAS PÚBLICAS” “FÓRUM DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE FLORIANÓPOLIS” E “FÓRUM INTERSETORIAL”			
Pergunta	O FPPF com suas características, é uma experiência inédita no País ou existem experiências similares em outras localidades?		
Crítérios	Com restrição temporal de 2004 até 2018 / sem restrição de tipo de documento / sem restrição de área disciplinar/ sem restrição de idiomas.		
Data	26/09/2018		
Termo de busca	"Fórum de Políticas Públicas"	"Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis"	"Fórum Intersetorial"
Total Google Scholar	195	10	128
Total Scopus	0	0	1
Soma	195	10	129

Fonte: Elaborado pela autora

Como resultado da busca "**Fórum de Políticas Públicas**" na base de dados no "*google scholar*", de 2004 (ano de fundação do FPPF) até os dias atuais, observa-se **195 resultados**. Entre publicações observa-se o tratamento das políticas públicas a partir de uma lógica setorial, como por exemplo: fóruns de políticas públicas regionais de governo, ou em áreas como câncer de boca, da economia solidária, da juventude, das mulheres negras, do campo, rede pública brasileira, saúde do homem, esporte e lazer dos povos indígenas, entre outros. O trabalho que parece mais se aproximar do estudo aqui em tela foi uma monografia sobre o observatório social de Niterói/RJ, publicado em 2013. Cabe ainda destacar que os resultados são semelhantes quando se busca o termo "**Fórum Intersetorial**", sendo encontrados **129 resultados** - 128 no "*google scholar*" e 1 na base de dados do "*Scopus*". Nesse caso, a maioria das publicações se referem a intersectorialidade de políticas e espaços de articulação, numa perspectiva de "necessidade" ou "proposta" de se criar espaços públicos que tratem a intersectorialidade de políticas públicas.

Sobre a pesquisa do termo "**Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis**", encontrou-se **10 trabalhos** que fazem referência sobre o FPPF no "*google scholar*". No Quadro 3, encontra-se o resultado:

Quadro 3 - Resultado da revisão sistemática sobre o Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis continua...

ANO	AUTOR(A)	TÍTULO	TIPO	INSTITUIÇÃO
2009	CAVICHIOLO, Carina Saliba et al.	O Conselho municipal do idoso em Florianópolis como esfera pública: experiências e concepções dos conselheiros.	Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social	UFSC
2011	RODRIGUES, Tiago Nogueira Hyra e Chagas	Tirando do crime e dando oportunidade: estratégias educacionais de prevenção das violências em duas ONGs de Florianópolis, SC	Tese - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social	UFSC
2011	CAVALCANTI, Débora Carla et al.	A política de assistência social em Florianópolis: o fluxo do acesso aos benefícios e serviços.	Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social	UFSC
2014	POLETTI, Lucimara et al.	Participação Popular e Espaços Públicos: uma análise da representação e participação dos usuários da Política de Assistência Social nas Conferências Municipais e na IX Conferência Estadual de Assistência Social no estado de Santa Catarina no ano de 2013.	Trabalho de conclusão de curso de Serviço Social	UFSC

ANO	AUTOR(A)	TÍTULO	TIPO	INSTITUIÇÃO
2014	LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn	Relatório CNPq. Associativismo civil. 2010 -2013.	Relatório CNPq. do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.	UFSC
2016	CHAGAS, Elzira Beatriz das et al.	A inserção profissional do jovem: terceiro setor e a lei da aprendizagem.	Monografia curso de graduação em Ciências Econômicas	UFSC
2016	OLIVEIRA, Leandro de et al.	A Participação dos Conselheiros Representantes de Usuários do SUAS no CMAS de Florianópolis: Limites e potencialidades	Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social	UFSC
2017	MENDONÇA, Patrícia Maria E.	Desafios na construção de colaborações para implementação do MROSC	Artigo - Conferência Regional de América Latina - Desafios na construção de colaborações para implementação do MROSC	USP (Universidade de São Paulo)
2018	REBELATTO, Camila; ALPERSTEDT, Graziela Dias.	Observatório de Inovação Social: Coleta de dados sobre atores de suporte e observação em iniciativa de inovação social.	Artigo - Seminário de iniciação científica	UDESC
2018	TABORDA, Luana do Rocio et al.	Entre o discurso da caridade e da defesa de direitos: o associativismo religioso em Florianópolis e seus repertórios de atuação.	Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política	UFSC

Fonte: Elaborado pela autora

É possível observar dentre os achados que não há um estudo específico sobre o FPPF, mas que o mesmo vem sendo citado em trabalhos acadêmicos desde o ano de 2009 até o ano da realização desta consulta, ano de 2018. Dos 10 trabalhos encontrados, 8 são da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1 da UDESC e 1 da Universidade de São Paulo (USP). Dentre eles, variam segundo os tipos de trabalho, que são trabalhos de conclusão de curso para graduação, mestrado e doutorado, artigo para Seminário da UDESC e da USP para Conferência da América Latina, além de relatório do departamento de sociologia política da UFSC para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Também são estudos realizados por diferentes disciplinas: quatro são do Serviço Social, um da Antropologia Social, dois da Sociologia Política, um das Ciências Econômicas e dois da Administração Pública.

De forma geral, nos trabalhos, apesar de diferentes temas, abordam o FPPF como espaço de participação e articulação da sociedade civil organizada no município de Florianópolis. Com a leituras dos seus conteúdos é possível adentrar com mais profundidade no campo temático em que o FPPF se situa e se articula, através de olhares diferentes, tais como:

Quanto mais ativamente os agentes militavam, mais contatos tinham com outros que faziam trabalho parecido. Percebi uma tendência das mesmas pessoas atenderem a diferentes eventos e mobilizações, representando suas entidades. Foi o caso, por exemplo, dos fóruns de políticas públicas e conselhos municipais. Os mesmos representantes tendiam a se repetir em diferentes locais e situações, o que parece ter facilitado o estabelecimento e a manutenção de relações em rede (RODRIGUES, 2011, p.169).

Ressalta-se que a representação do Fórum Municipal de Políticas Públicas de Florianópolis (FPPF), na gestão de 2012 a 2014, era feita por três assistentes sociais que se sucederam na representação desse órgão (OLIVEIRA, 2016, p.62)

O Fórum durante o processo eleitoral de 2016 chamou os candidatos a prefeito (segundo turno) para assinarem uma carta de compromisso. Ambos candidatos à gestão municipal se comprometeram a se dedicar à questão do decreto logo na primeira semana de gestão. Em paralelo se estabelece um GT com técnicos da prefeitura (secretaria de controle e transparência) para elaboração do decreto Municipal, tendo sido posto em consulta pública, inclusive com realização de algumas audiências na Câmara dos Vereados de Florianópolis (MENDONÇA, 2017, p.8).

Esses trabalhos contribuíram nessa dissertação para construção do campo temático e para conhecer mais sobre a trajetória do FPPF. Mas mesmo diante todas essas pesquisas, uma dúvida ainda permanecia: **O FPPF, enquanto espaço de articulação de políticas públicas intersetoriais, seria uma experiência única no Brasil?** Tal questão permanecia já que as buscas sistematizadas não apresentaram resultados nesse sentido. Assim optou-se por dois métodos complementares: a) Envio dessa questão por e-mail para consulta aos membros do FPPF; e b) questionamento nas entrevistas e grupo focal realizado durante a pesquisa com ex-fundadores e membros do FPPF (como detalhado no capítulo 3 da metodologia). A consulta por e-mail foi encaminhada em dois grupos: grupo de profissionais participantes do FPPF, professores e pesquisadores ligados ao tema, somando 36 e-mails e grupo de organizações ligadas à ABONG, somando 126 contatos, tendo como retorno 17 respostas, que confirmaram as conclusões feitas a partir da revisão sistemática realizada: existem experiência de fóruns setoriais ou territoriais, mas não de forma abrangente e intersetorial como no caso do FPPF. Conforme afirma Lígia Luchmann (2019):

Há alguns fóruns de bairros, e fóruns que talvez não existam mais, como o Fórum da Cidade e do Maciço da Cruz. Tem também os Fóruns de usuários (AS), Fórum de Conselhos Locais de Saúde, o Fórum Popular de Saúde Mental, o Fórum Estadual Permanente de Assistência Social (FEPAS).

Mas, a dúvida persistia, por esse motivo, permeou todo o processo de pesquisa, levando a pergunta também nas entrevistas realizadas tanto no grupo focal, como nas entrevistas individuais. Foi com essas consultas que foi possível responder que sim, existem outras experiências similares, e não só isso, foram estas que serviram de inspiração à dois dos fundadores do FPPF para sua criação, são eles: Fórum de Políticas Públicas de Governador Valadares e de Lages, conforme segue:

Conheço a experiência de Lages, a qual serviu de inspiração para a criação do FPPF aqui em Florianópolis. Esse Fórum era encabeçado pelo Pe Dilmar Sell da Caritas Diocesana de Lages, por entender que era a melhor opção para lidar com o tempo restrito de quem participa de mais de uma política pública, como era o caso, da criança e do adolescente, educação e da assistência social. Ele era o responsável, mas ele faleceu ano passado e não sei quem está respondendo pela ação. É a mais próxima que conheço. (CELIO WANDERLEI MORAES, 2019)

Sim, existe Fórum de Políticas na cidade de Governador Valadares, minha cidade natal, antes de 2006, enquanto eu acompanhava, haviam 19 organizações ligadas as políticas de defesa de direitos da Criança e do Adolescente, Educação e Assistência Social. Essas organizações paravam suas atividades uma vez por mês para participarem de formações com as equipes. Chegou a ter formação com cerca de duzentos funcionários. Esse Fórum surgiu no momento em que inicia o SUAS, quando houveram várias mudanças ficando todos sem saber o que fazer diante da reformulação das políticas públicas. Eram as Organizações da Sociedade Civil que escolhiam os temas das formações. Esse processo durou mais de um ano esse movimento de atualização envolvendo as creches que passaram para educação. Em 2006, esse processo de transição estava acontecendo em Florianópolis, na minha cidade já estava em fase de consolidação. Lá, este Fórum vem enfrentando as mesmas dificuldades que os demais fóruns, baixa participação, entidades que perderam seus convênios. Já em Belém, onde moro atualmente, existe um Fórum com outro formato. Aqui é específico da política de assistência social, porque aqui, quando eu cheguei, já tinha Fórum de Direito da Criança e do Adolescente fortalecido. Nosso Fórum de Assistência Social de Belém, conta hoje com um grupo bom, cerca de 50 organizações. Conseguimos organizar as eleições para o CMAS, onde só se elegem as entidades que participam deste Fórum, essa regra não está na lei, mas é consenso entre nós. Já é um espaço muito respeitado (NORMA SUELY DE SOUZA CARVALHO, 2019).

A partir da busca sistemática e das entrevistas, pode-se concluir que o FPPF consiste em uma experiência singular no Brasil, o que torna este estudo de caso ainda mais atrativo. Essa experiência nasce de outras similares em outras localidades, mas que carecem de uma maior sistematização e estudo como aponta a pesquisa realizada, o que justifica ainda mais o estudo aqui em tela.

Para além dessas contribuições teóricas citadas sobre o campo, conforme foi citado no capítulo de contextualização dessa dissertação, busca-se também somar com a construção teórica-analítica para a Plataforma de pesquisa do OBISF, na qual, foram inseridos os dados levantados e com os membros do NISP com os quais foram compartilhados os conhecimentos e experiências, inclusive com disponibilização dos dados coletados numa pasta virtual para uso coletivo, visando contribuir com o acervo de pesquisas elaboradas e na construção de novas agendas de estudos.

Já no ponto de vista prático, a entrega é social. Para o FPPF pretende-se entregar um resgate da trajetória de sua atuação, evidenciar atores, situações de provas e as consequências geradas, exitosas ou não, como meio de valorizar e aprender com as ações coletivas. Isso vai permitir publicizar os resultados alcançados evidenciados pela pesquisa tanto para os membros que participam, quanto para a sociedade de Florianópolis. Com essas entregas, busca-se contribuir com

reflexões sobre a aprendizagem coletiva que a participação oferece, com vistas a fortalecer o próprio Fórum e a participação política/cidadã e, conseqüentemente, a democracia participativa/direta. Além disso, busca inspirar demais espaços de participação ou até a criação de novos, como o caso de um grupo de visitantes de Balneário Camboriú que esteve presente em uma das atividades realizadas pelo FPPF buscando saber mais sobre a sua constituição e seus processos para iniciar um Fórum na sua cidade, e ainda, com a consolidação do Fórum de Políticas Públicas de São José, fundado em abril do ano de 2018, por um dos membros que participam do FPPF. Além do documento, que será depois simplificado e publicizado, após a defesa dessa dissertação, será também elaborado uma cartilha com alguns destaques à ser distribuído em um seminário aberto para socialização e diálogo sobre os aprendizados gerados nessa pesquisa com os diferentes atores envolvidos no FPPF.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta dissertação se estrutura em seis capítulos, incluindo essa introdução. Nela apresentamos a contextualização do estudo, identificando onde se insere, a problemática e o problema da pesquisa, bem como o objetivo geral e os específicos para respondê-lo. Por fim apresentou-se as justificativas de ordem pessoal, teórica e prática deste trabalho.

No segundo capítulo, desenvolve-se o marco teórico-analítico do estudo buscando compreender mais sobre as concepções das relações entre Estado, sociedade civil, democracia, participação e políticas públicas. Para tanto, o capítulo subdivide-se em quatro sessões: (1) como ocorre a passagem do Estado como Governo ao Estado Democrático, tendo por base o trabalho de John Dewey e outros autores pragmatistas contemporâneos; (2) a relação entre Estado, os públicos e a sociedade civil e a visão que se parte dessa última neste trabalho; (3) os efeitos disso para a compreensão das políticas públicas e da ação pública, com a centralidade na participação e por fim, (4) como tudo isso se relaciona com a noção da experimentação democrática e como essa pode ser compreendida à luz do pragmatismo. Em linhas gerais a fundamentação teórica da dissertação apresentada nessa capítulo parte da abordagem dos trabalhos de John Dewey e de autores pragmatistas contemporâneos do campo da sociologia dos problemas públicos e da sociologia das transformações (CEFAÏ, 2002, 2017a e 2017b; CEFAÏ e TERZI, 2012; CHATEAURAYNAUD, 2009, 2011a e 2011b, 2012, 2018; CHATEAURAYNAUD e DEBAZ, 2017), fazendo um diálogo

com trabalhos sobre a temática da experimentação democrática (FUNG e WRIGHT, 2003; DRYZEK, 2004; BOHMAN, 2012; FUNG, 2006; ALLEN, 2012; ANSELL, 2012).

Já no terceiro capítulo, são apresentados os aspectos epistemo-metodológicos deste trabalho. Esse capítulo inclui o posicionamento epistemológico e a abordagem metodológica adotados pela pesquisadora, bem como o caminho analítico-metodológico construído para alcançar os objetivos específicos, percorrendo sobre cada uma das etapas da pesquisa e sobre as técnicas de coleta e análise de dados utilizadas.

O quarto capítulo responde ao primeiro objetivo da dissertação apresentando e analisando rede de organizações que forma o FPPF, buscando compreender a sua configuração, seus participantes e formas de participação. Esse capítulo, além das contribuições da orientadora, foi construído em conjunto com o aluno André Manoel, bolsista de iniciação científica do NISP e orientando da professora Carolina Andion que realizou o seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre a temática da participação junto ao FPPF em 2018 e 2019.

O quinto capítulo promove a descrição e análise da trajetória do FPPF, reconstituindo a sua narrativa histórica e as suas principais cenas públicas, buscando compreender o processo de investigação pública gerado a partir da análise das controvérsias e situações de prova, das aprendizagens e os desdobramentos na ação pública do FPPF desde a sua origem até os dias atuais.

O sexto e último capítulo discute as consequências da atuação do FPPF junto as Políticas Públicas do município, seus alcances e limites, com base nos resultados da análise apresentados nos dois capítulos anteriores e apresenta as considerações finais do estudo e também sugestões, levantando questões e perspectivas para novas pesquisas sobre o tema.

2 ESTADO, SOCIEDADE CIVIL, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Como vivemos em um país que é regido pelo regime de estado democrático de direito, parte-se normalmente do pressuposto de que democracia e participação cidadã são garantias constitucionais. Mas será que essa suposta participação ocorre de fato? Quem participa? Como? Gerando que efeitos? A participação por si só garante a democracia? Pensar nessas questões implica discutir as relações entre Estado, Sociedade Civil, democracia, participação e políticas públicas.

Para explorar e aprofundar os conhecimentos a respeito dos temas levantados, quatro enfoques serão discutidos a seguir: (1) como ocorre a passagem do Estado como Governo ao Estado Democrático, tendo por base o trabalho de Dewey e outros autores pragmatistas; (2) a relação entre Estado, os públicos e a sociedade civil e a visão que se tem dessa última; (3) os efeitos disso para a compreensão das políticas públicas e da ação pública, com a centralidade na participação e por fim, (4) como tudo isso se relaciona com a noção da experimentação democrática e como essa pode ser compreendida à luz do pragmatismo.

A incursão teórica realizada tem a função de aprofundar a problematização sobre o fenômeno de estudo e também contribuir com a construção de categorias analíticas que permitam compreender o fenômeno investigado.

2.1 DO ESTADO COMO GOVERNO AO ESTADO DEMOCRÁTICO

Para abordar a relação sociedade civil e Estado, torna-se necessário delimitar o que denominamos Estado e mais especificamente Estado Democrático. Sobre a construção do ideal de Estado, um marco fundador é a obra “O Leviatã”, publicada em 1651, por Thomas Hobbes, primeiro filósofo moderno que construiu uma teoria da formação do Estado. Para ele, antes dos homens viverem em sociedade, eles viveram em um ‘estado de natureza’, onde o homem, naturalmente egoísta, preocupava-se em primeiro lugar em defender seus direitos naturais (vida e liberdade), além de satisfazer suas necessidades e desejos, mesmo que aquilo que desejasse pertencesse a outro homem. Assim, afirma que a natureza do homem é egoísta: “*hominī lupus*

homini” (o homem é o lobo do homem), justamente por que somos uma ameaça constante uns aos outros. Dessa forma, inevitavelmente, a guerra se torna geral (HOBBS, 2019).

Assim, para Hobbes, a única opção é fazer um pacto, o “contrato social”, pelo qual os homens saem da vida solitária do “estado de natureza” e vão viver juntos, sob um poder soberano, no “estado civil”, ou seja, em sociedade, abrindo mão da liberdade total e garantindo a sua vida. Só que a única forma de se garantir que este contrato seja respeitado pelos homens é por meio de um poder absoluto que os obrigue a respeitarem o contrato. O autor coloca a ideia de Estado, chamado de Leviatã, como um homem artificial, só que maior, mais forte, cruel e violento, de maior estatura e força do que o homem natural, para cuja proteção e defesa foi projetado. Assim, o ideal de Estado moderno emerge como sinônimo de concentração de força e autoridade.

Como denuncia Arendt (1991), o surgimento do Estado moderno revela uma decadência da esfera pública e uma perda de espaço dessa última em relação à esfera privada. A ação (central na política entendida enquanto liberdade) é substituída pelo comportamento (normalização, conformidade às regras). Para a autora, a sociedade exige que os seus membros se comportem como parte de uma enorme família, dotada de uma opinião e um interesse. Abole-se, em parte, a ação espontânea na política e se fortalece um ideal de sociedade heterônoma, no qual seus agentes não formulam as regras que guiam seu comportamento. Na Idade Média isso cabe a Igreja (poder ideológico) e com o surgimento do Estado, tem-se o poder despótico (na monarquia) e o poder da regra, na república (Bobbio, 2003).

Como discute Bobbio (2003), o surgimento do Estado moderno coincide com a mudança na própria noção de política. Para o autor, o que distingue o poder político na modernidade dos outros poderes não é a função que desempenha (por exemplo, a legislativa, a executiva e a judiciária), nem os fins/objetivos que persegue (bem individual, coletivo ou público), pois esses variam. O que distingue a política, para o autor, são os meios usados para atingir os fins que são diferentes das outras formas de poder. Esses meios podem ser a força (poder de fato) ou a norma (poder de direito (legalidade e/ou legítimo)).

O autor traz à tona a definição clássica de política que é o lugar no qual se desenvolve a vontade de poder e cujo meio principal para isso é a força (diferentemente do poder ideológico ou econômico). O Estado moderno constitui-se então, segundo Bobbio (2003), como uma ordem coercitiva, um conjunto de normas impostas aos transgressores, recorrendo para isso à força, se necessário. Nesse sentido:

- A esfera política coincide com a esfera na qual se desenvolvem as relações amigo x inimigo, com vistas a conservar o poder. Assim, a expressão máxima da política é a guerra.
- A justificação da política difere então da justificação do indivíduo (moral). A moral política pode ser julgada conforme as consequências/finalidades (ética da responsabilidade) ou conforme princípios (ética da convicção).
- O direito delimita, justifica e legitima o poder político (transforma a relação de força em relação jurídica). Poder de fato é transformado em poder de direito e a obediência em dever.
- O poder torna-se legítimo, pois é autorizado por normas ou por um conjunto de normas. Essas estabelecem quem tem o direito de mandar e determinam que suas decisões sejam obedecidas. Nesse sentido, o poder legítimo e válido é o poder durável, institucionalizado, regulado pelo direito.

Esses pressupostos ajudaram a formar um ideal de Estado que se confunde com as noções de governo e de governança. John Dewey, em seu livro: *The Public and Its Problems* (o Público e seus Problemas), publicado em 1927, coloca em discussão a herança da ciência política clássica: a noção pré-concebida de Estado, enfatizando a importância dos públicos e do seu engajamento para a resolução dos problemas e formação do **Estado Democrático**. O autor, interessado em uma filosofia que abordasse a teoria e a prática ao mesmo tempo, traz uma concepção percussora e atual de Estado Democrático, pois permite religar dimensões tradicionalmente separadas. Essa concepção defende que o Estado não tem existência “per-si”, tão pouco pode ser definido de modo universal e genérico, pois sua base de formação é o reconhecimento público das consequências, por aqueles direta ou indiretamente afetados por ela. Os públicos e seus problemas emergem da ação associada que ocorre na prática cotidiana. A formação do Estado é, por conseguinte, um processo experimental que envolve a emergência dos públicos, a aprendizagem de uma cultura cívica e a capacidade de buscar soluções para situações percebidas como problemáticas (CEFAI,2012).

Segundo o autor, alguns teóricos do liberalismo acreditam que para se consolidar um regime democrático, basta lançar a ideia de cidadania, que, baseado nos próprios interesses, o indivíduo

considerado “cidadão” irá participar espontaneamente da vida política e ainda, para garantir uma postura desejável dos funcionários do governo, basta eleger seus representantes de tempos em tempos. Contudo, Dewey (1927), se contrapõe a esta visão, afirmando que, na medida que a corrupção prevalece, processos eleitorais se constroem numa espécie de soberania individual e indivíduos são eleitos, escolhidos por motivos fúteis. Desse modo, se comprova a falácia dos instrumentos tradicionais de participação política e isso indica uma probabilidade muito grande de desvio das funções originais do Estado. Juntando outros elementos como o fator econômico, avanço da tecnologia e da industrialização, amplia-se o individualismo e o isolamento, e o indivíduo perde a consciência e o controle sobre a multiplicidade de agrupamentos dos quais fazia parte no passado e continua interagindo segundo novas finalidades, podendo até viver numa “Grande Sociedade” não integrada, mas não mais em uma interação de uma “Comunidade Unificada”.

Portanto, a ideia de democracia sugerida por Dewey extrapola a concepção de um Estado, com base em mecanismos e instituições supostamente apropriados para o exercício da cidadania. Ele separa a “ideia de democracia” do aparato governamental. A “ideia” de **democracia**, é inabalável, enquanto suas formas concretas, no âmbito governamental, estão sujeitas a crises e críticas. Na proposta de Dewey, a democracia deve ser resultado da realização de uma Grande Comunidade, na qual os indivíduos possam compartilhar interesses, experiências, signos e símbolos. Isso só é possível por meio da comunicação. Afinal, segundo o autor, a comunicação é o fundamento de toda relação humana, objeto de pressão social, através da qual são produzidos bens materiais e sociais que vinculam os indivíduos uns aos outros. Portanto, para se organizar uma vida social em comunidade, dentro do âmbito da sociedade moderna, o primeiro passo é socializar o conhecimento suscetível a influenciar a opinião pública. Conhecimento elaborado a partir do exercício da problematização coletiva que instrumentaliza o público para sua atividade enquanto público organizado em Estado.

Assim sendo, o autor considera que a ciência não consiste num domínio exclusivo de especialistas, nem a democracia é dirigida apenas pelas instituições do aparato do Estado. Para haver democracia, é preciso uma colaboração livre e voluntária. Para Dewey, a democracia só se consumará de fato quando os indivíduos tiverem o controle sobre a opinião que advém da comunicação e da circulação do conhecimento. O autor se debruça sobre a ideia de democracia, cuja definição se complexifica na medida em que não se confunde com Estado democrático ou uma

democracia política, pois entende que para haver a efetivação da democracia, é preciso desenvolver nos indivíduos um sentimento de coletividade que supere a experiência de fragmentação produzida pelas sociedades modernas.

De acordo com o seu pensamento, a sociedade moderna ao mesmo tempo em que aumentou a densidade da comunicação, tornou os relacionamentos mais impessoais e acabou por eclipsar politicamente o público. Portanto realizar a democracia implica em tentar descobrir a melhor forma de restaurar o público, numa sociedade em que os avanços tecnológicos da comunicação e a impessoalidade das relações de serviço provocaram a desarticulação da vida comunitária. Nestas condições, Dewey entende que a alternativa para restaurar a democracia consiste em **revitalizar o público**, tornando-o ativo por meio de sua participação dentro do Estado (DEWEY, 1927).

Trata-se de uma inserção nos quadros sociais da experiência que adquire o sentido de um aprendizado contínuo, em um movimento de construção e disputa, os grupos ocupam seus espaços na política, impondo o reconhecimento de suas aspirações, desejos, anseios. De fato, o vigor democrático requer produção continuada dos públicos, num trabalho de socialização permanente, que ocorre em função do engajamento e da mobilização dos cidadãos nos grupos e entre eles. Ao Estado cabe o papel de zelar para que as associações mais poderosas não dominem as agendas políticas, por meio da proteção dos interesses individuais e de regulação das associações. Na democracia Deweyana, o mais importante é conhecer os dispositivos que impedem a constituição do público. Para o autor, **sem Estado não há governo e sem governo não há público**. O Estado é constituído pelo público e pelo governo, este último composto por uma administração pública profissional que deveria agir em nome dos públicos.

Enfim, a ideia de democracia representativa não se confunde com a ideia de Estado democrático em Dewey (1927), já que o autor problematiza uma visão de cidadania e de participação que não se limita às manifestações eleitorais. Dessa forma, garantir um **Estado democrático** passa pela centralidade em formar públicos que formam sua própria opinião proporcionando o acesso a participação dentro do Estado. É nessa relação entre associações e Estado que é possível avançar na construção de alternativas por meio da elaboração, implementação e acompanhamento de políticas públicas.

A visão de Estado Democrático de Dewey, embora tenha sido forjada no início do século XX, coloca-se extremamente atual num momento de crise das democracias modernas e dos sistemas de governança. Como discute Ansell (2012), ao colocar o processo de **investigação**

pública no centro da construção da democracia, Dewey abre espaço para reforçar uma ideia de **experimentação democrática** muito necessária na atualidade, que religa as noções de democracia e governança. Isso porque, é por meio do envolvimento dos públicos na mobilização, interpretação, problematização, publicização e construção de possíveis soluções para os problemas públicos que pode-se avançar na experimentação de modos de governança colaborativos que por sua vez ressignificam as democracias, cada vez mais desgastadas. Nesse sentido, os autores (ANSELL, 2012; DEWEY, 1927), propõem suplantar uma visão de Estado enquanto governo, e trazem para o centro do debate uma noção de Estado democrático, que se concretiza a partir de uma governança colaborativa, na qual a sociedade civil tem um papel central. A seguir nos aproximamos mais desse debate.

2. 2 DO GOVERNO À GOVERNANÇA: QUAL O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL?

Para adentrar no debate sobre **experimentação democrática**, é preciso discutir a questão da sociedade civil, sua concepção, composição e limites, bem como seu papel e relações com demais esferas da sociedade. Para tanto, no capítulo que se refere a problematização e ao tema, foi elaborada uma leitura histórica sintetizada sobre o processo de democratização no Brasil e os regimes de governança, buscando relacioná-lo com a composição, concepção, participação e a atuação da sociedade que teve e continua tendo um papel central na conquista e manutenção de um Estado democrático. Para além dessa correlação, buscou-se relacionar cada marco histórico com alguns dos dispositivos legais criados para regulação das relações socioestatais. É por exercer influência nas políticas públicas nas esferas global e local, que o interesse de estudiosos pelo conceito de sociedade civil tem se renovado.

Assim, surgem algumas questões sobre o conceito de **sociedade civil**, tais como qual a composição da sociedade civil, quais são seus contornos e como a definir? Como discute Andion (2009), para delimitar o conceito de sociedade civil é preciso compreender a construção do próprio sentido do termo ao longo do tempo, tendo em vista que o mesmo, vai assumindo novos significados ao longo da história, o que influencia na forma como o concebemos hoje, bem como nas críticas que este recebe.

Segundo Andion (2009), a sociedade civil na ciência política, tradicionalmente, se apresentou como uma esfera que se define em contraposição ao Estado. Tomando por base o

trabalho de Bobbio (1999), a autora argumenta que é mais fácil definir sociedade civil a partir da determinação do que ela não é (concepção negativa), do que pelas suas particularidades. Assim, de forma mais geral, a sociedade civil é definida como sendo a esfera das relações sociais não reguladas pelo Estado, e por sua vez, o Estado é compreendido quase sempre de forma polêmica e restrita, como um conjunto de aparatos que exercem poder coercitivo em um sistema social organizado. Desse modo, o conceito, na sua definição clássica, surge ao mesmo tempo, a partir da formação do Estado moderno e em contraponto a esse⁴.

Andion (2009), argumenta que isso faz com que se perceba o fenômeno da sociedade civil como algo eminentemente moderno, o que pode ser um equívoco⁵. A autora apresenta uma historiografia do conceito de sociedade civil desde os clássicos aos modernos, que, em síntese, indica que, para os gregos, a sociedade civil não se separa da sociedade política; ou seja uma não se sobrepõe à outra, já que prevalece uma associação entre política e moral. Em Maquiavel é a lógica absolutista que impera, onde deixam de existir indivíduos políticos e passa a existir o Príncipe, que representa a vontade dos súditos e do Estado e para tanto, este tem o monopólio da força. Assim valoriza-se uma separação e opera-se uma clivagem entre política e moral e neste processo, a sociedade civil, enquanto fenômeno e conceito, perde força. Como destacado pela autora, em Hobbes e Locke, autores modernos que, pela semelhança de pensamento, integram o grupo de pensadores contratualistas, que compreendem que somente o poder do Estado torna a civilização possível e o social toma assim o lugar do político.

Como afirma Bobbio (2003), a política na sua versão moderna está baseada na razão por meio do poder coercitivo e das leis, o que já foi discutido acima. Nesse caso, a sociedade política se sobrepõe à sociedade civil, que passa a ter um papel residual. Já em Hegel e Marx, a sociedade civil passa a ser considerada como uma esfera separada do Estado, mas subordinada a este. Segundo Andion (2009, p.6)

Hegel define a sociedade civil como um espaço intermediário entre família e Estado, composto pelas relações privadas, já para Marx, a sociedade civil coincide com a infraestrutura econômica, ou seja, é formada pela classe operária. Ambos compreendem assim, a sociedade civil como um espaço de alienação, privação de liberdade, injustiça e arbitrariedade

⁴ Para uma discussão mais detalhada dessa concepção ver Habermas, J (1984) *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

⁵ O mesmo argumento é encontrado em Ehrenberg, J (2011) *The history of civil Society ideas*. In: Edwards, M. (Ed.). *The Oxford Handbook of Civil Society*. Oxford: Oxford University Press.

A autora destaca que é a partir de Gramsci (1981-1937) que emerge no debate da ciência política uma definição positiva do conceito de sociedade civil. Este, define o Estado como composto de sociedade política (Estado-coerção) e sociedade civil (conjunto de instituições responsáveis pela difusão das ideologias – superestrutura). Enquanto que a sociedade política tem sua fonte de poder atrelada aos aparelhos repressivos do Estado, a sociedade civil utiliza “aparelhos privados da hegemonia”, ou seja, autônomos em relação à sociedade política. Assim, para Gramsci, o homem é sujeito ativo da sua história e a **sociedade civil é o espaço no qual ele realiza essa capacidade política**. Para a autora, essa visão positiva passa a ser incorporada e torna-se mais comum no debate mais recente sobre sociedade civil, sobretudo a partir dos anos 1990. Como em Cohen e Arato (1994), que fortemente influenciados por uma concepção Habermasiana, definem a sociedade civil como uma esfera de interação entre economia e Estado, composta pelas esferas íntima, das associações, pelos movimentos sociais e pelas formas de comunicação pública. Nesse sentido, a sociedade civil é ao mesmo tempo **movimento** (mobilização) e também é **institucionalizada** (regida por regras). É uma esfera que se forja a partir de formas de auto-constituição e auto-mobilização, mas que pode ser generalizada por meio de leis e regulações (ANDION, 2009).

Discutindo os dilemas e a complexidade da sociedade civil na atualidade, Cohen (2004), traz à tona novos desafios e perspectivas, já que com a globalização, o Estado Nação perde a centralidade, criando-se novas “esferas públicas” supranacionais e espaços de governança, que não são democraticamente estruturados, e aponta para uma transnacionalização dos riscos e das causas. Em suma, do ponto de vista normativo, o debate conceitual sobre a sociedade civil faz emergir alguns parâmetros usualmente utilizados para indicar as particularidades desta esfera, conforme destaca Andion (2009, p. 9)

- **Pluralidade:** formada por uma diversidade de coletivos auto-criados e auto-mobilizados, cuja autonomia permite várias formas de organização. É um lugar onde os atores podem se envolver em espaços públicos de discussão e ação para a transformação da sua realidade.
- **Publicidade:** por ser uma esfera pública, é um espaço onde os indivíduos podem problematizar as suas questões, onde se constrói a opinião pública de debate e crítica.
- **Privacidade:** autonomia do indivíduo, é a esfera da intimidade, dos direitos individuais e da liberdade.
- **Legalidade:** Estado de direito, soberania e constitucionalismo (sociedades política e jurídica) são essenciais para a constituição do modelo tripartite.

- **Interação:** Sua identidade se define por meio de relações de mediação com o Estado e o mercado.
- **Atividade econômica:** Geradora de riquezas, com base numa perspectiva de economia substantiva.

Porém, atualmente, o debate sobre a sociedade civil e a sua atuação na esfera pública está menos centrado em definir uma “demarcação”, ou seja, os seus contornos ou seu conceito, como se colocava nos anos 1990, a partir de uma delimitação e uma separação em relação ao Estado e ao mercado. Isso porque, como discutido em Cefaï (2007) e Andion et al. (2017), os estudos mais recentes no campo das ações coletivas vêm se afastando de concepções normativas que assumem posições prescritivas e buscam conceber enfoques teóricos analíticos que permitam compreender melhor a **sociedade civil em ação e suas consequências**.

Vários são os autores no Brasil e no exterior que vão mostrar a relevância que os atores da sociedade civil vão assumir na ação pública na atualidade e vão se interessar em entender as consequências disso para a administração pública. Como afirma Milani (2008, p. 558), nas últimas décadas, o Estado “perde o monopólio de produção e proteção do bem público e amplia-se a complexidade do sistema de decisão sobre o fazer política”; o papel do governo ainda é central, mas ele passa a fazer parte de sistemas de governança mais amplos.

Porém, como também destaca Milani (2008), a participação da sociedade civil na esfera pública não é por si só um avanço, é preciso analisar as condições na qual ela se produz (contexto, atores envolvidos, formas de decisão, resultados produzidos). A ação coletiva na esfera pública torna-se então uma questão a ser compreendida e analisada. Como discutido por Andion (2018), quando se analisam os estudos sobre ação da sociedade civil na esfera pública, percebe-se que as organizações da sociedade civil podem assumir diferentes papéis: (1) de prestador de serviços públicos e promotor de políticas públicas, de forma eficaz, eficiente e efetiva, em complemento ao Estado (concepção liberal); (2) de promotor de valores comunitários e auxílio aos mais excluídos, mediante associação espontânea (muitas vezes de natureza religiosa) e do voluntariado (concepção comunitarista); (3) de promotor de confiança, de capital social e virtudes cívicas (concepção neo-republicana), (4) de promotor de novas formas de regulação e de organização econômicas, numa perspectiva de fortalecimento da economia plural (concepção da economia social e solidária), (5) de influenciador nas esferas políticas e jurídicas, de co-construção de conhecimento e promotor de controle social sobre o Estado (concepção deliberativa).

Desse modo, a atuação da sociedade civil na esfera pública torna-se um campo de estudos que precisa avançar em termos teóricos e empíricos. Assim, embora não se possa afirmar a-priori que ampliação da participação por si só venha gerando avanços em termos de ampliação da democracia, pode-se sem dúvida constatar que ela vem gerando mudanças substanciais na própria definição de ação pública e que isso precisa ser mais bem compreendido. Mudam os critérios de repartição dos papéis entre atores e instituições, as condições de legitimidade e os fundamentos e estratégias dos sujeitos políticos. Enfim, a **ação pública**, atualmente, não se refere somente à ação governamental, mas a uma **ação coletiva** em que os atores governamentais e não governamentais tomam parte (MILANI, 2008; LASCOUMES e Le GALES, 2012). Discutir e compreender a incidência da sociedade civil por meio da ação pública junto às políticas públicas passa a assumir um papel central na agenda de estudos sobre a sociedade civil na atualidade, aspecto que será mais discutido a seguir.

2.3 SOCIEDADE CIVIL, POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA

O campo de estudos sobre **políticas públicas** tem sua origem com os estudos precursores de Laswell (1936), nos Estados Unidos, que rompeu com a tradição europeia a qual concentrava-se mais na análise sobre o Estado e suas instituições. Os estudos sobre políticas públicas enfatizam a ação do governo. Trata-se, desde sua origem, de uma ciência do governo em ação, caracterizando-o como um campo multidisciplinar (campo da sociologia, da ciência política e da economia.) e orientado para a resolução de problemas reais (SOUZA, 2006; SECCHI, 2016).

Contudo, com a consolidação do campo, sua conceituação e abordagens se ampliaram e diversificaram de forma significativamente. De acordo com Gonsalves e Andion (2018), com base em Lacoumes e Le Gàles (2012), a maior parte dos modelos de análises das políticas públicas variam de acordo com os principais paradigmas das ciências sociais e os grupos de referência dos autores. Desse modo, é preciso destacar que não se trata de um campo coeso, não havendo definição consensual:

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que

influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (SOUZA, 2006, p. 5).

Segundo Howlett, Ramesh e Pearl (2013), Secchi (2016) e Gonsalves e Andion (2018), diante da pluralidade de conceituações e correntes teóricas, pode-se afirmar a predominância de duas matrizes epistêmicas distintas no campo de estudos sobre as políticas públicas, levando à uma certa polarização: Positivista e Anti-Positivista ou Pós-Positivista. A primeira matriz representada por autores como, Dunn (1981) e Weimer e Vining (2011), concentram os estudos mais tradicionais ligados a perspectiva norte-americana de análise de políticas públicas “*policy analysis*” (análise política). Trata-se de uma análise de políticas públicas com foco em “gerar e sistematizar informações relevantes para o processo decisório de políticas públicas.” (SECCHI, 2016, p. 10). Portanto a política pública se expressa nos registros oficiais de tomada de decisão, tais como, relatórios, leis, atos e regulamentações, que resultam em uma perspectiva *top-down* (de cima para baixo) ou hierárquica e priorizam a elaboração de metodologias quantitativas de coleta e interpretação de dados, na perspectiva de avaliar a relação custo/benefício e exame de riscos de implementação de política. (GONSALVES e ANDION, 2018).

Já a segunda matriz epistêmica identificada de “*policy studies*” (*estudos de política*), que segundo Secchi (2016, p. 14), tem como marco a “virada argumentativa” em que “teóricos passaram a reivindicar modelos analíticos em um perfil pós-positivista, discursivo, argumentativo, narrativo, crítico, interpretativo e do construtivismo social”. Dentre os autores dessa matriz destacam-se Fischer e Forester (1993) e Schneider e Ingram (1993). Assim, passa-se a considerar o processo político, e não mais somente nos efeitos das políticas públicas, assumindo assim uma perspectiva *bottom-up* (de baixo para cima). Assim, os autores centralizam o conceito na relação das políticas públicas com os sistemas políticos, refutando a corrente estadocêntrica (GONSALVES e ANDION, 2018).

Contudo, como remarcam Gonsalves e Andion (2018), novas abordagens começam a surgir tendo em vista suplantando a dicotomia colocada pela oposição entre *Policy Analysis* e *Policy Studies* ampliando o campo de estudo das políticas públicas. As autoras argumentam uma das perspectivas baseia-se no trabalho seminal de John Dewey: *The Public and Its Problems*, (O Público e seus Problemas), publicado em 1927, anteriormente citado, no qual, o autor coloca em discussão, a herança da ciência política clássica: a noção pré-concebida de Estado, enfatizando a importância

dos públicos e do seu engajamento para a resolução dos problemas e formação do Estado Democrático.

Ansell e Gash (2007) e Ansell (2012), em seus estudos, vêm reforçando essa concepção multicêntrica de políticas públicas a partir da noção de **governança compartilhada**. Nessa concepção a “arena pública” tona-se *lócus* central da “ação pública”. Segundo Cefai (2012), o sentido dado à arena pública, provém da redefinição conceitual de esfera pública empregado por autores clássicos como Habermas (1962) e Arendt (1991). Tais autores, segundo Cefai (2012), definem esfera pública como um espaço com delimitação e contornos claros entre a esfera privada e o Estado, recorrendo a uma concepção mais normativa, formal e dicotômica. Já os estudos pragmatistas procuram, mais do que enfatizar essa separação, se concentrar na hibridação ou na passagem entre as esferas (ANDION, et al, 2017).

Assim, o sentido da arena pública, se dá a partir do conceito de “arena” com dupla conotação que parte de um lugar de combates e cooperação, dentro de uma estrutura de coordenação entre diferentes elementos, na qual são implantadas as operações realizadas por seus protagonistas e seus espectadores e as consequências pragmáticas que terão para outras pessoas (CEFAI, 2012). Afinal, de acordo com Lascombes e Le Galès (2012, p.32): “[...] as **políticas públicas** são ações coletivas que participam da criação de determinada ordem social e política, da direção da sociedade, da regulação de suas tensões, da integração de grupos e da resolução dos conflitos”. Desse modo, a **ação pública** pode ser entendida como o resultado da ação coletiva, ou seja, da iniciativa de coletivos que buscam atingir um objetivo compartilhado em contextos de cooperação e de competição nas arenas públicas (CEFAI, 2007). As **arenas públicas** podem ser então concebidas como **laboratórios de políticas públicas**, nas quais podem se desenvolver processos de experimentação democrática, a partir da **investigação pública**. A seguir exploramos mais detalhadamente essas noções.

2.4 EXPERIMENTAÇÃO DEMOCRÁTICA: QUAIS AS CONTRIBUIÇÕES DO PRAGMATISMO PARA ENTENDER A AÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NAS ARENAS PÚBLICAS?

De acordo com Cefai (2002), as abordagens pragmatistas, na medida em que transferem as trajetórias organizacionais e pessoais para as trajetórias dos problemas públicos, reabrem a

discussão sobre o político, fazendo com que a coisa pública deixe de ser algo monopolizada pelo Estado, para emergir a partir do enfrentamento das situações problemáticas na vida cotidiana (CEFAI, 2012).

Assim, como afirma Alexandre (2018), o estudo da ação coletiva, sob a lente pragmatista, propõe (re) ligar a observação das práticas realizadas por atores envolvidos com a busca por soluções cotidianas aos problemas públicos com o cenário sociopolítico em que se encontram para então buscar rastrear e compreender as consequências geradas, ou não, tanto para os campos das políticas públicas, quanto para a administração pública de forma mais geral. Trata-se de colocar luz nas diferentes consequências de dinâmicas realizadas pelos diversos atores em várias instâncias públicas. Com isso, pode-se evidenciar alguns reflexos da participação, em um contexto complexo, não linear e motivado por interesses individuais e coletivos que partem de atores com diferentes visões de mundo:

Assim, percebe-se a análise pragmática da ação coletiva **num sentido expansivo de observação** desde os incentivos à participação política que dependem de fatores como primado pela prática, caráter determinante do contexto, papel de incerteza de contextos sociais, adesões, acordos, papéis de agentes sindicais, profissionais, atitude do poder político em ser receptivo às reivindicações, gestão da informação e da contrainformação pela mídia (ALEXANDRE, 2018, p.110-111)

Ansell (2012), descreve tal abordagem a partir da noção do "**experimentalismo democrático**", que dá forma para novas possibilidades de prática política. Contudo, como um conceito ricamente evocativo, o "experimentalismo democrático" também carrega com ele a bagagem intelectual associada ao conceito "experimento". Por isso, como destaca o autor, é importante dar atenção ao aspecto da linguagem, ou seja, em que sentido se compreende e aplica os conceitos de "experimento" e "experimentação", derivados do "laboratório", quando aplicados à realidade social. Outra questão importante diz respeito ao significado de "experimentalizar" quando aplicamos o adjetivo "democrático". Assim para transcender o termo "experimento" ligado à ciência clássica e a procedimentos científicos específicos, é preciso compreender a **arena política como o laboratório**. O autor argumenta, com base em Dewey, que o **experimentalismo democrático** pode ser interpretado enquanto **investigação aberta, pública**. Assim, ao afastar-se de uma perspectiva verificadora, **esse tipo de experimentalismo pode ser um pilar de construção da democracia**.

Como discutido por Andion e al (2017), o pragmatismo aplicado aos estudos das ações coletivas da sociedade civil na esfera pública propõe assim, uma **antropologia da cidadania ordinária**, que considera que “ser cidadão” é fruto de um processo envolvendo um cenário, práticas e aprendizagens específicas:

Os indivíduos se constituem como cidadãos em complexas interações que eles qualificam implicitamente em posturas compartilhadas de “**públicos**” sobre cenas onde ocorrem práticas cívicas. Pode-se afirmar que ser cidadão não é apenas ser portador de direitos e deveres cívicos é também, do ponto de vista da situação, de se constituir e ser constituído como tal, tornando-se o actante de uma cena pública (Cefaï, 2007, p. 696).

Nessa perspectiva, Dewey (1927), defende que para haver uma sociedade verdadeiramente democrática é preciso reintegrar o papel do indivíduo como sujeito atuante e participativo no âmbito político. O autor afirma que a democracia deve ser o resultado da realização de uma Grande Comunidade, na qual os indivíduos possam compartilhar interesses, experiências, signos e símbolos. Destaca-se a importância dos processos de **investigação pública** nos enfrentamentos dos problemas públicos e na reconstrução de hábitos em direção à democracia. Dessa forma o processo investigativo em torno das situações problemáticas ocorre geralmente de forma coletiva, pois considera que as pessoas de forma isolada, pouco podem fazer para satisfazer as suas condições de vida, já que essa ocorre em sociedade. Assim, o filósofo destaca que os conhecimentos e a inteligência coletiva advindos desse processo de investigação é algo experimental e construtivo, que se desenvolve a partir das contribuições das diversas pessoas e, por este motivo, é capaz de gerar conhecimentos de qualidade. Conhecimento que deriva da associação e da comunicação, o que torna possível, mesmo que de forma indireta, influenciar o **processo de reconstrução de hábitos** em alguma direção determinada. Como aborda Cefaï (2017a), com base nos trabalhos de Dewey *Logic: The Theory of Inquiry* (A Teoria da Investigação) e *The Public and Its Problems* (O Público seus Problemas):

A ideia de base é que, confrontadas com uma situação problemática cujas consequências são percebidas e avaliadas por um conjunto de pessoas como nefastas para os seres humanos e para os bens a que eles estão ligados, mas também, além disso, para os seres vivos ou para a Terra, essas pessoas se inquietam, se interrogam, investigam, experimentam, discutem. Tentam definir o problema, determinar suas causas, detectar seus fatores e estabelecer as responsabilidades. Associam-se e organizam-se, encontram líderes para fazer suas vozes serem ouvidas e para convencer e mobilizar em grande escala. Tomam a palavra, testemunham, avaliam, argumentam, criticam, deliberam, interpelam a opinião e os poderes públicos. Quando estes não intervêm, buscam solução em sua própria escala, imaginam roteiros, projetam alternativas, tentam descobrir como

regular ou suprimir o que definiram como situação problemática. **Essa dinâmica coletiva faz emergir ao mesmo tempo um problema e seu público** (CEFAI, 2017a, p.188).

Assim, Cefaï (2017a, p. 188), defende que por meio de “**situação problemática**”, ou seja, quando “as reações habituais de um organismo às solicitações de seu ambiente já não proporcionam a satisfação de suas necessidades e desejos”, ou quando as respostas padronizadas e rotinizadas, mostram-se desajustadas, insuficientes ou inadequadas, gera-se uma indeterminação e um “**distúrbio**”. Diante disso, é que grupos, associações, instituições e pessoas se mobilizam em locais e momentos diversos com vistas a reconhecer, cada qual a partir de sua perspectiva, no que consiste esse distúrbio, por vezes buscando identificar a causa e as razões, tentando identificar responsabilidades, vítimas, denunciar negligências ou infrações.

No entanto, a questão do “saber” ultrapassa uma dimensão simplesmente normativa e cognitiva, o processo “de definição da situação problemática envolve um esforço de resolução: os atores não são movidos por uma intenção de saber fazer, mas de **saber na medida em que esse saber confere um poder de ação**: fazer é saber, saber é fazer”, (CEFAI, 2017a, p. 189). Ou seja, os atores inventam na teoria e na prática, buscando articular com diferentes instâncias públicas e privadas com vistas a dar legitimidade aos seus diagnósticos. Quando essa dinâmica de **problematização** e de **publicização** ultrapassa o círculo imediatamente envolvido, passando a atingir mais pessoas, assume o caráter de **processo político**. Portanto, como discute o autor, a situação de crise é criativa e modifica o jogo legal e político, além de ter efeitos de dimensão moral, nos usos de costumes, valores e crenças.

Cefaï (2017a) afirma que a partir desses processos as **arenas públicas** manifestam-se em torno dessas situações problemáticas. Nesse sentido, o pragmatismo desloca a dimensão de “construção” dos problemas sociais para uma **ecologia da experiência pública**, com o seguinte significado:

Experiência: o distúrbio costuma nascer de provas afetivas, sensíveis ou avaliativas que perturbam a base de evidência das coisas da vida cotidiana e levam a fazer investigações para elucidar em que consiste esse distúrbio e para se ter uma experiência dele (Cefaï; Terzi, 2012; Quéré; Terzi, 2015. Ecologia: essa experiência não é da ordem da “vivência subjetiva” como se costuma ler, mas deve ser recuperada no seu “habitat experimental” (Mead, 2006, p.90), a saber, nas transações que as formas de vida mantêm com seus ambientes. (CEFAI, 2017a, p. 191).

Essa ecologia das experiências públicas pode então ser captada a partir de uma “etnografia política” (Cefaï, 2017b, p. 698) que focaliza nas “**cenas públicas**”, estando atenta às diferentes formas como os coletivos enquadram as situações cotidianas, organizam suas experiências e ordenam as suas interações, ao longo do tempo, se interessando pelas situações de co-presença e os encontros face a face.

Isso não implica, por outro lado, desconsiderar a dimensão estrutural (macro) de toda situação. Como afirma Cefaï (2017a), sem redes de dispositivos simbólicos, jurídicos, midiáticos, institucionais, entre outros, o “distúrbio” não ganha nenhuma consistência e não ganha o foco da atenção pública. Portanto, a situação problemática não se trata apenas de criatividade, mas também de instituição. Além disso, o problema público não ocorre no vazio, mas encontra suas marcas numa “**cultura pública**” (GUSFIELD, 1981), em que se sedimentam em respostas a problematizações anteriores, que por sua vez, ou se transformaram em dispositivo juntando-se a outros repertórios, ou se cristalizaram recorrendo a diferentes operações, tais como publicização nas mídias, investigação policial, experimentação científica ou pesquisas dos cidadãos envolvidos, ou então se arriscaram a lances dramáticos e retóricos, enquadrando-se nos repertórios de movimentos sociais anteriores. Em suma:

Uma micro-análise das situações de ação coletiva busca descrever o trabalho de coordenação que junta pessoas, objetos e seus ambientes que lhes organiza em diferentes regimes de troca, de poder, de direito, que coloca em prática, em cena e em sentido os coletivos [...] ela mostra como uma ação se faz e como ela se torna coletiva (CEFAI, 2007, p. 701)

A leitura pragmática descarta, assim, a distinção metodológica tradicional nas ciências sociais, nos quais os estudos sobre fenômenos coletivos, são divididos em duas dimensões (macro dimensão de estruturas sistêmicas e a micro dimensão de interações face a face). Trata-se de compreender de outra forma a relação micro e macro, não como se um tivesse automaticamente contido no outro. Como discute Cefaï (2007), as situações se constituem enquanto “nexus” de práticas que contém tanto uma dimensão institucional, quanto uma perspectiva de agenciamento.

Partindo dessa interação e de uma análise das interfaces entre diferentes escalas da realidade social, outros autores da sociologia pragmática tais como Latour (2012) e Chateauraynaud (2011b) também contribuem para propor uma nova leitura dos processos de transformação social e política. Chateauraynaud (2011b) contribui com **a análise da trajetória dos problemas públicos na perspectiva da balística sociológica**, de forma não linear, que se dá

a partir da **análise das controvérsias públicas**, por meio dos processos de convergência (consenso) ou divergência (dissenso). Com a reunião de múltiplas reconstituições observadas em um período suficientemente longo, a balística sociológica possibilita evidenciar os processos de engajamentos dos diversos atores frente as situações percebidas como problemáticas, ou seja, permite analisar a participação que impulsiona os atores a defender publicamente uma causa, em confronto ou cooperação com outros atores nas arenas públicas.

Para tanto, uma metodologia que pode ajudar a compreender a trajetória de um problema público, dos debates e dos engajamentos em torno dele, refere-se à cartografia ou análise do desdobramento das controvérsias (VENTURINI, 2010, LATOUR, 2014, ANDION, MORAES e GONSALVES, 2017, MORAES e ANDION, 2018). As **controvérsias** emergem de situações em que os atores expressam e discutem suas opiniões publicamente, localizam problemas, lançam sinais de alerta, entram em disputas e configuram temas de conflito (VENTURINI, 2010; CEFAÏ, 2012; LATOUR, 2012 e 2014). São fruto, portanto, de debates que não estão estabilizados que constituem o processo do desafio público que podem convergir interesses para a celebração de acordos ou ratificação de compromissos na condução das políticas públicas (LASCOUMES e LE GALÈS, 2012). Muitas vezes, esse processo de convergência é mediado por instrumentos ou dispositivos, como por exemplo, pelas normas jurídicas, que exercem influência significativa na estabilização das ações coletivas, dando origem as “**caixas-pretas**”.

A análise das controvérsias também remete à compreensão das visões de mundo ou cosmovisões que dão subsídio aos argumentos (LATOUR, 2014). Para Chateauraynaud (2018, p. 13), a análise das controvérsias ou a balística argumentativa, pode ajudar a compreender as **críticas** produzidas pelos próprios atores em um determinado campo de causa.

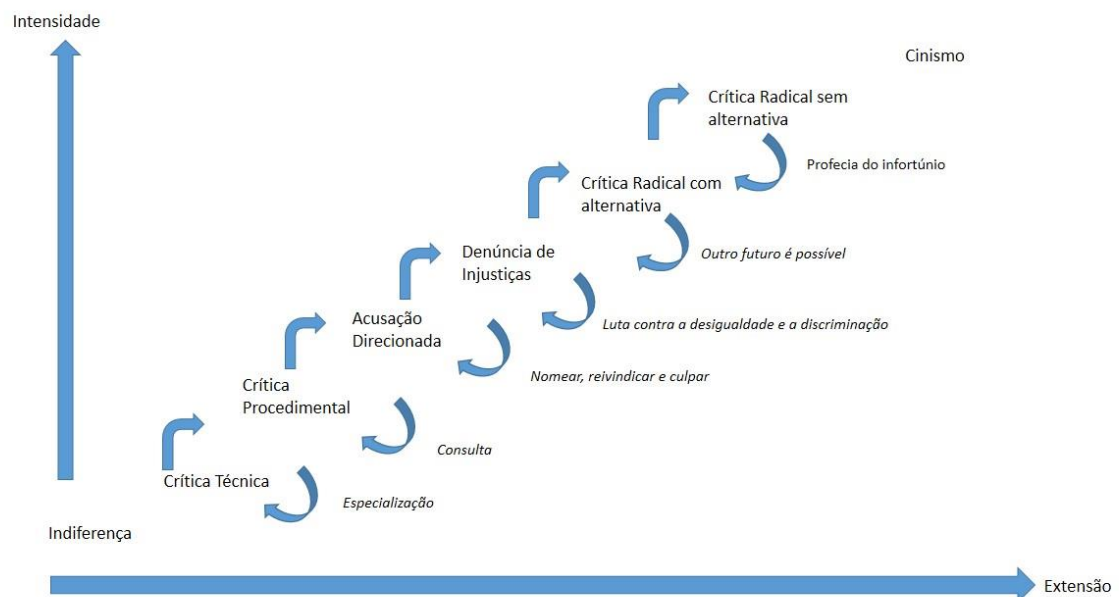
Na medida em que a pesquisa dá uma atenção cada vez mais fina aos detalhes da atividade argumentativa, pode-se formalizar um “gradiente da crítica”. Uma tomada de posição pode assumir diferentes tonalidades, segundo a intensidade da crítica que ela provoca e a lista de entidades que mobiliza. Uma crítica técnica pode emergir de uma simples questão ou levantamento de uma dúvida, já crítica radical coloca em questão o conjunto de um sistema, seus protagonistas operam constantes reenquadramentos.

A partir dessa interpretação, os autores apresentam a ideia de uma gradação da crítica que pode ser produzida pelos atores envolvidos num processo de debate público sobre determinado tema. Na construção desse gradiente da crítica, duas bordas, inferior e superior, tem um papel

importante, designadas pelos termos da indiferença (quando não há crítica) ou do cinismo (quando se critica tudo), conforme Figura 1, a seguir.

Esse processo de debate é também mediado pelos acontecimentos, pelas ações e pelos objetos (dispositivos), o que nos remete as interações entre humanos e não-humanos proposta por Latour (2012). A análise dos **dispositivos** permite materializar e operacionalizar a ação pública, a escolha dos mesmos integra um processo político que influencia os efeitos da própria ação pública (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012). Esta dinâmica de interação, fluxo da experiência de situações vividas, reflete uma sociedade que está sempre em contínuo fazer. Entende-se que [...] a cidadania consiste em situações vividas [...] nas quais os protagonistas se reconhecem uns aos outros como portadores de direitos e deveres (CEFAÏ, 2005, p. 151, 152) e [...] o social deve ser definido não como um domínio especial, uma esfera exclusiva ou um objeto particular, mas apenas como um movimento peculiar de reassociação e reagregação (LATOUR, 2012, p. 25).

Figura 1 - Gradiente da Crítica



Fonte: Chateauraynaud (2018).

Tal perspectiva pragmatista vem sendo incorporada e discutida por autores contemporâneos que estudam a administração pública, as políticas públicas e a participação. Dentre esses destacam-se os trabalhos de Ansell e Gash (2007), Ansell (2012) e Fung (2012), a construção de uma teoria

pragmatista da democracia tem início na percepção e análise dos **problemas de governança** que uma determinada sociedade enfrenta. Desse modo, o valor dessa teoria está na capacidade de ajudar os cidadãos a melhorarem suas democracias. Fung (2012) discute duas formas de um pragmatista articular esses problemas em uma teoria democrática: (1) “modelo de diagnóstico”, que se trata de uma exploração de grande número de questões e problemas sociais para analisar as diferentes alternativas de arranjos de governanças para avaliar quais funcionam, e (2) “menu de alternativas institucionais” que consiste na análise e identificação das dificuldades centrais dos métodos e procedimentos de tomada de decisão coletiva e política, para que se possa explorar alternativas e desenvolver princípios e razões que guiem a avaliação e seleção dessas alternativas.

A partir da segunda forma, Fung (2006 e 2012) desenvolveu um quadro de análise para compreender o alcance das possibilidades institucionais que envolvem a **participação nas questões públicas**. Fung (2006), propõe a análise da participação na governança a partir de três dimensões: (1) quem participa, (2) como os participantes se comunicam e tomam decisões coletivas, (3) como as discussões estão ligadas com as políticas e ações públicas. Com o cruzamento das três dimensões se tem o “**Cubo da democracia**”, no qual o designer institucional do espaço participativo pode ser localizado e, com isso, permite discutir importantes questões relacionadas a governança democrática: legitimidade, justiça e efetividade.

A primeira dimensão (quem participa?) diz respeito a **seleção dos participantes**, já que se considera que a principal razão para aumentar a participação dos cidadãos (pluralidade e diversidade) é que o conjunto de tomadores de decisões - tipicamente representantes eleitos ou gestores públicos - é, de alguma forma, deficiente, ou seja, pode faltar: conhecimento, competência, propósito público, recursos e respeito necessário. Portanto, se a participação pode remediar alguma dessas deficiências depende em grande parte de quem participa: são representativos da população relevante ou do público geral? possuem interesses ou perspectivas importantes, mas são excluídos? eles possuem informação e competência para fazer bons julgamentos e decisões? os participantes são responsivos com quem não participa? quem é elegível para participar e como os indivíduos se tornam participantes? e por fim como se dá mecanismo para identificar ou selecionar os atores que participam diretamente em discussões ou decisões sobre assuntos públicos.

Em relação à segunda dimensão (como se comunicam e tomam decisões?), essa corresponde ao **aspectos de comunicação e decisão**. Portanto, buscar analisar e identificar como os participantes interagem dentro de um espaço de decisão ou discussão públicas que vai desde um

comportamento de espectador até deliberação coletiva através do desenvolvimento de expertise, passando pela expressão de preferências e negociação e barganha.

Já a última delas (qual é a conexão/impacto entre suas conclusões e opiniões e a política e ação públicas?), tem relação com as questões de autoridade e poder visando identificar qual o impacto da participação pública, como o que os participantes falam está ligado com o que as autoridades ou eles mesmo fazem? Podendo chegar a dois lados extremos do contínuo: de um lado as decisões que os participantes tomam se tornam política pública e do outro, os participantes não têm reais expectativas em influenciar a ação pública como um todo.

Essa estrutura de análise é uma parte necessária - ainda que incompleta - para encontrar elementos de resposta a uma questão mais ampla a respeito da extensão e tipo apropriado de participação na governança. Para elucidar sobre as questões inclusas no Cubo da Democracia proposta por Fung (2006), segue o Quadro 4 abaixo:

Quadro 4 - As três dimensões do Cubo da Democracia

1 - SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES (quem participa?) • Auto-selecionado: espaços abertos para quem queira comparecer, subgrupo auto escolhido da população em geral; quem participa geralmente não é representativo de nenhum público mais amplo, geralmente pessoas mais ricas e mais escolarizadas; • Recrutamento seletivo: participantes de subgrupos que são menos prováveis de se engajarem; • Selecionado aleatoriamente: participantes aleatoriamente escolhidos da população em geral; • Partes interessadas, leigos: cidadãos não remunerados que têm um profundo interesse em algumas preocupações públicas e estão dispostos a investir tempo e energia substanciais para representar e servir os que têm interesses similares, • Partes interessadas profissionais (stakeholders): alguns processos de governança devem ser desenhados como negociação regular, gestão ambiental de base e planejamento colaborativo reúnem esses stakeholders; geralmente são participantes pagos, representantes de interesses organizados e oficiais; • Políticos profissionais: escolhidos em eleições competitivas, supostamente representam nossos interesses; • Administradores especializados: escolhidos por mecanismos de seleção técnica, compõem o serviço público civil e dão suporte às nossas burocracias públicas
2 - COMUNICAÇÃO E DECISÃO (como se comunicam e tomam decisões?) • Escuta como espectador: participantes recebem informações sobre alguma política ou projeto e testemunham as lutas entre políticos, ativistas e grupos de interesse (maioria das audiências e reuniões comunitárias); • Expressa preferências: há oportunidades nos encontros para que os participantes expressem suas preferências para a audiência e funcionários públicos presentes; • Desenvolver preferências: discussões organizadas para permitir aos participantes explorar, desenvolver e talvez transformar suas preferências e expectativas; participantes são encorajados a aprender sobre questões, materiais educativos, discutem questões uns com os outros ao invés de simplesmente ouvir <i>experts</i>, políticos ou advogados; • Agregação e barganha: participantes sabem o que querem e o modo de decisão agrega as suas preferências - muitas vezes mediado pela influência e poder que carregam - em uma escolha social, a barganha conduz os participantes a encontrar a melhor alternativa disponível para encaminhar suas preferências comuns; • Deliberação e negociação: participantes deliberam para descobrir o que querem individualmente e como um grupo - nos mecanismos desenhados para criar deliberações - os participantes normalmente absorvem material educacional e trocam perspectivas, experiências e motivos um com o outro para desenvolver suas visões e descobrir seus interesses; • Implantar técnica e conhecimento: muitas políticas públicas são determinadas não pela agregação ou deliberação, mas através da expertise técnica dos funcionários públicos cuja formação e especialização profissional lhes convém para resolver problemas particulares, esse modo usualmente não envolve os cidadãos, é o domínio dos planejadores, reguladores, professores e prefeitos, policiais e similares.

3 AUTORIDADE E PODER (qual é a conexão/impacto entre suas conclusões e opiniões e a política e ação públicas?)

- **Benefícios pessoais:** há pouca ou nenhuma expectativa de influência dos participantes na política e ação públicas, participam para conseguir benefícios pessoais ou para preencher um senso de obrigação cívica;
- **Influência comunicativa:** exercem influência nos agentes estatais indiretamente alterando e/ou mobilizando a opinião pública, influência comunicativa nos membros do público que são movidos pelo testemunho, motivos, conclusões ou pela probidade do processo;
- **Aconselhamento e consulta:** profissionais oficiais preservam seu poder e autoridade, mas se propõem a receber “insumos” dos participantes, recomendações e consultas;
- **Governança compartilhada:** participantes se juntam aos profissionais oficiais para fazerem planos e políticas ou para desenvolverem estratégias para a ação pública;
- **Autoridade direta:** nível mais alto de empoderamento, corpos participativos exercem autoridade direta sobre decisões ou recursos públicos.

Fonte: Fung (2006).

Assim, com base nessa fundamentação teórica, pode-se afirmar que perspectiva da **experimentação democrática** pode contribuir para focalizar as atividades práticas de participação em situação, pois visa acompanhar (in vivo) a **experiência processual** de múltiplos atores em diferentes escalas temporais e espaciais e em diferentes situações vivenciadas. Além de levar em conta os efeitos (consequências) das ações coletivas que abrem (ou não) novas oportunidades de ação e/ou resolução dos problemas públicos (CHATEAURAYNAUD, 2011a e 2011b; CEFAI, TERZI, 2012). Trata-se de uma abordagem que prioriza a descrição da vida política cotidiana dos atores que compartilham temas comuns, permitindo interpretar como as práticas e as experiências individuais e coletivas reconfiguram os problemas públicos e encontram respostas e meios para solucioná-los (CEFAI, 2011, 2012). Neste processo, os atores buscam conciliar suas diferentes visões de mundo para articular respostas efetivas ao problema em comum. Além disso, diferentes fatores resultam na redefinição do problema ao longo do tempo e ainda na medida em que respostas vão sendo encontradas surgem novas situações problemáticas (CEFAI, 2012).

De modo a orientar a análise dos dados coletados e na construção da narrativa do estudo, sintetiza-se, no Quadro 5, os principais conceitos chaves ou categorias analíticas da fundamentação teórica apresentada.

Quadro 5 – Síntese das categorias teórico-analíticas de estudo continua...

Conceito chave	Definição
Democracia (DEWEY, 2004)	Separa a “ ideia de democracia ” do aparato governamental. A ideia de democracia extrapola a concepção de um Estado ou dos mecanismos e instituições supostamente apropriados para o exercício da cidadania. Só se consumará de fato quando os indivíduos tiverem o controle sobre a opinião que advém da comunicação e da circulação do conhecimento, desse modo, só é possível por meio da comunicação.
Estado (DEWEY, 2004)	Deve atender e regular os interesses que emergem da conduta conjunta e a diversidade de suas configurações segundo as demandas e os interesses distintos das associações humanas. Tem o papel de garantir, por meio da proteção dos interesses individuais e de regulação das associações, que as associações mais poderosas não dominem as agendas políticas.
Estado democrático (DEWEY, 2004)	A ideia de democracia representativa não se confunde com a ideia de Estado democrático em Dewey, já que o autor problematiza uma visão de cidadania e de participação que não se limita às manifestações eleitorais. Dessa forma, garantir um estado democrático passa pela centralidade em formar públicos que formam sua própria opinião proporcionando o acesso a participação dentro do Estado. É nessa relação entre associações e Estado que é possível avançar na construção de alternativas por meio da elaboração, implementação e acompanhamento de políticas públicas . Propõem-se sair de uma visão de Estado enquanto governo, para uma noção de Estado democrático, que se concretiza a partir de uma governança colaborativa , na qual a sociedade civil tem um papel central ^[1]
Público (DEWEY, 2004)	Formado por todos aqueles que se veem afetados pelas transações sociais e, por conta disso, encontram-se forçosamente envolvidos com outros com quem compartilham a produção das consequências .
Formação de Públicos (DEWEY, 2004)	Compreender como ocorre o processo de formação de público que se constitui em torno de uma situação problemática para buscar solucionar um problema público identificado pelos próprios atores, mas que pode atingir outras pessoas direta ou indiretamente.
Participação (DEWEY, 2004)	Desperta a partir da formação de público . Uma alternativa para restaurar a democracia consiste em revitalizar o público, tornando-o ativo por meio de sua participação , também, dentro do Estado como estratégia de gerar experiência, levar seus anseios e incidir sobre a agenda política .
Arena Pública (CEFAI, 2012)	Parte do conceito de “arena” com dupla conotação que parte de um lugar de combates e cooperação , dentro de uma estrutura de coordenação entre diferentes elementos, onde são implantadas as operações realizadas por seus protagonistas e seus espectadores e as consequências pragmáticas que terão para outras pessoas. Pode ser concebida como laboratório de políticas públicas nas quais podem se desenvolver processos de experimentação democrática , a partir da investigação pública . É o <i>locus</i> central da Ação Pública .
Políticas Públicas (LASCOUMES E LE GALÈS (2012, p.32)	Políticas públicas são ações coletivas que participam da criação de determinada ordem social e política, da direção da sociedade, da regulação de suas tensões, da integração de grupos e da resolução dos conflitos.
Ação Pública e Ação Coletiva (CEFAI, 2007; MILANI, 2008)	Ação pública atualmente não se refere somente à ação governamental, mas a uma ação coletiva em que os atores governamentais e não governamentais tomam parte. Assim pode ser entendida como o resultado da ação coletiva, ou seja, da iniciativa de coletivos que buscam atingir um objetivo compartilhado em contextos de cooperação e de competição nas arenas públicas.

Conceito chave	Definição
Experimentação Democrática e Investigação Pública (ANSELL, 2012)	Para transcender o termo “experimento” ligado à ciência clássica e a procedimentos científicos específicos, é preciso compreender a arena política como o laboratório . O experimentalismo democrático pode ser interpretado enquanto investigação aberta, pública . Assim, ao afastar-se de uma perspectiva verificadora, esse tipo de experimentalismo pode ser um pilar de construção da democracia .
Antropologia da Cidadania Ordinária (ANDION ET AL, 2017; CEFAI, 2007)	Considera que “ ser cidadão ” é fruto de um processo envolvendo um cenário, práticas e aprendizagens específicas . Os indivíduos se constituem como cidadãos em complexas interações que eles qualificam implicitamente em posturas compartilhadas de “ públicos ” sobre cenas onde ocorrem práticas cívicas. Pode-se afirmar que ser cidadão não é apenas ser portador de direitos e deveres cívicos é também, do ponto de vista da situação, de se constituir e ser constituído como tal, tornando-se o actante de uma cena pública
Situação Problemática (CEFAI, 2017)	Ocorre quando “as reações habituais de um organismo às solicitações de seu ambiente já não proporcionam a satisfação de suas necessidades e desejos.”, ou quando as respostas padronizadas e rotinizadas, mostram-se desajustadas, insuficientes ou inadequadas, gera-se uma indeterminação e um “ distúrbio ”.
Problematização/ Publicização e Processo Político (CEFAI, 2017)	Diante da situação problemática , os atores inventam na teoria e na prática, buscando articular com diferentes instâncias públicas e privadas com vistas a dar legitimidade aos seus diagnósticos . Quando essa dinâmica de problematização e de publicização ultrapassa o círculo imediatamente envolvido, passando a atingir mais pessoas, assume o caráter de processo político .
Ecologia da experiência pública (CEFAI, 2017; CEFAI, TERZI, 2012; QUÉRÉ, TERZI, 2015; MEAD, 2006)	Experiência : o distúrbio costuma nascer de provas afetivas, sensíveis ou avaliativas que perturbam a base de evidência das coisas da vida cotidiana e levam a fazer investigações para elucidar em que consiste esse distúrbio e para se ter uma experiência dele. Ecologia : essa experiência não é da ordem da “vivência subjetiva” como se costuma ler, mas deve ser recuperada no seu “ habitat experimental ” a saber, nas transações que as formas de vida mantêm com seus ambientes.
Etnografia política e cenas públicas (CEFAI, 2017)	Essa ecologia das experiências públicas pode então ser captada a partir de uma “ etnografia política ” (que focaliza nas “ cenas públicas ”, estando atenta às diferentes formas como os coletivos enquadram as situações cotidianas, organizam suas experiências e ordenam as suas interações, ao longo do tempo)
Controvérsias e Situação de Prova (VENTURINI, 2010; CEFAI, 2012; LATOUR, 2012, 2014)	São os debates não estabilizados que emergem em situação de prova , ou seja, quando se gera questionamento da situação como ela está, por meio, por exemplo de novos paradigmas culturais ou legislações. Portanto, a análise das controvérsias evidenciam situações de “ problematização ” e “ publicização ” permitindo acessar e compreender como os atores agem publicamente, como se expressam, emitem sinal de alerta, entram em disputas e definem temas de conflito
Caixas-pretas (LASCOUMES, LE GALÈS, 2012)	Processo de convergência , mediados por instrumentos ou dispositivos , como por exemplo, pelas normas jurídicas, que exercem influência significativa na estabilização das ações coletivas.
Cubo da Democracia (FUNG, 2006)	Quadro de análise para compreender o alcance das possibilidades institucionais que envolvem a participação nas questões públicas. Proposta de análise da participação na governança a partir de três dimensões: (1) quem participa, (2) como os participantes se comunicam e tomam decisões coletivas, (3) como as discussões estão ligadas com as políticas e ações públicas.
Gradiente da Crítica (CHATAUREAYN AUD, DEBAZ, 2018)	Na medida em que a pesquisa dá uma atenção cada vez mais fina aos detalhes da atividade argumentativa, pode-se formalizar um “ gradiente da crítica ”. Uma tomada de posição pode assumir diferentes tonalidades, segundo a intensidade da crítica que ela provoca e a lista de entidades que mobiliza. Uma crítica técnica pode emergir de uma simples questão ou levantamento de uma dúvida, já crítica radical coloca em questão o conjunto de um sistema, seus protagonistas operam constantes reenquadramentos.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos autores citados

Feito o levantamento teórico-analítico dos principais debates e conceitos que alicerçaram o processo de pesquisa parte-se para a análise dos pressupostos epistemológicos e abordagem metodológica que serão abordados no próximo capítulo, que também inclui uma sessão sobre o desenho, as técnicas adotadas, os desafios e os limites da pesquisa.

3. EPISTEMOLOGIA E CAMINHO METODOLÓGICO DO ESTUDO

Esse capítulo descreve o posicionamento epistemológico que direcionou a postura da pesquisadora e o caminho metodológico adotado para operacionalização da pesquisa. O posicionamento epistemológico parte de uma **episteme pragmatista e a principal abordagem metodológica adotada foi a autoetnografia**. Tal escolha se inspira nos debates teóricos apresentados no capítulo anterior e nas características do fenômeno estudado, buscando conceber um caminho analítico metodológico consistente e coerente cientificamente, que permitisse uma interobjetivação entre a pesquisadora e os sujeitos pesquisados (DEMO, 2012 e ZASK, 2004).

A seguir, apresenta-se detalhadamente o enfoque analítico-metodológico adotado, iniciando com o posicionamento epistemológico, que se encontra ancorado no pragmatismo e na sociologia pragmática francesa, seguido dos pressupostos da autoetnografia que nortearam o estudo, finalizando com o desenho e os limites da mesma, bem como os desafios e as estratégias para tentar superá-los.

3.1 PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS

Como mencionado, desde a introdução, esse estudo parte de uma **epistemologia pragmatista**. Como afirma Correa (2014) e já abordado anteriormente, o **argumento ontológico** pragmatista considera que o “social” é o resultado sempre temporário e provisório das resoluções provenientes do trabalho dos atores em processo de experimentação das situações problemáticas que vivenciam. Assim, a perspectiva pragmática, conforme Andion et al (2017), focaliza nas práticas buscando acompanhar as experiências múltiplas de diferentes situações vivenciadas e diferentes escalas espaciais e temporais, além de dar ênfase nas consequências das ações coletivas para resolução de problemas públicos, abrindo ou não novas oportunidades de ação.

Latour (2006, p.46) afirma que esta compreensão do social implica numa outra postura dos pesquisadores, o que foi considerado neste estudo, cujo objetivo “não é estabilizar o social no lugar dos atores estudados, mas deixar os atores, ao contrário, fazerem o trabalho de composição”. Desse modo, o pesquisador deixa de ter um papel de julgar o que é verdadeiro ou não, ou de estabelecer o que é mais ou menos pertinente, e passa a ser o de observar atentamente as ações e as concepções dos costumes que são significativos e pertinentes para os atores.

Assim, este trabalho parte uma ontologia que redefine o “social” percebido não como uma esfera exclusiva, mas como um movimento contínuo de associações e (re) associações entre diferentes atores-rede (humanos e não-humanos) (LATOURE, 2012). O pragmatismo propõe uma forma diferente de enxergar a realidade, distinta daquela posta pela sociologia clássica, bem como um novo horizonte diante da crise dos grandes paradigmas e das grandes explicações totalizantes. Cabe ao pesquisador a renúncia do papel de julgador da verdade, passando a assumir o papel de identificar os critérios de pertinência e validade que assumem as ações e julgamentos dos atores em ação. De acordo com Barthe et al (2016), ao invés de uma sociologia crítica, propõe-se uma sociologia que considera a competência dos atores em problematizar a sua própria realidade, por intermédio de suas críticas.

É nessa perspectiva que se insere este estudo sobre o processo de criação, atuação e aprendizagem do FPPF, compreendido aqui como uma arena pública ou como destacam Cefai (2002) e Chateauraynaud (2011b), enquanto um “**laboratório de política**” composto por atores institucionais e organizacionais, que atuam com o comprometimento de esforço coletivo de percepção e gestão de problemas públicos. Portanto não é lugar de consensos, conforme problematização realizada anteriormente, mas um emaranhado de diferentes formas de ver o mundo, julgar e existir, o que configura um “campo de forças” ou “arena pública”. Por isso, é de grande relevância traçar a trajetória (não linear), levando em conta os argumentos e as interações entre os atores que compõem o FPPF. Esta análise focaliza as situações de prova e as controvérsias geradas nos debates públicos, pois esses evidenciam justificações, argumentos, engajamentos de atores que se mobilizam para solucionar uma situação entendida como problemática. As controvérsias, como já discutido, são os debates não estabilizados que emergem em situações de prova. Portanto, a análise das controvérsias evidenciam situações de “problematização” e “publicização” permitindo acessar e compreender como os atores agem publicamente, como se expressam, emitem sinais de alerta, entram em disputas e definem temas de conflito (CHATEAURAYNAUD, 2011b; LATOUR, 2012).

3.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Este estudo caracteriza-se por adotar uma abordagem **qualitativa de pesquisa**. Segundo Denzin e Lincoln (2006), essa abordagem proporciona um conjunto de práticas materiais e interpretativas, trazendo visibilidade ao mundo a partir de representações dos sujeitos pesquisados, das notas de campo, de diálogos, entrevistas, fotografias, entre outras fontes. Assim, a pesquisa torna-se uma atividade situada que considera o pesquisador um sujeito do estudo que constitui e incide sobre o fenômeno pesquisado e também é influenciado por ele. Além disso, segundo Moreira (2004), a tradição dos estudos qualitativos da Escola de Chicago, a partir do interacionismo simbólico – uma das tradições do pragmatismo contemporâneo –, evidencia para além da importância da análise no contexto do fenômeno, o caráter intersubjetivo e comunitário dos significados que os seres humanos atribuem às coisas.

Quanto à **perspectiva metodológica** adotada, o estudo foi desenvolvido a partir de uma **postura etnográfica**, que se alinha com o posicionamento epistemológico pragmatista aqui adotado. A etnografia tem sua origem na Antropologia e, de acordo com Cefaï et. al (2011), trata-se de uma abordagem de pesquisa caracterizada pela observação prolongada de um determinado meio ou de situações. Tal postura pressupõe que o pesquisador não defina unilateralmente a verdade. Seu papel passa a ser o de analisar as ações e concepções dos costumes que são significativos pelos atores, sem deixar de ser um “elo” conector das práticas observadas com as teorias que norteiam a pesquisa, com intenção de perceber possíveis lacunas a serem preenchidas. A opção por uma pesquisa de cunho etnográfico está também estritamente relacionada com as abordagens adotadas, bem como com a trajetória de pesquisa do NISP, no qual realizam-se estudos para a aproximação do debate sobre inovação social na esfera pública dos estudos da sociologia pragmática e do pragmatismo.

Andion e Serva (2006) definem a etnografia como uma postura de pesquisa, em que se busca compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências, levando em conta a imersão nos contextos de prática. Os autores destacam a dialógica na abordagem etnográfica, redefinindo as relações entre indivíduo/sociedade, particular/geral, sujeito/objeto, subjetividade/objetividade, micro e macro. Logo, na abordagem etnográfica o pesquisador, se insere, vive o fenômeno pesquisado e segue os atores, compartilhando e construindo interobjetivação (ZASK, 2004).

Cumpra observar que a **etnografia** nesse estudo assume características peculiares. Isso porque a pesquisadora não foi inserida no campo para a realização de uma **observação participante**. Ela já estava, não só inserida no objeto de estudo, como também em pleno protagonismo, já que ocupou o cargo de coordenadora do FPPF de 2016 a 2019. Assim, o processo de pesquisa no campo teve um **caráter autoetnográfico** (Alvesson, 2003). Segundo Araújo e Davel (2018, p. 194), a “autoetnografia é um método de pesquisa bem discutido e teorizado pelos pesquisadores no vasto campo das Ciências Sociais (Adams, Ellis, & Jones, 2015; Bochner, 2001; Bochner & Ellis, 2003; Ellis, 1991, 2007; Ellis et al., 2008; Ellis, Adams, & Bochner, 2011; Ellis & Bochner, 2006)”. Trata-se de uma construção conceitual e teórica e não se limita a técnica da observação participante.

É importante delimitar que autoetnografia tem semelhanças, mas não é a mesma coisa que a etnografia, embora façam parte da mesma família. Suas principais semelhanças estão no fato de que o pesquisador deve estar próximo de uma comunidade, desenvolver um trabalho de campo extenso, uma pesquisa de natureza exploratória através de dados não estruturados. Assim, um autoetnógrafo, tal qual o etnógrafo, se debruça sobre um fenômeno cultural. Já a principal diferença está no fato de que, na etnografia, o pesquisador é estranho ao ambiente observado enquanto que na autoetnografia o pesquisador faz parte de ambiente que não lhe é estranho. Assim, o pesquisador faz parte do contexto pesquisado e, em função disso, tem acesso a um conhecimento familiar, privilegiado e naturalizado, o que pode tornar a pesquisa mais rica, densa e aprofundada (DE ARAUJO; DAVEL, 2018).

Segundo os autores, no campo da administração, a autoetnografia é ainda timidamente utilizada e raramente proposta como método legítimo, adequado e eficaz de pesquisa, contudo, neste campo, existem muitos pesquisadores, que, por exemplo, são gestores ou profissionais com uma vivência organizacional ou gerencial vasta e profunda em suas áreas de atuação. Trata-se de um método que visa ultrapassar a falsa impressão de que um gestor, um coordenador ou uma outra pessoa altamente envolvida no objeto de estudo, sendo objeto e sujeito, ao mesmo tempo, não possui envolvimento prévio e que consegue gerar uma total estranheza dos fatos, deixando assim de lado, a riqueza de conhecimento exclusivo daquele gestor-pesquisador, que pode fornecer informações salutares, detalhados, sutis e complexas para o avanço do campo, que muitas vezes é totalmente desprezada. “Desta forma, a relevância da autoetnografia para o campo da

administração é bastante significativa, pois revela-se um dos poucos métodos capazes de permitir o acesso a fenômenos complexos e sinuosos.” (DE ARAUJO e DAVEL, 2018, p. 195).

Portanto, segundo, Alvesson, (2003), um dos avanços da autoetnografia, é assumir explicitamente o uso da pessoalidade do pesquisador, já que, de todo modo, muitos pesquisadores recorrem às suas experiências para aprimorar os trabalhos, no entanto, muitos faziam de forma velada, sem assumir explicitamente o uso da pessoalidade. Já seu principal desafio está no fato de que, familiarizado com o contexto, pode causar equívocos e desacertos durante o processo de pesquisa. Para fazer frente a essa problemática, o pesquisador precisa suscitar o estranhamento de modo a alcançar a reflexividade necessária para o avanço das análises, e isso significa reconstruir o processo de estranhamento que não ocorre nos mesmos moldes das etnografias clássicas, mas que deve acontecer. Para tal, é possível usar de recursos tais como: análise documental, descrições detalhadas sobre o fenômeno estudado, que são apresentadas e debatidas por meio de entrevistas semiestruturadas com pessoas mais ou menos envolvidas com o fenômeno (DE ARAUJO; DAVEL, 2018).

De modo a resumir os principais elementos que constituem a análise epistemológica e metodológica desse projeto de dissertação, o **quadro 6** apresenta a sua matriz epistêmica.

Quadro 6 - Matriz epistemo metodológica

ONTOLOGIA	EPISTEMOLOGIA	MÉTODO
Interação Sujeito-Objeto-Ambiente	Pragmatista	Autoetnografia

Fonte: Elaborado pela autora.

3.3 DESENHO DA PESQUISA E TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Em relação ao desenho da pesquisa, a abordagem utilizada foi prioritariamente qualitativa. A coleta de dados primários foi feita sobretudo a partir de observação sistemática e participante, de 2017 a 2019, por meio de autoetnografia. Nesse período, a pesquisadora atuou na organização e condução de **173 atividades realizadas ou acompanhadas pelo FPPF**, sendo que no ano de **2017**, teve a maior concentração com **87 atividades**, no ano de **2018**, a participação em **62 atividades** e, no ano de **2019** (de janeiro até junho), somaram **24 atividades**. As atividades detalhadas constam por ano, respectivamente no Quadro 7 a seguir, cujos resultados serão

discutidos nos capítulos 4 e 5. O conteúdo das observações foi registrado durante todo o período, no diário de campo, principal instrumento de um estudo autoetnográfico.

Quadro 7: Relatório de atividades da pesquisadora junto ao FPPF continua...

ANO DE 2017		
Atividade destaque	Descrição	Quant.
Assembleia Geral Ordinária (AGO)	• Plenárias mensais realizadas na 1ª Terça-feira de cada mês, no Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), no período da manhã.	11
Assembleia Geral Extraordinária (AGE)	• Convocada por demanda: (1) Processo de Conveniamento da SEMAS com as OSCs (11/01) (2) Processo de Conveniamento da SEMAS com as OSCs (05/05) (3) AGE e Plenária da ABONG (31/08) (4) AGE e 2º Encontro Intersetorial Conselhos Municipais (26/09) (5) Parcerias entre OSCs e Poder Público: Recursos e padronização das Prestações de Contas (22/11)	5
Reunião do Colegiado do FPPF (Coordenação)	• Reunião que acontece, ou deve acontecer, periodicamente para realização da organização e encaminhamentos deliberado no FPPF	5
Comissão Permanente: Educação, Saúde, Assistência Social, Auditoria da Dívida Pública e Comissão Intersetorial dos Conselhos Municipais	• Grupo temático permanente que integra o FPPF: (1) Comissão de Assistência Social (14/03) (2) Reunião da Comissão intersectorial dos conselhos municipais de Florianópolis – CICMF (08 e 22/08) (3) Reunião Comissão de Educação, 06/09	4
Reuniões Ampliadas	• Reuniões que não são formais como AGE, ampla ao público e parceiros (1) Sobre a Política de Assistência Social com a participação da Secretária Katherine e Mídia (Edsoul RBS) (21/03) (2) Da Comissão de Assistência Social com a Secretária de Assistência Social (30/03)	2
Grupo de Trabalho (GT): MROSC e Fundo da Infância e da Adolescência do CMDCA (FIA)	• Grupo formado para atender uma demanda específica, com prazo para terminar. No caso, foram realizadas reuniões de mediação com o poder público executivo, legislativo e judiciário para resolver questões ligadas ao MROSC (7) e FIA (1).	8
Frente Parlamentar de Assistência Social da Câmara Municipal de Florianópolis	• Frente que foi recriada a pedido do FPPF e mobilizada pelo mesmo. Cumpru papel de mediação com a SEMAS, incluindo a Câmara Municipal para encontrar soluções em relação ao MROSC e a política de Assistência Social. Em 1 das reuniões, a Secretária da SEMAS, Katherine Schreiner, esteve presente.	3

Atividade destaque	Descrição	Quant.
Ofícios emitidos pelo FPPF	Conforme deliberações em Plenárias	27
Diagnóstico Social	Levantamento sobre os atendimentos prestados pelas organizações a fim de mapear os impactos causados caso a PMF realizasse o prometido corte de recursos para a política de assistência social	1
Diagnóstico MROSC	Levantamento sobre as principais irregularidades do Decreto Municipal que regulamenta o MROSC em Florianópolis para debate em evento	1
Mandado de Segurança	Construção de um mandado de segurança coletivo protocolado no Ministério Público (MP) contra o Decreto Municipal que regulamenta o MROSC em Florianópolis, contendo levantamento da participação das OSCs em diferentes Conselhos de Políticas Públicas. Documento assinado por 18 OSCs, 1 Conselho, o FPPF e o Advogado Popular Roberto Wohlke	1
Denúncia ao MP	(1) Denúncia sobre a falta de transparência na audiência pública da Prefeitura sobre Orçamento Público Municipal (com abaixo assinado) (2) Judicialização de ação da SEMAS que feriu a autonomia do CMDCA/FIA	2
Participação em Tribuna Livre - CMF	• Espaço no plenário da Câmara Municipal de Florianópolis concedido 1 vez por mês para fala da população chamando a atenção para uma causa antes da Sessão Ordinária. O FPPF se manifestou buscando sensibilizar os vereadores para a política de assistência social e o MROSC (impedimento de participação nos Conselhos de Políticas Públicas)	1
Realização de Mobilização	• Ações coletivas com intuito de sensibilizar agentes públicos e sociedade sobre um ou mais temas urgentes (intensidade publicização)	4
Realização de Publicização	Entrevistas, publicações, repasse de informações para publicização	5
Participação na Conferência Municipal da Assistência Social (18 e 19/07/17)	Conferência que ocorre periodicamente para deliberar sobre a política de Assistência Social, elegendo pautas e delegados para participar da Conferência Estadual que faz o mesmo para a Nacional.	2
3ª Jornada SUAS	Desafios, debates e ações do FPPF sobre a política de Assistência Social	1
Participação em Audiência sobre Orçamento Público	Audiência Pública sobre Orçamento Municipal (da CMF e da Prefeitura Municipal de Florianópolis)	2

Atividade destaque	Descrição	Quant.
Participação em Audiência Pública sobre a Criminalização dos Movimentos Sociais	Audiência Pública no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Pública da CMF	1
Participação em Audiência Pública sobre o MROSC	Audiência Pública convocada para debater as implicações e inovações que formam a partir do Decreto Municipal que regulamenta a Lei em Florianópolis	1
TOTAL DE ATIVIDADES ACOMPANHADAS EM 2017		87
ANO DE 2018		
Atividade destaque	Descrição	Quant.
Assembleia Geral Ordinária (AGO)	Plenárias mensais realizadas na 1ª Terça-feira de cada mês	11
Assembleia Geral Extraordinária (AGE)	Convocada por demanda: Diálogo sobre a certificação das organizações sociais e quais as implicações práticas nas políticas públicas de assistência social, educação e saúde e no controle social. e Assembleia popular unificada: "Debate sobre os conselhos de políticas públicas e defesa de direitos: cenário, diagnóstico e fortalecimento".	2
Comissão Permanente (Educação, Saúde, Assistência Social, Auditoria da Dívida Pública e Comissão Intersetorial dos Conselhos Municipais. Dificuldade falta de coordenação)	Por demanda: 1 Comissão de Assistência Social - Reunião para elaborar ofício sobre público prioritário do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV). 5 Comissão Intersetorial dos Conselhos Municipais para organização do 3º Encontro dos Conselhos	6
Reuniões Ampliadas	Convocada por demanda: 04/07 e 12/09 - Reunião ampliada CME e FPPF, 15 e 16/06 - Assembleia popular unificada Debate sobre os conselhos de políticas públicas e defesa de direitos: cenário, diagnóstico e fortalecimento	3
Reunião com os membros que compõe o Colegiado do FPPF (Coordenação)	Periódica	2
Reunião MP	Reunião com Promotor Situação da FUCAS, denúncia de Servidores da saúde sobre falta de entrega de benefícios da saúde e da assistência social.	2

Atividade destaque	Descrição	Quant.
Participação Externa	Participação externa representando o FPPF: V Fórum do Conselho Municipal de Educação: Os desafios da Prefeitura em relação aos processos de Inclusão, Reunião do Conselho Municipal de Políticas Culturais, Palestra sobre Conjuntura Municipal na perspectiva da atuação do FPPF no Curso oferecido pelo NESSOP UFSC, Capacitação sobre o MROSC ofertado pela ABONG em Salvador/BA. Participação em reuniões ampliadas do CME sobre a falta de vagas em creches. 28/06 AÇÕES COLETIVAS EM PROL DA DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES, no Plenarinho da Câmara Municipal de Florianópolis.	8
Mobilização	Envio de ofícios para os Conselhos e para vereadores; Mobilização para que os Conselhos Municipais encaminhem representantes para participar do FPPF prestando contas da atuação dos conselheiros da Sociedade Civil. Mobilização com vereadores para saber mais sobre o Projeto de Lei do Vereador Tiago Silva que institui fundo social com a sobra de recursos da CMF para APAE e ONGS	2
Moção	Manifestação sobre uma ação pública: Moção de repúdio ao edital de eleição do Conselho da Cidade de Florianópolis emitida ao Prefeito pelo FPPF e Conselho Municipal de Política Cultural. Moção de repúdio ao projeto de lei que oferece certificação de organização social e pretende terceirizar serviços públicos essenciais- Lei de OS. Moção de Repúdio ao PROJETO “SOMAR FLORIPA”	3
Diagnóstico	Diagnóstico dos Conselhos de Políticas Públicas e pauta comum	1
Publicização	Entrevista à Rádio UDESC e a Pesquisadores Acadêmicos sobre o processo de implementação do MROSC em Florianópolis	3
Ofícios emitidos	Conforme deliberações em Plenárias	19
TOTAL DE ATIVIDADES ACOMPANHADAS EM 2018		62
ANO DE 2019		
Atividade destaque	Descrição	Quant.
Assembleia Geral Ordinária (AGO)	Plenárias mensais realizadas na 1ª Terça-feira de cada mês. Em formato de AGO foram realizadas no mês de abril e maio	2
Assembleia Geral Extraordinária (AGE)	Convocada por demanda: Diálogo e organização da Comissão de atualização do MROSC, composto pelo poder público municipal, estadual e comissão deste Fórum, que tem como objetivo encaminhar estudos e ações para a realização da atualização do MROSC no Estado de Santa Catarina e no município de Florianópolis.	1

Atividade destaque	Descrição	Quant.
Reuniões Ampliadas	Convocada por demanda: (1) Seminário desafios e perspectivas das políticas públicas e da desburocratização do MROSC em Florianópolis no contexto do Estado de Santa Catarina (26/03) e (2) A Política de Assistência Social por um fio: SUAS e o Desmonte, com a participação da ex Ministra do MDS e ex Secretária Nacional de Assistência Social, Márcia Lopes (04/06)	2
Reunião com os membros que compõe o Colegiado do FPPF (Coordenação)	Periódica	2
Emissão de Ofícios	Conforme demanda	17
TOTAL DE ATIVIDADES ACOMPANHADAS EM 2019		24
TOTAL DE ATIVIDADES ACOMPANHADAS NO PERÍODO		173

Fonte: Elaborado pela autora.

As atividades acompanhadas, no ano de 2019, não foram diretamente consideradas na construção da trajetória tratada no capítulo 5, que refere-se ao período de 2006 a 2018, tendo em vista os limites do prazo para análise e entrega e defesa dessa dissertação. De qualquer modo, é um período que compreende a atuação dessa pesquisadora na coordenação que se findou no mês de junho do mesmo ano. Assim, se inclui no acesso ao campo de estudo e contribui com a observação participante, conforme será detalhado na sequência.

A complementação das observações se deu por meio de **análise de documentos** do acervo físico e digital de arquivos do FPPF, incluindo buscas nas mídias sociais (grupo *wattsapp*, *facebook*, *blog*, *e-mail* e notícias), chegando a um levantamento inicial de um total de cerca de **3.000 documentos** organizados, mas que nem todos foram utilizados, como será explicitado a seguir. Foram também aplicados **questionários** com representantes das organizações que compõem o FPPF e foram realizadas duas **entrevistas individuais semi-estruturadas** com duas ex-coordenadoras do FPPF. Finalmente, para validar a construção da narrativa da trajetória do FPPF, junto com aos atores (Fundadores e membros do FPPF), foi utilizada a técnica do “**grupo focal**” que “constitui uma dentre as várias modalidades disponíveis de entrevistas grupais e/ou grupos de discussão.” (BORGES e SANTOS, 2005, p. 75). Entende-se como grupo focal o “conjunto restrito de pessoas, ligadas entre si por constantes de tempo e espaço, e articulados por sua mútua representação interna, que se propõe de forma explícita ou implícita, uma tarefa que

constitui sua finalidade” (PICHON-RIVIÈRI, 1998, p. 234). Como destaca Trad (2009, p. 777) os grupos focais derivam das entrevistas grupais e coletam informações por meio das interações e comunicação. Segundo a autora:

Seu principal objetivo é reunir informações detalhadas sobre um tópico específico (sugerido por um pesquisador, coordenador ou moderador do grupo) a partir de um grupo de participantes selecionados. Ele busca colher informações que possam proporcionar a compreensão de percepções, crenças, atitudes sobre um tema.

Godoy (2006) afirma que é de suma importância que o observador mantenha-se focado naquilo que interessa à pesquisa, evitando a coleta errônea ou de poucos significados para o estudo. Nesse sentido, a **triangulação de dados** por meio de diferentes técnicas de coleta e análise foi muito importante nesse estudo. A seguir, no **Quadro 8**, apresenta-se uma síntese dos procedimentos metodológicos adotados.

Quadro 8 - Síntese dos procedimentos metodológicos

ABORDAGENS	MÉTODO	TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	MÉTODO DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO
Qualitativa Quantitativa	Autoetnografia	Observação participante (como coordenadora) Diário de registros Análise documental Aplicação de questionários Entrevistas semi-estruturadas, Grupo focal	Triangulação de dados Análise descritiva e interpretativa pragmatista

Fonte: Elaboração da autora

Destaca-se, portanto que no **processo de coleta e análise de dados**, cada objetivo específico foi atingido usando triangulação, a partir de técnicas particulares abordadas acima, formando assim um percurso metodológico constituído dos seguintes momentos abordados a seguir: **(1) construção do enfoque teórico-analítico e acesso ao campo, (2) desenho e análise da rede de atores que forma o FPPF e suas formas de participação, (3) descrição e análise da trajetória do FPPF, (4) análise das consequências da atuação do FPPF junto as políticas públicas.** É preciso destacar que, como afirmam Andion et. al. (2014, p. 7), esses momentos não acontecem de maneira linear, já que, faz parte dos estudos pragmatistas um processo abduutivo que requer um movimento constante de idas e vindas, revisão, esboço e contornos “numa tentativa sempre frustrada do pesquisador de ser o mais fiel possível ao movimento do social sendo construído.”

3.3.1 A construção do enfoque teórico analítico e o acesso ao campo

A construção do enfoque teórico-analítico incluiu uma ampla **revisão bibliográfica** que proporcionou, não só a delimitação da problemática e das questões de partida, como também, a construção das premissas do estudo, a construção do marco teórico e do enfoque analítico, discutidos nos capítulos 1 e 2. A definição e delimitação da problemática de pesquisa teve base nessa revisão e também na trajetória da pesquisadora como integrante de conselhos e à frente da coordenação do locus de estudo: o Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis (FPPF).

Na revisão bibliográfica, além da revisão conceitual feita com base em livros e artigos científicos pertencentes às bases do NISP e acessados pela pesquisadora a partir da disciplina organizações da sociedade civil e esfera pública no mestrado, foram feitas três revisões sistemáticas: **(1) da produção científica relacionada à temática da dissertação com os termos participação, democracia e municípios, (Quadro 1); e (2) produção científica sobre Fóruns e similares (Quadro 2), e (3) sobre o próprio FPPF (Quadro 3)**, conforme descrição realizada anteriormente na sessão que trata sobre as justificativas e relevância do tema.

Sobre o **acesso ao campo**, como já mencionado, a pesquisadora atuou como coordenadora do FPPF de dezembro de 2016 até junho de 2019, tendo iniciado a autoetnografia a partir de seu ingresso no mestrado em 2017. Segue uma fotografia simbólica referente ao acesso ao campo na Figura 2 a seguir:

Figura 2 - Assembleia Extraordinária do FPPF: Redução de recursos destinados à política de Assistência Social, em março de 2017, no município de Florianópolis.



Fonte: Acervo da autora, 2017

Como já foi considerado, se por um lado a autoetnografia permite beber da experiência e a obtenção de um maior acesso a documentos e informações, por outro lado, o pesquisador precisa suscitar o estranhamento de modo a alcançar a reflexividade necessária para os avanços nas análises partindo de recursos documentais e de descrições detalhadas que devem ser apresentadas e validadas com atores mais ou menos envolvidos (DE ARAUJO e DAVEL, 2018). Portanto, essa pesquisa incluiu nesta etapa exploratória um amplo **levantamento documental**.

Para esse levantamento documental, o primeiro passo deu-se num esforço de reunir os documentos nos arquivos do FPPF, realizando buscas em arquivos físicos e eletrônicos. Já que, segundo Cellard (2008, p.25), o documento constitui-se como uma fonte de extrema importância para qualquer “reconstituição referente a um passado relativamente distante”, é o que possibilita adicionar a dimensão do tempo na compreensão do social”. Para isso, foi feito contato com as duas coordenadoras anteriores do FPPF e dois ex-integrantes do colegiado, que indicaram como e com quem recuperar alguns arquivos para coleta de documentos para análise documental.

Em seguida, houve um esforço pessoal de organização do arquivo físico, e também da equipe NISP, para digitalização e organização dos documentos em pastas digitais, que ficaram disponíveis tanto para o FPPF, quanto para que os demais pesquisadores, atuais e futuros, tenham acesso ao acervo. Acrescentou-se a essas pastas digitalizadas, os acervos mais atuais que estavam com a pesquisadora na qualidade de coordenadora do FPPF, bem como, foram inclusos antigos documentos encaminhados por um dos fundadores do Fórum, ex-membros do colegiado, e demais arquivos digitais que estavam disponíveis no histórico de *e-mail* do FPPF. Cabe dar destaque a dois pesquisadores orientandos da professora Carolina Andion, que contribuíam com essa organização documental: André Manoel, que no momento, realizava seu estudo para o trabalho de conclusão de curso, na graduação em administração pública e o Thiago Magalhães, doutorando do programa de administração da Esag/Udesc que segue no processo de pesquisa sobre a arena pública da garantia de direitos da criança e do adolescente, em Florianópolis.

Logo após essa organização inicial, iniciou-se uma análise exploratória dos documentos, por meio de uma planilha que foi sendo elaborado de acordo com as leituras, contribuindo para dar destaque a alguns elementos centrais do estudo. A lista de documentos encontrados e a divisão da tabela de levantamento de dados por grupos estão nos “Quadro 9” e “Quadro 10” respectivamente:

Quadro 9 - Levantamento documental do FPPF: Tipos e Fontes

TIPOS	FONTES
Atas de Assembleias Ordinárias	Acervo físico e digital
Atas de Assembleias Extraordinárias	Acervo físico e digital
Anotações de reuniões diversas do FPPF	Acervo físico e digital
Anotações de reuniões que o FPPF	Acervo físico
Ofícios emitidos pelo FPPF	Acervo físico e digital
Ofícios recebidos	Acervo físico e digital
E-mails enviados	Acervo físico e digital
E-mails recebidos	Acervo físico e digital
Registros de presença	Acervo físico e digital
Declaração de participação emitida pelo FPPF	Acervo físico e digital
Declaração ou certificado de participação emitido para o FPPF	Acervo físico
Documento de adesão e compromisso com o FPPF	Acervo físico e digital
Carta de princípios/regimento interno	Acervo físico e digital
Registros fotográficos	Acervo físico e digital
Notícias de jornais	Acervo físico e digital
Notícias nas redes sociais do FPPF	Acervo digital, Blog do FPPF, Página do Facebook, grupo do whatsapp, e-mail do FPPF,
Notícias nas redes sociais que menciona o FPPF ou que trata de tema abordado	Sites de outras instituições
Convocação do FPPF	Acervo físico e digital
Leis e Decretos debatidos no FPPF	Acervo físico e digital
Documento jurídico elaborado pelo FPPF	Acervo físico e digital
Documento jurídico encaminhado ao FPPF	Acervo físico e digital
Lista de conveniadas com a Secretaria de Assistência Social, Educação e Saúde	Acervo físico e digital
Relatório de participação nos Conselhos	NPMS/UFSC
Pesquisas científicas que citam o FPPF	Disponível na internet

Fonte: Elaborado pela autora.

Com tudo organizado e reconhecido, partiu-se para leitura e registros dos documentos a partir de uma planilha no software do Excel, conforme Quadro 10.

Quadro 10 - Levantamento de dados por grupo de análise

LOCALIZAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO	ATIVIDADES E PARTICIPANTES	TEMAS/SITUAÇÃO DE PROVA/CONSEQUÊNCIAS
Semestre	Nome do FPPF	Evento(s)	Temáticas Principais
Data	Colegiado	Local do Evento	Dispositivos
Documento	Secretária/Elaboração da ATA	Nº Participantes	Situação Problemática
	Sede do FPPF	Descrição de Participantes	Desdobramentos/ consequências
	Coordenador(a)		Atores envolvidos
			Argumentos defensores e contrários

Fonte: Elaborado pela autora

A análise documental inicial, somada à revisão conceitual e sistemática, serviu de base para construção do marco teórico e analítico, embasando o percurso metodológico para alcançar cada um dos objetivos específicos, conforme descrito a seguir.

3.3.2 Desenho e análise da rede de atores que forma o FPPF e suas formas de participação

Como descrito na introdução, esse objetivo foi atingido em conjunto e em parceria com o aluno André Manoel, bolsista de iniciação científica do NISP e orientando da professora Carolina Andion, que construiu o seu TCC no quadro dessa pesquisa, sobre a temática da participação no FPPF. Para traçar um “retrato” dos participantes do FPPF, foi definido como principal parâmetro, a frequência de participação nos últimos três anos - 2016, 2017 e 2018 - nas assembleias ordinárias do FPPF. A partir disso, realizou-se análise documental, com base nas atas e listas de presenças das assembleias gerais ordinárias disponíveis no período. No ano de 2016, foram realizadas 10 Assembleias Gerais Ordinárias (AGO), contudo, uma das atas não estava disponível. Já no ano de 2017 e no ano de 2018, foram realizadas 11 assembleias e todas as atas estavam disponíveis. Foram analisadas, portanto, 31 atas no total. Em relação às listas de presença, haviam 4 faltantes, 1 no ano de 2017 e 3 no ano de 2018, por isso as informações de presença foram suplementadas pelas atas, que elencam todas as organizações presentes a cada reunião.

Com esse levantamento catalogado, em planilha de Excel, foram estabelecidos critérios para atribuir diferentes status por frequência de participação, resultando na seguinte classificação

em termos de participação das organizações e que compõem o FPPF e seus representantes (Quadro 11):

Quadro 11 - Categorias de organizações que formam a rede do FPPF por frequência de participação nas suas Assembleias Ordinárias: 2016, 2017 e 2018

Categoria	Descrição	Quantidade	Porcentagem
Protagonista atual	Participaram de pelo menos de cerca de 50% das AGOs nos últimos três anos	12	22%
Protagonistas passadas	Que participaram de pelo menos de cerca de 50% das AGOs no anos de 2016 e 2017, porém, baixaram ou até anularam a sua participação nas AGOs no ano de 2018	15	28%
Ativas	Que mantiveram uma participação mínima de cerca de 30% das AGOs nos últimos três anos)	2	4%
Esporádicas	Que mantiveram sua participação mínima de cerca de 10% nas AGOs nos últimos três anos	13	24%
Notáveis	Participaram minimamente de cerca de 50% das AGOs no ano de 2016 e baixaram consideravelmente ou anularam a participação nos anos de 2017 E 2018	12	22%
Total de organizações que formam o FPPF (2016, 2017 e 2018)		54	100%

Fonte: elaboração da autora.

No total, 54 organizações foram incluídas nessa classificação, conforme detalhado no **Apêndice A**. Além dessas, devido à expressiva quantidade e diversidade de organizações que não se enquadram nas categorias anteriores e têm participação não nula em ao menos 1 dos 3 anos (2016, 2017 e 2018), optou-se por identificar as **97 organizações**, aqui denominadas de “satélites”, conforme consta no **Apêndice B**. Essas não foram consideradas no estudo como compondo a rede do FPPF, mas como interlocutores, indicando com quem o FPPF dialogou nesses três últimos anos.

Após a realização desse primeiro levantamento, buscou-se observar, de forma mais detalhada, as **54 organizações** que compõem a rede do FPPF para aprofundar a análise. Essa observação foi possível, por meio da utilização da plataforma do OBISF, com aplicação de questionário, por meio de visitas in loco, conforme **Anexo A**. Dentre as 54 organizações listadas: 3 estavam desativadas no OBISF (deixando de existir), 4 foram classificadas como atores de suporte à inovação social e 47 foram classificadas como iniciativas de inovação social⁶. A partir da mobilização da equipe do OBISF, **foram observadas 30 organizações, dessas 47 iniciativas de**

⁶ Suporte: organizações que prestam serviços de apoio à outras. Iniciativa: Organização que executa serviço diretamente ao público afetado pelo problema público. Mapeada: todas que foram indicadas ou auto cadastradas na plataforma. Observada: tiveram informações complementadas por contato direto pela equipe do Observatório.

inovação social que compõem o FPPF, o que permitiu, somado à análise documental e os dados da autoetnografia, reconstituir a rede que compõe o FPPF e analisar a sua configuração, a partir do levantamento das características das organizações que o compõe, conforme será discutido no capítulo 4.

Além disso, para a realização da análise sobre a percepção dos membros do FPPF, quanto a sua participação, elaborou-se um questionário (**Apêndice C**), com vistas a identificar a percepção dos participantes com base nas três dimensões do Cubo da Democracia (Fung, 2006), como visto anteriormente, no capítulo 2, incluindo: (1) formas de seleção dos participantes, (2) autoridade e poder, (3) modo de comunicação e tomada de decisão, além de mais um aspecto relacionado à diferentes gradação de crítica percebidos durante o processo de pesquisa, como será detalhado o capítulo 3. Entende-se questionário, de acordo com Chizzotti (2003), com um grupo de questões que são pré-elaboradas, sistematizadas e dispostas sequencialmente com o objetivo de levantar respostas ligadas ao tema de pesquisa.

Os questionários foram elaborados por meio da ferramenta on-line: “Formulários” do *Google*, sendo aplicados presencialmente e enviados por e-mail e pela rede de *wattsapp* junto as organizações que compõem a rede do FPPF, os quais, obtiveram respostas que, posteriormente, foram inclusas no formulário digital. Foram retornados 32 questionários respondidos, cujas respostas são analisadas no capítulo 4, a seguir.

3.3.3 Descrição e análise da trajetória do FPPF

Na consecução desse objetivo foram utilizados dados levantados por meio da **autoetnografia, análise documental, realização de grupo focal e de entrevistas semi-estruturadas (APÊNDICE C)** com ex-coordenadoras do Fórum, conforme descrito a seguir.

Na medida em que foi acontecendo a leitura dos diferentes documentos levantados, percebeu-se que seria necessário um recorte dos mesmos, uma vez que se tratava de um amplo acervo de 3.000 documentos, nos quais, muitos deles, repetiam as temáticas debatidas das Assembleias Gerais Ordinárias (AGO). Assim, optou-se por focar detalhadamente nas atas das AGO nos anos que foram encontradas, e nos anos onde não foi possível acesso a esse tipo de documento, baseou-se nos demais disponíveis, como por exemplo, o relatório do Encontro do

Fórum Integrado, no ano de 2004. Esse recorte resultou numa relação de 100 documentos para leitura e análise, conforme a relação no Quadro 12:

Quadro 12 - Relação de documentos analisados para compor a trajetória do FPPF

RECORTE DE DOCUMENTOS DO FPPF PARA ANÁLISE		
Ano	Unidade	Tipos
2001	1	Cartilha
2002	2	Anotações e decreto municipal
2004	1	Relatório
2006	7	Relatório, Ofício, Lista de Participação, Caderno de registro de presença,
2007	9	Caderno de registro de presença, ofício emitido, ofício recebido, anotações,
2008	6	Convocação, Lei Municipal
2009	3	Ata
2010	3	Ata
2011	5	Ata
2012	10	Ata
2013	10	Ata
2014	7	Ata
2015	5	Ata
2016	9	Ata
2017	11	Ata
2018	11	Ata
Total	100	Documentos

Fonte: Elaborado pela autora

A análise dos documentos somados ao levantamento por meio da observação participante feita pela autoetnografia, permitiu reconstituir as cenas públicas da trajetória do FPPF, a partir das diferentes situações de prova enfrentadas ao longo do tempo. Nessa reconstituição buscou-se identificar, encadear e analisar as situações pertinentes sinalizadas nas perspectivas dos diferentes atores e fontes pesquisados (Cefaï, 2007). Isso permitiu reconstituir cada uma das cenas públicas, conforme apresentado no capítulo 4, considerando:

- **O cenário** no qual se busca reconstituir as estruturas de horizonte espacial e temporal, bem como os dispositivos que extrapolam as situações de co-presença e constituem o pano de fundo no qual a cena se desenrola;
- **Os protagonistas e os demais personagens**, quem participa e quem não participa, quais lideranças, quais grupos que aparecem na cena, quais inimigos;
- **Os principais acontecimentos**: marcos, eventos, ocorrências significativas;
- Quais os **problemas públicos**, as **principais controvérsias ou incômodos** que mobilizavam os atores e como eles vão se transformando ao longo do tempo;

- **Como ocorria o debate público** sobre esses problemas, quais argumentos, as ações relacionadas aos mesmos e seus desdobramentos.

Assim, foram inicialmente desenhadas quatro cenas em uma planilha de Excel, conforme “**APÊNDICE D**” (Cena 1), “**APÊNDICE E**” (Cena 2), “**APÊNDICE F**” (Cena 3) e “**APÊNDICE G**” (Cena 4).

A partir desse primeiro desenho elaborado pela pesquisadora, o passo seguinte foi validá-los em um encontro em forma de grupo focal (Figura 3), realizado no dia 28 de maio de 2019, no CIEE, das 14:00 às 17:00. Para tal, foram convidados 15 representantes de organizações protagonistas ou fundadores do FPPF. Estiveram presentes dez participantes conforme detalhado no Quadro 13, a seguir.

Quadro 13 - Participantes do grupo focal realizado no dia 28 de maio de 2019

NOME	ORGANIZAÇÃO	SIGLA	ATUAÇÃO NO FPPF
Fernando Anísio Batista	Ação Social Arquidiocesana	ASA	Fundador e Colegiado
Elisabeth Bahia J. B. Férrer	Conselho Regional de Serviço Social	CRESS/SC	Fundadora e Coordenação Colegiada
Neide M. Raupp Cardoso	Comitê para a democratização da informática em Santa Catarina	CPDI	Participante
Eleonora O. Kaczur	Centro Comunitário dos Moradores do Saco Grande	COMOSG	Participante e Colegiado
Beatriz de O. S. M. Martins	Ação Social Coloninha	ASC	Participante
Veronice Sutilli	Casa da Criança do Morro da Penitenciária	CCMP	Fundadora e Coordenação Colegiada
Celio Wanderlei Moraes	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua	MNMMR	Fundador e Assessor do encontro do Fórum
Deyse F. Estevão Fogas	Casa São José	CSJ	Participante e Colegiado
Karine Amorim dos Anjos	Associação Catarinense para Integração do Cego	ACIC	Participante e Colegiado
Lisiane Bueno da Rosa	Centro de Integração Empresa Escola	CIEE/SC	Participante e Colegiado

Fonte: Elaborado pela autora.

Além dessas pessoas, é importante registrar a presença da orientadora dessa dissertação e de mais três colegas do NISP que contribuiram com anotações, para o processo de transcrição da atividade, e também, com os debates realizadas no encontro, além dos registros das imagens (foto

e vídeo), do áudio, da organização da sala, e posteriormente, na divulgação da atividade no Blog do núcleo de pesquisa. Para ilustrar, segue uma imagem – Figura 3 - da referida atividade, a seguir.

Figura 3 - Imagem do Grupo Focal



Fonte: Blog do Nisp, 2019.

A metodologia utilizada no grupo focal iniciou com a apresentação de cada participante contando um pouco sua proximidade com o FPPF. A segunda parte se deu em quatro blocos, nos quais, primeiramente era feita a entrega e apresentação de um documento contendo as características principais de cada uma das quatro cenas, pela pesquisadora, buscando reativar a memória, e em seguida, abria-se para discussão e perguntas. Por fim, fez-se a pergunta: qual o sonho para o FPPF no momento atual e futuro? A realização do grupo focal foi uma importante oportunidade para ouvir os relatos que acrescentaram inúmeras informações que serviram de “elos” ou “grampos” que conectaram com mais clareza o que motiva os participantes e fundadores na participação no FPPF.

Após essa etapa, foi feita a transcrição dos diálogos em documento que serviu de base para construir a narrativa sobre a trajetória do FPPF, apresentada no capítulo cinco.

Para efeito de complementação e levantamento de dados sobre algumas lacunas identificadas em relação a trajetória do FPPF, foram realizadas mais duas entrevistas semiestruturadas, individualmente, com as duas coordenadoras anteriores do FPPF (Apêndice C).

A primeira, com duração de 60 minutos, foi feita com a Norma Suely de Souza Carvalho (1ª coordenadora do FPPF) e foi realizada *on line* via *wattsapp* com imagem, no dia 01 de julho de 2019, sendo gravada e posteriormente transcrita. Com a Elizabeth Bahia (2ª coordenadora do FPPF), foi realizada no dia seguinte, dia 2 de julho de 2019, presencialmente, com duração de 90 minutos, em uma sala emprestada pelo CIEE (Figura 4). Ambas entrevistas enriqueceram a compreensão sobre a trajetória do Fórum, sobre os períodos de atuação e os motivos das duas coordenadoras bem como a suas impressões sobre a atual conjuntura e perspectivas do FPPF.

Figura 4 - Imagem da entrevista realizada com Beth Bahia, julho de 2019.



Fonte: Acervo da autora.

3.3.4 A análise da atuação do FPPF junto as políticas públicas, seus alcances e limites

Compreende a análise dos resultados dos dois primeiros objetivos, à luz da fundamentação teórica desse estudo, sendo incluído no quinto capítulo que também apresenta as considerações finais.

A seguir apresenta-se, no Quadro 14, uma **síntese** do desenho da pesquisa e seus resultados.

Quadro 14 - Síntese do desenho da pesquisa

Objetivo Geral			
<i>Compreender se e em que medida a experimentação democrática promovida pelo Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis promove investigação pública e consequências junto às políticas públicas municipais.</i>			
Objetivos Específicos	Resultados	Técnica de Coleta de Dados	Técnica de Análise de Dados
(1) Retraçar a rede que forma o FPPF, buscando compreender a sua configuração, seus participantes e formas de participação.	(1.1) Reconstituição e análise dos diferentes tipos de participantes que formam a rede do FPPF	- Análise das atas e outras formas de registro das AGO	Análise de conteúdo
	(1.2) Análise das características dos diferentes grupos de participantes	- Questionários aplicados em visita junto a 30 organizações participantes do FPPF	
	(1.3) Análise da percepção dos participantes sobre as formas de participação, com base no cubo da democracia de Fung (2006)	- Questionários aplicados junto aos representantes das organizações participantes	Análise de conteúdo
(2) Descrever e analisar a trajetória do FPPF, reconstituindo a sua história e buscando analisar o processo de investigação pública gerado a partir da análise das cenas públicas, das aprendizagens e os desdobramentos, desde a sua origem até os dias atuais.	Construção das cenas públicas da trajetória do FPPF, incluindo: Cenário Protagonistas e os demais personagens Principais acontecimentos Problemas públicos e como ocorria o debate público sobre esses problemas.	- Observação participante e diário de campo - Análise documental - Entrevistas semi-estruturadas com ex-coordenadoras - Grupo focal	Análise de conteúdo
(3) Compreender as consequências da atuação do FPPF junto as Políticas Públicas do município, seus alcances e limites	Síntese e análise dos resultados das etapas anteriores	Todas as anteriores	Análise de conteúdo

Fonte: Elaborado pela autora, (2019).

3.4 LIMITES E DESAFIOS DA PESQUISA

A escolha **por estudar participação, democracia e incidência política**, por si só já é um tanto desafiador, pela abrangência de abordagens teóricas e aspectos que são evocadas no percurso do estudo. Nesse sentido, destaca-se um limite relacionado com a formação inicial da pesquisadora que possui graduação em administração empresarial, cursada em uma faculdade privada. Portanto, o fato de não ter tido uma formação prévia ou um embasamento na área de administração pública, foi um primeiro desafio a ser suplantado tanto para concluir o curso de mestrado acadêmico em administração pública, quanto para escrever esta dissertação. Para superar, foi de fundamental

importância a orientação e a participação da orientadora, que possui uma grande bagagem intelectual e prática nessa área, a convivência com os colegas do grupo de pesquisa, a participação em momentos de estudo e discussão, além das disciplinas cursadas, principalmente as de “Estudos Organizacionais” ministrada pelo prof. Mário Cézar Barreto Moraes, “Coprodução do Bem Público” ministrada pela Prof.^a Paula Chies Schommer, “Epistemologia da Ciência em Administração” e “Organizações da Sociedade Civil e Esfera Pública”, essas últimas, ministradas pela orientadora deste estudo, Prof.^a Carolina Andion. Além disso, a experiência na atuação junto as OSCs e na coordenação junto ao FPPF, ajudou muito a pesquisadora a ampliar o conhecimento sobre a ação pública e a participação, não apenas a partir dos livros, mas da vivência prática.

Mais um apontamento sobre o desafio de estudar esse tema, está na atual conjuntura de profunda **crise política e da própria democracia**, constituindo o pano de fundo, no qual esta dissertação foi sendo escrita. Esse aspecto levou a muitos momentos de desânimo e até de tristeza, por perceber que a história de lutas da sociedade civil brasileira por direitos, participação e democracia estava sendo desconsiderada, ainda pior, sendo banalizada em nome de uma bandeira “ultrapolítica”. Já em outros momentos, a motivação reinou pela certeza de caminhar ao lado de tantas pessoas incríveis, com suas almas incansáveis, dedicadas a construir uma grande comunidade de pessoas corresponsáveis pelas políticas que envolvem o município e atingem direta ou indiretamente todas as pessoas e coisas, atingem a própria vida.

Sobre a **escolha do fenômeno e da abordagem do estudo**, como já foi justificado na introdução, partiu de uma motivação inicial por dar visibilidade e voz a construção de um espaço de experimentação democrática e laboratório de política, tão singular como é o FPPF. Para tal, fazia-se necessário compreender as dinâmicas do Fórum ao longo do tempo, interconectado com a conjuntura histórica nas diferentes esferas, considerando seus protagonistas e principais personagens, as motivações e formas de participação, bem como seus processos de aprendizagem e a incidência política (consequências) junto às políticas públicas no município de Florianópolis. Essa busca rendeu alguns desafios, gerando esforços no sentido de superá-los, como listados a seguir:

- **Amplitude do estudo e análise longitudinal:** buscou-se trazer, conforme a possibilidade, o enredo de cada cena pública que constitui a trajetória e seus atores. Nas cenas em que a pesquisadora participou o desafio era “tomar distância”, resumir e focalizar diante de tantos

acontecimentos relevantes. Nas cenas em que não esteve presente, optou-se por seguir as “pistas”, segundo os rastros identificados nos documentos e nos relatos feitos pelos atores. Desse modo, um dos principais desafios foi construir essa narrativa, ou “montar esse quebra-cabeças” sobre a expressiva quantidade de documentos e informação obtidas junto aos próprios atores no processo. Para superar esse desafio, ajudou muito a triangulação dos dados e sua delimitação e recorte (como destacado anteriormente), fazendo “escolhas” que focalizassem as questões centrais e assim, dar sentido a essa construção.

- **Aspecto transversal jogo de escalas:** cada cena pública trazia consigo dispositivos que se interconectavam com outros mais ou menos ampliados, como por exemplo, as reformulações na lei da política da assistência social e seus desdobramentos, e a Lei Nacional do MROSC que produziu diversos efeitos no âmbito municipal por meio da construção e depois, imposição do decreto que a regulamenta na cidade de Florianópolis. Na tentativa de superar esse desafio, buscou-se pesquisar as leis citadas no processo do FPPF, permitindo a construção de uma linha histórica de cada cena e também a análise e escrita da narrativa.
- **Análise de dados:** com tanta fonte primária reunida, é muito difícil fazer escolhas, o sentimento era de incluir tudo, cada frase lida, cada questão levantada, cada personagem, por mais que fosse citado uma única vez. Tinha-se a impressão de que tudo, absolutamente tudo era muito importante. Mas não teria sido possível terminar essa pesquisa se fosse assim. Como resultado disso, debruçou-se sobre 100 documentos, de complexidade e riqueza ímpar, alguns até, ao serem lidos, devido a riqueza de detalhes dos debates, faziam chegar as emoções que pulsavam naquele instante. As emoções podem ter sido captadas com mais facilidade, em alguns casos, pelo fato da pesquisadora conhecer alguns dos personagens e organizações envolvidos, permitindo “linkar” alguns fatos atuais com o que foi construído historicamente, e assim, nesse processo, foi possível realizar a autocrítica do FPPF e da própria pesquisadora, que sobre alguns fatos, não possuía conhecimento prévio. Conclui-se o quanto é importante considerar a “ancestralidade” de cada pessoa e lugar, antes de serem geradas conclusões e decisões a respeito. Bem como é de fundamental

importância ultrapassar a cultura de pesquisa científica ser realizada de modo individual, para compartilhar os ônus e bônus com uma equipe em uma relação que todos ganham.

- **Autoetnografia:** é fato que a pesquisadora é envolvida emocionalmente com a questão da participação e com o FPPF - como foi retratado na introdução e na metodologia justificando a escolha da autoetnografia - isso também é desafio imenso: realizar autocrítica sobre o FPPF e sobre a própria pesquisadora que atuou na condução dessa arena pública no período da última cena estudada. Mesmo contando com o apoio do coletivo de pesquisadores do NISP/OBISF e da orientadora, com a análise ampla de dados e validando as interpretações com o grupo focal e entrevistas individuais, admite-se que essa pesquisa manifesta um olhar feito pela lente da pesquisadora, como foi dito. Sobre esse tema, cabe ainda destacar que optou-se por não escrever a narrativa na primeira pessoa para contemplar todas as pessoas envolvidas no processo de construção deste estudo.
- **Pesquisa pragmática** por si só é um desafio que merece destaque: nada é dado a priori, não existem modelos a seguir, as técnicas metodológicas vêm de inspiração de outros estudos e pesquisadores que escreveram a respeito e nos antecederem, aceitando” fazer o caminho ao caminhar” ou viajar, tendo nas mãos apenas um guia de viagem (Latour, 2012), mas não um percurso traçado de antemão. Como cada pesquisa é muito particular, apesar de se poder buscar fontes de inspiração, tudo precisa ser construído no decorrer do processo de pesquisa. Para tal, faz toda a diferença poder formar e contar com quadro teórico-analítico-metodológico que desse suporte para elaboração de uma “costura” na análise dos dados. Para isso, foi fundamental o tempo dedicado e o aprofundamento na revisão bibliográfica conceitual e sistemática abordadas nos capítulos 1 e 2.

Desse modo, é preciso considerar que, apesar de todos os esforços metodológicos e de autocrítica por parte da pesquisadora, os limites se relacionam também às escolhas realizadas ao longo do estudo. Desse modo, ao mesmo tempo que se assume que esse trabalho não poderia ser construído sem a colaboração de cada um que se envolveu no percurso de sua elaboração, principalmente, dos diferentes atores que escreveram a história do FPPF, é preciso afirmar que a responsabilidade pelo que aqui está escrito é da pesquisadora e não constitui uma verdade absoluta,

mas apenas uma compreensão que se construiu a partir do amplo estudo realizado. Cabe ainda destacar que, se essa pesquisa tivesse ficado limitada a um retrato atual da rede que compõe o Fórum (capítulo 4) ou ainda a sua trajetória (capítulo 5), suas conclusões ficariam incompletas, dada a riqueza das duas dimensões de análise consideradas, apesar da extensão e dos desafios e para responder os objetivos, tudo valeu a pena. Os aprendizados foram enormes e seus desdobramentos não se encerram aqui, apesar de que a pesquisa termina quando acaba o seu tempo.

4. A CONFIGURAÇÃO DO FPPF, SUA REDE E FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

O Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis (FPPF) é uma organização informal da sociedade civil. Caracteriza-se como instância permanente de articulação, mobilização, organização e fortalecimento dos movimentos sociais, categorias profissionais, representações e organizações de usuários, organizações da sociedade civil e de apoio aos conselheiros municipais representantes da sociedade civil, na luta e defesa pelos direitos dos usuários das diversas políticas públicas do município de Florianópolis (REGIMENTO INTERNO FPPF, 2016).

De acordo com seu regimento interno, pode fazer parte do Fórum um conjunto de atores, não remunerados, representativos da sociedade civil organizada do município, conforme descrito no BOX 1.

Box 1 - Participantes do FPPF previstos no seu Regimento Interno

Artigo 6º - Podem constituir-se como **integrantes** do FPPF, com direito a **voz e voto**:

- a) Representantes de entidades e organizações não governamentais, registradas ou inscritas em seus respectivos Conselhos no município de Florianópolis.
- b) Representantes de movimentos sociais organizados, com atuação no município de Florianópolis.
- c) Representantes de usuários e organizações de usuários;

Artigo 7º - Podem constituir-se como **participantes** do FPPF, com direito a **voz**:

- a) Representantes de categorias profissionais com atuação em políticas públicas;
- b) Representantes da Câmara Municipal de Florianópolis, do Ministério Público, de Frentes Parlamentares, de Conselho Tutelar, de Universidades, de Categorias Profissionais e de demais espaços de controle social.
- c) Convidados, quando necessário (técnicos, estagiários e acadêmicos dos Cursos afetos as áreas e segmentos das Políticas Públicas).

Artigo 8º - Somente serão considerados **integrantes** do Fórum os representantes previstos no artigo 6º que aderirem formalmente a esta Carta de Princípios e assinarem o Termo de Compromisso de participação nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, nas Comissões Temáticas e nas demais ações realizadas pelo FPPF.

Artigo 9º - Cada entidade ou organização social, que se enquadre no artigo 6º, terá direito apenas a um único voto nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, independente de ter mais participantes no momento da votação.

Fonte: Regimento Interno do FPPF(2016).

Assim, o FPPF busca cumprir seu papel por meio das demandas recebidas por diferentes organizações e conselhos que o compõem, que, por meio de suas assembleias, trocam saberes, problematizam e deliberam sobre os problemas públicos. Entre os objetivos explicitados da ação coletiva do FPPF destacam-se: (1) fortalecer os conselheiros de defesa de direitos e de políticas públicas, dando-lhes suporte, capacitação e promovendo diálogo entre os mesmos; (2) fortalecer

as OSCs, promovendo formação e diálogo com o poder público e com os órgãos de controle, como a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), Ministério Público (MP), Tribunal de Contas do Estado (TCE) e a Câmara Municipal de Florianópolis (CMF) (REGIMENTO INTERNO FPPF, 2016).

Portanto, a participação é a principal forma de legitimação do Fórum. Ocorre que essa participação não se garante apenas por meio de regimento, como discutido no capítulo 2. Diante disso, algumas questões se colocam por esse trabalho tais como: (1) quem participa ou deixa de participar do FPPF? (2) Esses participantes conferem com aqueles previstos no seu regimento? (3) Quem são as organizações que estão à frente “puxando” as suas atividades? Quem são elas e como se caracterizam? Com quais outros espaços e organizações interagem? Como se sustentam? (4) Essa participação se manteve ao longo dos últimos 3 anos? (5) Como se caracteriza essa participação, de acordo com os seus participantes?

Desse modo, visando responder o primeiro objetivo específico dessa pesquisa, buscou-se construir um retrato atual da rede de organizações da sociedade civil que compõem o FPPF. Esse retrato foi constituído a partir de três momentos apresentados a seguir: (1) a reconstituição da rede de organizações que forma o FPPF, buscando caracterizar e analisar os grupos por intensidade de participação nos últimos 03 anos; (2) uma caracterização mais detalhada do grupo de OSCs que forma a rede do FPPF, a partir da observação de suas práticas por meio de aplicação de questionários; (3) o levantamento da percepção, por meio de questionários, das suas formas de participação pelos representantes dessas organizações. Os resultados são apresentados e discutidos a seguir.

4.1 RECONSTITUIÇÃO DA REDE QUE FORMA O FPPF

A partir de metodologia já detalhada no capítulo 3, o levantamento da participação tomou por base as listas de presença e atas das Assembleias Gerais Ordinárias (AGO), realizadas mensalmente, na primeira terça-feira de cada mês, no auditório do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), no período matutino, dos últimos três anos: 2016 (10 AGOs), 2017 (11 AGOs) e 2018 (11 AGOs). O levantamento resultou na classificação descrita no Quadro 12, na página 78.

Como explicado, a reconstituição da rede e a análise das características das OSCs foram elaboradas por meio do levantamento e tratamento dos dados via plataforma do OBISF, que trata-

se de uma ferramenta online colaborativa que auxilia no mapeamento e compreensão do Ecossistema de Inovação Social (EIS) no município. Esse levantamento permitiu reconstituir a rede de organizações que compõem o FPPF, conforme Figura 5, a seguir, com legenda explicada no Quadro 15.

Para melhor ilustrar a rede do FPPF, organizou-se, do centro para fora, as organizações participantes classificadas respectivamente conforme Quadro 11 (p.76), que cabe retomar nesse capítulo:

- **12 Protagonistas Atuais:** que participaram minimamente de cerca de 50% das AGOs nos últimos três anos;
- **15 Protagonistas Passadas** que participaram minimamente de cerca de 50% das AGOs no anos de 2016 e 2017, porém, baixaram ou até anularam a sua participação nas AGOs no ano de 2018;
- **2 Participantes Ativas:** que mantiveram sua participação mínima de cerca de 30% das AGOs nos últimos três anos;
- **13 Participantes Esporádicas:** que mantiveram sua participação mínima de cerca de 10% nas AGOs nos últimos três anos;
- **12 Participantes Notáveis:** que participaram minimamente de cerca de 50% das AGOs no ano de 2016 e que baixou consideravelmente ou anulou a participação nos anos de 2017 e 2018⁷.

Quadro 15 - Legenda da rede do FPPF

Status no OBISF	Símbolo	Descrição da Classificação
Mapeada		Foi indicada e possui as informações básicas cadastradas
Observada		Possui informação já validada e completa
Acompanhada		Além de observada, está sendo acompanhada pela equipe do OBISF
Suporte de articulação		Articuladores de iniciativas ou redes de Inovação Social (Ponte)
Suporte de Apoio Técnico		Oferece apoio e assessoria técnica para as Iniciativas de Inovação Social
Suporte Financeiro		Oferece crédito para Iniciativas de Inovação Social

Fonte: Adaptada pela autora a partir das informações da plataforma do OBISF

⁷ Com exceção de 1 única organização que apresentou uma participação mínima de 55% das AGOSs realizadas no ano de 2017: Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna (SEOVE).

Na Figura 5, acima, encontra-se uma representação da rede das 50 organizações participantes do FPPF (detalhadas no Quadro 16), já que, das 54 identificadas, 4 foram excluídas da ilustração pois encontram-se desativas, são elas: (1) Sociedade Alfa Gente, (2) Associação Atlética Esportiva Infantil Vento Sul, (3) Associação Cultural do Sul da Ilha e (4) Núcleo de Ação Integrada - Mostra Infantil. Essas 50 OSCs são dispostas na rede em relação à distância do FPPF conforme segue: as mais próximas são as protagonistas atuais, seguidas pelas passadas, ativas, esporádicas e notáveis.

Em relação a classificação do EIS no OBISF, cabe destacar que, no caso do status “acompanhada”, que na rede é representada pelo Instituto Comunitário da Grande Florianópolis (ICOM), considera-se o status de “observada”, para fins de análise. Destaque também para as 4 organizações de suporte⁸: (a) Somaram-se 2 Conselhos Tutelares (CTs), como Suporte de Articulação, (b) Conselho Regional Estadual Serviço Social de Santa Catarina (CRESS/SC), como Suporte de apoio Técnico e (c) Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF), como Suporte com apoio Financeiro.

Fazendo uma análise mais apurada da rede de organizações que formam o FPPF, destacam-se as organizações, siglas (na rede do OBISF), status, classificação por critério de participação nas Assembleias Gerais Ordinárias (AGO), mais detalhados no Quadro 16, a seguir:

Quadro 16 - Lista de organizações que compõem a rede que forma o FPPF continua...

Organização	Sigla	Status OBISF	Analisa da?	2016 %	2017 %	2018 %	Categoria
Associação dos Hemofílicos do Estado de Santa Catarina	AHESC	Mapeada	Não	80	82	55	Protagonista Atual
Associação Casa São José	CSJ	Observada	Sim	80	91	73	Protagonista Atual
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Florianópolis	APAE	Observada	Sim	70	91	73	Protagonista Atual
Associação dos Celíacos de Santa Catarina	ACELBRA	Observada	Sim	100	55	55	Protagonista Atual

⁸ Lembrando duas importantes classificações do OBISF: 1) **iniciativas de Inovação Social** são coletivos formais e informais que promovem ações que visam responder aos problemas públicos da cidade e 2) **atores de Suporte à Inovação Social** são organizações que fornecem apoio às iniciativas de inovação social de Florianópolis. Entende-se aqui, como **Inovação Social**, um processo de mudança social que exige "experimentação democrática" (Ansell, 2012), ou seja, a mobilização e o engajamento de diferentes coletivos em torno das consequências produzidas pelos problemas públicos. Para maior incursão sobre o debate da inovação social ver Andion et al (2017).

Organização	Sigla	Status OBISF	Analisa da?	2016 %	2017 %	2018 %	Categoria
Casa da Criança Morro da Penitenciária	CCMP	Observada	Sim	70	91	82	Protagonista Atual
Centro Comunitário dos Moradores do Saco Grande	COMOSG	Observada	Sim	60	100	82	Protagonista Atual
Centro de Educação e Evangelização Popular	CEDEP	Observada	Sim	70	45	73	Protagonista Atual
Centro de Integração Empresa Escola do Estado de Santa Catarina	CIEE/SC	Observada	Sim	80	55	64	Protagonista Atual
Comitê para a democratização da informática em Santa Catarina	CPDI	Observada	Sim	70	64	55	Protagonista Atual
Fundação Catarinense de Assistência Social	FUCAS	Observada	Sim	90	64	64	Protagonista Atual
Instituto Comunitário Grande Florianópolis	ICOM	Observada	Sim	70	64	45	Protagonista Atual
Sociedade Espírita de Recuperação Trabalho e Educação	SERTE	Observada	Sim	50	91	45	Protagonista Atual
Centro de Educação Infantil Nossa Senhora Mont Serrat	CRECHE NSMS	Mapeada	Não	70	73	18	Protagonista Passada
Conselho Comunitário de Capoeiras	CCP	Mapeada	Não	60	45	0	Protagonista Passada
Grupo de Trabalho Comunitário Catarinense	GTCC	Mapeada	Não	70	55	18	Protagonista Passada
Pastoral da Pessoa Idosa	PPI	Mapeada	Não	70	55	0	Protagonista Passada
Seara Espírita Entrepasto da Fé	SEEDE	Mapeada	Não	60	45	18	Protagonista Passada
Ação Social Coloninha	ASC	Observada	Sim	70	55	27	Protagonista Passada
Associação Catarinense para Integração do Cego	ACIC	Observada	Sim	70	73	18	Protagonista Passada
Associação Comunitária Amigos de Jesus	ACAJE	Observada	Sim	100	55	36	Protagonista Passada
Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social	AEBAS	Observada	Sim	100	55	70	Protagonista Passada
Centro de Apoio à Formação Integral do Ser	CEAFIS	Observada	Sim	50	73	36	Protagonista Passada
Grupo de Apoio a Prevenção da AIDS de Florianópolis	GAPA	Observada	Sim	70	73	0	Protagonista Passada
Instituto Guga Kuerten	IGK	Observada	Sim	50	64	0	Protagonista Passada
Obras de Assistência Social Dom Orione de Capoeiras	CEDO	Observada	Sim	50	82	36	Protagonista Passada
Obras Sociais da Comunidade Paroquial de Coqueiros	OSOPAC	Observada	Sim	90	64	0	Protagonista Passada
Associação de Amigos da Casa da Criança e do Adolescente do Morro do Mocotó	ACAM	Mapeada	Não	40	27	36	Participante Ativa

Organização	Sigla	Status OBISF	Analisa da?	2016 %	2017 %	2018 %	Categoria
Irmandade do Divino Espírito Santo	IDES	Observada	Não	40	45	64	Participante Ativa
Rede Nacional de Aprendizagem	RENAPSI	Mapeada	Não	20	36	27	Participante Esporádica
Associação Irmão Joaquim	AIJ	Mapeada	Não	20	9	27	Participante Esporádica
Conselho Tutelar Norte	CT	Suporte	Não	30	18	36	Participante Esporádica
Conselho Tutelar Sul	CT	Suporte	Não	10	18	9	Participante Esporádica
Ação Social Arquidiocesana de Florianópolis	ASA	Observada	Sim	40	18	36	Participante Esporádica
Ações Sociais Amigos Solidários	ASAS	Observada	Sim	80	27	18	Participante Esporádica
Associação Beneficente, Educacional e Assistencial Gente Amiga	ABEAGA	Observada	Sim	70	36	18	Participante Esporádica
Associação de Surdos da Grande Florianópolis	ASGF	Observada	Sim	40	9	18	Participante Esporádica
Associação de Surf da Armação e Matadeiro	ASM	Observada	Sim	50	36	18	Participante Esporádica
Associação de Voluntários de Saúde do Hospital Infantil Joana de Gusmão	AVOS	Observada	Sim	10	9	9	Participante Esporádica
Casa Lar Emaús	CLE	Observada	Sim	20	27	9	Participante Esporádica
Centro Educacional Marista Lúcia Mayrvone	CEMLM	Observada	Sim	10	55	18	Participante Esporádica
Lar Fabiano de Cristo	LFC	Observada	Sim	20	18	9	Participante Esporádica
Associação Comercial e Industrial de Florianópolis	ACIF	Suporte	Não	60	18	0	Participante Notável
Conselho Regional Estadual Serviço Social de Santa Catarina	CRESS/SC	Suporte	Não	100	18	0	Participante Notável
Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna	SEOVE	Mapeadas	Não	20	55	0	Participante Notável
Fundação Hassis	Fundação Assis	Mapeadas	Não	70	0	0	Participante Notável
Instituto Esporte Social e Cidadania	IESC	Mapeadas	Não	70	0	0	Participante Notável
Instituto Pais e Bebês	IPB	Mapeadas	Não	50	0	0	Participante Notável
Associação Novo Alvorecer	ANA	Observada	Sim	70	0	0	Participante Notável
Casa Lar Luz do Caminho	CLLC	Observada	Sim	90	27	0	Participante Notável
Centro Cultural Escrava Anastácia	CCEA	Observada	Sim	70	36	0	Participante Notável

Fonte: Elaborada pela autora, (2019)

Antes da análise dos dados apresentados no Quadro 16, acima, cabe fazer algumas considerações, com base na observação participante, sobre alguns limites e desafios desse levantamento:

- **As presenças que foram catalogadas referem-se apenas a um tipo de reunião promovida pelo FPPF, apenas as AGOs.** Essa opção se deu pelo caráter permanente desse tipo de reunião e pela sua importância e que, por isso, contém maior vínculo do grupo e concentração de discussões, demonstrando maior engajamento de quem participa. Com essa escolha, deixou-se de fora, os demais encontros chamados de Assembleia Gerias Extraordinárias (AGE), Reuniões Ampliadas, Formações, Reuniões de Grupo de Trabalho (GT), Reuniões de Mediação e Articulação, Reuniões do Colegiado do FPPF, Mobilizações Externas e Participação em eventos e reuniões realizadas por outras organizações.
- **Algumas pessoas que participam das AGOs não lembram de assinar a lista de presença.** Tarefa que deve ser insistentemente reforçada pelos membros à frente da organização do FPPF. Por esse motivo, algumas organizações, podem não constar na lista, mesmo tendo participado das plenárias.
- **Por vezes, ocorre de uma pessoa representar mais de uma organização,** como no caso da Elizabeth Bahia, coordenadora do FPPF no período de 2010 à 2016, assinava a lista de presença, com duas organizações: CRESS/SC e ACELBRA, chegando a ter 100% de frequência no de 2016, último ano que esteve à frente da Coordenação do Fórum.
- **Por vezes, ocorre de uma pessoa mudar a sua representação organizacional no decorrer do tempo,** como por exemplo, no caso dessa pesquisadora, que, quando iniciou a sua atuação na coordenação do FPPF seguia representando a AEBAS, organização onde atuou, mas, no decorrer do tempo, passou a representar o CRA/SC no FPPF e na CMAS, por ter deixado de trabalhar na organização anterior.
- **A análise de participação não abrange as frequências do ano atual (2019),** mas que, de qualquer modo, por meio da observação participante, observa-se que pouco mudou o cenário de 2018 para esse ano.

Desse modo, os dados coletados, demonstram que **33 (61%) das organizações registraram maior participação no ano de 2016, 17 (31%) delas aumentaram sua**

participação em 2017 e apenas 4 (7%) aumentaram sua participação no ano de 2018. Dentre as quatro organizações que aumentaram a participação, destacam-se a IDES, que passou a fazer parte do colegiado do Fórum e a do Conselho Tutelar Norte, que se fez presente durante o último ano, principalmente visando solucionar o problema público de falta de vagas em escolas na região do norte da ilha. Situação que teve por desdobramento o acolhimento da pauta em união com o Conselho Municipal de educação (CME), conforme será visto no capítulo a seguir. Ainda sobre estas, o CEDEP e a Associação Irmão Joaquim, foram representadas no FPPF, por novos funcionários.

Colocando uma “lupa mais ampliada”, observa-se que a **metade, ou seja, 27 organizações, diminuíram, sistematicamente a sua participação nas plenárias mensais realizadas pelo FPPF ou até, se ausentaram totalmente nos últimos anos de 2017 e 2018.** Dentre as organizações que diminuíram a participação, merecem destaque à ACAJE, AEBAS, que juntamente com a ACELBRA e CRESS/SC, participaram de todas as AGO do ano de 2016. Todos esses dados indicam uma diminuição na diversidade da participação e uma desmobilização dos participantes do FPPF nos últimos dois anos, incluindo algumas OSCs que já desempenharam o papel de protagonistas e atualmente não mais.

Ainda sobre os aspectos gerais da participação, ressalta-se que, em relação a **nulidade de participação no últimos dois anos (2017 e 2018),** estão organizações dos grupos de protagonistas passadas e participantes notáveis somando **14 OSCs (28%)** (já retirando as 4 OSCs desativadas), que deixaram de participar totalmente das plenárias do FPPF, que são: CCP, PPI, IGK, OSCOPAC, ACIF, SEOVE, Fundação Assis, IESC, IPB, ANA, CLLC e CCEA. **Somando-se as observações, pode-se afirmar que são OSCs que tem uma atuação relevante em termos de políticas públicas e legitimidade deixaram de participar do FPPF nos anos de 2017 e/ou 2018.** Destaca-se que algumas mudanças foram observadas a partir da troca da pessoa representante a exemplo do Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA), que vinha sendo representado por sua assistente social, que passou a trabalhar na Casa São José, diminuindo a participação da anterior e ampliando e até incluindo a segunda organização no colegiado do FPPF. **Com isso, percebe-se de um lado, a importância dos indivíduos e suas motivações pessoais nessa participação e não apenas das OSCs onde exercem o papel de representação. Por outro lado, isso indica também que em muitos casos essa representação não é institucionalizada na OSC, fazendo com que quando há mudança da pessoa, a participação descontinua.**

Desse modo, no que diz respeito a **concentração dos grupos, observa-se que apenas 12 OSCs, das que formam o FPPF, atuam com maior intensidade nas AGO do FPPF, formando o que pode-se chamar de “núcleo central” ou “núcleo duro” da participação.** Esse dado indica a **necessidade de mobilização para maior envolvimento das demais 38 OSCs** que, de certo modo, acompanham as plenárias do Fórum e já tiveram maior participação e, portanto, possuem algumas das demandas compartilhadas em comum. Se for considerado um universo mais amplo de organizações que, de algum modo, acompanham o FPPF, como no caso das 94 organizações classificadas como “satélites”, como será visto mais à frente, o potencial de mobilização é ainda maior.

Desse “núcleo central”, das 12 organizações identificadas, 3 organizações estão atualmente à frente do Colegiado do FPPF, são elas: (1) Casa da Criança do Morro da Penitenciária (CCMP), representada por Veroni Sutilli, (2) Casa São José (CSJ), representada por Deysi Fogaça, (3) Centro Comunitário dos Moradores do Sago Grande (COMOSG), representado por Eleonora Kaczur, somando-se, à Irmandade Divino Espírito Santo (IDES), representada por Luciana Nunes, classificada no quadro geral como “participante ativa” até o ano de 2018. **Com isso, tem-se um quadro dirigente composto por 100% de mulheres, todas elas assistentes sociais.** Mas o que significa fazer parte do colegiado do FPPF? As funções do colegiado são sintetizadas no BOX 2 abaixo, conforme seu Regimento Interno:

Box 2 - Funções do colegiado do FPPF definidas no seu regimento interno continua...

Artigo 15º - O Colegiado é a instância de organização, apoio e funcionamento do Fórum, composto por uma Coordenação Geral, uma Coordenação Executiva e uma Coordenação Técnica, incluindo os Coordenadores das Comissões Temáticas. O número de membros de cada coordenação será definido em Assembleia Geral, eleitos entre os integrantes do Fórum para um período de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por processo de eleição.

Artigo 16º - Compete ao Colegiado, em funções a serem distribuídas entre seus membros:

- a) Convocar e coordenar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias do Fórum e demais instâncias do Fórum.
- b) Promover e organizar cursos de capacitação, seminários, Rodas de Conversa, comissões temáticas, grupos de trabalho e outros.
- c) Reunir-se mensalmente para dar os encaminhamentos da Assembleia Geral, fazendo repercutir as ações do Fórum.
- d) Contribuir na publicização das ações dos Conselhos Municipais junto à sociedade civil.
- e) Representar o Fórum sempre que necessário, nos diversos espaços e organizações sociais do município e demais localidades, defendendo a participação da sociedade civil nos espaços de discussão e formulação de propostas para a implementação de Políticas Públicas e outras frentes de mobilização.
- f) Cumprir e fazer cumprir as deliberações das Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias do Fórum.
- g) Realizar ações relativas à coordenação das atividades programadas.
- h) Organizar, apoiar e acompanhar as Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho.

- i) Incentivar as entidades, movimentos sociais e organizações da sociedade civil para participarem das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, das Comissões Temáticas e de outras instâncias e eventos promovidos pelo Fórum,
- j) Convocar as entidades da sociedade civil inscritas ou registradas nos Conselhos do município de Florianópolis para participarem das Assembleias ou Fóruns Próprios de Eleição dos conselheiros da sociedade civil para compor os Conselhos Municipais, organizadas e coordenadas pelas Comissões Temáticas específicas deste Fórum.
- k) Manter atualizado o cadastro das entidades, movimentos sociais e organizações da sociedade civil integrantes do Fórum, criando um canal permanente de comunicação por meio de e-mail de grupos do Fórum, do blog, de boletim informativo e de outros meios de comunicação.
- l) Preparar e encaminhar a convocação de integrantes do Fórum para participar das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias e das Comissões Temáticas.
- m) Preparar e publicizar as Atas das Assembleias Gerais no grupo de e-mails, blog do Fórum e demais meios de comunicação.
- n) Controlar o registro de frequência dos representantes das entidades e demais movimentos sociais e conceder declarações de participação nas Assembleias Gerais e Comissões Temáticas do Fórum.

Fonte: Regimento Interno do FPPF, 2016.

Como fica evidente, ocupar o colegiado do FPPF exige a realização de inúmeras tarefas que precisam ser realizadas e acompanhadas para que se garantam os encaminhamentos coletivos e a continuidade das ações. O maior desafio está na comunicação interna e externa, pois essa arena “vive” de mobilização, por suas próprias características de ser um espaço informal e se tratar de um trabalho não remunerado, ou seja, voluntário.

A partir dessa caracterização inicial, pode-se adentrar numa análise mais aprofundada para caracterizar essas organizações, o que será apresentado na próxima sessão.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS OSCS QUE FORMAM A REDE DO FPPF

A partir dessa primeira análise sobre quem participa e, portanto forma a **rede do FPPF** (Figura 5 e Quadro 16), faz-se necessário aprofundar sobre as principais características dessas organizações para que se possa compreender como se configura essa rede. Para tanto, é preciso destacar que das 54 OSCs mapeadas foram retiradas: **(1) 4 organizações que se configuram como atores de suporte**, as quais são minoria na rede e fogem do escopo da pesquisa pois não atuam “na linha de frente” junto aos problemas e políticas públicas; **(2) Iniciativas Desativadas**: retirou-se 4 organizações que não mais estão em funcionamento. Desse modo, das 54 organizações que formam a rede do FPPF, **46 iniciativas foram mapeadas pelo OBISF e 33 OSCs foram observadas mais de perto**, por meio de visita in loco e aplicação de questionário por meio do OBISF (Anexo A).

Desse modo, considera-se que a análise realizada se deu sobre uma base de dados representativa, ou seja, **33 das 46 OSCs (72%) aptas à observação. A lista contendo as 33 OSCs, incluindo uma síntese das suas principais características encontram-se no Quadro 17, a seguir:**

Quadro 17 - Características das 33 OSCs observadas que integram a rede do FPPF continua...

OSC	FPPF	Causas	Origem	Atividades	Ano	Incidência	Financiamento
CSJ	Protagonista Atual	DCA Educação AS	Religião Católica	Contraturno escolar SCFV	2003	CMDCA, CMAS, FPPF, OAB Cidadã Fórum das Pastorais da ASA	PMF (SME, SEMAS, Floricriância) e Fundação Banco do Brasil
APAE	Protagonista Atual	Inclusão da Pessoa com Deficiência DCA AS	Saúde	Defesa de direitos das pessoas com deficiência intelectual	1964	CMDCA, CMA FPPF	PMF, ALESC e Koerich
ACELBRA	Protagonista Atual	Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional	Saúde	Promoção de acolhida e diálogo, socialização, partilha de experiências e informações à pessoas portadoras da doença celíaca	2000	FPPF CONSEA/SC COMSEAS	Associados
CCMP	Protagonista Atual	DCA Educação AS	Religião Católica	Contraturno escolar SCFV	1988	CMDCA, CMAS FPPF SGDCA Fórum DCA Comunidade	PMF (SME, SEMAS, Floricriância). Engie, Eletrosul e Angeloni
COMOSG	Protagonista Atual	DCA Educação AS	Organização popular comunitária	Contraturno escolar SCFV	1981	CMDCA CMA FPPF	PMF (SME, SEMAS, Floricriância).
CEDEP	Protagonista Atual	DCA, Educação e Trabalho Renda	Religião Católica	Contraturno escolar SCFV Esporte Empreendedorismo	1987	CMDCA, CMAS CEAS, FPPF IVG Comitê Intersetorial de PP's para População de Rua	PMF

OSC	FPPF	Causas	Origem	Atividades	Ano	Incidência	Financiamento
CIEE	Protagonista Atual	AS Trabalho e Renda DCA	Investimento Social Privado	Programa de Aprendizagem e de Iniciação ao Trabalho Oficinas Socioeducativas	1984	CMDCA, CMAS, FPPF CONJUVE	Programa de Estágios com as empresas e organizações
CPDI	Protagonista Atual	DCA, Uso da Tecnologia para Mudança Social e Gestão de Resíduos e Reciclagem	Investimento Social Privado	Formação e acesso às Tecnologias da Informação (TI), para população de baixa renda e regiões rurais, preparado para inserção no trabalho.	2001	CMDCA e FPPF	PMF (Floriciância), Fundação Telefônica e VIVO
FUCAS	Protagonista Atual	DCA, Educação AS	Investimento Social Privado	Contraturno escolar SCFV	1977	CMDCA CMAS FPPF SGDCA	PMF(Floricriância), Agência de Fomento de Santa Catarina S.A
ICOM	Protagonista Atual	Ativismo e mobilização política Desenvolvimento Comunitário DCA	Investimento Social Privado	Programa de Desenvolvimento Institucional para Organizações da Sociedade Civil	2009	CMDCA FPPF SGDCA	Instituto Responsabilidade Social da OI - Oi Futuro
SERTE	Protagonista Atual	DCA, Educação AS	Religião Espírita	Contraturno escolar Casa de acolhimento à idosos e crianças	1956	CMDCA CMAS CMI CMS	PMF, (SME, SEMAS), Angeloni Biosegure Clínica Imagem Forte Supermercados Koerich Orcali
ASC	Protagonista Passada	DCA, Educação AS	Religião Evangélica	Contraturno escolar SCFV	2009	CMDCA CMAS FPPF	PMF (SME)

OSC	FPPF	Causas	Origem	Atividades	Ano	Incidência	Financiamento
ACIC	Protagonista Passada	Inclusão da Pessoa com Deficiência DCA AS	Saúde	Promoção de atividades voltadas à habilitação, reabilitação integral, educação, profissionalização e convivência, junto a crianças, jovens e adultos cegos ou com baixa visão.	1977	CMDCA CMAS FPPF Fórum de Mobilidade Urbana CMDPD	PMF, ASA, Central do Dízimos - Pró-vida, Eletrosul e ENGIE
ACAJE	Protagonista Passada	DCA, Educação AS	Religião Evangélica	Casa de Acolhimento SCFV Humanização de espaços em Hospitais Públicos	2011	CMDCA CMAS FPPF Fórum das Instituições de Acolhimento de Florianópolis (FINAF)	PMF (Floriciança)
AEBAS	Protagonista Passada	DCA, Educação AS	Religião Evangélica	Contraturno escolar SCFV (Florianópolis e Palhoça)	1955	CMDCA CMAS (Palhoça e Fpolis) FPPF	PMF (SME, SEMAS, Floriciança), CDL e Kindernothilfe
CEAFIS	Protagonista Passada	AS Educação DCA	Religião Espírita	Contraturno escolar SCFV	1997	CMDCA CMAS FPPF CME Rede do Monte Cristo	PMF (SME, SEMAS, Floriciança) e Cassol
GAPA	Protagonista Passada	AS Saúde DCA	Religião Católica	Apoio às pessoas com vírus da HIV/AIDS/ISTs/Hepatites Virais e outras infecções sexualmente transmissíveis.	1987	CMDCA CMAS FPPF CMS CES CMLGBT CMDPD	Angeloni

OSC	FPPF	Causas	Origem	Atividades	Ano	Incidência	Financiamento
IGK	Protagonista Passada	DCA Inclusão de pessoas com deficiência AS	Investimento Social Privado	Apoio financeiro à Projetos Sociais e realiza projetos ligados ao Esporte e à Educação	2000	CMDCA CMAS FPPF	PMF (Floriciança), Fundação Banco do Brasil, Grendene S.S., Gustavo Kuerten Participações, Jorge Paulo Lemann, Paquetá The Shoe Company e Sobral Invicta S.A.;
CEDO	Protagonista Passada	DCA Educação AS	Religião Católica	Contraturno escolar SCFV	1995	CMDCA CMAS FPPF	PMF (SEMAS, SME)
OSCO AC	Protagonista Passada	DCA, Educação e AS	Religião Católica	Casa de Acolhimento para crianças e adolescentes	1994	CMDCA CMAS FPPF	PMF (SEMAS, SME)
IDES	Participante Ativa	DCA Educação AS	Religião Católica	Casa de Acolhimento para crianças e adolescentes	1773	CMDCA, CMAS e FPPF	PMF (SEMAS, SME, Secretaria de Cultura, Esporte e Juventude), Fundação Bando do Brasil e ACIF
ASA	Participante Esporádica	AS Ativismo e Mobilizaçã o Política Desenvolvi mento Comunitári o	Religião Católica	Apoio financeiro à Projetos Sociais e Centro de Referência para Imigrantes e Refugiados (CRAI)	1960	Advocacy Direitos Humanos	PMF e UFSC
ASAS	Participante Esporádica	DCA, Educação AS	Organização popular e comunitária	Contraturno escolar SCFV	2007	CMDCA CMAS	PMF
ABEAG A (Gente Amiga)	Participante Esporádica	DCA Educação AS	Organização popular e comunitária	Contraturno escolar SCFV	2004	CMDCA CMAS	PMF (SME, SEMAS, Floriciança)

OSC	FPPF	Causas	Origem	Atividades	Ano	Incidência	Financiamento
ASGF	Participante Esporádica	Inclusão da Pessoa com Deficiência DCA AS	Saúde	Habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência Contra turno escolar Defesa de direitos.	1955	CMDCA CMAS FPPF CME CMDPD OAB Cidadã. MP Audiências Conferências	PMF (SME, SEMAS)
ASM	Participante Esporádica	Esporte e recreação DCA	Esporte	Projeto ligado à Esporte	1985	CMDCA FPPF	Associados
AVOS	Participante Esporádica	Saúde DCA AS	Religião Católica	Humanização hospitalar Orientação e apoio social para pacientes e familiares internos no Hospital Infantil Joana de Gusmão.	1975	Não possui incidência política	Associados
CLE	Participante Esporádica	DCA Habitação AS	Religião Católica	Casa de Acolhimento: instituição de acolhimento para crianças e adolescentes	1993	CMDCA CMAS CME	PMF (SEMAS, SME)
CEMLM	Participante Esporádica	DCA, Educação AS	Religião Católica	Oferta gratuita de todos os seguimentos da Educação Básica	2012	Associação dos Moradores do Alto da Caieira e do Conselho Comunitário do Monte Serrat CMDCA FPPF	PMF, Governo do Estado de Santa Catarina; Grupo Marista.

OSC	FPPF	Causas	Origem	Atividades	Ano	Incidência	Financiamento
LFC	Participante Esporádica	AS DCA Educação	Religião Espírita	Contraturno escolar SCFV Profissionalização	1973	CMDCA CMAS FPPF CMI OAB Cidadã	PMF
ANA	Participante Notável	DCA Educação AS	Religião Espírita	Contraturno escolar para crianças e adolescentes	1995	CMDCA CMAS	Cassol
CLLC	Participante Notável	DCA Educação AS	Investimento Social Privado	Casa de Acolhimento para crianças e adolescentes	2010	CMDCA CMAS FPPF FINAF CMF MP Procuradoria, OAB Advocacy	PMF (SEMAS, Floricriança)
CCEA	Participante Notável	DCA Educação AS	Organização popular e comunitária	Contraturno escolar SCFV Profissionalização, Casa de Acolhimento para crianças e adolescentes e Grupo de Idosos	1994	CMDCA CEDCA CEAS CMAS FPPF	PMF (Floricriança), Governo do Estado de Santa Catarina, Federação catarinense de Educação Especial

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do OBISF.

Olhando panoramicamente para este grupo, pode-se observar que **18 OSCs**, ou seja, um pouco mais da metade delas, **foram criadas a partir de congregações religiosas**, destas, 11 são ligadas à Igreja Católica, 4 ligadas à Grupos Espíritas e 3 às confissões Evangélicas. Esse dado confirma a configuração da sociedade civil no município, bem como do Sul do Brasil, fortemente influenciada pela atuação da Igreja, como destacado por outras pesquisas como a FASFIL (2010) e o Mapa das OSCs (2017).

Já a outra parte das organizações (15), foi originada por iniciativas de grupos mobilizados em torno de causas da **saúde** (4), outras organizações foram originadas a partir da iniciativa ligadas ao **investimento social privado** (6), outras surgiram de **mobilização popular** com base comunitária (4) e (1) foi fundada por um grupo ligado à prática de **esporte**.

Já em relação **ao tempo de experiência**, pode-se observar que, apenas 3 das 33 organizações foram fundadas nessa última década (2010 à 2019) e 8 OSCs já possuem mais de uma década de experiência (fundadas de 2000 a 2009). Desse modo, 22 dentre elas - 67% das organizações - deram início às suas atividades no século passado, antes dos anos 2000. Cabe dar destaque a mais antiga dentre elas, o IDES, de origem católica, que foi fundada no ano de 1773. Essa última, como já foi destacado, integra o colegiado do FPPF atualmente. **Isto posto, compreende-se que, embora haja concentração em poucas organizações, essa participação demonstra-se qualificada, dada a experiência e a legitimidade dessas iniciativas.**

Indo um pouco mais além, no que tange às **causas mobilizadas e sua incidência política nas arenas públicas em que atuam**⁹, percebe-se o predomínio de três causas. Essas compõem uma “tríade” apontada por **19 OSCs (58%)**: Direitos das crianças e dos adolescentes (DCA); Educação e Assistência Social (AS), nessa ordem. Se considerarmos todas as que declaram atuar na causa DCA em qualquer ordem de relevância, soma-se 31 no total das 33 OSCs estudadas. Nesse sentido, o FPPF coloca-se prioritariamente um espaço de articulação das OSCs que atuam junto a política de garantia de direitos das crianças e adolescentes do município, como já salientado em outros estudos (GONSALVES 2015, GONSALVES e ANDION, 2019). Destaca-se que, como essa política tem um caráter intersetorial envolvendo diversas áreas (educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, etc.), isso explica também a atuação das OSCs em outros campos de causa.

Outras causas citadas referem-se à inclusão da pessoa com deficiência, saúde, segurança alimentar e nutricional, esporte e recreação, trabalho e renda, uso da tecnologia para mudança social, gestão de resíduos e reciclagem, ativismo e mobilização política, desenvolvimento comunitário e habitação. **Portanto, essa pesquisa evidencia que “tríade” de causas (DCA, AS e Educação) prevalece entre as OSCs participantes desde os antecedentes da fundação do FPPF, conforme será visto no capítulo sobre sua trajetória.** Isso ocorre, apesar dos esforços do FPPF para garantir a participação de organizações ligadas com outras políticas públicas, abrangendo e ampliando sua pluralidade e intersetorialidade.

Além disso, **todas declararam possuir incidência na esfera pública**, com exceção da AVOS, organização que foi fundada a partir de um grupo de mulheres voluntárias no antigo hospital pediátrico Edith Gama Ramos, e que permanecem atuando pela humanização do hospital

⁹ Cabe considerar que, na plataforma do OBISF, as organizações podem declarar sua atuação em até três causas, incluindo o grau de relevância: da maior para a de menor.

Infantil Joana Gusmão, oferecendo orientação e apoio social para pacientes e familiares. Assim, seu trabalho é mais focado no público interno ao Hospital. As demais 32 organizações declararam incidir na esfera pública, sendo que, dentre elas, **30 declararam acompanhar o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CMDCA)**. Fato que demonstra que todas as organizações que estão ligadas à causa DCA (31), participam **de alguma forma dos debates realizados no CMDCA**.

Por outro lado, 31 OSCs observadas declararam também participar no **Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)** e do FPPF, ou seja, quase todas, confirmando, assim, o padrão de atuação em termos de incidência política por meio do CMDCA, CMAS e FPPF. **Esses dados indicam também que o perfil dos participantes do FPPF pouco mudou em relação a sua origem e demonstram uma frágil abrangência do FPPF em termos de outras políticas públicas municipais, tais como saúde, cultura, esporte, meio-ambiente, entre outros.**

Cabe destacar os demais Conselhos de Defesa de Direitos e de PPs que foram citados, no âmbito do Estado de Santa Catarina, são eles: Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/SC), Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/SC), Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) e Conselho Estadual de Juventude (CONJUVE), ligados ao Sistema único de Assistência Social, e o Conselho Estadual de Saúde (CES/SC), ligado ao Sistema único de Saúde (SUS), e no âmbito Municipal, são: Conselho Municipal de Educação (CME), Conselho Municipal do Idoso (CMI), Conselho Municipal de Saúde (CMS), Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD). Além dos conselhos, foram citados outros espaços de incidência política entre eles: o Instituto Vilson Groh (IVG), com sua rede de articulação e outros Fóruns, tais como: Fórum das Pastorais da ASA, Fórum de Habitação e o Fórum das Instituições de Acolhimento de Florianópolis (FINAF). **Diante disso, pode-se observar um compromisso das iniciativas com a participação nos espaços ligados, majoritariamente, com as causas em que atuam e uma certa conexão com outras arenas públicas da cidade.**

Em relação aos recursos financeiros mobilizados, nota-se certo padrão entre essas organizações: **26 (79%) recebem recursos públicos municipais para execução de seus serviços**, sendo que 21 possuem termo de colaboração com a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), 16 com a Secretaria Municipal de Educação (SME) e 12 com o Fundo da Infância e Adolescência - Floricriança (antigo FIA), gerido pela SEMAS e acompanhado pelo CMDCA.

Assim trata-se de uma rede de OSCs com dupla função, ao mesmo tempo que atuam no controle da política pública e na sua gestão, por meio dos conselhos, tem um papel de implementadoras da política e também de coprodução dos serviços públicos e prestar contas junto ao governo, por meio das atividades que promovem. Esse duplo papel é de suma importância nesse estudo e se reflete na atuação dessas OSCs e seus representantes, tanto no âmbito organizacional, quanto na sua incidência política, o que será retomado mais adiante.

Esse duplo papel é ainda mais complexo no caso da política de DCA já que as OSCs que participam do CMDCA também tem o papel de gerir o Fundo da Infância e da Adolescência (FIA), monitorando e aprovando as prestações de contas das parcerias realizadas entre a SEMAS e as OSCs financiadas pelo Fundo. No que se refere aos recursos do FIA de Florianópolis - **Floricriança**, há ainda a doação casada. Ou seja, muitas OSCs que acessam o fundo são responsáveis por mobilizar recursos junto às empresas doadoras que investem seu imposto devido à Receita Federal no Fundo, como forma de isenção fiscal. Essas organizações, precisam ainda, estarem aptas à captação de recursos por meio de inscrição no CMDCA e de aprovação do projeto apresentado que pretende executar.

Em termos de serviços prestados, em conformidade com a tipificação nacional de serviços socioassistenciais, 16 OSCs (48%) prestam serviço de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que é ofertado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) ou por organizações da sociedade civil, inscritas no CMAS, por meio do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) e 7 OSCs (21%) também atuam na prestação de **serviços de proteção social especial de alta complexidade**, como é o caso das **Casas de Acolhimento Institucional**. Ou seja, 23 OSCs (70%) no total, possuem vínculo com recursos financeiros provenientes da SEMAS, sob o monitoramento do CMAS e do CMDCA e, portanto, estão ligadas a política de AS e de DCA. Já 16 OSCs (48%) oferecerem **serviços de contraturno escolar** financiados pela Secretaria Municipal de Educação (SME).

Para além dos dados apresentados no Quadro 17, as organizações declararam contar com uma ampla rede de suporte (apoio técnico, financeiro ou de articulação) e fazer uso de tecnologias e metodologias para realização de suas atividades, conforme segue no quadro 18 a seguir:

Quadro 18 - Síntese dos atores de suporte, tecnologias e metodologias utilizadas pelas OSCs que formam o FPPF

SUPORTE	TECNOLOGIAS	METODOLOGIAS
Conselhos de políticas públicas estaduais e municipais FPPF IGK ASA OAB Cidadã UFSC ICOM IVG Conselho Tutelar (CT) Federação Catarinense de Municípios (FECAM) AIESEC Núcleo de Pesquisa em Inovações Sociais na Esfera Pública (NISP). Rotary Club, Ministério Público (MP) UDESC Federação Catarinense de Educação Especial Governo do Estado de Santa Catarina Secretaria Estadual de Saúde Secretaria Municipal de Saúde (SMS) <i>Social Good</i> Brasil Federação das APAES do Estado de Santa Catarina Fundação Florianópolis Franklin Cascaes Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) WOA Empreendimentos Imobiliários Instituto Vilson Groh (IVG) Caritas SC Secretaria de Estado da Educação	Pacote do <i>office</i> , <i>Photoshop</i> <i>Lightroom</i> , <i>Canva</i> Recursos do <i>Windows</i> Sistema Intranet Software para gestão geral <i>Facebook</i> <i>Instagram</i> <i>LinkedIn</i> <i>Twitter</i> <i>Google</i> Site próprio Plataforma FTD de ensino e aprendizagem Sistema Bússola para gestão organizacional Watsapp	Pedagogia Freiriana Pedagogia Construtivista Método “Pikler” Vínculos afetivos (Bowlby) Conceito de infância (Ariès) ECA Orientações Técnicas: para serviços de acolhimento Educação do Ser Integral Reuniões Pedagógicas Formações Coletivas Grupos de Estudos Método Suzuki (escola de música) <i>Design thinking</i> Laboratório de Fortalecimento Institucional (LAFI)

Fonte: Fonte, elaborado pela autora, (2019).

O Quadro 18, acima, destaca como a rede se amplia e interage com diferentes atores e espaços. Demonstra também a profissionalização com os usos de tecnologias de comunicação, gestão e controle interno, além das metodologias propostas e que norteiam a realização de suas atividades. Com isso, realizou-se o levantamento e análise das principais características relativas ao quadro geral contendo as 33 organizações “observadas”, contemplando 72% das OSCs que foram o FPPF, fato que contribuiu se não com a totalidade, mas com uma visão geral sobre o perfil das organizações que compõem o FPPF.

4.2.1 Um olhar mais atento para as protagonistas atuais

É importante tratar das principais protagonistas do FPPF que constam no Quadro 17, ampliando a compreensão sobre as mesmas. Com exceção da Associação dos Hemofílicos do Estado de Santa Catarina (AHESC) – por não ter sido observada em tempo - buscou-se identificar as características de 11 das 12 Protagonistas atuais: CSJ, APAE, ACELBRA, CCMP, COMOSG, CEDEP, CIEE, CPDI, FUCAS, ICOM e SERTE. Buscou-se concentrar nas particularidades que fossem diversas do padrão identificado anteriormente, contudo, observou-se, que este padrão se manteve.

Desse modo, pode-se confirmar que o núcleo central do FPPF é composto, majoritariamente, de OSCs que atuam junto às políticas de garantia de direitos da criança e do adolescente, da assistência social e da educação, sendo financiadas pelo poder público municipal por meio da SEMAS, SME e Floricriança. Além de atuarem no controle das políticas, por meio dos conselhos, também atuam na sua implementação. São organizações experientes, com legitimidade nas causas que atuam. Um dado interessante é que, diferente do grupo maior das 33, nesse núcleo das protagonistas atuais, há um equilíbrio entre organizações religiosas (4) e organizações ligadas ao investimento social privado (que se mantém com recursos de indivíduos ou empresas). **Isso pode indicar que há uma mudança no perfil das lideranças do FPPF e da própria composição da sociedade civil do município.**

Contribuindo com essa análise e antecipando alguns resultados que serão retomados no capítulo a seguir:

- 3 OSCs que são protagonistas atuais estiveram presentes no 1º Encontro da Sociedade Civil – Integrando Lutas (2004) que foi o marco fundador do FPPF como veremos mais adiante: APAE, Casa da Criança do Morro da Penitenciária e CIEE.
- 1 OSC desse grupo esteve na composição da Rede Articulada do Monte Cristo que teve importante papel na implementação do FPPF: CEDEP
- 8 OSCs protagonistas atuais participaram da composição do colegiado do FPPF ao longo dos anos: CCMP, ACELBRA, FUCAS, ICOM, CPDI, CIEE, CSJ e COMOSG, demonstrando que as mesmas possuem um efetivo papel de liderança nesse espaço de articulação;

- 3 OSCs desse grupo estão atualmente no Colegiado atual do FPPF (2019): CSJ, COMOSG e CCMP.

Assim, das 12 protagonistas atuais, 8 tem sido protagonistas do FPPF ao longo da sua trajetória, ou seja, seu vínculo e comprometimento com a participação junto a este espaço de articulação antecede o recorte temporal realizado para verificar o quadro atual (3 últimos anos), conforme o objetivo proposto para este capítulo. Isso mostra que esse grupo de OSCs - embora reduzido e talvez pouco representativo da diversidade de OSCs do município¹⁰ e da rede do FPPF, já que compõe apenas 14% das 54 identificadas, se configura com um grupo engajado e mobilizado ao longo do tempo com esse espaço de articulação.

Para além das 54 organizações que formam a rede atual do FPPF, chama a atenção o total de organizações (97), com base na lista de presença e na observação, que participaram da Assembleia Ordinária do FPPF, ao menos 1 vez, nos últimos 3 anos (Apêndice B). Essas organizações não estão incluídas como participantes da rede atual que forma o FPPF, mas cabe o destaque e uma visão geral das mesmas.

Observando mais de perto essas organizações, pode-se se ter uma ideia mais clara com quem o FPPF faz alguma interlocução. Das 97 organizações satélites (Apêndice B), 45 (quase metade) são OSCs associações e fundações que atuam nas seguintes causas: 15 ligadas à Saúde, 8 são ligadas à defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (DCA), 5 à Educação, 5 ao Desenvolvimento Urbano e Comunitário, 3 à Assistência Social (AS), 3 à Garantia de Direitos em geral (*Advocacy*), 3 ligadas ao Meio Ambiente, 1 Cultura, 1 Esporte e 1 Empreendedorismo Social. Esses dados demonstram confirmam que o FPPF é um espaço fundamentalmente de articulação da sociedade civil.

Estiveram presentes em pelo menos uma AGO também **11 representantes de Conselhos de defesa de direitos e políticas públicas**, dentre eles, 9 são do município de Florianópolis e 2 são estaduais, além da Casa de Conselhos de Balneário Camboriú que esteve presente para buscar informações sobre como criar um Fórum da Sociedade Civil no município. Tais resultados indicam que uma pluralidade de conselhos, embora não participem regularmente do FPPF, mantém algum diálogo com o mesmo.

¹⁰ Segundo o Mapa das OSCs o município de Florianópolis contém 3799 com CNPJ ativos. Para maiores informações ver <https://mapaosc.ipea.gov.br/resultado-consulta.html?municipio=4205407>.

Além desses, estiverem presentes 3 representantes dos Conselhos Tutelares: Norte, Centro e Continente, 4 Conselhos ligados às Categorias Profissionais: Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina (COREN – SC), Conselho Regional de Administração de Santa Catarina (CRA/SC), Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 5ª Região (CREFITO10) e Conselho Regional de Psicologia Santa Catarina - 12ª Região (CRP – 12). Além desses, também estiveram na AGO **4 representantes de Centros de Referência em Assistência Social (CRAS):** Canavieiras, Rio Tavares, Rio Vermelho e Capoeiras. Esses resultados evidenciam uma interlocução com os conselhos de direitos e categorias profissionais, bem como, com alguns servidores públicos que compõem a rede socioassistencial do município de Florianópolis.

Para além das organizações institucionalizadas, se fizeram presentes, **6 organizações não formalizadas representando movimentos sociais e um Fórum de usuários, tais como:** (1) Fórum do Morro da Cruz, (2) Fórum Estadual dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social (FEUSUAS), (3) Movimento Nacional População Rua (MNPR), (4) Movimento Negro Unificado (MNU), (5) Movimento Passe Livre (MPL) e (6) Movimento Ponta do Coral.

Além das organizações formais e informais citadas, **6 vereadores** participaram de alguma AGO do FPPF nos últimos 3 anos: (1) Dr. Ricardo (PCdoB), (2) Afrânio Boppré e Marquito (PSOL), Lino (PT), Maikon Costa (PSDB) e Lela (PDT). Com isso, observa-se uma predominância na participação de vereadores ligados ao campo de oposição do governo municipal, sendo que 5 são considerados partidos de esquerda.

Destaca-se a participação de 5 estudantes e/ou professores da UFSC dos núcleos NETI, NPMS, NESSOP, AGECON e (REMULTISF) e 1 estudante e professora da ESAG/UDESC ligados ao NISP. De algum modo, o FPPF desperta interesse de pesquisadores, contudo, não se percebe uma permanência dessa participação.

Para além das OSCs e movimentos formais e informais, vereadores e universidades citadas, destaca-se a participação da Prefeitura Municipal de Florianópolis, Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público, Coordenação da Juventude Negra Partido Socialista Brasileiro, Floripa Inteligente (Campanha à vereança), Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC/SESI) e Comissão Assistência Social da Ordem dos Advogados do Brasil (Comissão AS da OAB). Aqui aparecem representantes do poder público e dos partidos políticos, além de organizações públicas, dados que mostram que representantes dessas instituições em algum

momento estabeleceram um diálogo com o FPPF, nesses três anos, evidenciando ainda mais a sua legitimidade.

Para além de buscar compreender quem participa ou não participa e suas características, buscou-se nesse estudo compreender como os atores percebem o processo de participação no FPPF. A seguir explora-se os resultados da aplicação de questionários aplicados junto aos participantes.

4.3 COMO SE DÁ A PARTICIPAÇÃO NO FPPF

Para compreender a percepção dos participantes quanto as suas formas e motivações sobre a participação, com base no trabalho de Manoel (2019), partiu-se do modelo do “Cubo de Democracia”, proposto por Fung (2006). Tal modelo busca compreender o alcance das possibilidades institucionais que envolvem a participação nas questões públicas, propondo uma análise da participação na governança pública, a partir do cruzamento de três dimensões: **(1) quem participa, (2) como os participantes se comunicam e tomam decisões coletivas, (3) como as discussões estão ligadas com as políticas e ações públicas**, como já foi discutido com mais profundidade no item 2.4 da fundamentação teórica e sintetizado no Quadro 4. Com base nessa teoria e na noção de Gradiente da Crítica¹¹ Chateauraynaud (2018), foi elaborado um esquema analítico¹² para a elaboração das questões conforme consta no Quadro 19, abaixo. Além disso, incluiu-se também questões ligadas ao perfil dos respondentes (idade, gênero e escolaridade), conforme pode ser visto no questionário completo no “ANEXO B”.

¹¹ Nesse trabalho inspiramo-nos no Gradiente da Crítica proposto por Chateauraynaud (2018) para interpretar a argumentação e ações de mobilização promovidas pelos atores do FPPF ao longo do tempo. A partir da gradação estabelecida pelos autores, buscamos relaciona-las com o debate público levantado no capítulo 5 e a partir daí foram elaboradas as visões de mundo (cosmovisões) inseridas no questionário.

¹² Como já mencionado esse trabalho foi feito em conjunto com o bolsista de iniciação científica do NISP André Manoel que também utilizou esses resultados no estudo do seu TCC (MANOEL, 2019).

Quadro 19 - Questões e respostas sobre a participação no FPPF- continua...

SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES (quem participa?)	Marque a opção que melhor descreve a forma como você e/ou a organização que representa passou a participar do FPPF.	RESPOSTAS
Auto-selecionado: espaços abertos para quem queira comparecer, geralmente não é representativo de nenhum público	Soube da existência do fórum, da data das assembleias e resolvi participar por conta própria.	2
Partes interessadas profissionais (stakeholders): geralmente são participantes pagos, representantes de interesses organizados e oficiais	Participo por ser inscrito em algum conselho, ser conselheiro de política pública, estar envolvido na implementação de alguma política pública, receber algum recurso municipal ou, de alguma forma, por estar interessado nas questões das políticas públicas municipais.	25
Selecionado aleatoriamente: participantes aleatoriamente escolhidos da população em geral;	A organização que participo foi sorteada aleatoriamente numa lista para participar do fórum.	0
Recrutamento seletivo: participantes de subgrupos que são menos prováveis de se engajarem;	Fui convidado a participar por fazer parte de um grupo que é pouco ouvido ou que pouco participa de outros fóruns/ espaços de participação junto às políticas públicas.	3
Partes interessadas, leigos: cidadãos não remunerados que têm um profundo interesse em algumas preocupações públicas e estão dispostos a investir tempo e energia substanciais para representar e servir os que têm interesses similares	Participo como voluntário, pois tenho disponibilidade e posso representar outros que podem ter interesses parecidos com os meus, mas decidem não participar.	2
COMUNICAÇÃO E DECISÃO (como se comunicam e tomam decisões?)	Marque a opção que melhor descreve a comunicação e tomada de decisão no FPPF	Nº
Escuta como espectador: participantes recebem informações sobre alguma política ou projeto e testemunham as lutas entre políticos, ativistas e grupos de interesse	Nas assembleias e eventos do FPPF o que mais faço é ouvir a respeito de políticas e questões públicas	2
Expressa preferências: há oportunidades nos encontros para que os participantes expressem suas preferências para a audiência e funcionários públicos presentes;	Nas assembleias e eventos do FPPF muitas vezes tenho oportunidade de dizer aquilo que penso sobre as políticas e questões públicas.	1
Desenvolver preferências: discussões organizadas para permitir aos participantes explorar, desenvolver e talvez transformar suas preferências e expectativas; são encorajados a aprender sobre questões, materiais educativos, discutem questões uns com os outros ao invés de simplesmente ouvir <i>experts</i> , políticos ou advogados;	Nas assembleias e eventos do FPPF, tenho a oportunidade de discutir e aprender sobre as políticas públicas para a partir daí formar minha opinião.	2
Agregação e barganha: participantes sabem o que querem e o modo de decisão agrega as suas preferências - muitas vezes mediado pela influência e poder que carregam - em uma escolha social, a	Nas assembleias e eventos do FPPF, a partir do que cada participante traz como desejo ou expectativa, buscamos encontrar uma alternativa para encaminhar o que há de comum. As decisões partem do que cada um traz individualmente.	2

barganha conduz os participantes a encontrar a melhor alternativa disponível para encaminhar suas preferências comuns;		
Deliberação e negociação: participantes deliberam para descobrir o que querem individualmente e como um grupo - nos mecanismos desenhados para criar deliberações - os participantes normalmente absorvem material educacional e trocam perspectivas, experiências e motivos um com o outro para desenvolver suas visões e descobrir seus interesses;	Nas assembleias do FPPF, discutimos e construímos juntos alternativas de ação. Trocamos experiências e percepções e tomamos decisões. Há acesso a materiais que nos trazem informações, que são educativos, trocam-se experiências e percepções para que se desenvolvam as visões e se tomem as decisões a partir daí.	25
3 AUTORIDADE E PODER (qual é a conexão/impacto entre suas conclusões e opiniões e a política e ação públicas?)	Marque a opção que melhor descreve a relação da atuação do FPPF com a gestão das políticas públicas no município de Florianópolis	Nº
Influência comunicativa: exercem influência nos agentes estatais indiretamente alterando e/ou mobilizando a opinião pública, influência comunicativa nos membros do público que são movidos pelo testemunho, motivos, conclusões ou pela probidade do processo;	Aquilo que é feito pelo FPPF influencia na gestão das políticas públicas, mas de maneira indireta. As discussões, decisões e encaminhamentos mobilizam e influenciam a opinião pública que exerce pressão sobre os gestores públicos em sua tomada de decisão.	30
Aconselhamento e consulta: profissionais oficiais preservam seu poder e autoridade, mas se propõem a receber “insumos” dos participantes, recomendações e consultas;	Os gestores públicos do município se propõem a ouvir o que diz o FPPF e consideram o resultado de suas discussões quando tomam decisões.	1
Governança compartilhada: participantes se juntam aos profissionais oficiais para fazerem planos e políticas ou para desenvolverem estratégias para a ação pública;	Os gestores públicos e o FPPF se juntam para fazerem planos, traçarem estratégias e agirem em conjunto, gerindo em parceria as políticas públicas.	1
Autoridade direta: nível mais alto de empoderamento, corpos participativos exercem autoridade direta sobre decisões ou recursos públicos.	O FPPF tem autoridade direta sobre a gestão das políticas públicas no município.	0
Visões de mundo (Gradação da Crítica)	Marque a opção que melhor descreve o principal motivo pelo qual você participa do FPPF	Nº
Sustentabilidade das OSCs	Porque a atuação no fórum é importante para garantir a sustentabilidade das organizações da sociedade civil.	4
–Sustentabilidades dos Conselhos	Porque os conselhos de políticas públicas do município necessitam de apoio para que funcionem de maneira mais efetiva.	3
Mediação	Porque nós, como sociedade civil, a partir do FPPF, devemos controlar e fiscalizar a atuação do governo para que ele cumpra com o seu papel de prover as políticas públicas e os direitos do cidadão.	12
Incidência sobre PPs	Porque a participação no FPPF pode auxiliar, através da ação conjunta com o poder público, na manutenção de direitos e de políticas públicas no município.	13

Fonte: Adaptado de Manoel (2019)

Como mencionado anteriormente, o questionário foi encaminhado para os OSCs que participam do FPPF, digitalmente por e-mail para o mailing do FPPF e também, no grupo de *wattsapp* e na página no *facebook* do Fórum, bem como foi aplicado presencialmente na AGO de abril deste ano, conforme descrito no capítulo três sobre metodologia. No total, foram recebidas 32 respostas para análise.

Em relação ao aspecto de seleção de participantes, **25 (no total de 32)** responderam que participam do FPPF por ser inscrito em algum conselho, ser conselheiro de política pública, estar envolvido na implementação de alguma política pública, receber algum recurso municipal ou, de alguma forma, por estar interessado nas questões das políticas públicas municipais. Portanto o FPPF **colocado é majoritariamente como um espaço de “stakeholders profissionais”**, composto por mulheres (18), com idade acima de 30 anos (17) e com nível superior completo (todas).

Além desses, 3 responderam que foram convidados a participar por fazer parte de um grupo que é pouco ouvido ou que pouco participa de outros fóruns/espços de participação junto às políticas públicas (recrutamento seletivo), 2 Souberam da existência do fórum, das datas das assembleias e resolveram participar por conta própria (auto-seleção) e 2 declaram participar como voluntário, por terem disponibilidade e poderem representar outros que podem ter interesses parecidos com os seus, mas decidem não participar (*stakeholders* leigos). Esses dados corroboram com os achados expostos anteriormente, sobre o **FPPF contar com uma participação de representações de OSCs, remuneradas e qualificadas.**

Sobre o modo de comunicação e tomada de decisão (deliberação), 25 responderam que, nas assembleias do FPPF, ocorre discussão e construção coletiva de alternativas de ação. Trocam-se experiências e percepções para as tomadas de decisões, incluindo-se acesso a materiais educativos que trazem informações, ou seja, há uma percepção da maioria dos respondentes de que o FPPF se configura como um espaço de **deliberação e negociação**, no qual, os participantes deliberam para descobrir o que querem individualmente e como um grupo que desenvolve suas visões e descobrem seus interesses.

Além dessa posição, 2 participante afirmaram que o FPPF é lugar no qual desenvolvem suas preferencias, uma vez que, o veem como uma oportunidade de discutir e aprender sobre as políticas públicas para, a partir daí, formar sua opinião. Já 2 entendem o Fórum como um espaço de escuta, de ouvir a respeito de políticas e questões públicas, 1 cita ser um lugar onde pode expressar suas preferências já que diz o que pensa sobre as políticas e questões públicas, e apenas

2 citaram que percebem o FPPF como um espaço de agregação e barganha por entenderem que as decisões decorrem do que cada um traz individualmente.

Quanto à **ligação entre o que é discutido e deliberado no Fórum com as decisões públicas**, foi quase unânime a percepção de que o FPPF influencia de forma indireta a gestão das políticas públicas, com 30 respostas. Desse modo, o FPPF é percebido como tendo uma influência na formação da opinião pública, agindo indiretamente sobre os agentes estatais. Apenas 1 participante respondeu que os gestores públicos do município se propõem a ouvir o que diz o FPPF e consideram o resultado de suas discussões quando tomam decisões e ainda, 1 respondeu que percebe uma governança compartilhada entre poder público e Fórum sobre as políticas públicas municipais.

Por fim, a respeito da **visão de mundo, 25 responderem que percebem o FPPF como um espaço de garantia de direitos por mediação ou incidência política**. Dentre elas 12 responderam que há influência nas PPs: “porque nós, como sociedade civil, a partir do FPPF, devemos controlar e fiscalizar a atuação do governo para que ele cumpra com o seu papel de prover as políticas públicas e os direitos do cidadão.” e 13 afirmaram que incidem, pois “a participação no FPPF pode auxiliar, através na ação conjunta com o poder público, na manutenção de direitos e de políticas públicas no município.”. Além dessa visão predominante, 4 apontaram que o FPPF é importante para garantir a sustentabilidade das organizações da sociedade civil, ou seja, cumpre o papel de garantidor do básico, da sustentabilidade das OSCs e 3 entendem que os conselhos de políticas públicas do município necessitam de apoio para que funcionem de maneira mais efetiva, portanto, aqui o Fórum também cumpre o papel de garantidor da sustentabilidade da política, apoiando o pleno funcionamento dos conselhos.

Por fim, sobre as características pessoais dos respondentes, das 32 respostas, 24 respondentes são mulheres e 8 são homens. É unânime o grau de escolaridade ser de nível superior (1 está em curso) e também é quase unânime a idade superior a 30 anos (1 com 28 e 1 com 29 anos de idade), já a maior idade foi 68 anos.

4.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo buscou-se responder ao primeiro objetivo desta dissertação que era de *retraçar e analisar a rede que forma o FPPF, buscando compreender a sua configuração, seus participantes e formas de participação*. Nesse sentido, voltamos aqui a algumas perguntas chave para sintetizar os resultados obtidos que ao mesmo tempo que revelam um retrato do FPPF, nos permite tecer algumas considerações sobre a participação da sociedade civil no âmbito das políticas públicas municipais.

A partir desses resultados, pode-se proceder algumas análises, buscando responder às perguntas iniciais colocadas nesse capítulo, considerando aqueles representantes que participaram das Assembleias Gerais Ordinárias (AGO) do FPPF nos últimos três anos.

4.4.1 Quem participa ou quem deixa de participar do FPPF?

Os resultados levantados permitem constatar que **a rede do FPPF é formada por 50 organizações da sociedade civil (OSCs)** listadas no Quadro 16 e ilustradas na Figura 5. Dessas, 38 OSCs tiveram uma participação de pelo menos 10% das AGOs nos últimos três anos. Além dessas, inclui-se 12 OSCs que participaram de até 50% das AGOs em 2016 e diminuíram ou zeraram essa participação em 2017 e 2018.

Dessas 50 organizações, apenas 12 (24%) tem uma participação mais regular (de até metade das AGOS em cada ano), sendo caracterizadas neste estudo como protagonistas atuais.

Tendo em vista a composição dessa rede em relação aos participantes previstos no regimento interno do FPPF (Box 1), pode-se constatar que a participação envolve principalmente aquele grupo descrito no inciso “A” do “Art 6º” do Regimento Interno do FPPF (2016), referindo-se aos representantes de **OSCs registradas e inscritas em alguns conselhos de políticas públicas (em sua grande maioria CMDCA e CMAS).**

Nesse sentido, **outras categorias que tem voz e voto, como as OSCs inscritas em outros conselhos de políticas públicas, representantes de usuários, organizações de usuários e movimentos sociais têm uma participação pontual nas AGOs, sendo aqui consideradas**

“satélites” da rede, por atuarem mais como interlocutores em momentos específicos, do que como participantes regulares.

Ainda outros possíveis participantes, sem voz e voto, como aqueles de Categorias Profissionais, da Câmara Municipal, do Ministério Público, dos Conselhos Tutelares, de Universidades e outros espaços de Controle Social, também estão inseridos entre esses participantes satélites (tendo participado de pelo menos uma das AGOs dos últimos três anos).

Somado a isso, constata-se que - apesar de haver um aumento de participação nas AGOs de 2016 (em 61% das OSCs) - essa ampliação se reduziu nos últimos dois anos. Apenas 17 OSCs aumentaram sua participação em 2017 e 4 em 2018. Além disso, mais da metade das OSCs (27) diminuíram sua participação nas AGOs em 2017 e 2018. **Todos esses dados indicam uma desmobilização na rede do FPPF nos últimos dois anos de OSCs que têm uma efetiva atuação junto as PPs municipais, as quais foram citadas anteriormente.**

Tal constatação nos leva à pergunta do porquê que isso está ocorrendo, indagação central para qual alguns elementos de resposta poderão ser elencados no próximo capítulo. Além disso, percebe-se **claramente a necessidade de maior mobilização “chamando mais para junto” na rede, tanto as 38 OSCs que constituem as protagonistas passadas, as ativas, as esporádicas e as notáveis, quanto também, aqueles representantes e instituições que se colocam no grupo dos “satélites” e que os mesmos já mantêm uma interlocução com o FPPF, como descrito.**

4.4.2 Como se caracteriza essa rede de OSCs que forma o Fórum?

A rede que forma o FPPF nos fornece um retrato de um importante grupo de OSCs que atuam principalmente junto as políticas públicas de DCA, AS e Educação infantil no município. Apesar de não representar a pluralidade da sociedade civil municipal, a rede do FPPF constitui uma importante amostra desse universo, já que esta corresponde a um importante e majoritário grupo no Ecossistema de Inovação Social (EIS) de Florianópolis (ANDION, ALPERSTEDT e GRAEFF, 2019c), que atua junto as políticas públicas de seguridade social. **Isso faz com que os resultados desse estudo sejam relevantes não apenas no caso dessas OSCs estudadas, mas para compreender a realidade da relação/interface entre OSCs e essas políticas públicas no âmbito municipal.**

Tratando mais especificamente das características de 33 OSCs (66%) das 50 que formam a rede que foram observadas (Quadro17), pode-se destacar:

- **Mais da metade (18) foram criadas a partir de congregações religiosas**, confirmando o padrão de configuração da sociedade civil do município e do Sul do Brasil, como apontado em outras pesquisas locais (GONSALVES e ANDION, 2019; ANDION, ALPERSTEDT e GRAEFF, 2019c) e nacionais (FASFIL, 2010 e Mapa das OSCs, 2017);
- **67% das OSCs tiveram sua origem antes dos anos 2000**, tendo mais de 20 anos de atuação, o que indica que essa rede é formada por OSCs experientes, profissionalizadas e legitimadas em seus campos de atuação;
- **A grande maioria (31 das 33) atua junto às políticas públicas de DCA e de AS, assumindo um duplo papel junto a essas políticas.** Essas OSCs ao mesmo tempo que recebem e até gerem recursos da política, por meio do FIA ou da SEMAS, atuando na sua implementação, com promoção de serviços públicos, elas também têm o papel de exercer o controle e a fiscalização sobre a mesma, por meio da sua participação nos conselhos de políticas públicas. Esse duplo papel (que tem relação com o fenômeno da confluência perversa sinalizado por Dagnino, 2002), terá uma importante influência nas formas de atuação dessas OSCs frente as PPs, como será tratado no próximo capítulo.

4.4.3 Quem compõe o grupo das protagonistas atuais?

Como foi analisado anteriormente, são 12 organizações que compõem atualmente o “núcleo central” do FPPF: Associação dos Hemofílicos do Estado de Santa Catarina (AHESC), Associação Casa São José (CSJ), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Florianópolis (APAE), Associação dos Celíacos de Santa Catarina (ACELBRA), Casa da Criança Morro da Penitenciária (CCMP), Centro Comunitário dos Moradores do Saco Grande (COMOSG), Centro de Educação e Evangelização Popular (CEDEP), Centro de Integração Empresa Escola do Estado de Santa

Catarina (CIEE), Comitê para a democratização da informática em Santa Catarina (CPDI), Fundação Catarinense de Assistência Social (FUCAS), Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM) e Sociedade Espírita de Recuperação Trabalho e Educação (SERTE).

O perfil dessas OSCs acompanha as características da demais observadas, sendo que nesse grupo de protagonistas existem algumas particularidades que é importante ressaltar:

- Há um número equivalente de OSCs de origem religiosa e outras ligadas ao investimento social privado, o que pode indicar um processo de mudança em termos das lideranças do FPPF e na composição da sociedade civil local;
- Algumas das protagonistas atuais tiveram um papel importante também na trajetória do FPPF (quatro delas com participação nas mobilizações para sua criação) e a maioria delas (8) participaram da composição do colegiado do FPPF, o que confirma a posição de liderança das mesmas junto a esse espaço de articulação e na sociedade civil do município.

4.4.4 Quais formas de participação predominam?

De acordo com a percepção dos participantes predomina a participação por meio de representação de profissionais encaminhadas por organizações que se articulam em conselhos e/ou possuem vínculo financeiro com o poder público municipal. Assim o FPPF caracteriza-se sobretudo como um espaço de participação para “stakeholders profissionais” (FUNG, 2006), sendo esses representantes, na sua maioria mulheres (24), com mais de 30 anos de idade e com ensino superior completo.

O Fórum é percebido como sendo um espaço de deliberação e negociação (25 respostas), no qual, os participantes deliberam para descobrir o que querem individualmente e como um grupo que desenvolve suas visões e descobrem seus interesses. Os seus participantes (30 respostas) entendem que o FPPF influencia de forma indireta a gestão das políticas públicas, por meio da publicização dos debates que influenciam a opinião pública, ou seja, forma públicos (DEWEY, 2004).

Por fim, o resultado da pesquisa indica que na visão majoritária dos respondentes (25) percebem o Fórum com um espaço de **garantia de direitos por meio de mediação e incidência política**.

As conclusões obtidas nesse estudo nos permitiram retratar e caracterizar essa rede que compõe atualmente o FPPF, mas esse retrato (análise sincrônica) nos diz pouco sobre como os atores dessa rede atuam e quais os desdobramentos dessa ação nas políticas públicas. A seguir, como forma de ampliar a compreensão sobre o processo de “investigação pública” gerado pelo FPPF e seus desdobramentos junto as políticas públicas, exploraremos a trajetória desse espaço de articulação, buscando reconstituir suas “cenas públicas” (análise diacrônica) e a partir disso compreender melhor que diferença essa atuação faz junto as PPs do município.

5. TRAJETÓRIA DO FÓRUM DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE FLORIANÓPOLIS: CO-CONSTRUÇÃO COLETIVA DE UM ESPAÇO PÚBLICO

Nesse capítulo construímos uma narrativa sobre a trajetória do Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis (FPPF) de 2001 a 2018, delineada a partir da (re) constituição feita com os próprios atores pesquisados, das “cenas públicas” que organizam o quadro da experiência dessa ação coletiva. Partimos de uma perspectiva pragmatista de análise da ação coletiva, tratada na fundamentação teórica desse trabalho. Tal perspectiva, como explicita Cefai (2007), inspirado em Goffman (2012), trata-se de recompor os “contextos de sentido” ou as operações de enquadramento que organizam a experiência de “constituir o FPPF” pelos próprios atores envolvidos nesse processo. Como afirma o autor, organizar uma experiência se faz a partir dos desdobramentos das ações, buscando compreender como os atores e espectadores se engajam (ou não) nas operações de **enquadramento e reenquadramento** para incidir na construção do social (LATOUR, 2012).

Na reconstituição dessas cenas públicas focalizamos nas diferentes situações de prova ou momentos de bifurcação (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991, CHATEAURAYNAUD, 2011) nas quais ocorrem um reenquadramento da situação ou uma mudança no “campo perceptivo” e nas interações entre os atores do FPPF e desses com os demais, mudando a forma de agir diante dos seus interlocutores e na forma como lidam com as situações nas quais são confrontados. Em outras palavras, busca-se evidenciar os processos de “investigação pública” enquanto eles se produzem e quais os desdobramentos disso para a constituição do FPPF como espaço de participação e incidência no âmbito das políticas públicas do município. Isso foi possível, com explorado no capítulo da metodologia, pela adoção de uma abordagem de antropologia política que focaliza “nas formas como os próprios atores enquadram as suas situações cotidianas, organizam suas experiências e ordenam as suas interações” (Cefai, 2007, p.698).

Neste relato, portanto, busca-se identificar, encadear e analisar as situações pertinentes sinalizadas nas perspectivas dos diferentes atores e fontes pesquisados tanto na análise documental, quanto por meio da autoetnografia, entrevistas e grupo focal. Isso permitiu reconstituir cada uma das cenas públicas, considerando: (1) **o cenário** no qual se busca reconstituir as estruturas de horizonte espacial e temporal, bem como os dispositivos que extrapolam as situações de co-presença e constituem o pano de fundo no qual a cena se desenrola; (2) **os protagonistas e os demais personagens**, quem participa e quem não participa, quais lideranças, quais grupos que aparecem na cena, quais aliados e quais inimigos; (3) **quais os principais acontecimentos**

(marcos, eventos, ocorrências significativos); (4) **quais os problemas, as principais controvérsias ou incômodos** que mobilizavam os atores e como eles vão se transformando ao longo do tempo; (5) **como se dá o debate público sobre esses problemas**, quais argumentos e seus desdobramentos. Essa análise será apresentada a seguir.

5.1 CENA 1 - DO DISTÚRPIO À NECESSIDADE DE CRIAR O FPPF: A EMERGÊNCIA DO PROBLEMA PÚBLICO

Figura 6 - Cenário e acontecimentos no FPPF de 2001 a 2005



Fonte: Elaboração da autora

Quanto ao cenário, esta cena se desenrola em Florianópolis de **2001 a 2005** (conforme Figura 6), quando emerge a necessidade de criar o Fórum Intersectorial de Políticas Públicas. Esse pano de fundo é marcado pelas questões antecedentes à promulgação da CF/88¹³ (Apêndice H), pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 (Box 4). Com a Lei Nacional nº 8.069, promulgada no dia 13 de julho de 1990 (tratado brevemente no Box 3), passa a ser exigida a criação e a implementação de conselhos, planos e fundos municipais, para garantia do repasse de recursos financeiros federais e estaduais para implementação das políticas, bem como, a realização de conferências e assembleias eletivas realizados por Fóruns próprios de diferentes segmentos da sociedade civil para composição dos seus representantes nos conselhos.

Box 3 - Síntese sobre as principais mudanças trazidas com o SUAS continua...

Com a promulgação da CF/88, inaugurou-se um sistema de seguridade social que inclui três políticas sociais: Previdência, de caráter contributivo, a Saúde e Assistência Social de caráter distributivo. Assim, a CF/88 inovou com a passagem da assistência social do campo do assistencialismo para o campo dos direitos, ficando reconhecida como uma política social pública de concretização de direitos sociais no combate à pobreza e à exclusão social e econômica.

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), aprovada no ano de 1993, com o objetivo de regulamentar os artigos 203 e 204 da CF/88, por meio de uma estrutura descentralizada e participativa nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). Para isso, criou o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e o Plano Nacional de Assistência Social (PNAS), prevendo o repasse de recursos para Estados, Municípios e Distrito Federal, com a condição de efetiva instituição e funcionamento de: I - Conselho de Assistência Social, II – Plano de Assistência Social e III – Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos conselhos. Em síntese, o “CPF”.

A LOAS e o PNAS se materializam no Sistema único de Assistência Social (SUAS), que tem como objetivo regular “[...] em todo território nacional, a hierarquia, os vínculos e as responsabilidades do sistema-cidadão de serviços, benefícios, projetos e ações de Assistência Social, de caráter permanente e eventual, sob critério universal e lógica de ação em rede hierarquizada de âmbito municipal, do Distrito Federal, estadual e federal.” (NOB/SUAS, 2005). No ano de 2005, na 5ª Conferência Nacional de Assistência Social, foi aprovado um plano de metas para a consolidação do SUAS em 10 anos, prevendo os seguintes direitos socioassistenciais: direito a igualdade de proteção social não contributiva para a população rural e urbana e ao seu co-financiamento, a manifestação pública, a igualdade de acesso à rede socioassistencial, a acessibilidade, a convivência familiar, comunitária e social, a renda, a **intersectorialidade das políticas públicas**, ao controle social e a defesa dos direitos socioassistenciais.

Assim, a assistência social é uma das ferramentas para ativar um novo contrato social no sentido de inclusão dos excluídos, trazendo alguns princípios centrais para criar uma nova relação entre Estado e Sociedade.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos autores citados.

¹³ Diante de um cenário de agravamento das carências sociais, principalmente nos grandes centros urbanos, e o afrouxamento do regime autoritário que desencadearam o surgimento de vários movimentos populares de caráter reivindicatório, incidindo, inclusive, na Assembleia Nacional Constituinte, com apresentação de propostas de emendas de iniciativa popular, resultante de intensas mobilizações, para inclusão ao texto final da Constituição Federal de 1988 (CF/88). A partir da promulgação da CF/88, foram muitos os desdobramentos, que não se deram de maneira linear e progressiva, já que, o aparato jurídico, por si só, não se materializa no mundo real. Com muita luta e engajamento de vários setores sociais, inclusive, diante de pressões políticas e econômicas contrárias, é que, aos poucos, seguiu-se garantindo, por meio de uma estrutura descentralizada e participativa, nas três esferas de governo, a implantação e implementação de diferentes políticas públicas, que, para sua realização, precisavam garantir os arranjos institucionais consolidados em Conselhos, Planos e Fundos (CPF).

Esse breve histórico evidencia que a política de assistência social parte da CF/88 como meio de colocar em prática o sistema de seguridade social. Tal sistema propõe assim um novo arcabouço legal e institucional para garantir a participação da sociedade civil junto as PPs. Como evidencia o Box 3 acima, na 5ª Conferência Nacional de Assistência Social foi aprovado um Plano de Metas, sendo que, dentre elas, está a promoção da intersectorialidade das políticas públicas. Isso faz com que a as mudanças na política de assistência social constituam o pano de fundo da criação do FPPF, assim como a própria história de luta pelos direitos da criança e do adolescente brevemente tratada no Box 4.

Box 4 - Síntese consolidação do ECA

A nova constituição **rompeu com a doutrina legal do Código de Menores** até então vigente no país, o qual possuía um caráter assistencialista e repressivo e era destinado apenas a crianças e adolescentes em situação irregular, como “objetos” de intervenção do Estado. Incorporando os marcos internacionais sobre os direitos da criança e do adolescente como a Declaração Universal dos Direitos da Criança e a Convenção sobre os Direitos da Criança proclamadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), a **CF/88 estabeleceu um novo paradigma institucional**, o da proteção integral, reconhecendo todas as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

Para sua regulamentação, foi elaborado no Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), através da Lei nº 8.069, promulgada no dia 13 de julho de 1990, **incluso no artigo 204 da CF/88**, reconhecido mundialmente como um dos mais importantes avanços legais a este Público: (DIGIÁCOMO, DIGIÁCOMO, 2013) **crianças e adolescentes como sujeitos de direitos**. Foi regulamentada a relação democrática e de corresponsabilidade entre família, sociedade e Estado para garantia dos direitos da criança e do adolescente no país.

Este sistema de funcionamento que ordena a política foi regulamentado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), através da resolução nº 113 de 2006, nomeado Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), como uma estratégia para orientar a formulação, a implementação e o controle das políticas públicas em todas as esferas do governo (CONANDA, 2006).

Estas diretrizes legais instituem um ideal de trabalho em rede e da consecução de uma **política pública articulada, porém diversos desafios impõem-se a sua intersectorialidade**, que refletem na qualidade de vida de crianças e adolescentes do país.

Fonte: Gonsalves, (2015, p. 29-30).

Desse modo, trata-se de uma cena marcada pelo início de mudanças estruturais que levaram a vários desdobramentos nas três esferas do Governo. Em Florianópolis, isso repercutiu com a criação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Conselhos Tutelares (CTs), além dos Fórum Municipais de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente. Esses últimos, foram criados inicialmente para atender a orientação da criação de Fóruns próprios eletivos da sociedade civil, visando a organização e a realização das eleições para eleger seus representantes nos conselhos, estaduais e municipais. A pesquisa mostra que esses fóruns eletivos, seguiam sendo

construídos também com um caráter permanente, para que a sociedade civil, pudesse seguir na sua atuação de forma articulada e fortalecida em espaço próprio.

Nessa cena destacam-se alguns protagonistas que tiveram importante papel na constituição do Fórum e que participavam ativamente de movimentos nacionais para efetivação de políticas públicas, não apenas nesse momento, mas desde a redemocratização. Dentre eles, pode-se citar Elisabeth Bahia Spinola Bittencourt Férrer (Beth Bahia) - assistente social que iniciou sua atuação profissional na Legião Brasileira de Assistência (LBA) e posteriormente passou a coordenar, em Santa Catarina, o benefício da prestação continuada do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), fusão do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), além do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/SC), no qual, na época, atuou na implementação de diferentes conselhos municipais de assistência social e seus segmentos. Outro protagonista nesse momento foi Célio Vanderlei Moraes, que atuava junto ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, movimento que teve importante papel na mobilização para a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990. Esses personagens tem em comum o fato de atuarem ativamente junto aos movimentos sociais nacionais e a partir dessas articulações, e das prerrogativas das Políticas Públicas (PPs) nas quais atuavam, observaram a necessidade de pensar espaços intersetoriais de articulação das políticas públicas, como narrado:

Passei a acompanhar o MNMMR em âmbito estadual e nacional, viajando pelo país para acompanhar e dar suporte à grupos em várias regiões. Foi aí que conheci experiências que inspiraram a criação do Fórum Integrado em Florianópolis. Uma delas foi na região metropolitana de Recife, onde a partir da política pública da garantia dos direitos das crianças e adolescentes, começaram a avançar para discussão de outras políticas públicas, realizando reuniões descentralizadas, alternando o local, nas organizações que faziam parte. Essa ideia era fantástica e trouxemos pra cá a proposta, fazendo com que o grupo que formava Fórum Municipal da Criança e Adolescente, na época, passasse a realizar algumas reuniões itinerantes. A outra experiência que me inspirou, foi a de Lages, minha terra natal. Lá, a articulação já se deu desde o início por meio de Fórum Integrado que era encabeçado pelo Pe Dilmar Sell da Caritas Diocesana de Lages, por entender que assim, além de se cumprir as diretrizes das Políticas Públicas, facilitava a participação e intersectorialidade nos debates dos atores que participavam de diferentes espaços. Mas ele faleceu ano passado e não sei quem está respondendo pela ação hoje. (CÉLIO VANDERLEI MORAES, ENTREVISTA GRUPO FOCAL, 2019).

Essa participação na rede ajudava a entender a conhecer como funcionava, como a legislação é importante, tínhamos apoio, amparo legal para cobrar os avanços deliberados nas conferências, ao CNAS, que publicava normativa, que apoiava a sociedade civil a reagir, não é ser contra o governo, é garantir o funcionamento dos conselhos. [...] participamos do processo da constituição federal antes de criar todas essas comissões, aí depois que vieram as políticas públicas. [...] coletava assinaturas para incluir emenda para

constituente, eram assinaturas colhidas dos movimentos sociais, todas as regiões mandavam... [Eu] vivia pegando assinatura em todos os eventos que participava, para encaminhar pautas para serem consideradas na constituição federal. Articulava com parlamentares, que por meio das mobilizações eram obrigados a votar a favor, pois o povo estava se manifestando. Foi tudo resultado de lutas, que foi garantido na constituição, mais tarde, a constituição foi apresentando novos dispositivos para ir complementando as lutas. Nada veio dos parlamentares ou veio como algo isolado, veio da luta pelo orçamento na área da saúde, educação e assistente social. (BETH BAHIA, ENTREVISTA GRUPO FOCAL, 2019)

Assim, a ideia de criar um Fórum Intersetorial, como relatado por esses atores, teve por inspiração outras experiências de articulação e mobilização estaduais (como o Fórum Unificado de Lages) e nacionais – e debates em espaços mais amplos de articulação como as Conferências Nacionais de Assistência Social, nos quais eles tinham acesso. Mas também foi essencial a mobilização e o engajamento local a partir da articulação das organizações que atuavam junto ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA e da assistência social (principalmente), mas também da educação infantil.

Destaca-se que os mesmos atores que participavam do CMDCA e do Fórum DCA, também eram, em muitos casos, aqueles que participavam do CMAS e do Fórum de Assistência Social. Assim, emerge a necessidade de intersectorialidade entre as referidas políticas públicas. Diante das proposições dessas PPs, da demanda de otimização do tempo e também da necessidade de compartilhar aprendizados e fortalecer a atuação dos conselhos **emerge um “incômodo” que se transformará em problema público mais tarde** (Cefai, 2017).

Isso se ilustra em 2004, no dia 18 de junho, com a realização, na catedral metropolitana de Florianópolis, sede da Ação Social Arquidiocesana – ASA, do “Encontro da Sociedade Civil - integrando Lutas Criança e Adolescente, Assistência Social e Educação”, por membros da sociedade civil cadastradas nos conselhos da assistência social, de direitos da criança e adolescente e que atuavam também na educação infantil. O encontro é o principal **evento** levantado no período, tendo como comissão organizadora, 5 organizações e seus representantes, conforme Quadro 20, a seguir.

Quadro 20 – Lista de representações que organizaram o encontro do Fórum Integrado (2004)

Organização	Sigla	Representantes	Status Atual
Irmandade Divino Espírito Santo	IDES	Elizabeth T. Galvão	Ativa
Ação Social Arquidiocesana	ASA	Maria Dolores, Fernando, Marlete Duarte Ramos e Frei Daniel Heinzen	Esporádica
Conselho Regional de Serviço Social	CRESS/SC	Elisabeth Bahia S. Bittencourt Férrer /Kátia Regina Madeira	Notáveis
Casa Chico Mendes	CCM	Cristiane dos Santos Fabrício	Não consta
Fundação Fé e Alegria	FFA	César Augusto Félix, Gerusa C. de Oliveira, Rodrigo Faria Pereira	Não consta

Fonte: Elaborado pela autora

Observa-se que, dentre as OSCs que estiverem à frente da organização do referido encontro, 3 participantes: IDES, ASA e CRESS/SC permaneceram, não de forma tão engajada, no cenário atual do FPPF (2016, 2017 e 2018), conforme classificações vistas no capítulo anterior. Por outro lado, como já citado, a IDES é membro atual do colegiado do Fórum (2019) e o CRESS/SC atuou na coordenação do FPPF representado por Beth Bahia do ano de 2010 ao ano de 2016. Há ainda que se ponderar que a Casa Chico Mendes e a Fundação Fé e Alegria se ausentaram totalmente da participação no FPPF nos últimos três anos, ficando de fora até do quadro das listadas como “satélites”.

Além dessas, o encontro contou com a participação de 28 organizações e seus representantes (no total somando à lista anterior), conforme “Quadro 21” abaixo.

Quadro 21- Lista dos presentes no Encontro da Sociedade Civil - Integrando Lutas (2004) continua...

Organização	Sigla	Representantes	Status Atual
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/Florianópolis	APAE	Jaqueline Pickler	Atual
Casa da Criança do Morro da Penitenciária	CCMP	Gilson Rogério Moraes	Atual
Centro de Integração Empresa Escola/SC	CIEE/SC	Carlos Raulino	Atual
Grupo de Apoio de Prevenção de Aids/Lar Recanto do Carinho	GAPA	Maria Cristina Salomon Guimarães	Passada
Obras Assistenciais Dom Orione	Dom Orione	Maria Clara Brisolara	Passada
Centro Cultural Escrava Anastácia	CCEA	Darcy Vitória de Brito	Notáveis
Centro de Valorização Humana Moral e Social	CEVAHUMOS	Milena Fuck	Satélite
Comissão de Assistência Social Ordem dos Advogados	Comissão AS da OAB	Não foi identificado	Satélite
Conselho Municipal de Assistência Social	CMAS	Gilson Rogério Moraes	Satélite

Organização	Sigla	Representantes	Status Atual
Conselho Municipal de Educação	CME/APP's de Fpolis	Jane Motta, Vanildo Luiz	Satélite
Núcleo de Estudos da Terceira Idade	NET/UFSC	Não foi identificado	Satélite
Associação de Pais e Professores do Nei João Machado	APP NMA	Vanildo, Jucélia G. dos Santos	Não consta
Assistência Preventiva de Apoio à Mulher	APAM-SOS Mulher	Cláudio Orildo Bissolo	Não consta
Associação dos Moradores da Lagoa do Peri	ASMOPE	Santina D. Cardoso da Silva, Patrícia Ferreira França	Não consta
Associação Florianopolitana de Voluntários	AFLOV	Irani H. Silva	Não consta
Associação Santa Zita	ASZ	Marinalda dos S. José	Não consta
Associação Atlética do Banco do Brasil/Programa Integração	AABB	Não foi identificado	Não consta
Centro de Assessoria a Adolescência	CASA	Rosângela Sena	Não consta
Conselho Comunitário Agrônômica	CCA	João Batista dos Santos	Não consta
Creche Dona Cota	CDC	Danielle Jorge Horm	Não consta
Escola Básica Silveira Souza	EBSS	Márcia C. Martini	Não consta
Grêmio Estudantil a Força dos Jovens e Adultos	GEFJA	Oziel Jocelindo Leal	Não consta
Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua	MNMMR	Célio Vanderlei Moraes, César Augusto Félix e Babyton	Não consta

Fonte: Elaborado pela autora

No Quadro 21 observa-se que, das 23 OSCs, 11 delas, cerca de metade, deixaram de participar do FPPF nos últimos três anos. Considerando que, algumas dessas, foram desativadas.

Esse encontro, segundo relatório acessado pela pesquisadora, tinha como objetivos: (1) promover espaço de discussão, debate e reflexão sobre o contexto das Políticas Públicas em Florianópolis (Assistência Social, Criança e Adolescente e da Educação); (2) identificar funções e papéis da sociedade civil organizada em fóruns; (3) oportunizar espaço de troca interativa entre os Fóruns: Criança e Adolescente, Assistência Social e Educação, identificando os “nós” existentes e a partir destes, propor estratégias de ação coletiva.

Percebe-se assim, que já havia uma intencionalidade explícita de criar um espaço de fortalecimento da sociedade civil no município e de articulação para atuação junto às políticas públicas. Essa intencionalidade fica evidente nesse trecho do mesmo relatório:

O que se pretende é dar maior agilidade, evitar a fragmentação das políticas Sociais Públicas e otimizar a representação por parte das entidades, sempre com o propósito de somar forças sem desconsiderar as lutas e discussões específicas que, em dados momentos,

se mostrarão necessárias. Este encontro também objetiva definir a organização do Fórum Integrado e os responsáveis pela sua articulação/coordenação. (FPPF, RELATÓRIO DO ENCONTRO, 2004, P. 2).

Isso também foi confirmado por depoimentos de fundadores do FPPF que participaram desse encontro:

Existia a lei, mas o conselho não andava, precisávamos de capacitação para os conselhos. O Fórum seria esse espaço para a gente aprender. Nós queríamos um espaço exclusivo para a sociedade civil (CÉLIO VANDERLEI MORAES, ENTREVISTA GRUPO FOCAL, 2019).

Quando se observa o **debate público** nesse encontro, alguns elementos se destacam, fazendo emergir com mais clareza **as preocupações e o que mobilizava os atores naquele momento**. Com base no relatório do encontro do “Fórum Integrado”, é possível observar que os principais desafios tinham relação com a questão dos conselhos, seja no que se refere a sua **composição, a sua estrutura, a sua atuação e formas de articulação**.

- **Em relação à composição dos conselhos:** relata-se que esta era paritária, contudo, há uma falta de comprometimento dos conselheiros da Sociedade Civil e uma ausência de conselheiros governamentais do CMDCA e do CMAS. Já no CME havia uma maior adesão e participação de todos os conselheiros.
- **Em relação à estrutura dos conselhos:** relata-se que faltava espaço adequado para a realização de reuniões já que o CMDCA e o CMAS dividiam a mesma sala. Faltava disponibilidade de carro e linha telefônica no CME.
- **Sobre o ritmo de trabalho nos conselhos:** todos os referidos conselhos se organizavam com comissões para aprofundamentos de temas específicos e centrais, exigindo intensidade no ritmo dos trabalhos realizados, o que gerava dificuldades em atender todas as demandas, como por exemplo, para realizar o monitoramento e as inscrições das organizações que atuavam nas referidas políticas.
- **Em relação a articulação dos respectivos fóruns:** apesar das tentativas de articulação e mobilização das organizações inscritas nestes conselhos, havia uma falta de aderência a esses chamados, baixa participação, falta de estrutura, de projeto, recursos e planejamento.

Como conquistas foram citadas; a incidência para escolha Conselheiros Tutelares no município, aprendizado gerado com a persistência e as trocas de conhecimentos proporcionadas.

Cabe destacar que as organizações que prestavam serviços na educação infantil, não eram inscritas no CME, como ocorre até os dias atuais, apesar de realizarem convênios para firmar parceria no recebimento de recursos público com a Secretaria Municipal de Educação.

Além do **debate em torno da estruturação e funcionamento pleno dos conselhos e fóruns**, percebe-se também aqui uma preocupação com **a incidência nas políticas públicas**. Essa preocupação se refere a alguns pontos do relatório como: a necessidade de se elaborar o plano municipal de Garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes, a demanda de dar um retorno à sociedade sobre os indicativos produzidos nas conferências, a necessidade de se elaborar um diagnóstico da situação atual, no esforço em problematizar as demandas a partir das comissões temáticas dos conselhos, na necessidade de elaborar propostas e diretrizes para atendimento a crianças e adolescentes com dependência a substâncias químicas.

Além dos registros no relatório do encontro foi também apontada pelos pesquisados a **questão da assimetria e dificuldade de diálogo entre as OSCs e a prefeitura de Florianópolis**, que naquele momento, estava sob a gestão da **Prefeita Ângela Amin**. Dentre as situações problemáticas identificadas estavam o estabelecimento de relações clientelistas e convênios com valores diferenciados e sem critérios. Foi relatado que as OSCs negociavam com a Prefeitura isoladamente e relutavam para socializar, com receio de perder os recursos públicos recebidos. Isso coibia a ação política das mesmas:

Eu trabalhava na educação infantil. Algumas instituições tinham diálogo individual com a prefeitura. Existiu sempre esse caminho. (PROTAGONISTA B, ENTREVISTA GRUPO FOCAL, 2019).

Os serviços eram pagos diferentemente, tinham entidades recebendo o dobro de outras e ninguém falava (PROTAGONISTA E, ENTREVISTA GRUPO FOCAL, 2019).

Segundo os atores pesquisados, a partir da articulação do grupo, **começou a haver uma pressão junto ao poder público para que atuasse de acordo com as normas e diretrizes que estavam sendo criadas em âmbito nacional**, fato que, trazia maior segurança para que as OSCs atuassem junto às políticas públicas. Isso provocou a participação da Prefeita Ângela Amin, nesse período, em uma de suas reuniões de capacitação para os conselhos para fazer uma fala. Contudo,

a prefeita se retirou logo após sua palestra, o que, segundo os entrevistados, demonstrou uma falta de abertura para o diálogo.

Outo dilema apontado, dizia **respeito a legitimidade e representatividade de algumas organizações da sociedade civil (OSCs)**. Estas, apesar de atuarem se auto declarando OSCs em espaços de participação, como conselhos, conferências e audiências, ou até gerando obstáculos à implementação das políticas públicas, não possuíam nenhum enraizamento comunitário. Esse era o caso, por exemplo, da Associação Florianopolitana de Voluntários – AFLOV, que apesar de ser instituir enquanto associação de voluntários, atendia aos interesses do poder público municipal, tendo como presidente, a primeira dama da capital. Esse caráter mais corporativo do que público, aparecia em outras organizações que participaram do encontro como Associação Atlética do Banco do Brasil – AABB, de acordo com a lista de presença. Essa discussão levanta uma questão que se refere a **quem deveria ou não compor o FPPF** e qual o seu papel, enquanto um espaço legítimo de representação da sociedade civil, **questão que será retomada na próxima cena**.

Fazendo uma síntese do debate e da atuação pública do FPPF levantadas nessa época, percebe-se (conforme Figura 7 a seguir) que o que mobilizava os atores engajados para criar o FPPF, nesse primeiro momento, referia-se especialmente à **necessidade de garantir o pleno funcionamento dos conselhos e dos Fóruns de políticas públicas e sua articulação**, permitindo a implementação das políticas públicas, segundo as normas vigentes. Mas que já surgiam questões relacionadas a **interlocução com o poder público e de garantia de maior legitimidade e espaço para participação da sociedade civil junto às políticas públicas**. Para leitura da Figura 7 a seguir e das próximas que representam os debates e ações públicas nas próximas cenas (Figura 10, 13 e 21), faz-se necessário observar o “**Quadro 22**” a seguir com a legenda

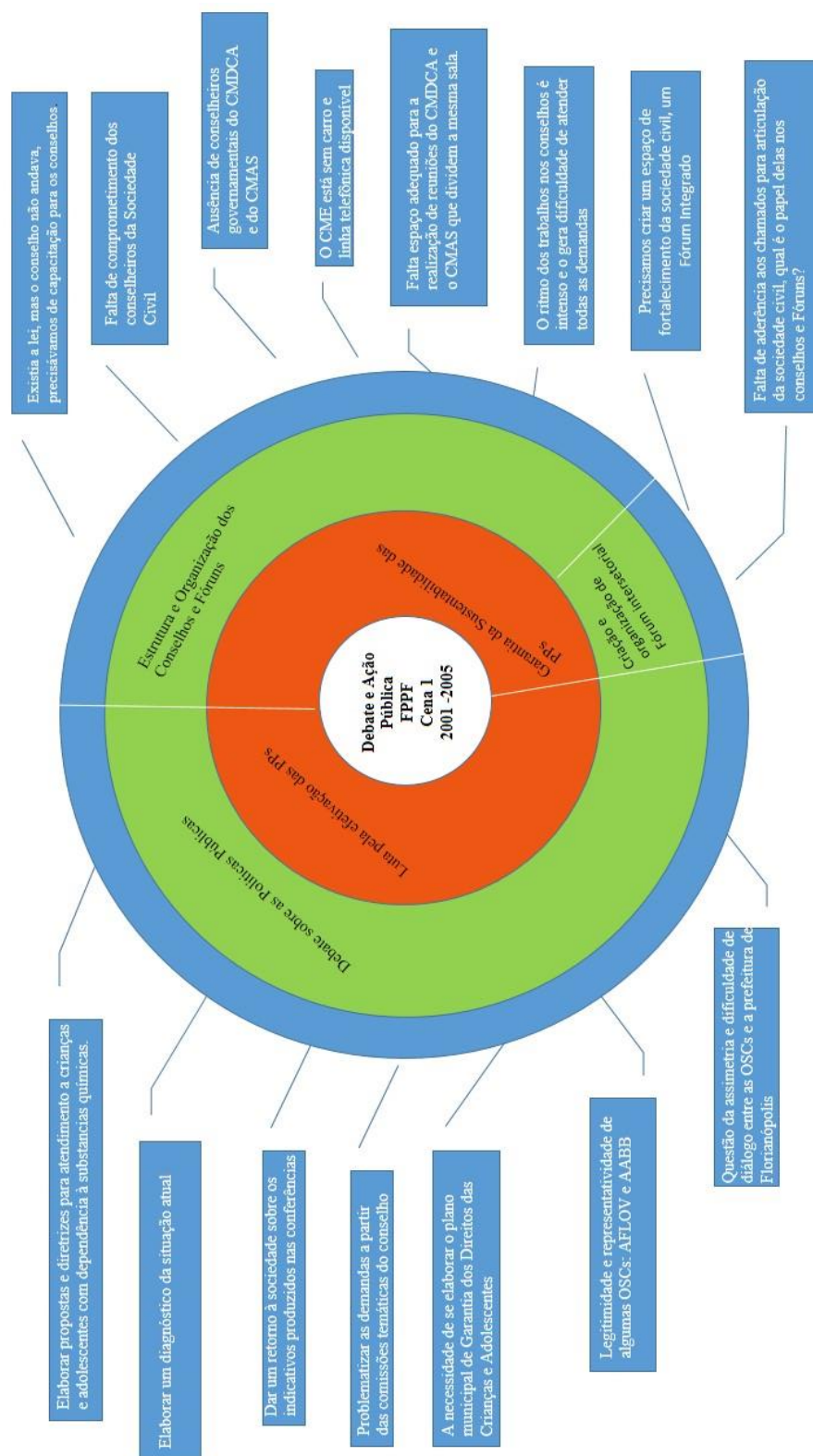
Quadro 22 - Legenda para leitura das Figuras (7, 10, 13 e 21) dos debates e ações públicas das cenas da trajetória do FPPF

Cor	Significado
Cor azul	Declarações
Cor verde	Temas controversos
Cor laranja	Cosmovisão que reflete
Cor preta	Instrumentos ou dispositivos, que mediam processo de convergência, exercendo influência significativa na estabilização das ações coletivas

Fonte: Elaborado pela autora

Observando esses desdobramentos a partir da noção de gradiente da crítica, desenvolvido por Chateauraynaud (2018) e tratado na fundamentação teórica, percebe-se que nos debates que antecedem a criação do FPPF há uma crítica que já apresenta intensidade e extensão, já que se percebe uma preocupação dos atores não apenas com os aspectos “**técnicos e procedimentais**” do funcionamento dos conselhos, mas com a “**luta pela efetivação de direitos**”, ou seja, havia uma mobilização **para que a política pública fosse de fato implementada e de forma participativa**. Há também uma preocupação com a **legitimidade e representatividade da sociedade civil e sua interlocução com o poder público**, elementos que serão cruciais para a constituição do Fórum, com a criação de sua carta de princípios (ANEXO C), como será relatado na próxima cena.

Figura 7 - Ilustração do debate e da ação pública do FPPF na Cena 1: 2001-2005



Fonte: Elaborado pela autora

5.2 CENA 2 - NASCIMENTO DO FPPF PARA O PÚBLICO E INSERÇÃO COMUNITÁRIA

Figura 8 - Cenário e acontecimentos no FPPF de 2006-2010



Fonte: Elaborado pela autora

Quanto ao cenário (Figura 8), esta cena pública se desenrola em Florianópolis, de 2006 a 2010, quando o FPPF é criado e começa a se legitimar. Esse pano de fundo é marcado pela gestão municipal do prefeito **Dário Berger**¹⁴, por contemplar um ano eleitoral (2008) e algumas mudanças na legislação nacional e local que vão influenciar nas políticas públicas e no ambiente institucional em que atuam as Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Destacam-se a resolução nº 269 de 2006, criando a **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS**¹⁵, e a criação de Conselhos Municipais: Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência – CMDPD, Conselho Municipal do Idoso - CMI, Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR) e Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM), além da Lei nº 7798 de 2008 de **Utilidade Pública Municipal**. Cabe dar evidência a um dos dispositivos que mais repercutiram nos anos subsequentes, a resolução nº 109 de 2009, aprovando a **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**¹⁶, que incidiram quase que de imediato na atualização do CMAS por meio da Lei nº 8049/2009 e revoga a anterior, passando a ser deste conselho, a responsabilidade pelas inscrições das OSCs na política de assistência social e consequentemente, aptas a pleitearem a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área de Educação (CEBAS), bem como gerou a atualização do CMDCA, por meio da Lei nº 7855/2009, que também revoga as anteriores. É a partir da articulação dos Fóruns DCA e AS buscando unificar em um mesmo espaço as discussões a respeito das políticas de assistência social, direitos da criança e do adolescente e educação infantil, como foi proposto no encontro do Fórum Integrado realizado no ano de 2004, é que começa a se constituir o FPPF como ator público reconhecido por alguns interlocutores.

No que se refere **aos acontecimentos: principais marcos e eventos** destaca-se a criação do Fórum que ocorre em 2006. Isso se deu a partir da necessidade de concretude da articulação que

¹⁴ Eleito no ano de 2004 exercendo mandato de 2005 à 2008, e reeleito no ano de 2008 para cumprir mandato de 2009 à 2012.

¹⁵ O CNAS aprovou também em 13/12/2006, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH) - instrumento responsável pela definição das responsabilidades na política de trabalho na área. A NOB/RH foi uma das deliberações da 5ª Conferência Nacional de Assistência Social que aconteceu em dezembro de 2005. Os princípios contidos na Norma englobam todos os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (Suas), órgãos gestores e executores de ações, serviços, programas, projetos e benefícios da área. Refere-se, também, a consórcios públicos e entidades e organizações da assistência social. (BRASIL/MDS) acesso em 18 de ago, <http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs>

¹⁶ Serviços Socioassistenciais, organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2009/Resolucao%20CNAS%20no%20109-%20de%2011%20de%20novembro%20de%202009.pdf

havia sido iniciada anteriormente, mas que ainda não havia se constituído formalmente. Articulando o Fórum DCA, Fórum de AS e a Rede do Monte Cristo, deu-se início ao FPPF, conforme relato de Sr.^a Norma Suely de Souza Carvalho:

A minha história no Fórum começou quando fui transferida da minha cidade natal, que é Governador Valadares, em Minas Gerais, para Florianópolis no ano de 2006, para atuar no cargo de supervisão social do lar Fabiano de Cristo. Quando cheguei, logo fui procurar saber se existia uma rede articulada da sociedade civil de serviços socioassistenciais no município, foi quando identifiquei que não havia. Na época havia o Fórum Estadual DCA com dificuldade de participação. Na cidade de onde vim existia um Fórum de articulação da rede socioassistencial. Foi quando comecei a procurar as entidades, havia muita dificuldade de articular os fóruns segmentados pois eram as mesmas e poucas as pessoas que participavam, a partir disso, veio a ideia de se criar o Fórum intersetorial, para articular Assistência Social e as entidades ligadas a política DCA, onde cada política pública tinha o seu momento de compartilhar, variava as temáticas e as demandas. As reuniões aconteciam no CRESS, mas também por reuniões itinerantes. (NORMA CARVALHO, ENTREVISTA, 2019)

A partir da articulação que vem da cena anterior, somando com a chegada de novos atores, culminou na fundação do FPPF. Mas essa fundação não se deu em um evento específico, o Fórum foi sendo constituído na medida que se articulava e mobilizava atores para tal, durante o ano de 2006 e sua 1ª Carta de Princípios foi aprovada no ano de 2007 (ANEXO C), como foi relatado pela fundadora e primeira coordenadora do Fórum, Sr.^a Norma Suely de Souza Carvalho, na entrevista individual realizada:

Não fizemos evento de instalação do Fórum de Políticas Públicas, só começamos a nos reunir, em um primeiro momento, começamos com dois, três e depois começamos a ampliar, mas não teve data, a carta de princípios foi sendo construída a partir do modelo do Fórum DCA e só fechamos ela em 2007 mesmo. O que lembro é que começamos as primeiras reuniões no primeiro semestre de 2006. (NORMA CARVALHO, ENTREVISTA, 2019)

Surgem, aqui, relatorias do Fórum com uma logo (Figura 9) e o nome oficial vem com uma variação que alterna de Fórum Municipal de Políticas Públicas de Florianópolis (FMPPF), Fórum Permanente de Políticas Públicas de Florianópolis (FPPPF) e Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis (FPPF), como ficou definido no ano de 2016.

Figura 9 - Logo relatorias do FPPF em 2009



Fonte: Relatoria FPPF, (2009).

Nessas relatorias, alguns acontecimentos merecem destaques: (1) a capacitação em gestão comunitária feita junto com a rede do Monte Cristo em 2006; (2) a criação do Fórum (2006) e sua carta de princípios (2007); (3) a 1ª Conferência do Monte Cristo e Marcha pela Paz (2007); (4) a visita de alguns fundadores ao Fórum municipal de Porto Alegre (2008) que resultou na elaboração da **resolução nº 175/2009, que inclui a obrigatoriedade de participação mínima de 70% nas AGOs do FPPF como uma das condições para as OSCs pleitearem recursos do FIA**; (5) a participação do Fórum nos processos de eleição da sociedade civil para composição do CMAS (2006, 2009), do CMPD (2007), CMDCA (2009) e do Conselho Municipal do Idoso – CMI (2008), além de atuar na indicação à mesa diretora CMAS (2010) e CMDCA (2009), e na (6) revisão da lei do Conselho Tutelar (2010), (7) atuação junto a atualização das leis de criação do CMDCA e do CMAS, realizando reuniões itinerantes em diferentes organizações, tais como: Associação Catarinense para Integração do Cego - ACIC, Conselho Regional de Serviço Social - CRESS/SC e Lar Fabiano de Cristo.

Dentre os eventos, cabe dar destaque à eleição do CMAS (Gestão 2010-2012), na qual o FPPF foi eleito, representando o segmento de organização de usuários do SUAS. Já sobre a 1ª Marcha pela paz da rede articulada do Monte Cristo, segue:

tem por objetivo despertar um sentimento de paz e tranquilidade em cada um de nós apresentando às outras pessoas um outro lado desta comunidade que é constantemente exposta na mídia apenas pela violência que ainda persiste, mas que não é toda a realidade local.” (FPPF, 2007)

Analisando mais de perto esses acontecimentos pode-se perceber **o que mobiliza os atores nesse período**. Percebe-se a preocupação em criar um espaço de articulação comum da sociedade civil, envolvendo os conselhos e fóruns existentes. Isso se inicia a partir do Fórum Municipal de Assistência Social (Fórum AS) e do Fórum de defesa dos direitos da criança e do adolescente (Fórum DCA) de forma articulada com a Rede Articulada do Monte Cristo (os dois últimos eram coordenados pela Norma Sueli, primeira coordenadora do FMPPF). Como narra um dos fundadores:

As redes se interconectavam e tinha um projeto coordenado pela Norma de liberdade assistida, que era ponto de contato entre essas redes, mas na Trindade também haviam muitas organizações com enraizamento comunitário que foram fundamentais para a criação do Fórum (FUNDADOR B, ENTREVISTA GRUPO FOCAL, 2019)

Porém, o desafio estava em como garantir essa articulação. Em 2006, por meio de articulação com as OSCs inscritas no CMAS e no CMDCA foi criado o Fórum e elaborada sua primeira Carta de Princípios (ANEXO C). Segundo os entrevistados, a carta tinha como principal objetivo marcar a característica institucional do Fórum, tratar sobre a sua natureza, objetivos, estratégias, organizações e membros (participantes, direitos e deveres).

Já em 2008, foi feita uma visita a um Fórum de Porto Alegre. Eles tinham uma exigência lá de que as OSCs que participassem do edital do FIA participassem do Fórum [...] Nos inspiramos neles. (FUNDADOR E, ENTREVISTA GRUPO FOCAL, 2019).

Com base nessa ideia foi aprovada a **Resolução nº 175 de 2009, do CMDCA, que inclui a participação no FPPF como requisito para as organizações pleitearem recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Florianópolis (FIA), hoje chamado de Floricriança**, conforme Box 5. Essa resolução que, subsidiou mais à frente (2013) a inclusão do FPPF como espaço oficial de articulação das OSCs ligadas ao CMDCA previsto em Lei.

Box 5 - Resolução do CMDCA que atrela a participação no FPPF com o FIA

Resolução 175 de 09 de dezembro de 2009, para alterar e estabelecer novas providências à resolução nº. 119/2007 do CMDCA.

[...]Artigo 4º - Para habilitarem-se ao financiamento dos Projetos com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, as organizações governamentais e não governamentais, deverão ter seus Programas inscritos no CMDCA de Florianópolis.

§ 1º - O projeto de organização não governamental somente será certificado se a proponente estiver devidamente registrada no CMDCA, bem como estar com o registro atualizado ou em análise para a sua renovação e **comprovar a participação em 70% das Reuniões Ordinárias do Fórum Municipal de Políticas Públicas, anualmente.**

Fonte: Resolução do CMDCA¹⁷, 2007.

¹⁷ Resolução do CMDCA acessível em:

http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/18_10_2012_18.06.32.9a0b3affc10bd0ca4e9ca0b6ce090fa5.pdf

Sobre tal dispositivo¹⁸, foi considerado uma grande conquista pelos fundadores:

Com o FPPF, houveram avanços com os conselhos CMAS e CMDCA. No CMDCA houve a inclusão de uma lei que passou a exigir a participação das OSCs para que pudessem participar de editais do FIA. Tinha que ter uma participação mínima de 70%. Com isso, o Fórum avançou muito. (NORMA SUELI, FUNDADORA, 2019)

Além dessa frentes, o Fórum também incidiu sobre a **Lei nº 8049/2009 que dispõe sobre o CMAS, o fundo municipal de assistência social e a revogação da lei nº 4958 de 1996**, tornando o CMAS de órgão consultivo para deliberativo, passando a ser responsável pelo cadastramento e inscrições (o que permite solicitar o CEBAS¹⁹), além de avaliar os projetos, ações e atividades apresentadas pelas das OSCs para o repasse de recursos do Fundo Municipal. Além disso, incluiu a representação de usuários do SUAS. Ainda, mobilizou por meio da PL nº 13092/2008 que tramitou na CMF e aprovou a **Lei nº 7855/2009 que atualizou a Política DCA e o CMDCA**, uma das alterações, torna esse conselho o responsável pelas inscrições das OSCs e, conseqüentemente, aptas a captarem recursos pelo FIA Ambas as frentes visaram atender a **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais** (resolução do CNAS nº 109/2009).

Tais frentes de atuação, demonstram o **processo de institucionalização do Fórum** que passa a participar ativamente também das eleições do CMDCA, do CMAS, do CMDPD e do CMI. Foi relatado pelos entrevistados que o Fórum assume então uma maior capilaridade temática e territorial a partir das organizações que passam a fazer parte dele.

Quanto aos protagonistas e personagens, nesse período, o Fórum tem como primeira coordenadora colegiada a Sr^a Norma Sueli Carvalho (que também atuava no Fórum DCA e na rede Monte Cristo como narrado), que segue coordenando o Fórum até o ano de 2010²⁰. Compunha com ela o colegiado do Fórum, um membro representante da ACIC, para assuntos ligados ao CMAS e

¹⁸ Cabe destacar a comissão responsável pela elaboração dessa proposta de alteração da resolução 119/2007 que foi composta pelos seguintes representantes: Ana Maria da SEEDE, Gilson Rogério Moraes da Casa da Criança do Morro da Penitenciária, João Paes da Asas, Lilhane Zancanaro da Asas, Maria do Carmo Silveira Pereira do CEA FIS, Paulo Cezar do CEA FIS, Priscila Beli Teixeira da Sociedade Alfa Gente, Vera Maria Garais Rodrigues do Lar Fabiano de Cristo e Veronice Sutilli da Casa da Criança do Morro da Penitenciária.

¹⁹ A certificação, concedida às organizações e organizações da assistência social, é um instrumento que possibilita a organização usufruir da isenção das contribuições sociais, tais como a parte patronal da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Contribuição PIS/PASEP, permite ainda a priorização na celebração de contratualização/convênios com o poder público, entre outros benefícios.

Acesso em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/entidade-de-assistencia-social/certificacao-de-entidades-beneficentes-de-assistencia-social-cebas>

²⁰ Ano em que foi transferida para a cidade de Belém onde está atualmente e também representa a sociedade civil no CNAS gestão 2018-2020

um outro membro da CCMP, para representação do CMDA. Com a saída de Sr.^a Norma Carvalho, elegeu-se a coordenação, a Beth Bahia, que foi segunda Coordenadora do FPPF, juntamente com Iassana no Lar Fabiano de Cristo, que ficou encarregada da comunicação, compondo um colegiado provisório. Assim, temos o grupo de encarregados pela gestão do FPPF no Quadro 23.

Quadro 23 - Representações que compuseram o colegiado do FPPF 2006-2010

Organização	Sigla	Grupo/Causa	Categoria atual
Lar Fabiano de Cristo	LFC	DCA	Esporádica
Associação Catarinense para Integração do Cego	ACIC	DCA e Inclusão de pessoa com deficiência	Protagonista Passada
Casa da Criança do Morro da Penitenciária	CCMP	DCA	Protagonista Atual
Conselho Regional de Serviço Social-12 ^a Região	CRESS/SC	Suporte	Notáveis

Fonte: Elaborado pela autora,

Além desses representantes, compunham o FPPF, nesse período, 40 OSCs, conforme descrito no Quadro 24.

Quadro 24 - Representações que compuseram o FPPF na cena 2 (2006 a 2010) Continua...

Organização	Sigla	Status atual
Casa São José	CSJ	Protagonista Atual
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Florianópolis	APAE	Protagonista Atual
Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação	SERTE	Protagonista Atual
Centro Comunitário dos Moradores do Saco Grande	COMOSG	Protagonista Atual
Sociedade Alfa Gente	SAG	Protagonista passada
Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social	AEBAS	Protagonista Passada
Obras Sociais da Comunidade Paroquial de Coqueiros	OSCOPAC	Protagonista Passada
Seara Espírita Entrepasto da Fé	SEEDE	Protagonista Passada
Centro de Apoio à Formação Integral do Ser	CEAFIS	Protagonista Passada

Organização	Sigla	Status atual
Associação de Amigos da Casa da Criança e do Adolescente do Morro do Mocotó	ACAM	Ativa
Associação Atlética Esportiva Infantil Vento Sul	AAEI Vento Sul	Notáveis
Conselho Regional de Serviço Social-12ª Região	CRESS/SC	Notáveis
Ações Sociais Amigos Solidários	ASAS	Esporádica
Ação Social Arquidiocesana	ASA	Esporádica
Centro Educacional Marista Lúcia Mayrvone	MARISTA	Esporádica
Ações Sociais Amigos Solidários	ASAS	Esporádica
Associação Beneficente, Educacional e Assistencial Gente Amiga	Gente Amiga	Esporádica
Ação Social Paroquial de Ingleses	ASPI	Satélite
Legião da Boa Vontade	LBV	Satélite
Usuário CRAS	Usuário CRAS	Satélite
Instituto de Audição e Terapia da Linguagem	IATEL	Satélite
Instituto Pe. Vilson Groh	IVG	Satélite
Comissão Assistência Social da Ordem dos Advogados do Brasil	OAB	Satélite
Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos	AFLODEF	Satélite
Associação de Pais e Amigos da Criança e do Adolescente	APAM	Satélite
Casa dos Girassóis	CG	Satélite
Centro de Referência de Assistência Social	CRAS	Satélite
Centro de Valorização Humana Moral e Social	CEVAHUMUS	Satélite
Fé e Alegria	FA	Não consta
Assistência São Luiz	ASL	Não consta
Sindicato dos Psicólogos do Estado de Santa Catarina	SINPSI-SC	Não consta
Bem Estar Familiar	BENFAM	Não consta

Organização	Sigla	Status atual
Casa Chico Mendes	Casa Chico Mendes	Não consta
Associação Comunitária Jardim Santa Mônica	ACOJAR	Não consta
AAJO	AAJO	Sem identificação
APAG	APAG,	Sem identificação
APAN	APAN	Sem identificação
CASA	CASA	Sem identificação

Fonte: Elaborado pela autora

Olhando para esse grupo, é possível afirmar que cerca de 40 organizações integram o FPPF nessa cena, sendo que as 4 últimas não foram identificadas, pois nas atas citam-se apenas as siglas nos documentos. **Tirando as que não foram identificadas, das 36, cerca de 83% registraram algum tipo de participação nos últimos 3 anos. Porém, dessas, apenas quatro tiveram participação relevante sendo consideradas protagonistas atuais (com participação em mais de 50% das assembleias ordinárias) nos últimos três anos, o que denota que a intensidade da participação de grande parte dessas OSCs hoje está diminuída, ou é quase nula.**

Quando se observa o **debate público** que se encontram nas atas desse período, pode-se perceber que algumas demandas são levantadas que destacam as preocupações e as críticas feitas pelos atores nesse período. Buscou-se agrupar os principais pontos por temas:

A) Estrutura e funcionamento dos conselhos

- Identificação da falta de uma rede articulada de serviços socioassistenciais;
- Incômodo e mobilização para garantia da estrutura e organização do CMAS e do CMDCA.

B) Mobilização de recursos

- Denúncias e debates em relação a gestão do FIA, atraso nos repasses, transparência e controle dos gastos;
- Ampliação de convênios com a SEMAS, incluindo mais onze novas organizações.

C) Fortalecimento da Sociedade Civil e Interlocução com o Poder Público

- Preocupação com a mobilização dos conselhos para participarem do FPPF, tornando um espaço mais plural;
- Criação e implementação do dispositivo que incluiu obrigatoriedade de participação no FPPF às OSCs interessadas em captar recursos pelo FIA (Hoje Floricriança);
- Denúncia, no ano de 2009, sobre a necessidade de serem respeitadas as decisões coletivas tomadas por este Fórum, que pode ser observada em uma carta encaminhada à coordenação sobre a indicação de mesa diretora do CMDCA, onde supostamente, havia uma intencionalidade de algumas organizações da sociedade civil, em mudar a decisão do Fórum, durante plenária do CMDCA, favorecendo que os interesses governamentais fossem fortalecidos;
- Debate sobre a necessidade de criação de regra de participação no Fórum, com quantidade máxima de falta justificável.
- Denúncia contra Conselheiro Tutelar por improbidade administrativa, estava trabalhando em perícia médica, o mesmo pediu exoneração;
- Denúncia de Conselho Tutelar que acusa representante governamental da mesa diretora do CMDCA por violar sigilo dos dados do CTs.

D) Luta e atuação pela efetivação das políticas públicas

- Proposição de mudança no convênio das creches com Prefeitura Municipal de Florianópolis – PMF, passando para uma outra lógica de educação mais diversa, diferente do padrão escolar;
- Mobilização pela atualização da Lei do CMAS de acordo com a tipificação dos serviços socioassistenciais;
- Incide sobre a atualização da Lei do CMDCA no ano de 2009;
- Envolvimento com os processos eletivos da sociedade civil para composição do CMAS (2006), CMDPD (2007), CMDCA (2009), CMI (2008), além de atuar na indicação à mesa diretora CMAS (2010) e CMDCA (2009), e também na revisão da Lei do CT (2010);

- Articulação com a Rede Monte Cristo para levar as demandas para conferência municipal de Assistência Social e Plano Diretor de Florianópolis.

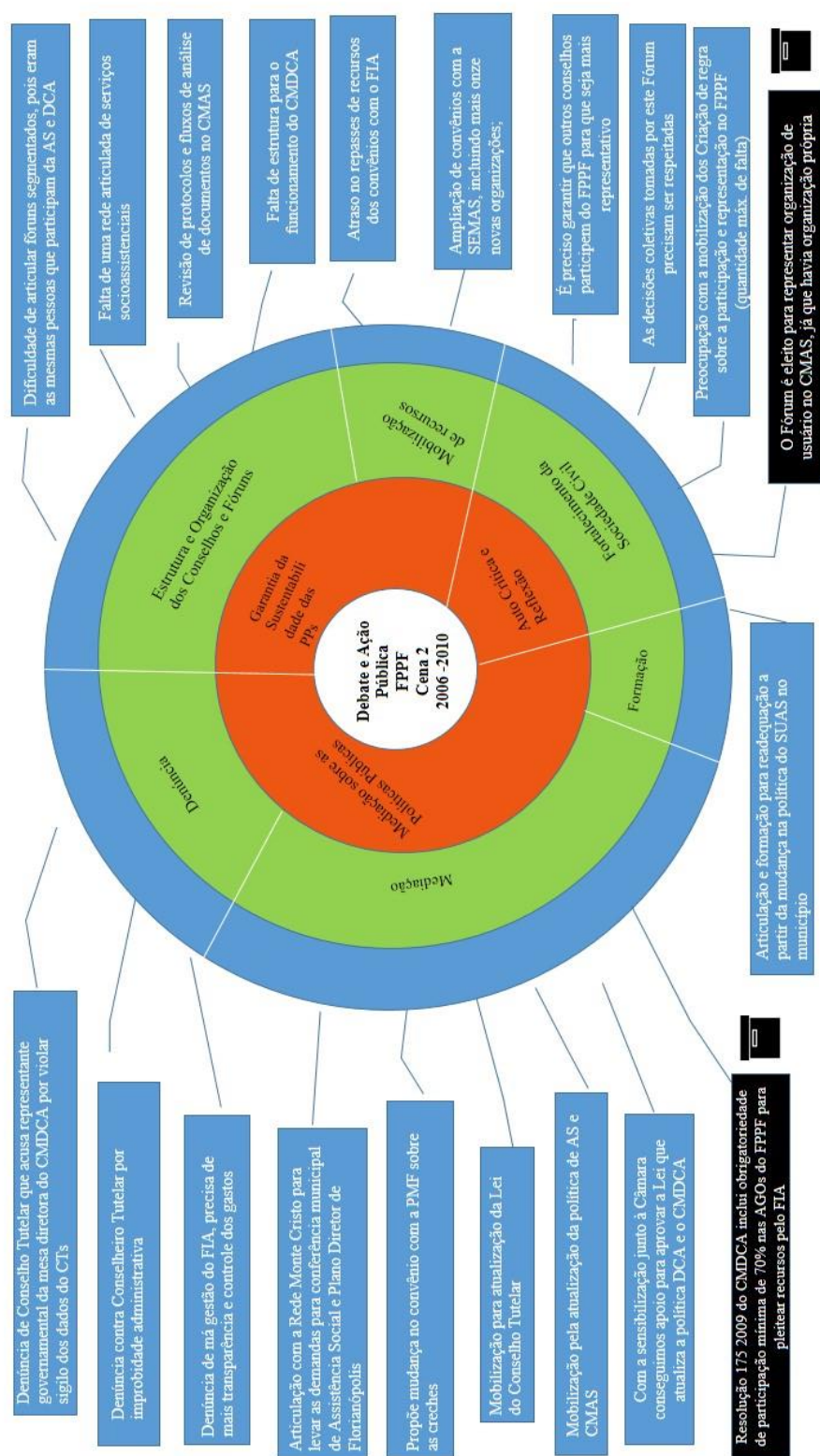
Como ilustrado na Figura 10, a seguir, percebe-se aqui que as preocupações com a **sustentabilidade das organizações da sociedade civil e da política** permanecem relacionadas a uma crítica mais “técnica e procedimental” (CHATEAURAYNAUD, 2018). Esse debate aparece quando se discute a importância do regimento interno do CMAS para indicar os processos e prazos, ou protocolos, mais adequados para o fluxo que garantisse que a sociedade civil pudesse avaliar documentos demandados pelo poder público com o devido tempo e base para emissão de parecer. Outro exemplo refere-se às denúncias em relação ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FIA). Duas questões se destacaram na síntese realizada: uma delas é a questão de atraso de repasse de recursos pela prefeitura, mas também o esforço de diálogo com o poder público, para solução. Já a segunda seria com relação a falta de transparência sobre os gastos do FIA, onde é indicado o acompanhamento das contas pelo extrato bancário.

Porém, várias são os exemplos que mostram que o FPPF vai além da produção de uma crítica técnica e dos procedimentos sobre as políticas públicas e já passa a ser reconhecido nesse período como **espaço de articulação e representação**.

Nesse sentido, percebe-se uma evidência de **momentos de “auto-crítica” e “reflexão coletiva”** sobre o papel do Fórum, especialmente quanto a sua **representatividade e legitimidade**. Cabe citar a denúncia feita por meio do FPPF que visava garantir a representatividade da sociedade civil junto ao CMDCA. Essa denúncia refere-se à tentativa de não se acatar a votação e indicação pela plenária do Fórum para composição de parte da Mesa Diretora no CMDCA ocupada pela sociedade civil em 2009. Isso indica a importância de afirmar a legitimidade dos encaminhamentos/indicações deliberados em consenso no grupo do Fórum. O relato da reunião do dia 06 de abril de 2010 afirma:

Foi encaminhado ofício assinado por todos os presentes para a SEMAS, informando que indicamos a Solange da ACIC para presidente e Vanusa, representante de usuários como primeira secretária. Caso o governo apresente chapa para a presidência e após a votação, (onde todos da sociedade civil devem apoiar a indicação do Fórum), haja empate, nos retiraremos da plenária.

Figura 10 - Ilustração do debate e da ação pública do FPPF na Cena 2 - 2006-2010



Fonte: Elaborado pela autora.

A **importância de ter regras em relação à participação e à representação** é um tópico que também aparece e denota uma busca de **auto-reflexão e aprendizagem no FPPF**. Sobre a participação, discute-se a quantidade de faltas máximas para perda de mandato junto ao FPPF. No que diz respeito à representação, há registros sobre a necessidade de participar do Fórum para garantia da legitimidade de representação da sociedade civil no conselho. Embora se evidencie essa preocupação, não encontramos nenhum indício de mecanismo concreto de controle de faltas e definição de critérios de perda de mandato. Um controle de faltas foi encontrado no cenário seguinte, quando se determinou realizar reuniões por comissão temática.

A pesquisa também permite levantar evidências claras da atuação do FPPF como **mediador junto ao poder público, atuando junto às políticas públicas**, por meio de um espaço de debate, articulação e formação, de denúncias e também de ações concretas. Cabe dar destaque aos debates e ações visando atender a necessidade de readequação na política e na atuação das OSCs, a partir das mudanças na política do SUAS.

Quanto às **denúncias**, pode-se citar os exemplos da denúncia feita em uma das assembleias do Fórum, em 2007, referente a práticas de improbidade administrativa de um conselheiro tutelar. Numa das atas consta que o conselheiro pediu exoneração um tempo depois. Outra denúncia foi feita por um conselheiro tutelar em 2009, relatando uma violação de sigilo por parte da representação governamental na mesa diretora do CMDCA.

É importante ressaltar que, para além das denúncias em relação às políticas públicas, o Fórum já atua neste período como **interlocutor junto ao poder público**. Exemplo disso ocorre a partir de 2011, referente à atualização dos critérios para celebração dos Convênios com Secretaria Municipal de Educação. Observa-se, neste caso, um diálogo frutífero com o poder público que resulta na criação de novos critérios, como a exigência de que os projetos conveniados não tivessem sobreposição em relação à escola, passando a atuar com educação complementar (com oficinas entre outros). Isso resulta também, em mudanças nas formas de prestações de contas, incluindo exigência de inclusão na Prestação de Contas da Certidão Negativa de Débito – CND, mensalmente. Cabe dar destaque sobre a mediação com a Rede Monte Cristo, já que como encaminhamento da Conferência, tinha-se como um dos objetivos levar as demandas para a conferência do SUAS e Plano Diretor de Florianópolis

Essa interlocução também ocorre por meio da atuação do FPPF junto aos conselhos. Pode-se citar o movimento pela inclusão dos usuários do SUAS na lei do CMAS, a partir da

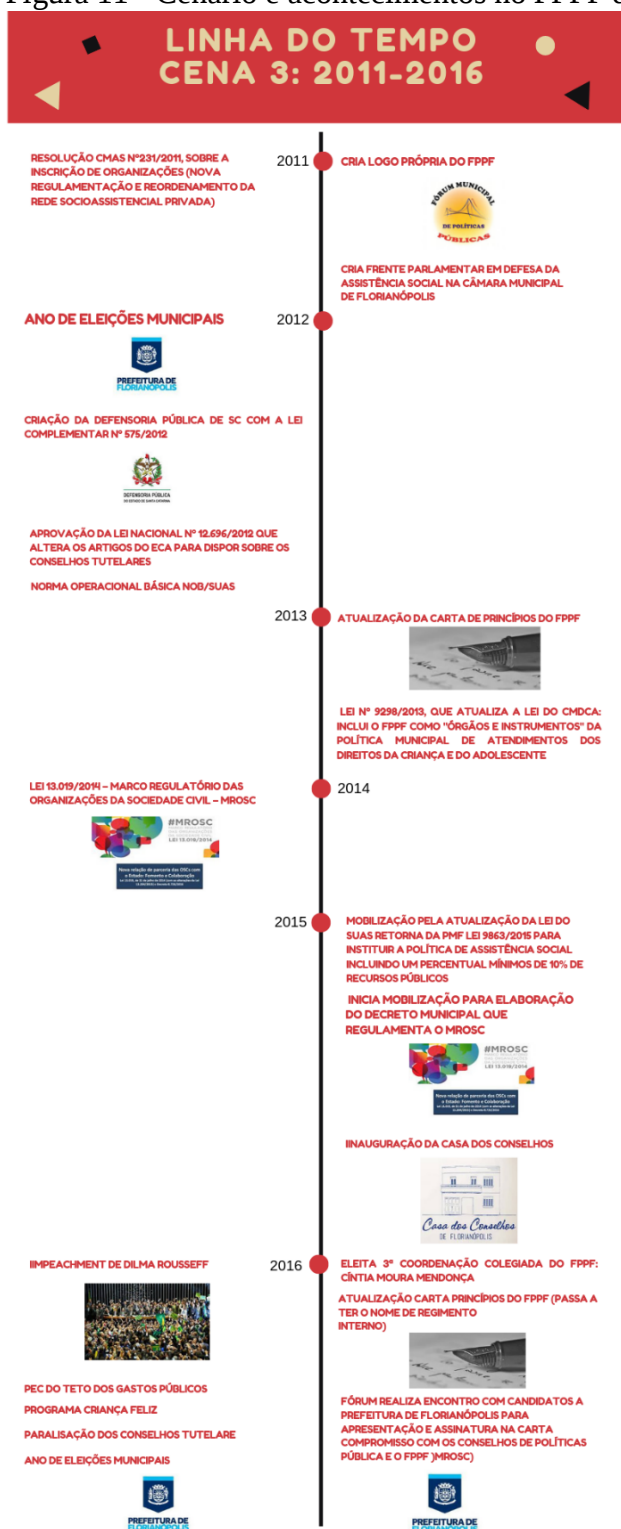
legislação nacional, garantindo sua inclusão na participação nas reuniões do FPPF, como descrito. O Fórum inclusive atuou como organização de representação deste segmento, conforme consta na sua Carta de Princípios. Ressalta-se que, no período, ainda não haviam organizações próprias de usuários do SUAS. Atas do FPPF e Decretos Municipais indicam que, o Fórum cumpriu esse papel na gestão do CMAS 2010-2012, a partir da representação de Paulo Cezar Pereira, na gestão do CMAS 2012-2014, com a conselheira Márcia Santos Barbosa e na Gestão do CMAS 2014 -2016, com a representação de Luzia Arminda da Rosa, conhecida como Dona Luzia. Ocorre que, anos depois, conforme será abordado na próxima cena pública, a representação do FPPF, enquanto organização de usuário do SUAS, foi questionada por agentes públicos que denunciaram a ilegalidade desta representação junto ao Ministério Público (MP).

Há também uma evidente preocupação em garantir que o Fórum seja um **espaço representativo**, seja ampliando a participação dos conselhos junto ao Fórum, seja por meio da criação de regras e princípios que garantam a participação. Para tanto, foi fundamental **a resolução nº 175 de 2009 que altera e estabelece novas providências sobre os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Florianópolis (FIA)**. Outro detalhe que chama a atenção, analisando os documentos, é que já se identifica a preocupação, ainda atual, de contar com a participação de, ao menos, um representante do Conselho Municipal de Saúde junto ao Fórum.

Todas essas evidências permitem afirmar que nessa cena pública o Fórum passa a existir para o público. Nesse sentido, nessa cena pública, o Fórum já começa a ser reconhecido como espaço de articulação, diálogo, crítica e ação pública da sociedade civil junto às políticas públicas municipais, constituindo-se **não apenas como um espaço de crítica técnica e procedimental, mas também como um espaço de acusações, denúncias e também proposição de alternativas às situações problemáticas identificadas.** Esse processo de institucionalização em curso, se ilustra também pelo convite para que o Fórum participe de outros espaços de articulação como “porta-voz” da sociedade civil, tais como: o Fórum e Conferência DCA, Conferência CMAS, Conferência saúde mental na UFSC, Seminário sobre Economia Solidária na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC, o Lançamento do Observatório Social de Florianópolis no MP e o 1º Seminário Nacional sobre atendimento Sócio Educativo-SINASE

5.3 CENA 3 - CONSOLIDAÇÃO INSTITUCIONAL DO FPPF E SEUS DESAFIOS

Figura 11 - Cenário e acontecimentos no FPPF de 2011 a 2016



Fonte: Elaborado pela autora.

Essa cena abrange o período de **2011 à 2016** (Figura 11) e se constitui pelo processo de crescente **consolidação institucional do FPPF e atuação mais abrangente junto às políticas públicas no município**. Tem como pano de fundo um cenário de implementação do “**reordenamento dos serviços do SUAS**”²¹, visto na cena anterior e a **Lei nº 13.019/2014**²², que marca o início da mobilização para garantia de participação na instituição do Novo Marco Legal das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) em Florianópolis, que se efetiva no ano de 2017 (ano de obrigatoriedade para readequação nos municípios), o que provocou inúmeros desdobramentos, como será exposto na próxima cena.

Houve ainda a aprovação da **Lei Nacional nº 12.696/2012** que atualizou a Lei no 8.069/de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - e dispôs sobre o **Conselho Tutelar (CT) bem como seu processo eletivo**. Como foi tratado no capítulo introdutório desta dissertação (problematização), ocorre no final dessa cena o processo de impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Em decorrência desse fato, assume seu vice, Michel Temer que anuncia o rompimento governamental sobre as estratégias de participação que vinha ocorrendo e propõe uma série de reformas impopulares, como por exemplo a **PEC 55 de 2016**, contendo um teto para os gastos públicos com políticas públicas para os próximos 20 anos e o **Programa Criança Feliz**, descolado do SUAS, ações que afetam as ações do FPPF. Já no âmbito municipal, engloba a gestão dos prefeitos Dário Berger e César Souza Júnior, bem como os dois anos de eleições municipais (2012 e 2016²³). No Fórum, esse período coincide com sua nova gestão sob a coordenação de Beth Bahia (2ª Coordenadora, eleita no final da cena anterior).

Como acontecimentos (eventos, marcos e dispositivos principais) que ocorreram no âmbito do FPPF nessa cena, cabe destacar seu protagonismo nas eleições: **CMDCA** (Gestão 2012-2015 e 2015-2017), **CMAS** (Gestão 2014-2016 e 2016-2018), do **CMI** (2015-2017), do **Conselho Tutelar (CT)**, no ano de 2015.

²¹ Resolução nº 109 de 2009, aprovando a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e Norma Operacional Básica da Assistência Social NOB SUAS 2012: O Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS) disciplina a gestão pública da Política de Assistência em todo território brasileiro, exercida de forma sistêmica pelos entes federativos, em consonância com a Constituição Federal, de 1988, e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993. Assim, a aprovação de um novo texto é um evento de destaque, não apenas para a área, mas para toda a sociedade brasileira

²² Lei 13.019 de 2014, conhecida popularmente como um novo “Marco das Organizações da Sociedade Civil” (MROSC) que passou a vigorar no âmbito nacional e estadual no ano de 2016 e nos municípios no ano de 2017. Sua construção nacional se deu por mobilização da sociedade civil visando ter uma maior segurança jurídica, garantindo a participação das OSCs

²³ Gestão do Prefeito Dário 2009-2012 e César Souza Jr. 2013-2016.

Destaca-se também nesse período uma articulação do FPPF com a Câmara Municipal de Florianópolis (CMF), que leva a criação da **Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social, em 2011**, que passa a ser um espaço de referência na luta para a implementação do SUAS no município e fortalece a interlocução com o poder público municipal. Dois outros importantes marcos são a **Lei nº 9298 de 2013**, que **inclui o FPPF entre os "órgãos e instrumentos" da Política Municipal de Atendimentos dos Direitos da Criança e do Adolescente** e a mobilização pela aprovação da atualização da política municipal de assistência social por meio de projeto de lei formulado e aprovado no poder legislativo, incluindo um percentual mínimo de 10% da receita do município a ser investido nessa política. Contudo ela retorna do poder executivo como **Lei nº 9863 de 2015** para aprovação da Câmara Municipal de Florianópolis sem o percentual, pauta que estará na agenda de mobilizações do Fórum até os dias atuais.

É importante destacar, em 2016, a realização de evento com os dois candidatos à prefeitura em segundo turno (Gean Loureiro e Ângela Amim que foi representada pelos seu vice: Rodolfo Pinto da Luz), para que ambos assumissem compromisso público por meio da assinatura da **Carta de Compromisso**²⁴. Essa carta contém as demandas de dez conselhos de defesa de direitos e políticas públicas, além da reivindicação da continuidade de diálogo para garantir a participação na regulamentação do **MROSC em Florianópolis**.

Alguns outros acontecimentos marcam essa cena, tais como, a **visita do Secretário da SEMAS**, Sr. Alessandro Balbi Abreu, em 2013, que assume compromisso com as pautas de uma governança compartilhada; a inauguração da **Casa dos Conselhos**, em 2015, pleito demandado pelo FPPF em articulação com a Frente Parlamentar, bem como a **Resolução CMAS nº231 de 2011, que redefine a inscrição de entidades e organizações de assistência social** e de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no CMAS. Outro destaque desse período foi a **denúncia anônima junto ao Ministério Público contra o FPPF**, acusando-o de não ser uma organização de usuários do SUAS e que, por esse motivo, não poderia permanecer ocupando a cadeira representando esse seguimento no CMAS. Por fim, destaca-se que o Fórum passa a compor a comissão do FIA no CMDCA.

Todos esses acontecimentos evidenciam uma ampliação do **reconhecimento e uma legitimidade** das ações do FPPF perante diversos interlocutores na esfera pública municipal,

²⁴ Carta Compromisso disponível: <<http://www.corensc.gov.br/wp-content/uploads/2016/10/CARTA-ABERTA-AOS-CANDIDATOS-E-TERMO-DE-COMPROMISSO-FPPF.pdf>>.

demonstrando a sua **consolidação institucional como espaço de articulação da sociedade civil e de interlocução com o poder público**. Porém, por outro lado, essa cena traz também diversos desafios externos e internos, que exigem um constante exercício de enquadramento e reenquadramento dos posicionamentos, das formas de atuação, mediação e deliberação junto ao poder público, a partir das situações de prova enfrentadas pelo FPPF nesse período, conforme será discutido a seguir.

A respeito da sua **organização**, o FPPF passa a ter as atas escritas de forma mais detalhada e uma logo própria (Figura 12). Esta logo, contudo, diverge em relação ao seu nome oficial. Há ainda um esforço em melhorar a comunicação com **a criação de e-mail próprio, grupo de e-mails e um blog para ampliar campanha pela garantia de 10% de recurso para o SUAS municipal**. Nessa cena, o Fórum realiza suas reuniões no CRESS/SC e tem endereço de correspondência no CCEA até 2012. Em 2013, suas reuniões ocorrem no Centro de Educação Continuada (CEC). Já, em 2014 as reuniões acontecem na Secretaria estadual de educação e, em 2015, as reuniões passam a acontecer no CIEE, como é até hoje.

O **processo interno de funcionamento e de comunicação se organiza**, ocorrendo o registro de todas as reuniões em atas, nas quais se registram, detalhadamente, os argumentos e encaminhamentos. **Cria-se um rito de funcionamento** que passa a se repetir e a constar nas atas, contendo: apresentação dos participantes, leitura e aprovação da ata anterior (encaminhada com antecedência por e-mail aos membros participantes para as devidas correções) e aprovação da pauta do dia. **Há uma redefinição da dinâmica de assembleias, que passa a incluir reuniões das comissões temáticas no primeiro momento e, no segundo, representantes das comissões trazem os debates e propostas de encaminhamentos para problematização e aprovação ou não na plenária**. Há, ainda, conforme relatado por Beth Bahia, no Grupo Focal, uma aproximação com o Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC):

Conseguimos mobilizar o curso de serviço social da UFSC para que encaminhassem para participação no Fórum, estudantes que precisavam cumprir o estágio obrigatório do curso, alguns professores até consideravam pontuação na disciplina como critério de formação. Isso foi um grande avanço para o Fórum e para o curso. (BETH BAHIA, ENTREVISTA, 2019)

Vale destacar que, nessa cena, fica evidente a consolidação de um **modus operandi** que é mais efetivo, transparente e abrangente em termos de debate e tomada de decisão, que é fruto do processo de construção coletiva de aprendizagem realizado no seu cotidiano.

Figura 12 - Logo do FPPF cena 3: 2011 a 2016



Fonte: acervo da autora, (2019).

Em relação aos **principais personagens dessa cena**, cabe destaque aos protagonistas que participaram da composição do colegiado do Fórum e as representações que assumiram a sua coordenação, quais foram: Beth Bahia que esteve à frente da coordenação representando o CRESS/SC, de dezembro de 2010 à novembro de 2016, e essa pesquisadora, que assumiu a 3ª Coordenação Colegiada do FPPF, representando, inicialmente, a AEBAS e ,depois, o Conselho Regional de Administração (CRA/SC), de dezembro de 2016 a junho de 2019. Além dessas, outras representações cumpriram papel de protagonismo, nessa cena, compondo o colegiado do FPPF, conforme consta no Quadro 25 que segue:

Quadro 25 - Composição dos colegiados do FPPF na cena 3 - 2011 a 2016

Organização	Sigla	Representante	Status atual
Centro Cultural Escrava Anastácia	CCEA	Edelvan de Jesus	Notáveis
Casa de Acolhimento Semente Viva	CLSV	Scheila Yoshimura	Não consta
Associação Comunitária Amigos de Jesus	ACAJE		Passada
Gabinete do Vereador Ricardo	Ver. Ricardo	Tereza	Não consta
Casa da Criança do Morro da Penitenciária	CCMP	Veronici Sutilli	Atual
Ação Social Arquidiocesana	ASA	Fernando Anísio Batista	Esporádica
No Drogas	No Drogas	Isaac	Não consta
Associação Catarinense para Integração do Cego	ACIC	Solange Bueno	Passada
Centro de Apoio à Formação Integral do Ser	CEAFIS	Paulo Cezar Pereira e Maria do Carmo Pereira	Passada

Organização	Sigla	Representante	Status atual
Instituto Comunitário Grande Florianópolis	ICOM	Renata Machado	Atual
Comitê para a democratização da informática em Santa Catarina	CPDI	Cleusa	Atual
Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 5ª Região	CREFITO	Lourival Jaime Vieira Filho	Satélite
Centro de Integração Empresa Escola do Estado de Santa Catarina	CIEE/SC	Lisiane Bueno	Atual
Usuária SUAS	Usuária SUAS	Luzia Arminda da Rosa	Não consta
Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social	AEBAS	Cíntia Moura Mendonça	Passada
Pastoral da Pessoa Idosa	PPI	Carmem Souto	Passada
Usuária SUAS	Usuária SUAS	Solange da Silva	Satélite
Fundação Catarinense de Assistência Social	FUCAS	Guilherme Murara	Atual
Associação de Surf da Armação e Matadeiro	ASM	Tony Vieira	Esporádica
Associação dos Celíacos de Santa Catarina	ACELBRA/SC	Beth Bahia	Atual
Conselho Regional de Serviço Social-12ª Região	CRESS/SC		Notáveis
Lar Fabiano de Cristo;	LFC	Iassana	Esporádica

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação aos **demais participantes/personagens**, não foi possível elaborar a lista para expor aqui, devido à grande quantidade de representações encontradas nos documentos. Contudo, é possível estimar que participaram dessa cena, sem entrar no mérito de classificação de acordo com a quantidade de frequência, cerca de **180 representantes**. Para se ter uma ideia da extensão, no retrato atual, foram registradas 151 participantes com pelo menos um registro de frequência nas atas, sendo 54 participantes da rede do FPPF e 97 satélites. **Esses dados permitem constatar que esta cena compreende o período de maior mobilização do FPPF.**

Assim, os acontecimentos e dispositivos que marcaram essa cena, a forma de auto-organização e a quantidade de participantes do FPPF, denotam sua crescente institucionalização e ampliação da incidência política, inclusive em termos de deliberação, em muitas situações, como será retratado a seguir. Porém, outros acontecimentos demonstram a **emergência de controvérsias e situações de prova relativas ao seu papel e sua representatividade**. Dentre esses, destacam-se

- **Já que o FPPF passa a compor a política da criança e do adolescente, substituindo o Fórum DCA (Lei nº 9298/2013),** é importante atualizar a dinâmica de reunião, incluindo uma comissão permanente DCA, para discussão dessa política e posterior encaminhamentos para debate e aprovação na Assembleia. Para isso, ocorreu atualização da Carta de Princípios do FPPF, que inclui outras Comissões Temáticas Permanentes, tais como de Assistência Social, Saúde e Educação.
- **O FPPF, eleito como organização de usuários do SUAS** para ocupar o cargo de conselheiro do CMAS, na cena anterior, é **denunciado de forma anônima** em 2011, sendo acusado de não ser legítimo para compor essa representação. Isso também provoca mobilização para que se amplie a participação de usuários do SUAS (já que ainda não existia Fórum próprio) e a substituição de conselheiro designado a representar o FPPF nessa condição.
- Deliberação realizada em AGO, em 2012, indica como estratégia para tensionamento junto à prefeitura, **que as OSCs que compõem o CMDCA se ausentassem das próximas reuniões até que a prefeitura voltasse atrás de sua decisão de não dar posse aos novos conselheiros CMDCA**, sob alegação de que era impedido por ser ano eleitoral.
- **Questionamento sobre quem deve ou não participar do FPPF, com direito a voz e voto,** ou seja quem representaria a sociedade civil neste espaço.

Todas essas questões levantam novas “situações de prova” referentes à identidade e legitimidade do Fórum, ao seu papel e forma de atuação junto às OSCs que da sua rede fazem parte e junto a outros espaços de articulação já existentes, como os conselhos e outros Fóruns. Percebe-se que emergem controvérsias sobre qual papel e identidade deve ou não assumir o FPPF e estas surgem nos debates internos do Fórum e na relação com diferentes interlocutores. Tudo isso estimulou reflexões e debates coletivos que geraram “reenquadramentos” nas sua forma de atuação. Isso se materializa nas contínuas atualizações de sua Carta de Princípios em três anos (2011, 2013 e 2016).

Cabe dar destaque de alguns dos relatos do Grupo Focal, sobre essa questão:

Quando o fórum tornou essa posição de denunciar, fiscalizar, mediar com o poder público municipal e ministério público, provocou uma grande questão também, pois era antes o papel do fórum subsidiar as ações dos conselheiros e agora, parecia estar substituindo suas ações. (PARTICIPANTE A, GRUPO FOCAL, 2019)

Surgiu o questionamento se o fórum está ocupando espaço do conselho, como conselhos eram paritários, sempre se perdia, quando se pretendia cumprir a parte da sociedade civil de fiscalizar e cobrar dentro dos conselhos, a sociedade civil tinha uma ação muito mais fragilizada. Assim, o fórum cansado, acabou tomando a frente destas cobranças, e houve essa discussão: até que ponto o fórum está ocupando o espaço do conselho? Ainda assim, não se efetivou plenamente a cultura de representação coletiva, mas sim, a auto-representação da individualização. Também houve o problema da falta de compromisso dos conselheiros irem discutir no Fórum. (PARTICIPANTE E, GRUPO FOCAL, 2019)

Havia uma preocupação com a primeira versão da Carta de Princípios sobre o Fórum passar a vir a invalidar participação de conselheiros. Por isso, o documento passou por atualizações. Havia muita cobrança do Fórum sobre a questão da representação, afinal, se representam a sociedade civil, esse devia ser um espaço de prestação de contas e deliberações coletivas para de fato representar, mas ao contrário, muitos se sentem, quando eleitos, enquanto pessoa física, dono do seu mandato (PARTICIPANTE B, GRUPO FOCAL, 2019)

Esta cena é muito rica em acontecimentos, em situações de prova e também em termos de debate e ação pública. **Quando analisamos o debate e a ação pública do FPPF, percebe-se que as temáticas se diversificam e a forma de interlocução do FPPF, junto ao poder público, bem como sua atuação, também se modificam, conforme Figura 13, a seguir.** Permanece uma preocupação com a **sustentabilidade da política pública, incluindo a questão da organização dos conselhos e a mobilização de recursos para a política pública e para as OSCs.** Esse debate aparece, por exemplo, quando o conselho tutelar paralisa os serviços prestados como modo de reivindicar condições estruturais adequadas para realização de suas atividades, citando a falta de acesso ao transporte e telefone.

No que tange à mobilização de recursos, o debate gira em torno da **gestão do FIA em torno de três principais controvérsias: 1) sobre ser permitido ou não o uso de recurso pela própria gestão municipal**, como por exemplo, a solicitação de 7 mil reais, feita pela SEMAS, para comprar móveis e materiais para a Casa de Passagem de crianças, a qual deveria abrir brevemente no bairro Estreito; 2) **o uso indevido do FIA: foram destacadas despesas irregulares, tais como pagamento para AFLOV e despesas com produtos de informática, sendo que nada foi adquirido para o CMDCA.** Como desdobramento, neste caso, houve uma representação junto ao MP e ao TCE, denunciando o uso indevido do FIA que instaurou a abertura de um inquérito no MP, partindo do entendimento de que tudo que foi gasto nos últimos cinco anos, sem passar pelo

CMDCA, teria que ser ressarcido. 3) **Necessidade de melhoria contínua no sistema de gestão de doações**, como o caso dos esforços para implementação de um novo sistema que evitasse que doadores pudessem continuar sendo registrados na “malha fina” da Receita Federal, sistema que precisava garantir a identificação e a emissão de comprovante de doação com agilidade.

Outra atuação na **garantia da sustentabilidade da política**, refere-se à articulação que o FPPF realizou, em 2012, para **superar a polêmica de retenção do repasse de parcelas de convênios já firmados com a SEMAS**, devido a justificativa da Prefeitura de que não seria possível o repasse, por ser um ano eleitoral. Em resposta, foram feitas duas manifestações de órgãos de controle divergentes. Por fim, ocorreu um atraso no repasse de parcelas de convênios entre OCSs e SEMAS, no ano de alternância de mandato Municipal, o qual não foi sanado até os dias atuais.

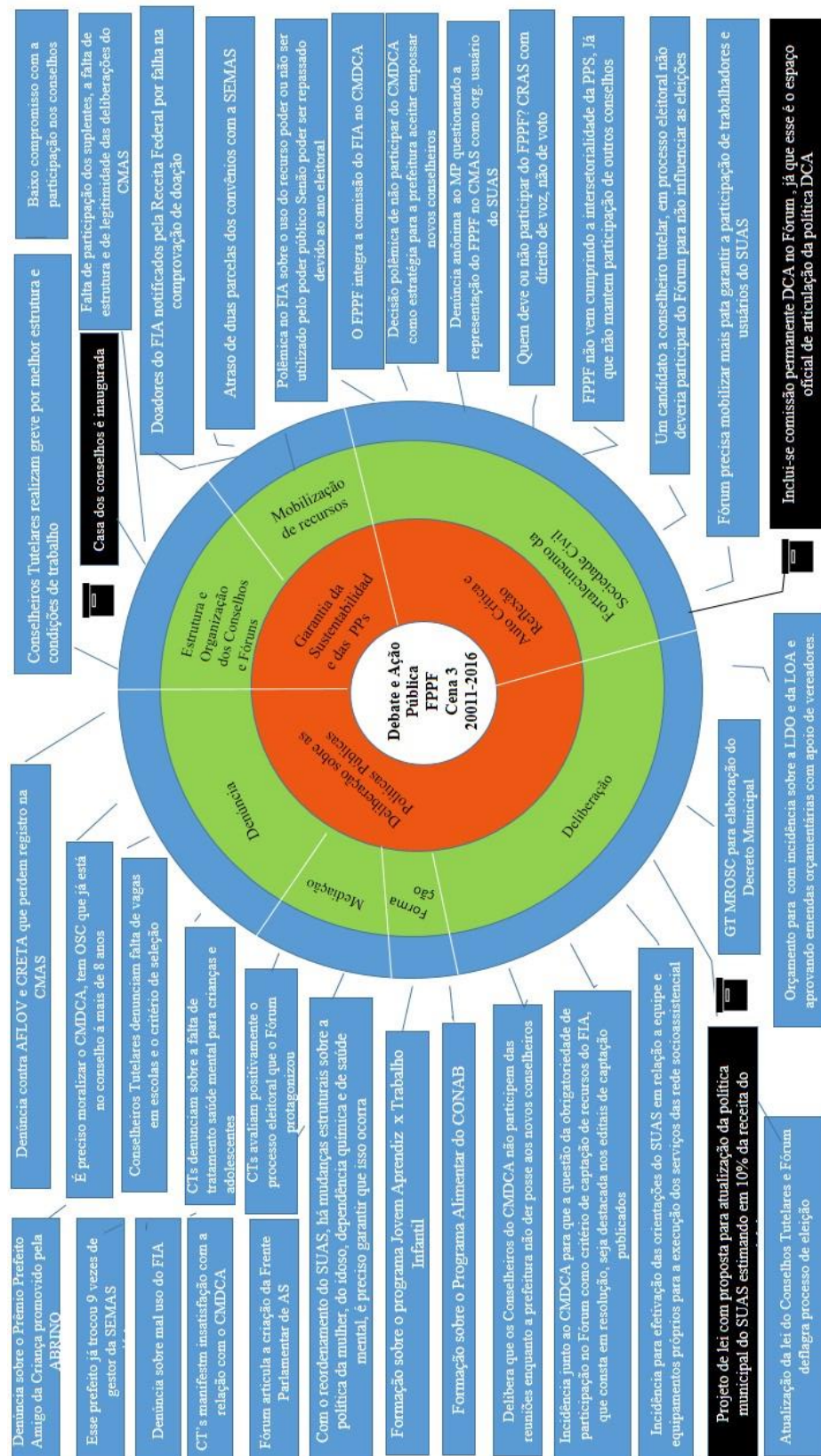
Mas para além dessa **crítica técnica e da atuação para garantir a sustentabilidade das políticas públicas**, o FPPF também consolida, nessa cena, sua **atuação não apenas na mediação para garantia de direitos (por meio de denúncia, formações, debates e construção de opinião pública)**, mas também na **deliberação no âmbito das políticas públicas de DCA e de AS**.

Nesse sentido, destaca-se o papel do Fórum no **reordenamento do SUAS no município**. Para tanto, o FPPF exerceu importante papel de representação, formação e mediação junto ao poder público e as OSCs, articulando com diversas instâncias e encaminhando denúncias para o MP, TCE e Defensoria Pública, bem como para o Poder Executivo e Legislativo. Tal atuação se confirma pela fala de alguns dos participantes do grupo focal:

O pilar da cena foi o reordenamento – necessidade de formação, fortalecimento entidades assistência e da criança... essa é base da política, houve empoderamento para discussão sobre os recursos, e embasamento da legislação, resoluções criavam desconfortos mas também segurança para dizer o que é de que, políticas públicas, tecido nacional refletia nos locais. (PARTICIPANTE C, GRUPO FOCAL, 2019)

Essa sensação de continuidade de participação quando se debruça com defesas mais embasadas, houve possibilidade de enfrentamentos mais simétrico, gestores temiam mais. Antes era imposto, não precisava debater, essa temeridade do governo foi positiva. (PARTICIPANTE E, GRUPO FOCAL, 2019).

Figura 13 - Ilustração do debate e da ação pública do FPPF na Cena 3 – 2011 a 2016



Fonte: Elaborado pela autora.

O reordenamento do SUAS exige a ampliação e readequação da oferta de serviços, o que significa, requerer espaços próprios e a contratação de servidores para sua execução. **Houve mobilizações para contratação de concursados** que estavam à espera de serem chamados, contando com o apoio da Frente Parlamentar em defesa da Assistência Social, Fóruns de Assistência Social, Ministério Público, entre outros. Como resultado, foram aprovadas e homologadas pelo Poder Executivo Municipal, no ano de 2011, 71 vagas para assistentes sociais e 62 vagas para psicólogos.

Ainda sobre a adequação a política nacional do SUAS, **houve um esforço em relação ao Programa Sentinela, que agora é PAEFI –Programa de Atenção Especial às famílias e indivíduos**. Foram realizadas reuniões, elaborados relatórios e emitido parecer, por solicitação do MP, levado ao conhecimento do Gestor da SEMAS, para as providências e adequações necessárias. Parecer que recomenda, ao município, a contratação de profissionais efetivos (concursados) e com capacitação para prestar esse serviço, em caráter especial. Entretanto, a PMF entrou com edital de licitação e abriu concorrência para terceirização dos profissionais. Com isso, o FPPF, em conjunto com outros atores, fez as intermediações junto ao MP, que interditou, suspendendo o edital e emitiu termo de ajuste de conduta.

Toda essa mobilização em torno do SUAS vai culminar no Projeto de Lei nº 9863 de 2015, que emerge de projeto proposto por meio do FPPF e da Frente parlamentar de AS, que dispõe sobre a organização da assistência social, institui o sistema único de assistência social (SUAS) no município de Florianópolis e garante percentual mínimo de 10% sobre a receita do município para a política de AS (Box 6).

Box 6- Obrigatoriedade de no mínimo 10% da receita do município de Florianópolis ser destinada para a política de assistência social

Art. 32 O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sob orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 1º A proposta orçamentária do FMAS, constituído em unidade gestora independente, constará do Orçamento Municipal.

§ 2º Fica vedado ao Chefe do Poder Executivo a previsão e execução orçamentárias inferiores ao valor correspondente a **dez por cento dos recursos próprios arrecadados** pela municipalidade na área de assistência social.

§ 3º O Fundo Municipal da Assistência Social centralizará os **recursos caracterizados como função 08**, definidos pela Portaria 42 do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão.

Fonte: Florianópolis, 2015.

Para além da mobilização em torno do SUAS, uma outra temática importante de debate e incidência relaciona-se aos **desdobramentos da Lei 13.019/2014 (MROSC) em âmbito municipal**. Isso implicou em diversos debates e ações realizadas durante os anos de 2015 e 2016. Dentre elas, destacam-se a **formação de GT intersetorial no FPPF para participação de agentes do poder público** (SME, SEMAS, Secretária de transparência e Controle, Vereador Ricardo), incluindo conselhos e OAB. **Esse “GT” se debruçou para elaboração do decreto municipal**, garantindo a participação da sociedade civil no processo, por meio de **debates no FPPF, de consultas e audiências públicas, formações e diálogos com gestores das OSCs e do Poder Público**. Isso culminou com a elaboração de uma Minuta de Decreto, uma **Carta Compromisso** e nas reuniões realizadas com a equipe de transição, no de 2016, do atual prefeito de Florianópolis, Gean Loureiro.

Desse modo, fica evidente que **o debate e a ação pela efetivação das PPs** incluindo formação, denúncias e mediação, segue se ampliando culminando em diversas **ações de deliberação sobre as políticas públicas**. As situações de provas enfrentadas na atuação junto ao reordenamento do SUAS, no município e na mobilização para criação e aprovação do Projeto de Lei nº 9863 de 2015, bem como, para criação do decreto sobre o MROSC, evidenciam que o FPPF passa a ser um ator que, por meio de sua incidência, **influencia nas decisões e na criação de dispositivos que regulamentam políticas públicas municipais**. Em certa medida, o conhecimento construído ao longo do tempo, parece tornar essa ação mais efetiva, a cada cena. Como colocado por um dos participantes do grupo focal:

Estou muito feliz porque a gente tá retomando tanta coisa, nada veio de graça, tudo com luta. Cada governo que mudava tinha que fazer esse trabalho todinho, pois nem todos conheciam as leis, tinha que fazer aproximação. Foi tanta coisa construída, a gente tem que olhar pra isso. (FUNDADOR B, GRUPO FOCAL, 2019)

O que é apontado aqui é que a construção de conhecimento coletivo, é de todos e da cidade. Porém, **esse aprendizado e esse percurso não é linear, nem se move apenas por consensos, como discutido anteriormente**. Vários momentos de controvérsias e “situações de prova” vividos nessa cena, revelam rupturas e clivagens entre os participantes e suas lógicas de atuação. Em outras palavras, apesar da trajetória percorrida, ainda persistem dilemas quanto a atuação do FPPF e também sobre as formas de participação. Assim, em alguns momentos e para algumas organizações, o mais importante é a garantia da sustentabilidade da política e sobretudo, das OSCs, buscando defender as pautas mais específicas, a partir de uma lógica de barganha, conforme Fung,

2006. Em outros momentos e para outros atores, o mais relevante é levantar pautas coletivas relacionadas com a garantia de direitos, visando avançar na efetividade das políticas públicas:

Sobre a questão da participação no Fórum, pelo olhar das entidades, os gestores afirmavam que era possível faltar em todos os espaços, menos no fórum para garantir o convênio com a Prefeitura. Isso se deu a partir da inclusão da resolução de obrigatoriedade de participação das organizações que pleiteavam recurso no FIA, de participarem do FPPF, como instância de apresentação coletiva. Mas vimos que uma participação que se iniciava por uma obrigatoriedade, a partir da participação, era possível agregar aprendizagem profissional e pessoal. Com o passar do tempo, as pessoas que participavam do fórum seguiam amadurecendo e foi modificando esse posicionamento, foi gerando compromisso de cada um. Eu, por exemplo, decidi cursar graduação em serviço social, por desejar aprofundar o que era discutido no Fórum. (PARTICIPANTES B, GRUPO FOCAL, 2019).

Mudar essa cultura de auto representação e fortalecer os conselheiros eleitos, eram os dois grandes objetivos do Fórum. (FUNDADOR E, GRUPO FOCAL, 2019).

Existe uma falta de cultura sobre a representação coletiva, segue-se na auto representação, uma representação individualizada. Há ainda uma falta de compromisso de conselheiros que não levam as discussões dos conselhos para serem discutidas no Fórum e vice e versa. (PARTICIPANTE E, GRUPO FOCAL, 2019).

Essas reflexões podem agregar para fortalecer o processo de formação dos participantes no FPPF, ampliando a compreensão sobre o que significa fazer parte dele, bem como sobre a pluralidade de lógicas e regimes de ação que permeiam esse espaço de articulação. Debate que será retomado na próxima cena.

5.4 CENA 4 – RESISTÊNCIA E DESMOBILIZAÇÃO

Figura 14 - Cenário e acontecimentos no FPPF cena 4: 2017



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 15 - Cenário e acontecimentos no FPPF cena 4: 2018



Fonte: Elaborado pela autora

Essa cena, que ocorre nos anos de 2017 (Figura 14) e 2018 (Figura 15), é marcada por mudança de gestão municipal e no novo modelo de governança pública, com menor abertura para a participação nos moldes como vinha ocorrendo. Assim, evidencia-se uma ruptura, que exige uma postura de enfrentamento, resistência e de reorganização da sociedade civil, diante de um cenário sociopolítico de profunda crise e de novos desafios para a realização da democracia, não apenas na cidade, mas no cenário nacional, como discutido no início desta dissertação. Período que tem como pano de fundo, um cenário nacional de **“pós-impeachment presidencial”**, como mencionado na cena anterior, que traz um destaque a dois dispositivos principais que se desdobram no município: a **PEC 55 para controle dos gastos públicos, impondo limites a investimentos futuros do governo federal com políticas públicas** e o lançamento do **Programa Criança Feliz**, tendo como embaixadora a primeira-dama Marcela Temer, no ano de 2016, logo no início do mandato do novo presidente. Percebe-se, nesse programa, um retorno ao “primeiro damismo”, ou seja, à uma cultura assistencialista tão combatida na história de formação e consolidação do SUAS, como discutido anteriormente. Finaliza-se o ano de 2018, como já mencionado, com o processo eleitoral nacional realizado com forte polarização política entre os simpatizantes do PT e do, então candidato, Bolsonaro. Fato que repercutiu no FPPF, quando alguns participantes manifestavam seu apoio à um, ou ao outro candidato e esse embate também teve efeitos entre os participantes do FPPF.

Já no âmbito municipal, tem-se como pano de fundo, uma nova gestão, com a posse do Prefeito Gean Loureiro (do mesmo partido que Michel Temer: PMDB), que, seguindo a mesma linha do cenário nacional, tomou algumas medidas anti-democráticas, assim que assumiu a prefeitura, tais como: (1) envio de um **“pacote’ com 40 medidas em caráter de “urgência urgentíssima”** no mês de janeiro de 2017, período de recesso da Câmara Municipal de Florianópolis (CMF), para aprovação dos vereadores, alguns recém empossados, com uma diversidade de alterações de leis, de diferentes áreas, para serem aprovadas com urgência, sem, com isso, garantir o tempo necessário para realização dos devidos debates; (2) anúncio de um **corte de 50% de recursos para a políticas de assistência social**; (3) **comando da SEMAS, no início da gestão, pela primeira dama do município: Cintia de Queiroz Loureiro**; (4) lançamento da **"Somar Floripa" para organizar o voluntariado da cidade**, organização que foi fundada e segue sendo dirigida pela esposa do atual Prefeito; (5) tentativa de implementar o **Programa Criança Feliz**, mas que não obteve êxito e, por fim, (6) a **publicação do Decreto Municipal nº 17.361 de 2017, para regulamentação do MROSC no município**, sem considerar o diálogo prévio,

realizado entre e com os atores envolvidos no debate, desde o ano de 2015, como discutido na cena anterior.

Quanto ao **Decreto nº 17.361 de 2017**, que passa a regular quase todas as parcerias entre as OSCs e o poder público municipal, apesar do prefeito ter assinado uma Carta Compromisso contendo demandas de 10 conselhos de PPs municipais, durante evento promovido pelo FPPF (Figura 16), tal decreto, não considera essas reivindicações e o protagonismo do FPPF. Além disso, o referido decreto incluiu um **artigo que impedia as OSCs que recebiam recursos públicos, de participarem dos Conselhos de Defesa de Direitos e de Políticas Públicas**, conforme relato do Ofício do FPPF nº 001/2018, encaminhado para a ABONG, em janeiro de 2018.

Figura 16 - Carta compromisso assinada pelo candidato à prefeitura Gean Loureiro em 2016



Fonte: Acervo do FPPF, (2016).

A imagem da Figura 16 contrasta com a Figura 17, a seguir, na qual os participantes do FPPF se mobilizam em frente ao gabinete do Prefeito para garantir uma reunião visando discutir o referido Decreto.

Figura 17 – Mobilização do Fórum em 2017 sobre Decreto nº 17.361 de 2017



Fonte: Acervo do FPPF, 2017

Essa controvérsia dominou o debate e a atuação do FPPF²⁵, no ano de 2017, incluindo uma série de acontecimentos relevantes como: **(1) audiência pública sobre o MROSC**, na CMF, em 2017, **(2) Plenária Ampliada com a ABONG (2017)**, realizada na CMF, em 2017, **(3) elaboração de um Mandado de Segurança**, assinado por 18 organizações da Sociedade Civil, além de dois conselhos municipais e do próprio Fórum, **protocolado, em outubro de 2017, no MP**, visando reverter a inclusão de restrição de participação em conselhos de PPs, bem como, contestar a legalidade do decreto como um todo, **(4) incidência para elaboração de Decreto Legislativo nº 2.400/2017, com o objetivo de revogar Decreto Municipal nº 17.361/2017 que, no dia 8 de novembro de 2017, obteve o seguinte parecer da Procuradoria Geral da Câmara Municipal de Florianópolis:**

Senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça,
Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo de Número 2.400/2017, subscrito por 7 (sete) Vereadores, versando Revogar o Decreto nº 17.361/2017, que “regulamenta as parcerias entre o município de Florianópolis e as organizações de sociedade civil, para consecução e finalidade de interesse público recíproco.
Verifico que a robusta justificativa dos autores, fls. 03 a 26, reiterando vícios formais, ilegalidades e inconstitucionalidades. (CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2017)

A mobilização inicial, que era contrária à forma arbitrária como foi aprovado o referido decreto e, sobre as várias ilegalidades identificadas no mesmo, passou a priorizar, quase que exclusivamente, durante todo o ano de 2017, **uma preocupação em relação ao provável esvaziamento dos conselhos de políticas públicas, devido ao artigo 22, inciso IV, do decreto municipal nº 17.361/2017**, como citado:

Art. 22. Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista neste Decreto a organização da sociedade civil [...]: IV - que possuir, em seus quadros de direção, sócios ou membros, pessoas vinculadas aos órgãos, departamentos e conselhos que aprovem, recomendem ou determinem o repasse das verbas públicas ou que possuam atribuição na análise, deliberação ou decisão quanto às prestações de contas (FLORIANÓPOLIS, 2017).

Com isso, se desdobraram várias reuniões, com a intermediação de alguns vereadores (Vanderlei Farias, Lino Peres, Afrânio Boppré e Marquito), com representantes do governo municipal que nutriam críticas contra a atuação das OSCs que participavam dos conselhos,

²⁵ Para ler mais sobre o processo coletivo de construção do MROSC em Florianópolis, ler o relato no ofício do FPPF nº 001/2018, encaminhado à ABONG, em janeiro de 2018.

principalmente do CMAS e do CMDCA. Desse modo, o FPPF cumpriu um exaustivo papel de mediador nesta matéria, contando com o apoio dos referidos vereadores:

Além do artigo 22, outra questão polêmica do referido decreto, foi constatada em seu **artigo 74**, conforme segue o texto na íntegra:

Art. °74 Aplicam-se no que couber, a Lei Federal nº 13.019, de 2014, o Decreto Federal nº 8.726, de 2016, o art. 70, da Constituição Federal, de 1988, como também os Acórdãos do Tribunal de Contas de Santa Catarina e, subsidiariamente, o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e na Lei Municipal nº 5454, de 1998, aos processos administrativos relativos às parcerias de que trata este Decreto.

Desse modo, esse artigo estabelece que o Decreto está submetido a normatização do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, por meio da **Instrução Normativa nº 14/2012** que “estabelece critérios para a organização da prestação de contas de recursos concedidos a qualquer título e dispõe sobre o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento.” Além disso, o decreto está submetido à **Lei Municipal nº 5454, de 1998**, ou seja, anterior ao MROSC. Sob essa interpretação, a **lógica e o *modus operandi* da gestão de parcerias entre poder público municipal e OSCs, não só permanece como antes**, mas se ampliam as exigências em termos de fiscalização das OSCs por parte do poder público, incitando uma sensação de criminalização das organizações envolvidas. Com isso, as OSCs foram desacreditando que o processo do MROSC, marcaria um novo instrumento, que poderia proporcionar, de fato, a tão almejada segurança jurídica e legitimidade para e realização de parcerias com o poder público municipal. Essa visão, materializa-se, a partir do momento em que, algumas delas, declararam em plenária do FPPF, que estavam sendo obrigadas a devolverem recursos públicos, devido a desaprovação das contas por parte da gestão municipal. Já outras OSCs, alegavam que o MROSC tinha chego para prejudicar o cotidiano das mesmas. Outras, ainda, deixaram de pleitear recursos públicos, por entenderem que o esforço na relação, sociedade civil e poder público, não compensava, devido ao aumento de trabalho para elaboração das prestação de contas, que seguissem a lógica do governo municipal sobre o MROSC. **Esses depoimentos ilustram o clima de clivagem e ruptura que se instaura entre algumas OSCs participantes do FPPF e a PMF.**

Por fim, ainda em relação a esta controvérsia, cabe destacar que, no ano de 2019, foi retomado o diálogo a partir da avaliação que foi realizada no FPPF sobre todo esse processo. Diante disso, percebe-se claramente que o Decreto Municipal nº 17.361/2017 que deveria regulamentar o MROSC no município de Florianópolis, vem sendo praticado em subordinação a lei municipal nº

5454, de 1998, e a Normativa nº 14/2012, do TCE. Ambos são dispositivos anteriores ao ano de 2014, quando foi aprovada a lei 13.019/2014, que regulamenta o MROSC nacionalmente. **Visando retomar o diálogo**, realizou-se um Seminário que contou com a participação do poder municipal, estadual e o Tribunal de Contas do Estado. No evento, essa constatação se evidencia com a afirmação: “Nós não seguimos o MROSC, nós seguimos a normativa do Tribunal de Contas do Estado” (Sandro, Secretaria de Transparência da PMF). Assim, deliberou-se por dois encaminhamentos: 1) inspirando-se na experiência do Estado da Bahia, institucionalizar a participação na construção do decreto do MROSC, criando o Conselho de Fomento e Colaboração (CONFOCO) municipal ou estadual, para garantir a legitimidade da regulação do MROSC em âmbito municipal e estadual; 2) articular ações estaduais, integradas com TCE, MP, PMF e CMF, para atualizar a legislação sobre parcerias das organizações com o poder público.

Esse breve relato, permite constatar um **importante trabalho de “investigação pública” realizado pelo FPPF, em relação ao MROSC e sua aplicação no município**. Esse processo evidencia que não é apenas a promulgação de uma lei, em âmbito municipal, que garante a sua aplicação imediatamente e sem controvérsias nos demais níveis de governo. Adequações são feitas e as práticas podem ou não mudar, dependendo das escolhas e das práticas adotadas. Nesse sentido, como na cena anterior, em relação ao novo marco do SUAS, a atuação do FPPF foi e tem sido essencial para tentar fazer do marco regulatório das OSCs, uma avanço no município, gerando consequências efetivas na ampliação da participação, da transparência e na melhoria do entendimento de parceria entre poder público municipal e as OSCs. Porém, no caso de Florianópolis, a controvérsia continua se desdobrando e vale acompanhar os próximos acontecimentos...

Outra controvérsia importante desse período relaciona-se com a **Política Participativa** implementada pela nova gestão municipal (conforme ilustra figura 18 a seguir). Em 2017, a PMF propõe **uma nova política de participação que visa fortalecer conselhos de desenvolvimento regionais do município (CDRs)**, sob alegação de que os conselhos de políticas públicas existentes tinham caráter ideológico²⁶. O apoio aos CDRs incluiu a criação de fundo orçamentário para os

²⁶ “Os representantes dos Conselhos do Norte, Sul, Centro e Continente, em discurso unânime, apontaram que os Conselhos vieram para somar e que a iniciativa surgiu das necessidades das comunidades, sem a presença de ideologias políticas em sua construção” citação Disponível em: <https://ocp.news/politica/projeto-que-regulariza-conselhos-de-desenvolvimento-regional-e-protocolado-na-camara>. Acesso em: 07 set. 2019.

Discurso que corrobora com o que foi dito na problematização sobre a questão da despolitização, pós e ultra política.

mesmos. Esse acontecimento indica uma proposta de mudança da cultura da participação na cidade de Florianópolis que visa apontar atores considerados “legítimos”, pela gestão municipal, para contribuir com o processo participativo.

Figura 18 - Proposta de política participativa para Florianópolis



Fonte: Acervo da autora, 2017.

Esse processo se evidencia também em outro acontecimento em 2018, em que se cria uma polêmica em torno do processo eletivo do **Conselho da Cidade**, construído sem abertura ao debate com atores historicamente envolvidos na discussão sobre o desenvolvimento urbano no município e privilegiando a eleição de organizações formalizadas para tratar do plano diretor da cidade.

Diante desses acontecimentos, o FPPF realizou três encontros intersetoriais, unindo parceiros, como meio de elaborar diagnóstico da conjuntura atual do município (**ANEXO D**), construir agenda conjunta para controle de políticas públicas, promover publicização e fomentar parcerias junto aos núcleos de pesquisas com universidades, além de provocar os diversos movimentos sociais para apoiar e participar da mobilização. **Nesses encontros, ficou latente, com unanimidade das discussões, que se faz necessário ampliar a divulgação sobre qual é o papel dos conselhos de PPs, a necessidade de formação sobre orçamento público e a construção de agendas comuns conjuntas.**

Também relacionada à questão da garantia do básico para **sustentabilidade das OSCs e continuidade dos serviços continuados que integram a política de assistência social**, destaca-se, nessa cena, um movimento de resistência e mobilização para impedir que se realizasse o **corte anunciado pela PMF de 50% de recursos para a assistência social**. Essa proposta foi rejeitada a partir da mobilização do FPPF - sob o argumento de que cabe ao gestor priorizar as despesas da Prefeitura no que considera mais importante – que realizou, além de outras ações, o papel de

mediação junto ao MP. Como o impasse não se resolvia e diante do incômodo crescente que partia das ameaças de corte de recurso, significando a ideia de redução de atendimentos, o FPPF buscou mobilizar a sociedade por meio das mídias, conforme ilustra um exemplo na “Figura 19” a seguir, visando dar publicidade, no intuito de tornar essa questão um problema público

Figura 19 - Anúncio de corte de 50% de recursos públicos investidos na política de assistência social em 2017

CUT PELA METADE
Prefeitura anuncia que os recursos destinados a 44 entidades serão reduzidos

CAROL PASSOS/ESPECIAL
 redacao@horasc.com.br

Um impasse na renovação dos convênios entre organizações não governamentais (ONGs) e a prefeitura de Florianópolis pode impactar serviços que atendem cerca de 5 mil pessoas em situação de vulnerabilidade. Em reunião com o Fórum de Políticas Públicas na terça-feira, a secretária municipal de Assistência Social, Katherine Schreiner, informou que os recursos destinados a 44 entidades serão reduzidos pela metade e que parte dos atendimentos vai ser absorvida pela estrutura mantida pela prefeitura. Com isso, os repasses cairiam de R\$ 400 mil para R\$ 200 mil.

Coordenadora do Fórum, Cintia Moura Mendonça, questiona a decisão do município. Atualmente, 31 ONGs atendem cerca de 3,4 mil crianças e adolescentes na cidade. O trabalho envolve educação, casos de violência, problemas de saúde, entre outros. Segundo o relatório Sinais Vitais 2016, do Instituto Comunitário Grande Florianópolis (icom), uma em cada sete crianças estão em situação de vulnerabilidade social na Capital. Para a coordenadora do Fórum, neste cenário, a redução do valor recebido pelos convênios contribui para desmontar toda uma política de assistência social no município.

— Não se trata de caridade. Hoje, 80% das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em Florianópolis são atendidas pelas ONGs. Há todo um trabalho de empoderamento dessas crianças para que elas tenham condições de sair da situação que estão. Acabar com isso pode refletir daqui cinco anos em violência, problemas na educação e saúde — aponta Cintia.

FÓRUM QUER AUDIÊNCIA COM PREFEITO

A coordenadora cita como exemplo crianças e adolescentes, mas completa que os atendimentos das ONGs abrangem também idosos, moradores em situação de rua e deficientes físicos. Agora, o Fórum tenta uma audiência diretamente com o prefeito Gean Loureiro para tratar sobre o assunto e também aguarda resposta da Câmara de Vereadores para a realização de uma audiência pública.

A renovação dos convênios deveria ter ocorrido neste mês, mas a prefeitura pediu que fossem entregues documentos atualizados. O material passará por aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social. A Secretaria Municipal de

Assistência Social alega que há problemas na prestação de contas de algumas ONGs e estes convênios serão revistos segundo o orçamento da prefeitura. Além disso, a prefeitura lançará segunda-feira um novo programa chamado Floripa Social.

ONGS BUSCAM AJUDA PARA PAGAR FUNCIONÁRIOS

Uma das entidades que está ansiosa para renovar o convênio é o Cantinho dos Idosos, que funciona em Ratos. A instituição depende de R\$ 67.305 realizado por meio do convênio com a Secretaria Municipal de Assistência Social. Além de alimentação, a casa oferece serviço de enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia, massagem e acompanhamento médico dos internos. Sem a repasse, a ONG precisa de ajuda para se manter e pagar funcionários.

COMO AJUDAR O CANTINHO DOS IDOSOS

- Banco do Brasil
- Agência: 3173-9
- Conta corrente: 187689-9
- Estrada Intendente Antônio Damasco, 679, telefone (48) 3266-8866.

Fonte: Hora de Santa Catarina, (2017).

Várias frentes de mobilização foram criadas para reverter o anúncio de corte de 50% de recursos para a assistência social, destacando-se: (1) Pesquisa para levantamento e elaboração de diagnóstico social (na tentativa de mensurar a proporção do impacto que seria gerado caso a prefeitura cortasse o recurso repassado para as OSCs); (2) Realização de evento, com a presença da Secretária da SEMAS, visando uma explicação sobre o anúncio do corte de recursos para a política de assistência social, que contou com a cobertura na NSC TV, (3) reuniões de mediação com a secretária e ministério público e divulgação nas mídias²⁷ (entrevistas concedidas para Hora

²⁷ Algumas notícias podem ser acessadas:

de SC, CBN diário e TV Floripa), (4) retomada e recriação da Frente Parlamentar em Defesa da Política de Assistência Social²⁸.

Finalmente, também em 2018, aprova-se (sem um maior debate com a sociedade civil e na câmara de vereadores) a **Lei Municipal nº 10.372 de 2018**, instituindo o **Programa de Creche e Saúde já**, junto com uma certificação de organização social (OS), necessária para gerir creches e unidades de pronto atendimento (UPA). Tal legislação “esfriou” o debate e as mobilizações sobre o MROSC. O FPPF se posicionou contrário e se uniu com outras mobilizações que estavam acontecendo na cidade, como por exemplo: (1), greve de servidores públicos, com abaixo assinado de 5% da população para revogar a lei das OS; (2) Seminário sobre o assunto na UFSC; (3) Realização de uma Assembleia Geral Extraordinária do FPPF sobre o tema: “Diálogo Sobre a Certificação das Organizações Sociais e Quais as Implicações Práticas nas Políticas Públicas de Assistência Social, Educação e Saúde e no Controle Social”. O argumento principal da sociedade civil girava em torno da preocupação com as consequências que tal dispositivo poderia promover, dentre elas, a precarização dos serviços públicos, a partir da lógica da privatização e terceirização descolada da política do SUS e com a retirada do controle social, por meio da fiscalização dos conselhos de PPs. Já o argumento principal apresentado pela PMF era que seria a única alternativa possível para resolver o problema da falta de vagas em creches e o funcionamento da UPA continente, devido ao limite fiscal permitido, fato que gerou divisão de opinião na sociedade civil e no FPPF.

O FPPF também realizou e participou de formações e debates, tais como: (1) na composição da mesa de debate da Conferência Municipal de Assistência Social no ano de 2017; (2) no Curso “Formação Permanente: Ações Coletivas, Democracia Participativa e Direitos Sociais – 6ª Edição”, do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP/UFSC) em 2018; (3) no curso “Formação sobre o MROSC” realizado pela ABONG em 2018 e (4) na Jornada pelo SUAS, realizado na UFSC, para falar sobre a conjuntura municipal, no ano de 2018.

<https://maruim.org/2017/03/31/corte-de-50-nas-verbas-para-assistencia-social-deve-deixar-mais-de-300-criancas-sem-projetos-sociais-no-monte-cristo/>

<https://www.youtube.com/watch?v=DAH-o2w7sF4>

<https://www.nsctotal.com.br/noticias/prefeitura-cortara-metade-da-verba-destinada-a-ongs-em-florianopolis>

²⁸ Já que, o presidente anterior Vereador Dr. Ricardo (PCdoB), não foi reeleito, era preciso mobilizar para que outro vereador recriasse essa instância. O vereador Maikon Costa (PSDB) atendeu o pleito, sendo realizadas 3 reuniões, 1 delas com a Secretária da SEMAS, Katherine

Destaca-se também nesse período a denúncia, ainda hoje recorrente, sobre a falta de vagas em escolas públicas (creche e ensino fundamental), **sobretudo no Norte da Ilha**. Quanto a isso, foram realizadas três reuniões ampliadas e conjuntas com o Conselho Municipal de Educação. Ainda cabe destacar duas reuniões ampliadas com a SME e a SEMAS sobre as prestações de contas e renovação de parcerias para continuidade dos atendimentos realizados pelas OSCs. E, por fim, foi realizada uma pesquisa de avaliação do FPPF, em 2017 e uma análise crítica sobre a sua atuação e formas de mobilização necessárias para fortalecer essa instância no final do ano de 2018. Chegou-se ao final do ano com a conclusão de que seria preciso haver um esforço no sentido de mobilizar OSCs que deixaram de participar e que, junto a isso, era preciso retomar o diálogo com o CMDCA para incluir novamente a obrigatoriedade de participação no Fórum, como parte dos critérios para acesso ao recurso do fundo.

Todos os acontecimentos narrados ajudam a compreender melhor o processo de **desmobilização da participação e também de resistência que enfrenta o FPPF nessa cena**. Mas um fato, em especial, merece destaque, pois impactou diretamente na atual desmobilização. Como citado, refere-se a **Resolução do CMDCA nº 679/2017 motivada, inicialmente, para atualização da gestão do Floricriança (antigo FIA)** de acordo com o MROSC, mas que, provocou a **retirada da condição/obrigatoriedade de participação no FPPF para acesso aos recursos deste fundo**, dispositivo que já foi considerado como uma das maiores conquistas para o avanço da participação no Fórum, conforme relatado na Cena 2.

Portanto, entende-se que a desmobilização evidente no FPPF, nos de 2017 e 2018, é decorrente da desmobilização dos participantes e dos protagonistas que compunham a rede do FPPF (como discutido no capítulo anterior). Cabe aqui evidenciar o grupo que formava a coordenação (Quadro 26), uma vez que, a análise detalhada dos participantes dessa cena foi realizada no capítulo anterior, com base na frequências nas Assembleias Gerais Ordinárias realizadas pelo FPPF (que compreende os anos de 2016, 2017 e 2018).

Quadro 26 - Composição colegiado do FPPF Cena 4: 2017 e 2018

Organização	Sigla	Representante
Conselho Regional de Administração	CRA/SC	Cíntia Moura Mendonça
Conselho Regional Estadual Serviço Social de Santa Catarina	CRESS/SC	Beth Bahia
Associação dos Celíacos de Santa Catarina	ACELBRA	
Associação Catarinense para Integração do Cego	ACIC	Solange Bueno
		Karine dos Anjos Amorim
Associação Comunitária Amigos de Jesus	ACAJE	Scheila Yoshimura
Casa da Criança Morro da Penitenciária	CCMP	Veronici Sutilli
Instituto Comunitário Grande Florianópolis	ICOM	Renata Machado
Pastoral da Pessoa Idosa	PPI	Maria do Carmo

Fonte: Elaboração da autora

Em relação a **organização do Fórum**, houve atualização da logo (Figura 20), dos canais de comunicação nas redes (Facebook, grupo de whatsapp, instagram e blog). Foram feitas publicações em jornais, concedidas entrevistas e elaborados relatórios de atividades detalhados 2016, 2017 e 2018. Foi também feita uma reorganização das comissões temáticas do FPPF incluindo: Educação, Saúde, Assistência Social (incorporando a comissão DCA), Auditoria da Dívida Pública e Comissão Intersetorial dos Conselhos Municipais. A ferramenta que se tornou o principal canal de comunicação do FPPF, o grupo de *Whatsapp*, também foi afetada com a polarização que se instaura nessa cena. Alguns membros do grupo solicitaram criação de regras para compartilhar informações no grupo, mas estas não foram criadas até então.

Figura 20 – Logo atual do FPPF



Fonte: Acervo da autora, (2019).

Desse modo, pode-se concluir que, como evidencia a Figura 21, a seguir, o debate e a ação pública do FPPF **volta-se a concentrar em torno da garantia do básico, ou seja, da sustentabilidade da política e das OSCs**. Percebe-se nessa cena uma **desmobilização, ao mesmo**

tempo, que há um movimento de resistência para garantia da estrutura e funcionamento dos conselhos e sustentabilidade as OCSs, já que a interlocução com o poder público tona-se mais difícil.

Para além da resistência externa, destaca-se a desmobilização do FPPF e a emergência de disputas internas. Percebe-se, nesta cena, uma inflamação das divergências entre as OSCs ligadas ao serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes e as demais, devido ao pleito feito anteriormente pelo Fórum das Instituições de Acolhimento de Florianópolis (FINAF) ao Ministério público. Fato que fez com que o MP encaminhasse uma recomendação à PMF, no ano de 2017, para realização de reajuste nos valores repassados às Casas de Acolhimento. Esse pedido justifica-se, segundo as OSCs desse seguimento, devido a defasagem histórica dos valores repassados em relação aos reais custos e ao que se pratica em outros municípios de Santa Catarina. Esse fato gerou debates acirrados e um certo constrangimento, pois na opinião de alguns participantes, o FINAF atuou de forma independente, garantindo os interesses do grupo das Casas de Acolhimento, mas enfraqueceu o movimento de articulação coletiva.

Alguns reflexos são observados na análise dos principais temas trazidos pelo debate e ação pública do FPPF, nessa cena, caracterizados pela **recursividade de antigas temáticas e controvérsias, dentre as quais destacam-se:**

A) Sobre as estruturação e organização dos Conselhos

- **COMSEA e CMDPD deixam de funcionar por falta de estrutura;**
- **Fragilidade da representação coletiva da sociedade civil no CMAS,** por falta de apoio aos usuários. Não houve assessoramento do CRESS/SC para segmento de usuário CMAS, conforme discutido na reunião do FPPF que indicou essa representação para assumir a presidência do conselho;
- **Eleição CMAS:** dificuldade em organizar a comissão eleitoral por falta de candidatos, já que com a mudança na lei anterior, passou a permitir somente uma recondução de mandato.

B) Sobre a mobilização de recursos

- **Atraso e retenção das parcelas de parcerias oriundas da SEMAS e do FIA,** até que se realizasse uma revisão dos contratos realizados anteriormente e a readequação de pessoal;

- Prestações de contas do FIA foram barradas e revistas, algumas OSCs tiveram que realizar devolução de recursos;
- Aprovação da resolução nº 679/2017 que, para além de regulamentar o FIA, de acordo com o MROSC, inclui despesas com manutenção;
- A Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) atende a indicação do MP, realizando **reajuste no repasse de recursos para as Casas de Acolhimento**;
- **O Polêmico Decreto Municipal nº 17.361 de 2017, que deveria implementar o MROSC no município.**

C) Quanto às denúncias

- **Fórum recebe vídeo com denúncia de funcionária pública sobre a política de higienização na cidade:** ignorando a política pública, o único serviço era o Centro POP, que também está em processo de desmonte da política pública;
- **A 1ª Dama da capital assumindo a gestão da SEMAS de forma voluntária, foi contestada:** Representantes de organizações “conveniadas”, por meio do FPPF, estiveram na SEMAS buscando informações sobre os motivos dos atrasos de repasse das parcelas conveniadas no ano de 2016. Segundo relatos, os representantes foram recebidas por Cíntia de Queiroz Loureiro, 1ª Dama do município, que se apresentou como responsável pela pasta de forma voluntária. Sob protestos, em uma segunda reunião, apresentou-se uma nova secretária da pasta: Katherine Schreiner, advogada do partido do Prefeito, que aceitou o convite da gestão municipal e alegou que teria uma conduta legalista da política;
- **Denúncia de funcionários da FUCAS que fizeram greve por atraso salário:** Lideranças comunitárias e trabalhadores da FUCAS relataram sobre a situação de paralização dos serviços por atraso de pagamento de quatro folhas de salários, problema causado pela má gestão institucional, que investiu os recursos da Fundação em aplicações sem liquidez. O caso, publicado nas mídias, estava sendo acompanhado pelo Ministério Público, desde 2017, porém, até o início de 2018, nenhuma ação havia sido realizada para a solução do problema. Uma comissão do FPPF realizou uma reunião com Promotor responsável e com a nova gestão da FUCAS, mas não houve resultado. A FUCAS reduziu seu quadro, demitindo pessoal e reduzindo os atendimentos socioassistenciais;

- **Denúncia sobre demora de retorno da análise da Lei do CMAS pela gestão municipal**
- Sobre o anúncio de corte de 50% de recursos destinados aos serviços prestados pelas OSCs que possuem parceria com a SEMAS, na execução de políticas de assistência social (AS);
- **Denúncia que a SEMAS havia publicado um edital com inúmeras alterações do documento que havia sido aprovado pelo CMDCA.** A mais grave delas, mencionava a SEMAS como órgão gestor do FIA, portanto, retirava o papel do CMDCA. Denúncia que o FPPF acompanhou com o CMDCA, resultando na indicação do MP à PMF, pela retirada da publicação da SEMAS, substituindo pelo documento original, sob pena, aplicada pelo MP, de pagamento de multa por dia;
- **Denúncia em relação ao duodécimo da CMF, com projeto de Lei nº 1721-2018, proposto pelo vereador Thiago Silva, que segue em tramitação, cujo documento propõe a seguinte divisão de recursos: 50% para a APAE e 50% para as demais instituições.** A controvérsia está no motivo pelo qual se aponta esse critério e por qual motivo retirar essa decisão da SEMAS e do CMAS. Iniciativa que deve ter sido inspirada na resolução do impasse sobre o corte de 50% para a política de AS, no ano de 2017, foi resolvida com o anúncio de repasse de recursos do duodécimos da CMF para o fundo municipal de assistência social. Fato que pode evidenciar os “aprendizados” que ocorrem no poder público legislativo;
- **Dívida pública municipal deixada pela gestão anterior:** um dos argumentos apresentados pela prefeitura sobre o corte anunciado de investimento na política de AS, se dava sob a justificativa de que o prefeito anterior teria deixado uma alta dívida pública, só que os valores que eram apresentados em debates e declarações eram diferentes e até, divergentes. A reação do FPPF foi de solicitar uma **auditoria da dívida pública**, como o poder público alegou custar muito caro para contratação desse serviço, formou-se no FPPF, um GT de Auditoria da Dívida Pública que se articulou tentando trazer luz ao significado das dívidas do município, mas não houve sucesso devido à complexidade de análise sobre orçamento público e a falta de especialistas sobre o assunto que agissem voluntariamente;
- Conselheira tutelar do norte da ilha que denunciou a **falta de 367 vagas nas escolas da região;**
- **Moção de repúdio à SOMAR Floripa** por se aproximar do conceito da AFLOV, tão questionada ao longo dos anos;

- **Moção de repúdio ao formato do processo eleitoral do Conselho da cidade**, por falta de abertura à participação popular.

Mediação

- **O Fórum se manifesta** sobre a exigência da SEMAS para que as OSCs atendam público prioritário do SUAS
- Finaliza o ano de 2018 com a **solicitação para deflagração do Processo eleitoral do CMDCA**

Deliberação

- **Incidência do FPPF sobre o Decreto Municipal nº 17.361 de 2017** que regulamenta o MROSC, reverte a condição de impedimento das OSCs que pleiteiam ou recebem recursos públicos atuarem como conselheiros nos conselhos de políticas públicas.

Observa-se, como sintetizado na figura 21, a seguir, que há uma **ampliação significativa do debate e das ações públicas em torno da garantia do básico: sustentabilidade das PPs e das OSCs, em relação as cenas anteriores. Trata-se menos de lutar, incidir ou deliberar em relação políticas públicas e mais atuar na resistência aos desmontes da participação em curso.** O FPPF, nesta cena, parece tornar-se, sobretudo, em um espaço de denúncia, já que perde espaço no seu papel de interlocução com o poder público e mais ainda de influenciar sobre as decisões dessas políticas (deliberação).

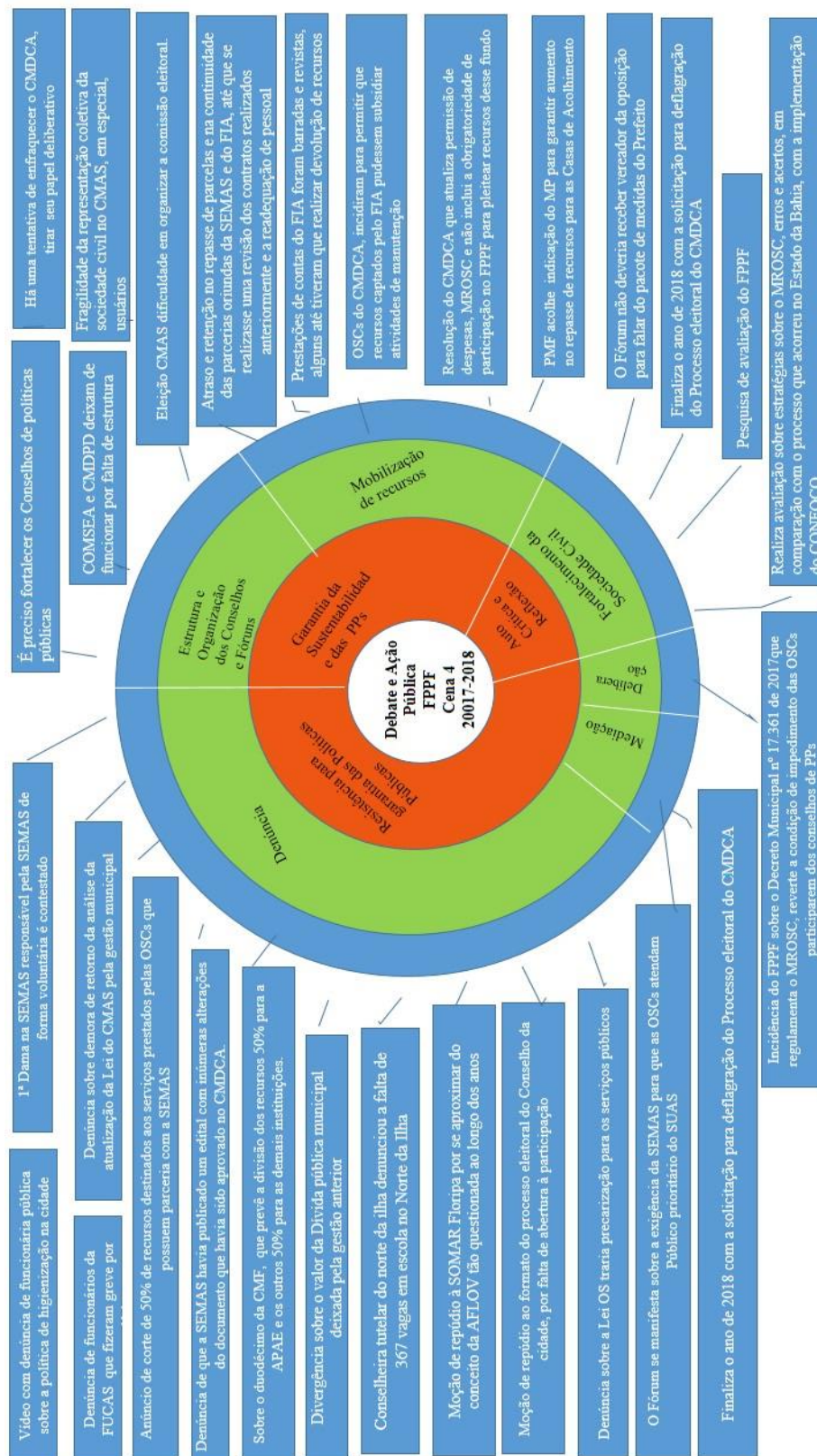
Tanto em termos de reconhecimento, quanto de mobilização, o FPPF também parece perder forças quando enfraquece sua condição de interlocução e mediação com o poder público e isso pode estar ligado tanto à aspectos internos (polarização provocada pelas eleições, disputas pelos recursos públicos, divergências nas lógicas de atuação das OSCs), como à conjuntura política e ao modelo de governança implementado na cidade, com menos espaço para diálogo com a sociedade civil. Essa cena levanta algumas preocupações para o futuro, sobretudo, quanto aos desafios para fortalecer esse espaço de participação, que permeiam as falas dos atores quando os mesmos se referem sobre suas visões de futuro sobre o FPPF:

As organizações da sociedade civil estão sendo pressionadas para desistirem do que fazem, algumas até estão pensando em desistir, mas quando estamos juntos, compartilhando sonhos e buscando a sociedade sem desigualdade, a gente se fortalece, o espaço do Fórum é isso, espaço de fortalecimento, inclusive de sonhadores. Continuem lutando por uma sociedade melhor, mais justa, mais igualitária, não tem problema com relação a credo, pois trata-se da união por este sonho. (FUNDADOR DO FPPF C, 2019)

Compartilho do sonho de que é preciso resistir e retomar o Fórum, para que as organizações se fortaleçam e não tenham medo de estar aqui. Outro sonho: ver a juventude envolvida, hoje tem característica de perfil, pessoas mais velhas, formadas, mulheres, serviço social., na última cena, houve uma ampliação de outras pessoas, o Fórum ocupou outros espaços, trouxe outros atores, momento como esse, de recuo, é um momento de avançar por outros caminhos, é hora de atrair os jovens. (PARTICIPANTE F, 2019)

O Fórum é um espaço de resistência, espaço onde se encontram pessoas que lutam por seus sonhos, é um espaço de formação, de participação, que nos leva a participar até de audiências públicas sobre o orçamento municipal. Ter participado do Fórum foi muito bom pra mim, eu o vejo hoje como um espaço de qualificação e resistência. Observo, qualitativamente participar do Fórum, foi um crescimento muito grande, não só para mim, mas o grupo cresceu junto. (PARTICIPANTE D, 2019)

Figura 21 – Debate e ação pública do FPPF na cena 4 - 2017 e 2018



Fonte: Elaborado pela autora

5.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Este capítulo buscou responder ao segundo objetivo dessa dissertação que é *descrever e analisar a trajetória do FPPF, reconstituindo suas cenas públicas e buscando compreender o processo de investigação pública gerado e seus desdobramentos, desde a sua origem até os dias atuais*.

Essa trajetória mostra que o FPPF “se constitui e é constituído” (Cefaï, 2007) enquanto instituição por essas situações cotidianas forjadas por seus protagonistas e personagens que vão fazendo com que se aprenda a “ser Fórum” ao mesmo tempo em que se performa “ser Fórum”. O processo de “investigação pública”, a partir do enfrentamento das situações problemáticas enfrentadas, vai permitindo a construção coletiva de aprendizados que faz com que as respostas se modifiquem ao longo do tempo, refletindo nas mudanças das formas de atuação do FPPF.

Com base em Alexandre (2018), podemos afirmar que essa análise evidencia claramente que a mudança social e política na paisagem democrática do município é construída não apenas pelas leis e dispositivos, instituições e autoridades, mas também e principalmente, pela **ação coletiva da sociedade civil**, que de forma espontânea cria um espaço para aprender a fazer e assim concretizar (diante de vários fatores que estimulam ou limitam) a tão propagada participação. A análise aqui apresentada permite então “colocar luz” e compreender melhor a tarefa de formiguinha desses pessoas comuns que se propõem a co-construir dinâmicas de ações coletivas nas arenas públicas e assim **tornam-se cidadãos, no sentido de sujeitos políticos**, personagens tão importantes para a prática democrática, como discute Cefaï (2007, p. 696): “Os cidadãos se constituem como cidadãos em complexos de interações, em suas posturas compartilhadas enquanto públicos, sobre cenas onde ocorrem as práticas cívicas”.

Pode-se concluir, a partir dos resultados da pesquisa, que o FPPF é um importante laboratório de experimentação democrática no município e isso se evidencia no processo de investigação pública que se constitui ao longo de sua trajetória, construindo um conjunto de saberes, práticas, dispositivos e instrumentos essenciais para o exercício democrático. Essa trajetória, como destacam Cefaï (2007) e Chateauraynaud (2011), não é linear e permeada de avanços e recuos, por isso, caracterizada pela constante necessidade de “reflexão coletiva”, um dos aspectos que ressalta no debate e na atuação pública do FPPF.

A trajetória do FPPF de fato é permeada por vários enquadramentos e reenquadramentos. Como discute Cefaï (2017:699), enquadramentos, modelizações, controvérsias, essas categorias são importantes para compreender as mobilizações coletivas:

A partilha de saberes e rotinas, a congruência das experiências e a engrenagem das ações dos protagonistas não são dadas a priori como se pensa na sociologia funcionalista ou culturalista. O coletivo não se constrói pela existência de conhecimentos encarnados em arranjos institucionais de práticas ou formulados nos textos e nas normas. Para que uma experiência coletiva e uma ação coletiva sejam possíveis as operações de enquadramento dos atores devem se alinhar.

Mas os resultados aqui levantados permitem afirmar que esse alinhamento não é estanque, ele continuamente se transforma ao longo das cenas analisadas, mostrando que o FPPF se constitui e incide, a partir das situações problemáticas que vai enfrentando e das respostas que constrói para as mesmas. Na primeira cena surge o incômodo e os atores se mobilizam para criar um espaço de articulação intersetorial de políticas públicas. Esse primeiro impulso leva a outras questões. Como será esse espaço? Quem participa e quem não participa? Quais formas de funcionamento? Quais as demandas que irá atender e de que forma? Como garantir adesão? Os atores que formam a rede do FPPF vão respondendo a essas questões e assim co-constroem uma nova instituição que passa a ser reconhecida por gerar consequências para outros atores além daqueles que se mobilizaram para sua criação.

Na cena dois e três o FPPF é criado e se institucionalizada, aprendendo a participar de várias formas junto as PPs, sobretudo as de DCA e de AS, seja a partir da ação para garantir os meios de colocar em prática essas políticas e sua sustentabilidade (inclusive financeira), seja através de denúncias, formação de opinião pública ou ainda pela mediação e negociação com o poder público. Na cena três, sobretudo, o FPPF passa a atuar também numa perspectiva de deliberação junto a política pública e sua atuação vai ter um papel de maior incidência e uma consequência mais efetiva sobre as PPs, como foi o caso em relação as Lei municipais que regulam a política de assistência social em âmbito municipal e o Decreto sobre o Marco Regulatório.

A não linearidade da trajetória desemboca na cena quatro, marcada por desmobilização e resistência e por novos conflitos e controvérsias dentro do FPPF e entre as OSCs que formam a sua rede e o poder público municipal, como relatado.

Todos esses elementos permitem tecer considerações não apenas sobre o caso do FPPF, mas sobre, os avanços, limites e dilemas da participação democrática em âmbito municipal, conforme será tratado no último capítulo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O FPPF E SUA INCIDÊNCIA JUNTO AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Esse capítulo busca condensar os resultados da pesquisa para responder ao terceiro objetivo da pesquisa que é **compreender as consequências da atuação do FPPF junto as Políticas Públicas do município, seus alcances e limites**. Com isso, busca-se cumprir o objetivo geral que é de compreender em que medida a experimentação democrática promovida pelo Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis promove investigação pública e consequências junto às políticas públicas municipais.

Sobre a **rede que forma o Fórum**, observou-se que esta é composta por 50 organizações da sociedade civil que atuam tanto **na implementação, quanto no controle e, portanto, influenciam diretamente na gestão das políticas públicas de defesa dos direitos da criança e do adolescente, de assistência social e de educação**. Essa atuação junto às políticas públicas se dá, entretanto, por diferentes lógicas (que às vezes se chocam e contradizem) como **salientado**: (1) A maioria das OSCs que compõem a rede do FPPF recebe recursos públicos das secretarias municipais²⁹ e também atuam como gestores de fundos públicos (por meio do FIA); mas também atuam no controle e fiscalização da política, já que compõem as mesas diretoras e são membros registrados nos conselhos de políticas públicas, sobretudo, no CMDCA e SEMAS. A influência desse duplo papel na atuação das OSCs sobre as PPs vai permear todos os resultados obtidos nessa dissertação e é um importante aspecto que deve ser ressaltado como conclusão desse estudo. Considerar as particularidades dessas lógicas de atuação e acolhê-las parece ser um desafio atual do FPPF.

Relacionado a isso, **um dos principais limites** das atuação do FPPF junto às políticas públicas consiste na **concentração dessa participação** tanto em termos daqueles que formam a

²⁹ A maioria das organizações analisadas recebem recursos de duas secretarias municipais: (1) secretaria municipal de assistência social (SEMAS) para execução de serviços tipificados na política do sistema único de assistência social (SUAS), dentre eles, especificamente em relação a política DCA e da Secretaria municipal de educação (SME), por meio do serviço de contraturno escolar, (política de educação integral no ensino fundamental), para crianças e adolescentes com idade de 6 a 15 anos ou creche.

rede atual do FPPF, quanto em termos de políticas públicas que são abrangidas por essa atuação. Nesse sentido, os resultados do capítulo três são esclarecedores para essa conclusão.

Nesse capítulo, além de identificar os participantes, características e as formas de participação (segundo a percepção dos participantes), evidenciou-se **um claro movimento de desmobilização da rede que compõe o FPPF** nos últimos dois anos. Também ficou evidente que a participação regular no FPPF (por meio do comparecimento regular nas suas AGOs) é de uma pequena parte das organizações que compõe essa rede (12 OSCs), que foram aqui denominadas de protagonistas atuais.

Isso demonstra uma concentração da participação. Tendo em vista a composição dessa rede em relação aos participantes previstos no regimento interno do FPPF (Box 1), pode-se constatar que a participação envolve hoje um grupo específico de “*stakeholders* especializados” (FUNG, 2006) que participam, ou seja, as **OSCs registradas e inscritas em alguns conselhos de políticas públicas (CMDCA e CMAS).**

Nesse sentido, **outras categorias previstas no regimento interno do Fórum, com direito à voz e voto ou ainda, possíveis participantes com direito de voz, mas sem direito à voto**, como aqueles de Categorias Profissionais, da Câmara Municipal de Florianópolis (CMF), do Ministério Público (MP), dos Conselhos Tutelares (CTs), de Universidades e espaços de controle social que hoje se colocam como “satélites”, poderiam ser mais engajados na rede.

Como colocado no final do capítulo 4, tais achados levou a perguntar do por que isso estava ocorrendo, indagação central nesse trabalho, cujos elementos de resposta vão se evidenciar quando da análise da trajetória do FPPF, permitindo uma compreensão do processo de investigação pública promovido pelo FPPF, seus alcances e limites, nessa interlocução e interação, entre si, e com outros atores que atuam sobre as PPs municipais.

Já na análise da **trajetória do FPPF** fica evidente um **processo longo e contínuo de aprendizagem e de incidência nas políticas públicas no município**, mas que isso só ocorre devido ao trabalho e à organização dos atores que se comprometem com a participação. Ao longo das cenas estudadas, é possível observar as aprendizagens coletivas e seus desdobramentos por meio de “reenquadramentos” na atuação de uma cena para outra, de um ano para o outro, ou até mesmo de uma ata para outra.

A reconstituição das cenas públicas da trajetória do FPPF permitiu rastrear os cenários pertinentes, os acontecimentos principais que ocorreram no FPPF, os personagens

e protagonistas de cada cena, as principais controvérsias e situações de prova e o debate e atuação que se desdobra em torno delas, em cada momento histórico. A construção dessa narrativa, densa em detalhes e desafiadora, permitiu colocar luz no processo de constituição do FPPF, mostrando que este se constitui e também constitui as “formas de participação democráticas” no município ao longo do tempo. A partir dessa minuciosa reconstituição, pode-se ter evidências claras da atuação do FPPF que influencia não apenas nas PPs, mas o próprio exercício de concretização da democracia participativa no município. Como afirma Cefai (2007, p. 585):

É somente reconstituindo minuciosamente uma ordem temporal dos eventos, contando uma história que fixa sequências no curso de uma ação com seus episódios e peripécias práticas, acompanhando os diferentes episódios de enquadramento da situação pelos atores que tomam posição um em relação a outros, em relação às intervenções institucionais e em relação às reações do público, nós podemos esperar compreender qualquer coisa. O conflito cria seu próprio ordenamento. O sentido da ação é especificado pelas tomadas de posição dos atores.

Analisando as tomadas de posições dos atores podemos colocar luz sobre o complexo processo de “investigação pública” que se constrói coletivamente e ao longo do tempo nessa trajetória. Percebe-se que nesse percurso se aprende sobre as maneiras de se organizar, de se mobilizar, de participar, de influenciar e até de resistir, como é o caso da última cena reconstituída. Nesse processo, críticas e intervenções são co-produzidas, mostrando-se um gradiente que vai desde a **garantia da sustentabilidade das OSCs e das políticas públicas, passando por processos de auto-reflexão, auto-crítica e reordenamento do próprio FPPF, ou refletindo em incidência na garantia de direitos e das PPS, por meio de diferentes formas como formação de opinião pública, denúncias, mediações ou, ainda, deliberação e criação de novos dispositivos.**

Todo esse processo permite afirmar que o FPPF consiste num espaço formador de “públicos” (mesmo que esses não tenham a extensão desejada como discutido) e estes “públicos” produzem consequências desejáveis, bem como atuam nas consequências indesejáveis, ou seja, **produzem respostas aos problemas da cidade, num claro movimento de reforço ao Estado Democrático, conforme coloca Dewey (1927).**

No entanto, pode-se constatar, da mesma maneira que afirmam os autores pragmatistas como Cefai (2007), Chateauraynaud (2011) e Latour (2012), esse movimento do “social sendo construído” não é linear, evolutivo. Ele é permeado de inúmeros avanços e retrocessos, de idas e

vindas. Nesse sentido, esse trabalho permite confirmar que a construção da democracia é um processo contínuo e constante. Portanto, o exercício de concretizar a democracia dá trabalho.

Observa-se que na Cena 1 o Fórum está em vias de ser criado a partir da identificação da necessidade de se **articular para garantia da intersetorialidade, do fortalecimento da sociedade civil e de sua participação nas políticas públicas**. De início, o problema maior identificado estava na garantia da estrutura dos conselhos e na luta pela garantia da efetivação dos direitos e das políticas públicas, de modo que fosse possível garantir que funcionassem de acordo com as legislações nacionais. Isso já era reflexo de aprendizagem, conforme relato dos próprios fundadores que já vinham de articulações e movimentos nacionais, aprofundando conhecimento a respeito das políticas públicas que buscavam colocar em prática as mudanças incluídas na CF/88. Buscava-se romper com os processos clientelistas com as quais as organizações sobreviviam, estando à mercê dos governos municipais que tinham total poder para decidir valores e quais OSCs mereceriam receber recursos públicos.

Já na cena 2, observa-se que o debate e atuação **pela garantia do básico em relação à sustentabilidade das políticas públicas e das OSCs estão presentes, mas já disputa espaço com uma atuação em termos de mediação e interlocução com o poder público**. Nesse momento, há a inclusão da obrigatoriedade de participação no Fórum como condição para as OSCs que tivessem interesse em captar recursos pelo FIA (2009), que só aconteceu devido à observação dessa prática no Fórum DCA de Porto Alegre a à articulação da sociedade civil internamente no CMDCA. Protagonistas dessa cena consideraram que esse foi um passo muito importante para legitimar o FPPF enquanto espaço de prestação de contas das representações da sociedade civil. Anos depois, em 2013, o Fórum passou a fazer parte oficialmente da política DCA, incluso na lei. Contudo, mais uma vez se prova, que nada por si só é garantido, no ano de 2017, cena atual, essa conquista foi perdida com a nova resolução do CMDCA.

Na cena 3, é visível que o Fórum se institucionaliza e passa a atuar fortemente na **incidência política, tendo como seu grande eixo nortear o reordenamento da política de assistência social**. Por meio de novas articulações com a Câmara Municipal de Florianópolis criou-se a Frente Parlamentar em defesa da política de Assistência Social que teve como principal proposta incidir sobre o orçamento público para garantir o mínimo necessário (10% da receita do município, conforme deliberação de conferência). Isso culminou na elaboração e aprovação de uma

Lei Municipal, prevendo a garantia de 10% da receita do município que, no entanto, foi colocada como inconstitucional, pois a CMF não pode incidir sobre orçamento sob gestão da PMF.

É perceptível a profundidade com que os debates públicos vão ocorrendo e a forma como os atores do FPPF vão realizando autocrítica e se reconfigurando na medida que avança com sua legitimidade na mediação e deliberação sobre as políticas públicas. Esse fato pode ser confirmado pelas diversas interlocuções que o FPPF promove junto ao poder público municipal executivo e legislativo, com os Conselhos de PPs, com as OSCs, MP e TCE.

Já a cena atual, culmina com um processo de desmobilização e resistência, relacionado ao surgimento de polarizações internas e de uma diminuição de diálogo e interlocução entre o FPPF e o poder público. Percebe-se que o debate e as ações se tornam mais próximas da cena 1. Os atores do FPPF resistem para garantir a sustentabilidade mínima necessária para continuidade das políticas públicas e mais ainda, garantia da própria participação, uma vez que o prefeito atual lança várias ações para desmobilizar e proporcionar “outras formas de participar”. Portanto, um dos limites identificados está na atuação da gestão pública que pode optar por promover condições de participação ou não. Já um avanço identificado está na construção de políticas públicas com caráter de atuação do Estado, visando uma continuidade e uma certa independência em relação ao governo.

Conclui-se, assim, que o FPPF constitui-se em um espaço de experimentação e de fortalecimento democrático, mas que existem evidências claras que, principalmente nos últimos anos, isso vem se arrefecendo, vem se concentrando em algumas organizações e que o debate volta a se dá mais em torno da questão da sobrevivência e da garantia de condições de sustentação da própria política e das condições de participação.

Alguns elementos contribuíram para que isso ocorresse: a própria articulação e diálogo com o poder público diminuiu, essa condição de interlocução é bem menor agora, além de não ter tido mais atrasos nos repasses de recursos, ocorrência que sempre gerou mobilização e força coletiva quando ocorria. Mas também porque há uma certa desmobilização de participação de quem já foi ativo nesse processo, há uma certa concentração no processo participativo. Fato que precisa ser revisto pelo Fórum: a necessidade de ampliar de expandir, de buscar também outros espaços trazer outros atores, além de buscar alternativas que possam trazer de volta protagonistas passados, ativos, esporádicos e notáveis, trazê-los de novo para o debate. Essas ações podem ser definidas a partir

do arcabouço de estratégias e aprendizagens geradas na trajetória do Fórum. Sobre isso, é importante frisar a importância de se conhecer a história das instituições e de seus protagonistas.

A cena atual é repleta de novos desafios, exigindo resistência num momento de desmobilização. Como responder? Como fortalecer o FPPF? Um dos elementos de resposta trazidos por este estudo consiste em ampliar e pluralizar o debate e a participação, no âmbito do FPPF e para além dele, pois estes, quanto mais compartilhados, mais crescem e se fortalecem. Para isso é de suma importância mobilizar as OSCs que de alguma forma já interagem com o Fórum, mas também agir para atrair novos atores. Para tal é possível apontar algumas sugestões práticas:

- Garantir a **formação política** a partir da problematização sobre o Estado Democrático, o papel da Participação e das Políticas Públicas. Para isso, pode-se utilizar do conhecimento da trajetória do FPPF, sendo este estudo uma das fontes, bem como atuar na promoção de formação com apoio das Universidades, Organizações e Movimentos Sociais;
- Retomar a questão da **obrigatoriedade de participação**, como meio de problematizar a questão da **representação da sociedade civil nos conselhos**, como foi o caso do CMDCA;
- Incentivar a parceria do FPPF com núcleos de pesquisa de universidades para promoção da **participação de estudantes em formação**, no cotidiano da construção do processo democrático na cidade, como já aconteceu na trajetória do Fórum e mostrou-se um caminho para conectar a academia aos problemas públicos da sociedade civil, enquanto fortalece o aprendizado prático e o próprio FPPF;
- Retomar as **reuniões itinerantes** para oportunizar que mais pessoas possam debater e conhecer as políticas públicas no município, garantindo uma maior visibilidade;
- **Mobilizar a participação dos diferentes conselhos de políticas públicas: (1)** à partir de pautas e agendas comuns, tais como, realização de formação sobre orçamento público e integração com Frente Parlamentar ampla na Câmara Municipal de Florianópolis. **(2)** por meio de representante do FPPF participando das plenárias de diferentes conselhos;
- Fortalecimento das ações do FPPF por meio do apoio de uma **secretaria executiva**;
- **Seguir com estudos e sistematização** desse e de outros locais de experimentação democrática.

No mais, os rumos serão construídos pelos próprios atores, que certamente encontrarão meios de continuar essa bela história, da qual, como protagonista me orgulho muito de ter escrito!

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p.325-357, 2014.

ALEXANDRE, Agripa. **Sociologia da Ação Coletiva**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

ALLEN, Barry. Experiments in democracy. **Contemporary Pragmatism**, v. 9, n. 2, p. 75-92, 2012.

ALMEIDA, Debora Cristina Rezende de. Os desafios da efetividade e o estatuto jurídico da participação: a Política Nacional de Participação Social. **Sociedade e Estado**, [s.l.], v. 32, n. 3, p.649-680, dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203005>.

ALPERSTEDT, Graziela D.; ANDION, Carolina. Por uma pesquisa que faça sentido. **Revista de Administração de Empresas**, v. 57, n. 6, p. 626-631, 2017.

ALVESSON, M. Methodology for close up studies: struggling with closeness and closure. **Higher Education**, v. 46, n. 2, p. 167-193, 2003.

ANDION, Carolina Atuação das ONGs nas Dinâmicas de Desenvolvimento Territorial Sustentável no meio rural de Santa Catarina: Os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da Agreco (2007). **Tese de Doutorado**. (Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

_____. Uma Historiografia do Conceito de Sociedade Civil: dos Clássicos aos Modernos. In **Anais do XI Colóquio Internacional de Poder Local Salvador, dezembro de 2009**.

_____. **Material didático da disciplina de gestão de organizações do terceiro setor**. Disciplina proferida na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, jul. 2018.

_____. SERVA, Mauricio. Por uma visão positiva da sociedade civil: uma análise histórica da sociedade civil organizada no Brasil. **Cayapa. Revista Venezuelana de Economía Social**, v. 4, n. 7, 2004.

_____. SERVA, M. A etnografia e os estudos organizacionais. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA DE MELO, R.; SILVA, A. B. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. BRUM, Lilian; GONSALVES, Aghata; MORAES, Rubens; RONCONI, Luciana. Sociedade civil e inovação social na esfera pública: proposta de um quadro teórico-metodológico com base na sociologia pragmática. In: **EnAPG**. 2014.

_____. RONCONI, L.F.de A.; MORAES, R. L.; GONSALVES, A. K. R.; SERAFIM, L. B. D. Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmatista. **RAP. Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 51, p. 369-387, 2017.

_____. ALPERSTEDT, Graziela; GRAEFF, Júlia. Ecossistemas de inovação social e sua incidência nas arenas públicas da cidade: um estudo na cidade de Florianópolis, Brasil. **Anais do LAEMOS**. Buenos Aires, 2017.

_____. ALPERSTEDT, Graziela. GRAEFF, Julia, F. Social Innovation Ecosystems and Cities: Co-construction of a Collaborative Platform In: HOWALDT, Jürgen. **Atlas of Social Innovation**. 2d Edition. TU Dortmund University: Dortmund, 2019a (no prelo).

_____. ALPERSTEDT, Graziela. GRAEFF, Julia, F. Ecossistema de inovação social, sustentabilidade e experimentação democrática: um estudo em Florianópolis. *Revista de Administração Pública*, 2019b (no prelo).

ANSELL, Chris. What is a “democratic experiment”? **Democratic Experimentalism**, p. 159-180, 2012.

_____. GASH, A. Collaborative Governance in Theory and Practice. **Journal Of Public Administration Research And Theory**, [s.l.], v. 18, n. 4, p.543-571, 17 out. 2007.

ARAÚJO, Bianca Cruz; DAVEL, Eduardo. Autoetnografia na Pesquisa em Administração: Desafios e Potencialidades. **CIAIQ2018**, v. 3, 2018.

ARENDT, H. A As esferas pública e privada. In ARENDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991, p. 31-88.

AVRITZER, Leonardo. O Orçamento Participativo: As Experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Cap. 2. p. 17-45.

_____. Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, v. 18, n. 2, p. 383-398, 2012.

BARTHE, Y; RÉMY, C.; TROM, D.; LINHARDT, D.; BLIC, D.; HEURTIN, J.;ÉRIC, L.; BELLAING, C.; LEMIEUX,C. Sociologia pragmática: o guia do usuário. *Sociologias*, n. 41, jan/abril, 2016.

BOBBIO, Norberto. **A Política**. In : SANTILLAN, J.F. (Org.) Norberto Bobbio. O Filósofo e a Política. Antologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003, p. 137-151.

_____. **Estado, Governo, Sociedade**: Para uma teoria geral da política, 14ª Edição, São Paulo, Editora Paz e Terra S/A, 2007.

BOHMAN, James. **Democratic Experimentalism**: From Self-Legislation to Self-Determination. 2012.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. De la justification. **Les économies de la grandeur**, v. 1, p. 87, 1991.

BORGES, Camila Dellatorre; DOS SANTOS, Manoel Antônio. Aplicações da técnica do grupo focal: fundamentos metodológicos, potencialidades e limites. **Revista da SPAGESP**, v. 6, n. 1, p. 74-80, 2005.

BRASIL. **Decreto Lei nº 525 de 1938**. Define que serviço social. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del5697impressao.htm>. Acesso em: 05 maio 2018.

_____. **Lei nº 3071 de 1935**. Utilidade Pública. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1930-1949/L0091.htm>. Acesso em: 05 maio 2018.

_____. **Lei nº 3577 de 1959**. Isenção de Tributação. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L3577.htm>. Acesso em: 05 maio 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 08 maio 2018.

_____. **Decreto nº 8243 de 2014**. Política Nacional de Participação Social. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm>. Acesso em: 15 ago 2019.

_____. **Medida Provisória no 870, de 01 de janeiro de 2019a**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm> Acesso em 11 ago 2019.

_____. **Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019b**. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm> Acesso em: 15 ago 2019.

_____. **Decreto nº 9.906 de 2019, de 9 de julho de 2019c**. Institui o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9906.htm> Acesso em 8 mar 2019.

_____. **Lei Federal nº 9.637 de 1998**. Disciplina as Organizações Sociais. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9637.htm> Acesso em 4 outubro 2018.

_____. **Lei federal nº 9.790 de 1999**. Certificação de Interesse Público. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm> Acesso em 4 outubro 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.019 de 2014.** Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Brasília, DF, Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm>. Acesso em 16 setembro 2018.

CEFAÏ, Daniel. Qu'est-ce qu'une arène publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste. In CEFAÏ, Daniel; JOSEPH, Isaac (Org.). **L'héritage du pragmatisme.** Conflits d'urbanité et épreuves de civisme. Paris: La Tour d'Aigues; Éditions de l'Aube, 2002. P. 51-82.

_____. Os novos movimentos de protesto em França. A articulação de novas arenas públicas. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 72, p. 129-160, 2005.

_____. **Porquoi se mobilise-t-on?** Les théories de l'action collective. Paris: Éditions La Découverte, 2007.

_____. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas. Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social**, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

_____. ¿Qué es una arena pública? Algunas pautas para un acercamiento pragmático. In. CEFAÏ, D.; JOSEPH, I. (Org.). **La herencia del pragmatismo. Conflictos de urbanidad y pruebas de civismo.** La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, p. 51-81, 2012.

_____. Grande exclusão e urgência social: Cuidar dos moradores de rua em Paris. **Contemporânea**, v.3, n.2, 2013.

_____. L'enquête ethnographique comme écriture. l'écriture ethnographique comme enquête **Écrire en sciences sociales.** Paris : Imed Melliti (ed.), 2014.

_____. **Públicos, problemas públicos, arenas públicas...: o que nos ensina o pragmatismo (a).** novos estud. CEBRAP, mar 2017, vol.36, no.1, p.187-213.

_____. **Públicos, problemas públicos, arenas públicas... o que nos ensina o pragmatismo (b).** Novos estud. CEBRAP, Out 2017, vol.36, no.2, p.129-142.

CEFAÏ, Daniel. MELLO, M. A.; VEIGA, F. B.; MOTA, F. R. **Arenas públicas: Por uma etnografia da vida associativa,** Niterói-Rio de Janeiro, EdUFF, 2011.

CEFAÏ, Daniel. TERZI, Cedric. **L'expérience de problèmes publics.** Paris: Perspectives Pragmatistes, 2012.

CELLARD, André. A análise documental. A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 2008.

CHATEAURAYNAUD, Francis. **Public controversies and the pragmatics of protest.** Towards a ballistics of collective action. Paris: EHESS, 2009.

CHATEAURAYNAUD, Francis. **Argumenter dans un champ de forces. Essai de balistique sociologique.** Paris, France: Petra, 2011a.

_____. Los tópicos ambientales: entre controversias y conflictos. **Ecología política y sociología pragmática en Francia.** Revista Colombiana de Sociología, v. 34, n. 1, p. 13, 2011b.

_____. Das disputas comuns à violência política: a análise das controvérsias e a sociologia dos conflitos. **Enfoques**, v. 11, n. 1, 2012.

_____. Pragmatismo e Complexidade. **Apresentação feita no II Colóquio Crítica e Pragmatismo.** Brasília. Junho de 2018.

_____, Francis; DEBAZ, Josquin. **Aux bords de l'irreversible. Sociologie pragmatique des transformations.** Paris, France: Petra, 2017.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 6. ed. São Paulo: Cortez, COHEN, J-L; ARATO, A. **Civil Society and Political Theory.** Cambridge : MIT Press, 1994.

COHEN, J-L. Sociedade Civil e Globalização: Repensando Categorias. In **Dados. Revista de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro. Vol 43. No 3., 2003, p. 419-459.

CORREA, Diogo Silva. **Do problema do social ao social como problema: elementos para uma leitura da sociologia pragmática francesa.** Política & Trabalho, n. 40, 2014. pp. 35-62.

CORREA, Diogo Silva; DIAS, Rodrigo de Castro. **A Crítica e os Momentos Críticos: De la Justification e a Guinada Pragmática na Sociologia Francesa.** Mana, Rio de Janeiro , v. 22, n. 1, p. 67-99, Apr. 2016.

DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002. 364 p.

DAGNINO, Evelina (Org.). Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e Sociedade:** revista de sociologia política, Florianópolis, v. 3, n. 5, p.139-164, dez. 2004.

DAVEL, Eduardo Paes Barreto; OLIVEIRA, Cybele Amado de. A reflexividade intensiva na aprendizagem organizacional: uma autoetnografia de práticas em uma organização educacional. **Organizações & Sociedade**, v. 25, n. 85, p. 211-228, 2018.

DEMO, P. Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos. Campinas: Papirus, 2001.

DEWEY, John. **The public and its problems.** Chicago: Swallow Press, 1927

DORÉ, Maurício Izelli. Disputas pela “participação”: entre formas de engajamento e expectativas de acesso a recursos. **Conversas & Controvérsias**, v. 4, n. 1, p. 5-27.

DRYZEK, John S. Pragmatism and democracy: In search of deliberative publics. **The Journal of Speculative Philosophy**, v. 18, n. 1, p. 72-79, 2004.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas Mórbidos: A encruzilhada da esquerda brasileira**. Autonomia Literária, 2019.

FPPF. **Regimento Interno**. Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis. 2007.

FPPF. **Regimento Interno**. Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis. 2016.

FPPF. **Relatório do Encontro da Sociedade Civil Integrando Lutas: Criança e Adolescente, Assistência Social e Educação**. 2004.

FUNG, Archon et al. **Deepening democracy: Institutional innovations in empowered participatory governance**. Verso, 2003.

FUNG, Archon. Varieties of Participation in Complex Governance. **Public Administration Review**, [s.l.], v. 66, n. 1, p.66-75, dez. 2006.

FUNG, Archon. Continuous Institutional Innovation and the Pragmatic Conception of Democracy. **Polity**, [s.l.], v. 44, n. 4, p.609-624, out. 2012.

FUNG, Archon. Putting the Public Back into Governance: The Challenges of Citizen Participation and Its Future. **Public Administration Review**, [s.l.], v. 75, n. 4, p.513-522, 25 fev. 2015.

GONSALVES, Aghata Karoliny Ribeiro; ANDION, Maria Carolina Martinez. Ação pública de Florianópolis-SC. *Organizações e Sociedade*, Salvador, v. 26, n. 89, p.221-248, abr./jun.2019.

GONSALVES, Aghata Karoliny Ribeiro. **Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente como ação pública: uma análise multiescalar no município de Florianópolis**. 2015. 364 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Acadêmico em Administração, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas - Esag, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <<http://tede.udesc.br/handle/handle/73>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

GUSFIELD, Joseph. **Drinking Driving and the symbolic order. The culture of public problems**. Chicago, The University of Chicago Press, 1981.

HOBBS, Thomas. *Leviatã: matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. LeBooks Editora, 2019.

HOWLETT, Michael; RAMESH, Mishra; PERL, Anthony. Política pública: seus ciclos e subsistemas—uma abordagem integral. **Trad. Francisco G. Heidemann. RJ: Elsevier**, 2013.
Kuchnir, Karina. *Antropologia da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

LANDIM, Leilah. *Ŕ Experiencia militante ŕ. Les organisations non gouvernementales en lusophonie: terrains et débats*, v. 9, p. 215, 2002.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. Sociologia da Ação Pública. Maceió: EDUFAL, 2012.

LASWELL, Harold. Politics; Who Gets What, When and How, New York. 1936.

LATOUR, Bruno. **Changer de société: refaire de la sociologie**. Politix, Paris, 2006.

_____. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba, 2012.

_____. **Course: Scientific Humanities**. Paris. – Sciences Po. – MOOC from the FUN-2014. Disponível em: www.sciencespo.fr. Acesso 01 mai. 2018.

LOPES, Guilherme Nogueira Mello. O orçamento participativo em Porto Alegre e as principais alterações no seu arranjo institucional: Frente Popular (1989-2004) e Pós-Frente Popular (2005-2016). 2016.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. 25 anos de Orçamento Participativo: algumas reflexões analíticas. *Política & Sociedade*, v. 13, n. 28, p. 167-197, 2014.

MADRIGAL, Alexis. **Os Conselhos de Políticas Públicas à Luz da Constituição Federal de 1988**. JUS.COM.BR, 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/40415/os-conselhos-de-politicas-publicas-a-luz-da-constituicao-federal-de-1988>> Acesso em: 9 outubro 2018.

MANOEL, André A. (Re) Discutindo a participação e a sua importância para as políticas públicas: o caso do Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis. 2019. 62 f. Relatório de estágio (Pesquisa) – Curso de Graduação em Administração Pública. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

MENDONÇA, Patrícia Maria E. Conferência Regional de América Latina.Y El Caribe Istr Quito, Ecuador, 18 al 20 de octubre de 2017.

MORAES, R. L.; ANDION, Carolina; PINHO, J. Cartografia das controvérsias na arena pública da corrupção eleitoral no Brasil. *CADERNOS EBAPE.BR (FGV)*, v. 15, p. 846-876, 2017.

MORAES, RUBENS LIMA; Andion, Carolina. Civil Society and Social Innovation in Public Arenas in Brazil: Trajectory and Experience of the Movement Against Electoral Corruption (MCCE). *Voluntas*, v. 29, p. 801-818, 2018.

MORAES, Rubens Lima. **Ação coletiva e inovação social na esfera pública**: Análise da experiência do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) no Brasil. 2014. 281 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Acadêmico em Administração, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicos- Esag, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<http://tede.udesc.br/handle/handle/56>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo: Cortez, 2005.

Observatório de Inovação Social de Florianópolis. Disponível em: <<http://www.observafloripa.com.br/is-home>> Acesso em: 22/05/2019.

PICHON-RIVIÈRE, E. O processo grupal. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998

QUÉRÉ, Louis; TERZI, C. Os fundamentos sensíveis da experiência pública. **Acontecimento: reverberações. Belo Horizonte: Autêntica**, p. 295-307, 2012.

RODRIGUES, TIAGO NOGUEIRA HYRA E CHAGAS. **Tirando do crime e dando oportunidade: estratégias educacionais de prevenção das violências em duas ONGs de Florianópolis, SC**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SERAFIM, Lilian, B. D. Organizações da sociedade civil e inovação social na esfera pública: o caso do Instituto Padre Vilson Groh. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação Acadêmico em Administração. Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. 2006.

TRAD, Leny A. Bomfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. *Physis* [online]. 2009, vol.19, n.3 p.777-796. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000300013&lng=en&nrm=iso Acesso em 29 ago 2019.

VENTURINI, Tommaso. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. **Public understanding of science**, v. 19, n. 3, p. 258-273, 2010.

VILELA, Maria Diogenilda de Almeida. **Legislação que disciplina os Conselhos de Políticas Públicas**. Consultoria Legislativa. Câmara dos Deputados, Brasília, DF.2005. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema6/2005_740.pdf> Acesso em 29 set 2018.

ZASK, J. L'enquête sociale comme inter-objectivation, La croyance et l'enquête. Aux sources du pragmatisme, Paris, EHESS (**Raisons pratiques**, n° 15), 2004.

APÊNDICES

Apêndice A - As 54 Organizações categorizadas segundo critério de participação por frequência no FPPF (2016, 2017 e 2018): Lista completa continua...

Organização	Sigla	Status OBISF	Analisa da?	2016 (10 AGO)	2017 (11 AGO)	2018 (11 AGO)	Categoria
Associação dos Hemofílicos do Estado de Santa Catarina	AHESC	Mapeada	Não	80%	82%	55%	Atual
Associação Casa São José	CSJ	Observada	Sim	80%	91%	73%	Atual
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Florianópolis	APAE/FPO LIS	Observada	Sim	70%	91%	73%	Atual
Associação dos Celíacos de Santa Catarina	ACELBRA	Observada	Sim	100%	55%	55%	Atual
Casa da Criança Morro da Penitenciária	CCMP	Observada	Sim	70%	91%	82%	Atual
Centro Comunitário dos Moradores do Saco Grande	COMOSG	Observada	Sim	60%	100%	82%	Atual
Centro de Educação e Evangelização Popular	CEDEP	Observada	Sim	70%	45%	73%	Atual
Centro de Integração Empresa Escola do Estado de Santa Catarina	CIEE/SC	Observada	Sim	80%	55%	64%	Atual
Comitê para a democratização da informática em Santa Catarina	CPDI	Observada	Sim	70%	64%	55%	Atual
Fundação Catarinense de Assistência Social	FUCAS	Observada	Sim	90%	64%	64%	Atual
Instituto Comunitário Grande Florianópolis	ICOM	Observada	Sim	70%	64%	45%	Atual
Sociedade Espírita de Recuperação Trabalho e Educação	SERTE	Observada	Sim	50%	91%	45%	Atual
Sociedade Alfa Gente	SAG	Desativada	Não	70%	55%	0%	Passada

Organização	Sigla	Status OBISF	Analisa da?	2016 (10 AGO)	2017 (11 AGO)	2018 (11 AGO)	Categoria
Centro de Educação Infantil Nossa Senhora Mont Serrat	CRECHE NSMS	Mapeada	Não	70%	73%	18%	Passada
Conselho Comunitário de Capoeiras	CCP	Mapeada	Não	60%	45%	0%	Passada
Grupo de Trabalho Comunitário Catarinense	GTCC	Mapeada	Não	70%	55%	18%	Passada
Pastoral da Pessoa Idosa	PPI	Mapeada	Não	70%	55%	0%	Passada
Seara Espírita Entrepasto da Fé	SEEDE	Mapeada	Não	60%	45%	18%	Passada
Ação Social Coloninha	ASC	Observada	Sim	70%	55%	27%	Passada
Associação Catarinense para Integração do Cego	ACIC	Observada	Sim	70%	73%	18%	Passada
Associação Comunitária Amigos de Jesus	ACAJE	Observada	Sim	100%	55%	36%	Passada
Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social	AEBAS	Observada	Sim	100%	55%	70%	Passada
Centro de Apoio à Formação Integral do Ser	CEAFIS	Observada	Sim	50%	73%	36%	Passada
Grupo de Apoio a Prevenção da AIDS de Florianópolis	GAPA	Observada	Sim	70%	73%	0%	Passada
Instituto Guga Kuerten	IGK	Observada	Sim	50%	64%	0%	Passada
Obras de Assistência Social Dom Orione de Capoeiras	CEDO	Observada	Sim	50%	82%	36%	Passada
Obras Sociais da Comunidade Paroquial de Coqueiros	OSCOPAC	Observada	Sim	90%	64%	0%	Passada
Associação de Amigos da Casa da Criança e do Adolescente do Morro do Mocotó	ACAM	Mapeada	Não	40%	27%	36%	Ativa
Irmandade do Divino Espírito Santo	IDES	Observada	Não	40%	45%	64%	Ativa

Organização	Sigla	Status OBISF	Analisa da?	2016 (10 AGO)	2017 (11 AGO)	2018 (11 AGO)	Categoria
Rede Nacional de Aprendizagem	RENAPSI	Mapeada	Não	20%	36%	27%	Esporádica
Associação Irmão Joaquim	AIJ	Mapeada	Não	20%	9%	27%	Esporádica
Conselho Tutelar Norte	CT	Suporte	Não	30%	18%	36%	Esporádica
Conselho Tutelar Sul	CT	Suporte	Não	10%	18%	9%	Esporádica
Ação Social Arquidiocesana de Florianópolis	ASA	Observada	Sim	40%	18%	36%	Esporádica
Ações Sociais Amigos Solidários	ASAS	Observada	Sim	80%	27%	18%	Esporádica
Associação Beneficente, Educacional e Assistencial Gente Amiga	ABEAGA	Observada	Sim	70%	36%	18%	Esporádica
Associação de Surdos da Grande Florianópolis	ASGF	Observada	Sim	40%	9%	18%	Esporádica
Associação de Surf da Armação e Matadeiro	ASM	Observada	Sim	50%	36%	18%	Esporádica
Associação de Voluntários de Saúde do Hospital Infantil Joana de Gusmão	AVOS	Observada	Sim	10%	9%	9%	Esporádica
Casa Lar Emaús	CLE	Observada	Sim	20%	27%	9%	Esporádica
Centro Educacional Marista Lúcia Mayrvone	CEMLM	Observada	Sim	10%	55%	18%	Esporádica
Lar Fabiano de Cristo	LFC	Observada	Sim	20%	18%	9%	Esporádica
Associação Atlética Esportiva Infantil Vento Sul	AAEI Vento Sul	Desativada	Não	90%	18%	0%	Notáveis
Associação Cultural do Sul da Ilha	ACSI	Desativada	Não	80%	36%	0%	Notáveis
Núcleo de Ação Integrada - Mostra Infantil	NAI-MI	Desativada	Não	60%	9%	0%	Notáveis

Organização	Sigla	Status OBISF	Analisa da?	2016 (10 AGO)	2017 (11 AGO)	2018 (11 AGO)	Categoria
Associação Comercial e Industrial de Florianópolis	ACIF	Suporte	Não	60%	18%	0%	Notáveis
Conselho Regional Estadual Serviço Social de Santa Catarina	CRESS/SC	Suporte	Não	100%	18%	0%	Notáveis
Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna	SEOVE	Mapeadas	Não	20%	55%	0%	Notáveis
Fundação Hassis	Fundação Assis	Mapeadas	Não	70%	0%	0%	Notáveis
Instituto Esporte Social e Cidadania	IESC	Mapeadas	Não	70%	0%	0%	Notáveis
Instituto Pais e Bebês	IPB	Mapeadas	Não	50%	0%	0%	Notáveis
Associação Novo Alvorecer	ANA	Observada	Sim	70%	0%	0%	Notáveis
Casa Lar Luz do Caminho	CLLC	Observada	Sim	90%	27%	0%	Notáveis
Centro Cultural Escrava Anastácia	CCEA	Observada	Sim	70%	36%	0%	Notáveis

Fonte: Elaborado pela autora

Apêndice B – Organizações Satélites continua...

ORGANIZAÇÕES SATÉLITE		
Organização	Sigla	Grupo
Associação Amigos do Hospital Universitário	AAHU	Saúde
Associação Catarinense de Doenças Raras	ACDR & ACAMU	Saúde
Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade	APABB	Saúde
Associação dos Pacientes Renais de Santa Catarina	APAR SC	Saúde
Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos	AFLODEF	Saúde
Associação Saúde Criança	ASC	Saúde
Centro de Apoio a Vida Casa do Oleiro	CAVCO	Saúde
Centro de Valorização Humana Moral e Social	CEVAHUMOS	Saúde
Instituto Arco Íris	IAI	Saúde
Instituto de Audição e Terapia da Linguagem	IATEL	Saúde
Instituto Desenvolvimento Ensino e Assistência à Saúde	IDEA	Saúde
Instituto El Shaddai	CT El Shaddai	Saúde
Instituto Psi-Comunidade	IPC	Saúde
Lar Recanto do Carinho	LRC	Saúde
Orionópolis Catarinense	OC	Saúde
Associação de Pais e Amigos da Criança e do Adolescente	APAM Morro das Pedras	Direitos da Criança e do Adolescente - DCA
Casa dos Girassóis	CG	Direitos da Criança e do Adolescente - DCA
Fundação Hermon	FH	Direitos da Criança e do Adolescente - DCA
Fundação Vidal Ramos	FVR	Direitos da Criança e do Adolescente - DCA
Instituto Engevix	Instituto Engevix	Direitos da Criança e do Adolescente - DCA
Instituto Pe. Vilson Groh	IVG	Direitos da Criança e do Adolescente - DCA
Legião da Boa Vontade	LBV	Direitos da Criança e do Adolescente - DCA
Pastoral da Criança	PC	Direitos da Criança e do Adolescente - DCA
Associação Doce Mar	ADM	Educação
Creche Vó Inácia	CVI	Educação
Escola Municipal Osvaldo Galupo	EMOG	Educação
Instituto Artemio Paludo	IAP	Educação

Organização	Sigla	Grupo
Sociedade Amantes da Leitura	SOALE	Educação
Ação Social Paroquial de Ingleses	ASPI	Assistência Social
Assistência e Promoção Social Espírita/1ª União Regional Espírita	APSE 1ª URE	Assistência Social
Associação Horizontes	AH	Assistência Social
Associação dos Cronistas, Poetas e Contistas Catarinenses	ACPCC	Cultura
Federação Catarinense de Basquete	FCB	Esporte
Instituto Trama Ética	ITE	Empreendedorismo Social
Associação dos Consumidores do Estado de Santa Catarina	ACESC - Consumidor	Garantia de Direitos, Advocacy
Associação Imigrantes Grande Florianópolis	AIGF	Garantia de Direitos, Advocacy
Observatório Social de São José	OSSJ	Garantia de Direitos, Advocacy
Associação dos Amigos da Praça	AMAPRAÇA	Desenvolvimento Urbano e Comunitário
Associação dos Moradores do Campeche.	AMOCAM	Desenvolvimento Urbano e Comunitário
Associação Mobilidade por Bicicleta e Modos Sustentáveis	AMOBICI	Desenvolvimento Urbano e Comunitário
Conselho Comunitário da Ponte do Imaruí	CCPI	Desenvolvimento Urbano e Comunitário
União Florianopolitana de Entidades Comunitárias	UFECO	Desenvolvimento Urbano e Comunitário
Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo	CEPAGRO	Meio Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Ilhas do Brasil	Instituto Ilhas do Brasil	Meio Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Preserva	Instituto Preserva	Meio Ambiente e Sustentabilidade
Casa dos Conselhos de Balneário Camboriú	Casa dos Conselhos de BC	Conselho
Conselho Estadual da População Afrodescendente	CEPA	Conselho
Conselho Estadual de Cultura	CEC	Conselho
Conselho Habitação	CH	Conselho
Conselho Municipal de Assistência Social	CMAS	Conselho
Conselho Municipal de Assistência Social	CMAS	Conselho
Conselho Municipal de Educação	CME	Conselho
Conselho Municipal de Políticas Culturais de Florianópolis	CMPC	Conselho
Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial	COMPIR	Conselho
Conselho Municipal de Saúde	CMS	Conselho
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Florianópolis	COMSEAS	Conselho
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Florianópolis	CMDPD	Conselho
Conselho Tutelar Centro	CT Centro	Conselho

Organização	Sigla	Grupo
Conselho Tutelar Continente	CT Continente	Conselho
Conselho Tutelar Norte da Ilha	CT Norte	Conselho
Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina	COREN/SC	Categoria Profissional
Conselho Regional de Administração de Santa Catarina	CRA/SC	Categoria Profissional
Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 5ª Região	CREFITO10	Categoria Profissional
Conselho Regional de Psicologia Santa Catarina	CRP/12ª Região	Categoria Profissional
Centro de Referência em Assistência Social	CRAS - Canasvieiras	Equipamento Público AS
Centro de Referência em Assistência Social	CRAS Rio Tavares	Equipamento Público AS
Centro de Referência em Assistência Social	CRAS Rio Vermelho	Equipamento Público AS
Centro de Referência em Assistência Social	CRAS Capoeiras	Equipamento Público AS
Fórum do Morro da Cruz	FMC	Fórum
Fórum Estadual dos Usuários do SUAS	FEUSUAS	Fórum
Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina	FIESC/SESI	Ligado à indústria
Movimento Nacional População Rua	MNPR	Movimento
Movimento Negro Unificado	MNU	Movimento
Movimento Passe Livre	MPL	Movimento
Movimento Ponta do Coral	MPC	Movimento
Comissão Assistência Social da Ordem dos Advogados do Brasil	Comissão AS da OAB	OAB
Coordenação Juventude Negra Partido Socialista Brasileiro	Cord. Juventude Negra PSB	Partido
Floripa Inteligente	FI	Partido
Gabinete Vereador Afrânio Boppré (PSOL)	Ver. Afrânio Boppré	CMF
Gabinete Vereador Marcos José de Abreu (PSOL)	Ver. Marquito	CMF
Gabinete Vereador Dr Ricardo Camargo Vieira (PCDB)	Ver. Dr. Ricardo	CMF
Gabinete Vereador Prof. Lino Peres (PT)	Ver. Lino	CMF
Gabinete Vereador Maikon Costa (PSDB)	Ver. Maikon Costa	CMF
Gabinete Vereador Vanderlei Farias (PDT)	Ver. Lela	CMF
Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social	FPDAS	CMF
Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais.	NPMS	UFSC
Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular	NESSOP	UFSC
Núcleo de Estudos da Terceira Idade	NETI	UFSC
Agência de Comunicação	AGECOM	UFSC

Organização	Sigla	Grupo
Residência Multiprofissional em Saúde da Família	REMULTISF	UFSC
Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública	NISP	ESAG/UDESC
Secretaria Municipal de Assistência Social	SEMAS	PMF
Secretaria Municipal de Educação	SME	PMF
Secretaria Municipal de Transparência, Auditoria e Controle	SMTAC	PMF
Tribunal de Contas do Estado SC	TCE/SC	TCE
Ministério Público	MP/SC	MP

Fonte: Elaborado pela autora

Apêndice C – Roteiro entrevistas semi-estruturadas

Roteiro base das entrevistas semi-estruturadas
Como começou sua história com o FPPF? Você sabe a data que o FPPF foi fundado? como aconteceu a sua fundação? quais os incômodos percebidos na época? Quais as conquistas que o Fórum trouxe? Quais aprendizagens e incidências políticas? Você conhece outro Fórum Intersetorial como o FPPF? Qual a sua visão sobre a realidade atual do FPPF? o que deve ser no futuro próximos?

Fonte: Elaborado pela autora

Apêndice D – Planilha com o levantamento das cenas 1 para validação no Grupo Focal do dia 28 de maio de 2019

CENA 1: 2001 A 2005 - ANTECEDENTES E A CRIAÇÃO DO FÓRUM

CENÁRIO: Conselhos aprendendo a funcionar com a descentralização da política de assistência social à luz da constituição de 1998, lei de assistência social de 1993 e plano municipal de assistência social de 1996. Gestão Municipal Angela Amin (1997-2001/2001-2004).
CONTROVERSÍAS/O QUE MOBILIZA: Problemas com a organização, funcionamento e na garantia da incidência dos conselhos de políticas públicas. Preocupação com a baixa participação para garantia da paridade, com a garantia de estrutura para funcionamento, com o ritmo de trabalho, com a articulação, com a falta de planejamento, projeto e recursos, preocupação com diagnósticos, conferências e a garantia da execução das deliberações. Desafios na atualização das leis que regem o próprio funcionamento, regimento interno e publicização das ações e das agendas.

1988	1996	2001	2002	2003	2004
Constituição Federal	Plano Municipal de AS	Cartilha do Fórum Estadual de AS Ceará-FOEAS: Como instalar um Fórum de AS		Lei Orgânica do SUAS-Descentralização e Municipalização	Encontro da Sociedade Civil - Integrando Lutas Criança e Adolescente, AS e Educação (Criação do Fórum)
PROTAGONISTAS: Comissão Coordenadora: 1. CRESS - Kátia, 2. ASA – Marlete, 3. APP's de Florianópolis - Vanildo. Comissão de Políticas Públicas: 1. CRESS – Bety. 2. Grêmio Estudantil – Oziel, 3. MNMMR – Célio, 4. CEVAHUMOS – Milena, 5. CASA - Rosângela. Comissão de Mobilização: 1. Conselho Comunitário Agrônomo – João, 2. MNMMR – Babyton, 3. CIEE – Carlos, 4. Fundação Fé e Alegria do Brasil - Gerusa. Comissão de Finanças: 1. Obra Assistencial Dom Orione – Maria Clara CCEA – Darcy, GAPA - Cris.					
PRINCIPAIS PERSONAGENS: Catedral Metropolitana de Florianópolis (local do encontro), membros da sociedade civil cadastradas nos Conselhos de AS, Criança e Adolescentes e Educação. Célio Vanderlei Moraes que fez uma fala abordando o tema: “Papel e responsabilidade da Sociedade Civil na implantação, implementação das Políticas Sociais Públicas” e as 22 organizações que participaram deste encontro.					
QUESTÕES/DESDOBRAMENTOS:					
Qual o incômodo que levou ao encontro da sociedade civil integrando lutas?					
Quem organizou o encontro do Fórum?					
O Fórum foi fundado em 2004? Como?					
As comissões formadas conseguiram atingir os objetivos? A Carta de princípios foi elaborada ou só em 2007, quando observa-se nos registros?					
Se foi fundado este Fórum, por qual motivo, continuaram os Fóruns DCA e AS nos anos seguintes?					

Fonte: Elaborado pela autora

Apêndice E– Planilha com o levantamento das cena 2 para validação no Grupo Focal do dia 28 de maio de 2019

CENA 2: 2006 A 2010 – NASCIMENTO PARA O PÚBLICO E INSERÇÃO COMUNITÁRIA

CENÁRIO: Ano de Eleição Municipal 2008 (Gestão Dário 2005-2009/2009-2012). Readequação do SUAS, Fórum, Fórum DCA, CMAS e Rede Monte Cristo atuando com atores articulados em ambos os espaços, período em que se cria a Lei de utilidade pública municipal (2008), a lei de criação do CMDPD (2006). Surgem relatorias do Fórum com uma logo em formato de balão, participa como protagonista ou parceiro da eleição de mesa diretora CMDCA, Conselho Tutelar, CMAS (FECOMÉRCIO), Mesa diretora CMAS e CMI. Convites/debates: Fórum e Conferência DCA, Conferência CMAS, Conferência saúde mental na UFSC, Economia Solidária na ALESC e o Lançamento do Observatório Social de Florianópolis no MP e o 1º Seminário Nacional sobre atendimento Sócio Educativo- SINASE. Reuniões do Fórum acontecendo na ACIC, CRESS/SC e Lar Fabiano de Cristo.					
CONTROVERSÍAS/O QUE MOBILIZA: •Envolvimento/Relação com a Rede Articulada do Monte Cristo para responder à criminalização da comunidade pelas mídias e levar demandas para a Conferência Municipal de AS e Plano Diretor da Cidade. •Mobilizar outros conselhos para participarem do Fórum. • Incômodo com a estrutura e organização do CMAS. • Luta para garantir inclusão de usuários e movimentos na cadeira do CMAS. •Respeito e legitimidade com as decisões tomadas no Fórum (quanto à indicação de mesa diretora do CMDCA). • Tornar o Fórum um espaço plural. •Proposição de mudança no convênio das creches com PMF e ampliação de convênios com a SEMAS.					
2005	2006	2007	2008	2009	2010
	• Capacitação Gestão Comunitária pela Rede Monte Cristo. •Criação da Lei CMDPD	• 1ª Conferência do Monte Cristo e Marcha pela PAZ. • Carta de princípios do FPPF.	• PL 13092/2008 sobre alteração da Lei da criação do CMAS	• Fórum reelege para seu colegiado: Lar Fabiano de Cristo (Norma), ACIC e a Casa da Criança do Morro da Penitenciária. • Mobilização junto à CMF para aprovação do PL 13092/2008. •Mobilização para liberação Convênios e Edital do FIA. •Tensionamento sobre eleição mesa diretora CMDCA.	• Beth Bahia e Paulo Cezar Pereira assumem cadeira no CMAS 2010-2012 como representantes de usuário do SUAS. - Edelvan assume a vacância do suplente. •Coordenação Colegiada Provisória: Beth Bahia CRESS/SC e Iassana Lar Fabiano de Cristo • Mesa diretora CMAS Solange ACIC Presidente e Vanusa secretária - Usuários. •Denúncia gastos do FIA
PROTAGONISTAS: Beth Bahia, Edelvan, Norma. Em 2009 o Fórum reelege para seu colegiado: Lar Fabiano de Cristo (Norma), ACIC e a Casa da Criança do Morro da Penitenciária. Em 2010 elege: Beth Bahia CRESS/SC que assume coordenação colegiada provisória com a Iassana Lar Fabiano de Cristo					
PRINCIPAIS PERSONAGENS: ACIC, CRESS/SC, Lar Fabiano de Cristo (loais de reuniões), Fecomércio (local eleição CMAS), CMF, PMF. ENTIDADES COMPROMETIDAS (2009): CASA DA CRIANÇA, LAR FABIANO, ACIC, CEAFIS, OAV, ASA, AEBAS, CRESS, FÉ E ALEGRIA, ALFA GENTE. ENTIDADES QUE COMPÕE O FÓRUM (2009): AEBAS, APAE, LAR FABIANO DE CRISTO, CEVAHUMUS, CEAFIS, ASSISTÊNCIA SÃO LUIZ, ASAS, VENTO SUL, ASA, ALFAGENTE, OSCOPAC, APAM, SEEDE, AÇÃO SOCIAL DOS INGLESES, ACOJAR, LBV, IATEL, ACIC, CASA, FÉ E ALEGRIA, UCE, CASA DA CRIANÇA DO MORRO DA PENITENCIÁRIA, CRESS, OAB. Prefeito Municipal. TCU, AFLOV, CMAS, Sindicato de Psicologia, SEMAS, SME, FIA, CMDCA, SENTINELA, CEDCA, Conselho Tutelar					
QUESTÕES/DESDOBRAMENTOS: Quando se forma a rede monte cristo? Qual a relação do Fórum com a rede monte cristo? Ela continua? Quais os desdobramentos? Esse período de 2005 à 2008 o Fórum está sob a coordenação da Norma? Ela foi a 1ª coordenadora do FÓRUM? Ela também está na coordenação do Fórum DCA! O Fórum foi criado em 2004 ou 2006? A carta de princípios de 2007 foi a primeira ou já era uma atualização?					

Fonte: Elaborado pela autora

Apêndice F– Planilha com o levantamento das cena 3 para validação no Grupo Focal do dia 28 de maio de 2019 continua...

CENA 3: 2011 A 2016 – CONSOLIDAÇÃO INSTITUCIONAL

CENÁRIO: Momento de se obter clareza sobre o que somos!!! Fórum pensa a Si Mesmo, Se Reinventa, Se Transforma!. Momento em que há uma forte presença da discussão sobre o reordenamento do SUAS que atinge diversas políticas e resulta em inúmeros desdobramentos (tratamento dependência química, política idoso, da mulher, contratação de servidor público, equipamentos da rede SUAS, etc. Período em que coincide com a Gestão da Beth Bahia (2010 a 2016) e com anos de eleições municipais 2012 e 2016 (Gestão Dário 2009-2012 e César Souza Jr. 2013-2016). Fórum já existe há 7 anos, já possui atas detalhadas com livro de presença, possui logo nova com dois nomes: qual é o nome certo? Criação de blog para ampliar campanha pelo 10% de recurso para o SUAS municipal, e atualiza sua carta de princípios em 2013 e 2016. Possui reuniões fixas no CRESS/SC e endereço de correspondência no CCEA até 2012, em 2013 reuniões no centro de educação continuada, 2014 na Secretaria estadual de educação e, em 2015, as reuniões passam a acontecer no CIEE, e assim é até hoje. Discute-se sobre os procedimentos e dinâmicas de reuniões do fórum. Fórum participa como protagonista ou apoiador das eleições: CMDCA 2012-2015 e 2015-2017, CMAS 2014-2016 e 2016-2018 e Mesa Diretora de ambos, CMI 2015-2017, Eleição Conselho Tutelar 2015, e elege representações como organização de usuários do SUAS, bem como representação na comissão do FIA no CMDCA. Recebe visita do secretário da semas: Alessandro Balbi Abreu, contudo, realiza denúncia sobre a passagem de 9 secretários na SEMAS na Gestão do Prefeito César Souza Jr. Mobilização intensa por orçamento para o SUAS participando de audiências públicas da LDO e da LOA.

CONTROVERSIAS/O QUE MOBILIZA: •Fórum passa a atuar como mediador e promove diálogo com poder público. •Começa a surgir estabilizações institucionais graças a ação do Fórum, exemplo: Fórum atua como formador para esclarecer a questão do trabalho infantil x Jovem aprendiz. • Há uma preocupação com a organização e funcionamento dos diversos conselhos. Reordenamento SUAS exige contratação de servidor, colocando em cheque a AFLOV e mobilizando concursados que estavam a espera de serem chamados. Recebe denúncia sobre o CRETA. Ano eleitoral e a polêmica de não poder dar posse a novos conselheiros CMDCA e CMI e não poder fazer repasses dos recursos FIA pelo mesmo motivo. Sobre a gestão do FIA há polêmica sobre ser permitido ou não o uso de recurso pela própria gestão municipal, exigiu-se transparência extrato bancário e houve denúncia de uso incorreto ao MP. Problema de doações ao FIA que levaram à malha fina da Receita Federal. Polêmica sobre o o "Prêmio Prefeito Amigo da Criança" pela ABRINQ. Conselho Tutelar se articula no Fórum, há denúncia contra conselheiro, atualização do ECA e da lei de eleição de conselheiros tutelares que ocorre em 2015, fazem denúncias e greve sobre a condições de trabalho, sobre a falta de vagas em creches e para tratamento saúde mental para crianças e adolescentes, registrando insatisfação com o distanciamento entre Conselheiros Tutelares e Conselheiros do CMDCA.

2011	2012	2013	2014	2015	2016
• Criação de grupo de e-mail. • Criação do Blog do Fórum. • Criação da Frente Parlamentar em Defesa do SUAS no município: Lei orgânica de AS do Município com percentual mínimo de 10% para o SUAS. - Resolução	• Eleição CMDCA com atualização de lei de criação. • PMF anuncia que não pode dar posse à conselheiros eleitos e nem liberar recursos do FIA por ser ano eleitoral. • Anúncio de Recriação do Fórum DCA. • ELEIÇÃO COLEGIADO FÓRUM. • Lei	• ELEIÇÃO COLEGIADO FÓRUM. • Recebe visita do secretária da semas: Alessandro Balbi Abreu. • Atualização Carta de Princípios do FPPF • Criação do COMSEA/Fpolis. • Surge a ideia da Casa dos Conselhos e da Secretaria de Direitos Humanos aproveitando que inicia nova gestão	• Denúncia anônima no MP sobre irregularidades eleição CMAS 2014-2016 - Fórum representando Usuário. • Começa a ser discutido o MROSC a partir dos conselheiros da CMAS, formação GT do MROSC.	• Criação da Comissão DCA. • ELEIÇÃO COLEGIADO FÓRUM (Edelvan passa em concurso). • Resolução obrigatoriedade de participação no fórum para captar recurso fia • Falta de adequações na LEI CMAS conforme orientação nacional. • Aprovação com	• Atualização da Carta de Princípios que muda o nome para Regimento Interno do Fórum. • Planejamento do FPPF. • Carta Compromisso com demandas de 12 conselhos aos candidatos à Prefeitura. • Eleição de nova Coordenação Colegiada: Cíntia Moura

CMAS 231/2011 baseia novas e atuais atualizações de inscrições. Início do atraso de 2 parcelas das OSCs conveniadas com a SEMAS. Criação de Defensoria Pública.	12.696/2012 atualiza ECA e as eleições de conselheiros tutelares.	com reforma administrativa.	ressalvas do Plano Municipal Decenal da DCA. Edital Saldo remanescente com 50% casa de acolhimento e 50% as demais instituições. • Entrega da CASA DOS CONSELHOS com a presença do Prefeito.	Mendonça e colegiado do FÓRUM: 2016- 2018. •Prefeito apresenta nova lei SUAS sem a garantia do percentual mínimo.
PROTAGONISTAS: Beth Bahia, Edelvan, Norma. Em 2009 o Fórum reelege para seu colegiado: Lar Fabiano de Cristo (Norma), ACIC e a Casa da Criança do Morro da Penitenciária. Em 2010 elege: Beth Bahia CRESS/SC que assume coordenação colegiada provisória com a Iassana Lar Fabiano de Cristo. Gestão colegiado do Fórum: 2012-2014: Beth Bahia, Fernando ASA, Edelvan CCEA, Scheila casa de acolhimento Semente Viva, Tereza gabinete do vereador Ricardo, Veronice Casa da Criança do MP e Isaac No Drogas. ELEIÇÃO COLEGIADO DO FÓRUM 2013- 2015: Beth Bahia CRESS/SC, Scheila ACAJE, Edelvan CCEA, Solange Bueno ACIC, Paulo Cezar Pereira CEAFIS, Renata ICOM e Franciele APAE. ELEIÇÃO COLEGIADO DO FÓRUM 2015 ampliação e vacância fórum, somam: Cleusa CDI e Lourival Jaime Vieira Filho do CREFITO. ELEIÇÃO COLEGIADO DO FÓRUM 2015- 2017: Beth Bahia CRESS/SC, Scheila ACAJE, Renata Pereira ICOM, Solange Bueno ACIC, Lisiane Bueno CIEE, Luzia Arminda da Rosa Usuária SUAS, Maria do Carmo Pereira CEAFIS, Cíntia AEBAS e Carmem Souto Pastoral do Idoso. ELEIÇÃO COLEGIADO DO FÓRUM 2016- 2018: Cíntia Mendonça AEBAS, Scheila ACAJE, Solange da Silva Usuária SUAS, Guilherme Murara FUCAS, Tony Vieira ASM, Eleonora Kaczur COMOSG, Renata Pereira ICOM, Carmen Souto Pastoral do Idoso, Beth Bahia CRSS/SC e ACELBRA/SC.				
PRINCIPAIS PERSONAGENS: MP, TCE, Defensoria Pública, Poder Executivo (SEMAS e SME) e Câmara Municipal com Vereador Ricardo, Vereadora Roseli,				
PRINCIPAIS PERSONAGENS: MP, TCE, Defensoria Pública, Poder Executivo (SEMAS e SME) e Câmara Municipal com Vereador Ricardo, Vereadora Roseli, QUESTÕES/DESDOBRAMENTOS: Indisposição gerada em 2012 pelo posicionamento de não participação no CMDCA foi geradora da recriação do FÓRUM DCA? Por que não é citado em 2013? Foi ó uma ideia (2015 cria-se a comissão DCA no fórum). Qual era o funcionamento interno de gestão para garantia dos encaminhamentos? Como surgiu a ideia de incluir resolução com a obrigatoriedade de participação no Fórum para quem quisesse pleitear recursos do FIA? Quais os desdobramentos do processo no MP sobre irregularidade de candidatura do Fórum como usuário? Depois do ocorrido, foi criado o Fórum dos usuários do SUAS no município?				

Fonte: Elaborado pela autora

Apêndice G– Planilha com o levantamento das cena 4 para validação no Grupo Focal do dia 28 de maio de 2019

CENA 4: 2017 A 2018 – A RESISTÊNCIA

CENÁRIO: Tempos de inúmeras ações de resistência em união com parceiros. Esse período é marcado com o início de uma nova gestão institucional do FPPF, do processo de implementação do MROSC dos municípios e com o início de um novo governo municipal que inicia sua gestão em um cenário nacional de pós-impeachment presidencial. Gestão que passou por crise institucional interna e externa, por auto avaliação, por formação de parcerias para fortalecer as ações do Fórum, diálogos e estratégias de tensionamento com a Gestão Municipal, com Vereadores, com Ministério Público e outros conselhos. Momento em que foram publicadas moções de repúdios e foram tomadas ações de formação ampliada sobre temas controversos e denúncias ao MP. Houve atualização da logo, dos canais de comunicação nas redes, houveram publicações em jornais, entrevistas, elaboração de relatórios de atividades detalhados 2016, 2017 e 2018. Tentativas de potencializar força coletiva com quem resistiu para amplificar as ações do colegiado do Fórum. Muitas dificuldades de gestão em meio à grande polarização política que se consolidou na eleição à Presidência do Brasil. Baixa participação das OSCs nas plenárias, na medida que os conflitos eram estabilizados. Criação das Comissões Permanentes (Educação, Saúde, Assistência Social, Auditoria da Dívida Pública e Comissão Intersetorial dos Conselhos Municipais).

CONTROVERSÍAS/O QUE MOBILIZA: questões polêmicas que dividiram a opinião pública, tais como: Pacote com 40 medidas apresentado em caráter de urgência para aprovação da CMF que culminou, entre outras, na maior greve de servidores públicos, na perda de benefícios para quem fazia tratamento nos CAPS, Políticas de higienização com pessoas em situação de rua, tentativa de corte em 50% dos recursos repassados à entidades conveniadas, de mudança de narrativa sobre a política do SUAS, tal como a pasta ser gerida pela 1ª dama do município, que depois passou para uma advogada que levou a pasta de forma “legalista”, houve ainda a criação da SOMAR Floripa, muito contestada pelas OSCs, novos conselhos de desenvolvimento com fundo orçamentário sendo apontado pelo prefeito como conselhos sem ideologia, houve ainda uma ruptura no processo de participação do FPPF na construção do decreto que foi publicado e amplamente questionado durante o ano de 2017, onde a luta maior foi impedir o esvaziamento dos conselhos de políticas devido a um artigo incluso que impedia a participação de OSCs que recebessem recursos ou que pleiteassem recursos públicos, fato que gerou enorme desgaste na resolução, tendo o Fórum, como mediador, na realização de encontros de formação, de reuniões com gestores municipais, vereadores e com organização para entrada de um mandado de segurança contra o referido decreto e no apoio a criação de decreto legislativo pedindo anulação do decreto executivo que regula o MROSC no município. Houve a recriação da Frente Parlamentar em defesa do SUAS que incidiu sobre a questão do MROSC, mas não conseguiu garantir a atualização da lei da CMAS e da Lei do SUAS municipal. Em 2018, questão das INSTITUIÇÕES CONVENIADAS E O PÚBLICO PRIORITÁRIO, pois no contrato prevê o atendimento de 50% público prioritário, encaminhamento pelo CRASS e PAIF, sendo que público de transferência de renda não é público prioritário, para o município. Há controvérsias já que considera-se que todas as crianças que as instituições atendem fazem parte do público prioritário, mas quem declara, conforme a Política é somente o CRAS.

Fonte: Elaborado pela autora

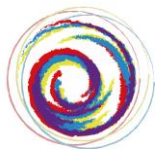
Apêndice H – Antecedentes do FPPF



Fonte: elaborado pela autora

ANEXOS

Anexo A – Questionário OBISF



Todas as análises do Observatório de Inovação Social de Florianópolis objetivam promover a interação e a aprendizagem coletiva no ecossistema de inovação social de Florianópolis, com vistas a ampliar seu impacto, minimizando os problemas públicos existentes na cidade de Florianópolis.

Seus dados serão utilizados para fins de pesquisa e atendimento dos objetivos do Observatório de Inovação Social de Florianópolis.

Eu, _____ autorizo o uso dos dados da organização que represento na plataforma supra citada.

Formulário para mapeamento de iniciativas de inovação social do EIS

1) Cadastro

- a. Nome
- b. Sigla
- c. E-mail
- d. Contato
- e. Site
- f. Telefone
- g. Data de início
- h. Endereço
- i. Bairro

2) Tipo de iniciativa

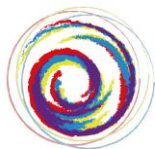
- a) Associação
- b) Coletivo informal
- c) Cooperativa
- d) Empreendedor pessoa física
- e) Empresa com missão social e ambiental
- f) Fundação
- g) Movimento social
- h) Plataforma ou aplicativo
- i) Programa de empresa ou RSC
- j) Programa Governamental
- k) Programa OSC
- l) Programa Universitário
- m) Projeto
- n) Rede
- o) Outros (descrever)

3) Principais promotores da iniciativa (pessoas, grupos ou instituições que fundaram/criaram a iniciativa, além de como e quando ela surgiu)

Não se trata de quem dirige atualmente a organização, mas de quem a fundou

4) Causa que atua, aponte 1 e 2 as duas causas principais da iniciativa que se relacionam com o problema público e público-alvo. Aponte em 3 a causa mais ampla em que se insere a iniciativa (gestão urbana, assistência social, defesa de direitos, meio ambiente).

- a. Assistência social
- b. Ativismo e mobilização política
- c. Consumo Consciente
- d. Cultura
- e. Defesa de direitos
- f. Desenvolvimento Comunitário
- g. Direitos das crianças e adolescentes
- h. Direito dos animais
- i. Educação
- j. Energias renováveis
- k. Esporte
- l. Gênero
- m. Gestão das águas e saneamento
- n. Gestão de resíduos e reciclagem
- o. Gestão urbana
- p. Igualdade racial
- q. Inclusão de pessoas com deficiência
- r. Meio ambiente e biodiversidade
- s. Moradia
- t. Saúde
- u. Segurança
- v. Segurança Alimentar e Nutricional
- w. Trabalho e renda
- x. Transporte e mobilidade
- y. Uso de tecnologia para mudança social
- z. outra (descrever)



5) Público-alvo (pessoas, coletivos ou organismos beneficiados pelas atividades da iniciativa), aponte as três principais por ordem de importância, marcando 1 para a principal

- a. Adultos
- b. Animais domésticos
- c. Associações
- d. Coletivos informais
- e. Comunidades
- f. Cooperativas
- g. Crianças e adolescentes
- h. Empreendedor pessoa física
- i. Empresa com missão social
- j. Empresa privada
- k. Famílias
- l. Fauna
- m. Flora
- n. Fundações
- o. Governo
- p. Idosos
- q. Jovens
- r. Movimentos Sociais
- s. Mulheres
- t. Pessoas com deficiência
- u. Redes
- v. Outros (descrever)

6) Públicos mobilizados (indivíduos e coletivos, além do público-alvo, que se mobilizam, engajam em torno da iniciativa que está sendo observada no momento em que realiza as suas atividades visando responder às situações problemáticas).

podem ser voluntários, escolas, famílias, governo etc., todos os públicos mobilizados para além do público-alvo

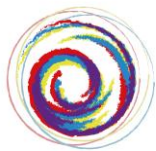
7) Principais Problemas Públicos que visam responder (os problemas públicos devem ser detalhados, indicando a área específica ou “situação problemática” que a iniciativa pretende responder ou enfrentar. Poderão ser apontados os públicos – quantidade – que sofrem com os problemas e a localidade).

*Cuidar para não inserir aqui a resposta/solução para a problemática

8) Problemas Públicos (problema que engloba a situação problemática)

- a. Discriminação Racial
- b. Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Jovens
- c. Questões de educação e cultura
- d. Poluição das águas e falta de saneamento básico
- e. Mobilidade
- f. Questões de Saúde
- g. Insegurança e criminalidade
- h. Questões Ambientais
- i. Crescimento Populacional Acelerado
- j. Precariedade Institucional e de gestão na esfera pública
- k. Segurança alimentar e nutricional
- l. Falta de oportunidade de geração de trabalho e renda
- m. Vulnerabilidade de pessoas com deficiência
- n. Lixo e resíduos sólidos urbanos
- o. Desigualdades de gênero

8) Respostas ou soluções colocadas em prática para responder ao problema público (descrever as atividades concretas que a iniciativa coloca em prática para responder à “situação problemática” que visa responder. Podem ser listados projetos, ações ou atividades desenvolvidas pela iniciativa, bem como públicos atendidos – número de pessoas, coletivos, famílias ou outros – e periodicidade)



9) Mensuração dos resultados

a. ação:

- ☐ serviço de atendimento no contraturno escolar
- ☐ acolhimento
- ☐ creche
- ☐ fortalecimento de vínculos

b. número (de crianças, adolescentes, jovens contemplados):

c. medida:

- ☐ unidade

c. tipo:

- ☐ criança 0-5
- ☐ criança 6-12
- ☐ adolescente 13-16
- ☐ adolescente 17-19
- ☐ jovem 20-24

d. bairro

e. ano:

10) Utiliza tecnologias específicas? (tecnologia que é utilizada com frequência pela iniciativa para execução de suas atividades, como aplicativos, software ou mídias sociais por ex.)

☐ Sim

☐ Não

Quais?

11) Utiliza metodologias específicas? (métodos particulares que são utilizados com frequência nas atividades, exemplos: metodologia psicopedagógica, metodologia de mutirões, design *thinking*, tecnologia social ou outras)

() Sim

() Não

Quais?

12) Possui incidência na esfera pública (incidência na ação pública seja na comunidade, no governo, nas políticas ou programas públicos, por meio de campanhas, ação na comunidade, junto ao governo, políticas ou programas públicos, conselhos de política, fazendo advocacy – defesa de direitos, manifestações, petições virtuais)

() Sim

() Não

Se sim, descreva **como se dá essa incidência** na prática (como ocorreu, qual a periodicidade, em qual espaço e quais os públicos envolvidos)

13) Financiadores. Quem financia a iniciativa (investidores públicos e/ou privados que dão dinheiro ou produtos/serviços para a iniciativa)

14) Suportes. (atores de suporte da plataforma que dão apoio técnico, formação ou outras atividades de suporte)



Uma plataforma digital e colaborativa desenvolvida pelo NISP – Núcleo de Inovação Social e Esfera Pública e o Núcleo STRATEGOS, ligados ao programa de Pós-graduação em Administração da ESAG/UDESC.

15) Parceiras. Quais iniciativas de inovação social já são suas parceiras?

**Anexo B – Questionário sobre Participação no Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis
(FPPF)**

Pesquisa sobre Participação no Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis (FPPF)

Prezado e prezada,

Este questionário tem como objetivo analisar a participação dentro do Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis (FPPF). É parte de pesquisa desenvolvida no âmbito do Observatório de Inovação Social de Florianópolis (OBISF). Contribui para o trabalho final de Curso de Administração Pública da ESAG- UDESC do acadêmico André Manoel e para a dissertação de Cintia Moura Mendonça do programa de mestrado acadêmico em Administração da mesma instituição.

As respostas serão utilizadas para fins acadêmicos e para contribuir com o FPPF, a identidade do respondente será preservada.

O tempo médio de resposta é de 4 minutos.

Agradecemos pela colaboração!

***Obrigatório**

1. Você participa ou já participou em algum momento do Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis *

Marcar apenas uma oval.

☐

Sim

☐

Não

Pare de preencher este formulário.

Participação no Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis

2. 1. Marque a opção que melhor descreve a forma como você e/ou a organização que representa passou a participar do FPPF. *

Marcar apenas uma oval.

☐

Participo como voluntário, pois tenho disponibilidade e posso representar outros que podem ter interesses parecidos com os meus, mas decidem não participar.

☐

Participo por ser inscrito em algum conselho, ser conselheiro de política pública, estar envolvido na implementação de alguma política pública, receber algum recurso municipal ou, de alguma forma, por estar interessado nas questões das políticas públicas municipais.

☐

A organização que participo foi sorteada aleatoriamente numa lista para participar do fórum.

☐

Soube da existência do fórum, da data das assembleias e resolvi participar por conta própria.

☐

Fui convidado a participar por fazer parte de um grupo que é pouco ouvido ou que pouco participa de outros fóruns/ espaços de participação junto às políticas públicas.

☐

Outro: _____

3. 2. Marque a opção que melhor descreve o principal motivo pelo qual você participa do FPPF. *

Marcar apenas uma oval.

☐

Porque nós, como sociedade civil, a partir do FPPF, devemos controlar e fiscalizar a atuação do governo para que ele cumpra com o seu papel de prover as políticas públicas e os direitos do cidadão.

☐

Porque tenho um dever cívico em preocupar-me e ocupar-me das questões que são discutidas no FPPF.

☐

Porque a participação no FPPF pode auxiliar, através da ação conjunta com o poder público, na manutenção de direitos e de políticas públicas no município.

☐

Porque os conselhos de políticas públicas do município necessitam de apoio para que funcionem de maneira mais efetiva.

☐

Porque a atuação no fórum é importante para garantir a sustentabilidade das organizações da sociedade civil.

☐

Outro: _____

4. 3. Marque a opção que melhor descreve a comunicação e tomada de decisão no FPPF. *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nas assembleias e eventos do FPPF muitas vezes tenho oportunidade de dizer aquilo que penso sobre as políticas e questões públicas.
- ☐ Nas assembleias e eventos do FPPF, a partir do que cada participante traz como desejo ou expectativa, buscamos encontrar uma alternativa para encaminhar o que há de comum. As decisões partem do que cada um traz individualmente.
- ☐ Nas assembleias do FPPF, discutimos e construímos juntos alternativas de ação. Trocamos experiências e percepções e tomamos decisões. Há acesso a materiais que nos trazem informações, que são educativos, trocam-se experiências e percepções para que se desenvolvam as visões e se tomem as decisões a partir daí.
- ☐ Nas assembleias e eventos do FPPF o que mais faço é ouvir a respeito de políticas e questões públicas.
- ☐ Nas assembleias e eventos do FPPF, tenho a oportunidade de discutir e aprender sobre as políticas públicas para a partir daí formar minha opinião.

5. Marque a opção que melhor descreve a relação da atuação do FPPF com a gestão das políticas públicas no município de Florianópolis. *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Aquilo que é feito pelo FPPF influencia na gestão das políticas públicas, mas de maneira indireta. As discussões, decisões e encaminhamentos mobilizam e influenciam a opinião pública que exerce pressão sobre os gestores públicos em sua tomada de decisão.
- ☐ Em relação ao que é discutido, decidido e encaminhado no FPPF, tenho pouca ou nenhuma expectativa de que influencie na gestão das políticas públicas.
- ☐ Os gestores públicos do município se propõem a ouvir o que diz o FPPF e consideram o resultado de suas discussões quando tomam decisões.
- ☐ Os gestores públicos e o FPPF se juntam para fazerem planos, traçarem estratégias e agirem em conjunto, gerindo em parceria as políticas públicas.
- ☐ O FPPF tem autoridade direta sobre a gestão das políticas públicas no município.

6. Você já representou alguma organização no FPPF? Se sim, qual?

7. Qual a sua idade?

8. Qual o seu gênero?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino
- ☐ Prefiro não dizer
- ☐ Outro: _____

9. Qual a sua escolaridade?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Ensino Fundamental Incompleto
- ☐ Ensino Fundamental Completo
- ☐ Ensino Médio Incompleto
- ☐ Ensino Médio Completo
- ☐ Ensino Superior Incompleto
- ☐ Ensino Superior Completo

**Anexo C – 1ª Carta de Princípios do Fórum Municipal de Políticas Públicas de Florianópolis
2007**



FÓRUM MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE FLORIANÓPOLIS - SC

CARTA DE PRINCÍPIOS

Princípios Norteadores de Funcionamento

1 – Natureza

O FÓRUM MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE FLORIANÓPOLIS, é uma articulação municipal de entidades não governamentais de luta pelos direitos de todos os usuários da Assistência Social, e do Direito da Criança e do Adolescente aberto à cooperação com Entidades Governamentais e não Governamentais, nacionais e internacionais, para consecução de seus objetivos em conformidade com a Lei municipal nº 3.794.

Tem caráter Consultivo quando propõe políticas de promoção e garantia de direitos.

Tem caráter Eleitor quando organiza assembleias eletivas do CMAS e CMDCA

Tem caráter articulador quando apóia, assessora e mobiliza a sociedade civil.

2 – Princípios Fundamentais

2.1 Compromisso com os dispositivos Constitucionais e com as normativas nacionais e internacionais para garantia dos direitos da Criança e do Adolescente.

2.2 Trabalho solidário, como instrumento de potencialização das capacidades e de superação das limitações das Entidades-Membro do Fórum Municipal.

2.3 Respeito à identidade, à autonomia e à dinâmica própria de cada Entidade- Membro.

2.4 Espaço privilegiado de articulação da Sociedade Civil para consecução dos direitos da Criança e do Adolescente.

3 – Objetivos

Geral: Promover a articulação da sociedade civil para promoção, defesa e garantia dos direitos de todos os usuários da criança e do adolescente.

Específicos: Constituir-se em apoio, assessoria, retaguarda e avaliação das ações realizadas para implementação da política de Assistência Social em todos os seus segmentos.

3.1. Contribuir para que a família, a sociedade e o Estado cumpram o dever constitucional de assegurar com “absoluta prioridade” os direitos da Criança e do Adolescente.

3.2. Ser instrumento de socialização das experiências, de vigilância e pressão para o cumprimento da lei e de denúncia da violação dos direitos.

3.3. Promover e dar unidade ao processo de implementação do ECA, ESTATUTO DO IDOSOS e outros documentos que promovam direitos dos cidadãos.

3.4. Realizar análise conjunta e eficaz, no sentido de buscar mecanismos que coíbam as irregularidades no funcionamento dos diversos Conselhos constituídos nesta cidade

3.5. Viabilizar estudo e pesquisa sobre a infância e adolescência do Município para poder contribuir propositivamente com o CMDCA, CMAS, CONSELHO DO IDOSO, e outros que venham a ser constituídos na ampliação e implementação de Políticas Públicas voltadas a esta população..

3.6. Ser referência política nos diversos CONSELHOS MUNICIPAIS.

3.7. Eleger entidades da sociedade civil para compor os CONSELHOS MUNICIPAIS.

3.8. Constituir-se em órgão consultivo dos Conselhos Municipais sugerindo as políticas a serem adotadas no Município bem como, auxiliar na implantação das mesmas.



FÓRUM MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE FLORIANÓPOLIS - SC

4 – Estratégias

- 4.1 Promover ações articuladas em favor dos direitos da Criança e do Adolescente, das Entidades-Membro, desenvolvidas em consonância com o ECA.
- 4.2 Apoiar e divulgar as ações das Entidades- Membros.
- 4.3 Acompanhar projetos de lei, decretos, portarias e demais normativas junto aos três poderes em nível Municipal, Estadual e Federal.
- 4.4 Buscar apoio das universidades através das unidades de estudo e pesquisa e categorias profissionais para ampliar conhecimentos da realidade do Município e das políticas públicas
- 4.5 Divulgar as ações de implementação do ECA, ESTATUTO DO IDOSOS e outros documentos que promovam direitos dos cidadãos, nos meios de comunicação social.
- 4.6 Acompanhar sistematicamente ações de sociedade civil nos Conselhos.
- 4.7 Denunciar, junto aos meios de comunicação, violações dos direitos dos cidadãos.
- 4.8 Integrar-se ao Fórum da Grande Florianópolis.
- 4.9 Criar um boletim informativo.
- 4.10 Construir e manter mecanismos de monitoramento ao funcionamento do Conselho de Direito.
- 4.11 Propor e fiscalizar as alterações e reformas no panorama legal relativo à infância e à adolescência; .
- 4.12 Apoiar o reordenamento institucional dos organismos públicos e particulares com atuação no campo da Criança e do Adolescente.
- 4.13 Proporcionar momentos de troca de experiências.
- 4.14 Conhecer gradativamente e com maior profundidade toda a rede de mecanismos da sociedade, inclusive as Políticas Públicas, em todos os níveis, de forma a acompanhar os impactos sobre os Direitos dos cidadãos.

5 – Dos membros

- 5.1 Poderão integrar o Fórum DCA Entidades Não Governamentais , que incluam entre suas atividades a participação e atuação no sistema de garantia de direitos (promoção, controle e defesa) e, comprometam-se a seguir os princípios desta carta.
- 5.2 Para o ingresso das Entidades - Membro no Fórum Municipal será observados os seguintes requisitos: estarem legalmente constituídas; não possuírem fins lucrativos; comprovar trabalho direto ou indireto com crianças e adolescentes; tratando-se de entidades com trabalho direto, atenderem aos requisitos específicos de cada programa que desenvolvem.
- 5.3 – A adesão será feita através de formulário disponibilizado pela coordenação do Fórum.
- 5.4 - Será excluída a Entidade que tiver três (03) ausências consecutivas ou seis (06) alternadas não justificadas, na realização de Assembléias, nas reuniões do Secretariado e nas reuniões do Colegiado deste Fórum.

6 – Organização Mínima

São instâncias de funcionamento do Fórum a Assembléia Geral, o Colegiados e o Secretariado.

- 6.1 **Assembléia Geral** – É a instância máxima de deliberação do Fórum e incumbe-se de:
 - 6.1.1. Deliberar por maioria simples as políticas públicas publica e definir as diretrizes de ação.
 - 6.1.2. Eleger Entidades **Não- Governamentais** para compor os Conselhos de Assistência Social e da Criança e dos Adolescente , não podendo o representante exercer cargo público comissionado em serviço público, ser funcionário público ou estar à disposição pelo Estado.
 - 6.1.3. Eleger o Secretariado Municipal;
 - 6.1.4. Reunir-se ordinariamente uma vez por ano e em caráter extraordinário quando convocada pelo Secretariado ou por 2/3 das Entidades –Membro do Fórum.



FÓRUM MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE FLORIANÓPOLIS - SC

Parágrafo único: Cada Entidade Membro tem direito a um único voto e uma Entidade não pode representar outra.

6.2 **Colegiado** – É a instância de apoio e funcionamento do Fórum.

Compete aos Colegiado:

- 6.2.1 Reunir-se mensalmente junto ao Secretariado do Fórum
- 6.2.2 Definir estratégias de funcionamento dos Conselhos
- 6.2.3 Contribuir na publicização das ações dos Conselhos junto à sociedade civil.

6.3 **Secretariado Municipal** - É a instância executiva do Fórum, **formada por 04 entidades, sendo duas responsáveis pelos assuntos ligados à criança e adolescente e duas relacionadas à assistência social**, indicado entre as entidades adesas de âmbito Municipal. Competindo-lhe:

- 6.3.1. Cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembléia Geral.
- 6.3.2. Representar o Fórum sempre que necessário.
- 6.3.3. Realizar todas as tarefas relativas à coordenação das atividades programadas.
- 6.3.4. Acompanhar, organizar e apoiar o Colegiado.
- 6.3.5. Fazer repercutir as ações do Fórum-
- 6.3.6. Preparar e coordenar as Assembléias.
- 6.3.7. Reunir-se uma vez por mês e extraordinariamente sempre que for necessário

7 – Sanções do Fórum

7.1 O Colegiado do Fórum por seu Secretariado pode instaurar processo disciplinar de ofício ou mediante representação dos interessados.

7.2 **Serão consideradas infrações e irregularidades:**

- a) **Voto contrário à decisão do Fórum nas plenárias do Conselho**
- b) **Faltas nas plenárias em dia de votação de matéria importante**
- c) **Duas faltas consecutivas no Fórum e nos conselhos**
- d) **Quaisquer ações que desconsidere as deliberações deste Fórum após as mesmas serem aprovadas pelos membros.**
- e) **Outras que forem indicadas pelo colegiado ou membros.**

7.3 O Colegiado do Fórum é competente para orientar e aconselhar sobre ética e disciplina, respondendo a consultas e julgar processos disciplinares, sempre calcado nesta Carta de Princípios.

7.4 Identificadas irregularidades ou inobservâncias dos preceitos estatuídos na Carta de Princípios, deve o Colegiado, por seus Secretariado:

- 7.4.1 Notificar a Entidade relatando denúncia ou infração, podendo determinar o afastamento da mesma até final de apreciação do caso.
- 7.4.2 Aguardar defesa da Entidade, que encaminha por escrito no prazo de 15 dias da data do recebimento da notificação.
- 7.4.3 Receber a defesa da Entidade, marcar dia e hora para, em reunião com todo o Colegiado para apreciar a situação.
- 7.4.4 Determinar e comunicar à Entidade audiência com todo o Colegiado para decidir por votação, estando ou não presente representante da Entidade..
- 7.4.5 A Entidade que for afastada do Fórum submete-se às sanções:



FÓRUM MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE FLORIANÓPOLIS - SC

- 7.4.5.1 Impedimento de candidatar-se por duas eleições.
- 7.4.5.2 Afastamento imediato do Conselho que representa.

7.4 Compete ainda ao Colegiado do Fórum:

- 7.4.1 Instaurar, de ofício, processo competente sobre Ata ou matéria que considere passível de configurar, em tese, infração a princípio ou norma de ética.
- 7.4.2 Organizar e apreciar processo interno de Entidade infratora, obedecendo aos requisitos :
 - 7.4.2.1 Notificação.
 - 7.4.2.2 Defesa.
 - 7.4.2.3 Apreciação pelo Colegiado do Fórum .
 - 7.4.2.4 Audiência outiva da Entidade e julgamento da mesma pelo Colegiado.

7.4.3 Mediar ou conciliar nas questões que envolvam:

- 7.4.3.1 Dúvidas e pendências.
- 7.4.3.2 Fazer visita à Entidade, se necessário.

8 – A Entidade Eleita para compor o Colegiado do Fórum ou, assinará termo de adesão e reconhecimento da Carta de Princípios .

9 – Os CONSELHOS não tem competência para pronunciar- se sobre qualquer deliberação do Fórum.

- 9.1 Da decisão do Colegiado só caberá recurso à Justiça Comum.

10 – Processo Eleitoral Fórum -

- 10.1 Da eleição da Entidade- Membro para o Fórum

10.1.2 Poderão candidatar- se ao Fórum , Entidades Não Governamentais, com área de abrangência no Município de Florianópolis e que estejam registradas junto ao Conselhos competentes e tenham aderido ao Fórum.

10.1.3 Comissão eleitoral: É a instância que articula e coordena o processo eleitoral do Secretariado e do Colegiado do Fórum –.

11 – Disposições Gerais:

- 11.1 O Secretariado do Fórum - é composto de três (3) Entidades- Membro titulares e três (3) suplentes.
- 11.2 O Secretariado Municipal é eleito em Assembléia, no mesmo período de escolha dos Conselheiros de Sociedade Civil para o CMAS
- 11.3 O Secretariado Municipal deverá criar uma Secretaria Executiva como instância de apoio e consecução dos objetivos, junto a uma das Entidades eleitas para compor o Secretariado Municipal.
- 11.4 O Secretariado se regerá pelo princípio de colegialidade devendo adotar o consenso como forma de tomada de decisões e de divisão de trabalho a ser executado.



FÓRUM MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE FLORIANÓPOLIS - SC

11.5 Todas as Entidades- Membro devem contribuir com uma taxa financeira mínima que será definida em Assembléia.

11.6 Estes princípios norteadores poderão ser modificados pelo voto de 2/3 dos membros do Fórum Municipal em Assembléia Geral.

11.7 As Entidades- Membro, para serem eleitas para compor os CONSELHOS , têm que comprovar funcionamento no Município , de no mínimo 2 anos.

11.8 O processo de escolha das Entidades-Membro para compor os CONSELHOS deverá cumprir o estabelecido em lei.

11.9 Os casos omissos são resolvidos em Assembléia.

Florianópolis , junho de 2007

**Anexo D – Apresentação do Diagnóstico dos Conselhos de Políticas Públicas de Florianópolis
na Assembleia Popular em 2018**

ASSEMBLEIA POPULAR

DEBATE SOBRE

**CONSELHOS
DE POLÍTICAS PÚBLICAS
E DEFESA DE DIREITOS:**

CENÁRIO, DIAGNÓSTICO E FORTALECIMENTO

Auditório da Reitoria na UFSC

15 de junho / 19h - 22h

16 de junho / 9h - 17h

Cenário e Diagnóstico

CENÁRIO, DIAGNÓSTICO E FORTALECIMENTO

Auditório da Reitoria na UFSC

15 de junho / 19h - 22h
16 de junho / 9h - 17h

Participação Política no Brasil:

Redemocratização ➡ **Democracia ampliada** ➡ **Ampliação espaços de participação.**

Inovações Institucionais - Conselhos Gestores de políticas Públicas, Conferências de Políticas e Orçamentos Participativos (conhecidos como Instituições Participativas).

Outras formas - Interfaces Socioestatais: Consultas e Audiências públicas, Ouvidorias, páginas e espaços digitais de comunicação e de denúncias, Reunião com grupos de interesse / Mesas de Negociação, além de programas de governo itinerantes buscando aproximação dos poderes públicos com demandas comunitárias e sociais

Conselhos Gestores de Políticas Públicas

- ❖ Seriam “instrumentos de expressão, representação e participação da população” (Gohn, 2000, p. 178)
- ❖ Dentre as modalidades de participação  os Conselhos de Políticas Públicas exercem posição de destaque
- ❖ Premissa básica dos conselhos de políticas é a **inclusão** dos setores impactados pelas políticas nas suas decisões e discussões
- ❖ As diferentes áreas de atuação dos Conselhos possuem **importantes diferenciações** quanto a dinâmicas, preocupações e interesses,
- ❖ Alguns possuem existência **obrigatória** para repasse e fiscalização de recursos de outros níveis (como das áreas de educação, assistência social, criança e adolescente) outros surgem por iniciativa (ou pressões) de agentes estatais ou da sociedade civil
- ❖ Uma forma pela qual os conselhos se destacam é por serem espaços de *participação através da representação* (de organizações e classes), configurando-se como importante contribuição para a qualificação da participação política

Conselhos gestores de políticas em Florianópolis

- Existência de **37** conselhos gestores de Políticas;
- 43% do total de Conselhos Municipais está sobre a tutela das Secretarias de Assistência social, Saúde e Educação;
- Dos 37 Conselhos, **11 possuem Fundo** próprio regulamentado;
- Conselho com existência obrigatória ✕ os criados por iniciativa e mobilização de agentes/órgãos públicos

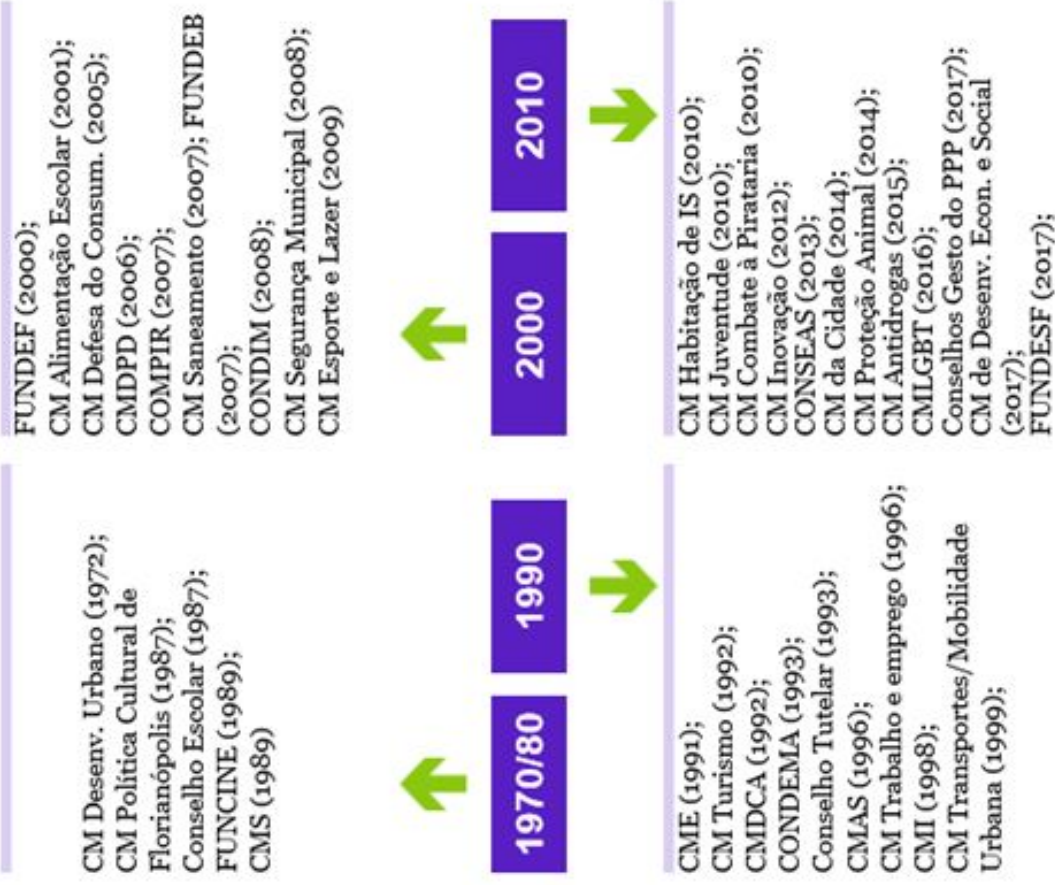
CENÁRIO. DIAGNÓSTICO E FORTALECIMENTO

Auditório da Reitoria na UFSC

15 de junho / 19h - 22h
16 de junho / 9h - 17h

Conselhos gestores de políticas em Florianópolis: Cenário e Diagnóstico

- ❖ 13,5% foram criados entre 1970 e 1990;
- ❖ 27% na década de 1990;
- ❖ 24% nos anos 2000 e
- ❖ **32% de 2010 em diante;**



Diagnóstico - Desenho Institucional

- **48%** dos conselhos municipais são **Deliberativos**, considerada a atribuição de maior peso político por permitir maior eficácia e impactos dos Conselhos junto às políticas públicas quanto a gestão e implementação;
- Já quanto a sua composição, temos que a **maior parte (43%) são paritários**, 21% possuem maior peso da Sociedade Civil em sua composição, já outros 20% são majoritariamente compostos por representantes Governamentais;

Diagnóstico - Desenho Institucional

- De maior dificuldade foi apreender como é feita a *escolha dos representantes da Sociedade Civil nos Conselhos* (11 não identificados). 10 dos 37 Conselhos possuem representantes da SC *eleitos*, 06 são *indicados* pelo executivo municipal, 6 possuem composição pré-definida de representantes.
- Tempo médio de mandato: do total, 60% dos Conselhos Municipais possuem gestões de 2 anos;
- Já quanto à presidência dos conselhos municipais, foi possível identificar que 15 dos 37 Conselhos possuem presidência Eleita pela plenária ou em Assembleia Geral, e 13 possuem presidência indicada pelo Executivo Municipal.

Principais apreensões :

- **Dificuldade de encontrar informações básicas** sobre os Conselhos Municipais, como atual gestão e anteriores, atribuições, como vem atuando e quem representa os diferentes segmentos.
- A falta de visibilidade dos Conselhos Municipais pode torná-los menos **responsivos** com a população, e menos reconhecidos e sedimentados enquanto as instâncias legítimas e essenciais espaços de interlocução e decisão entre Estado e Sociedade Civil que devem ser.
- A realização do diagnóstico permitiu perceber também como *os Conselhos Municipais existentes possuem diferenças importantes* em relação uns aos outros - como são compostos;
 - Se faz necessária a conformação de um espaço (como um Observatório de Conselhos Municipais de Florianópolis), para monitoramento (coleta de informações permitindo cobranças e melhor articulação da Sociedade Civil) e fortalecimento dos conselhos municipais.
- **A principal questão não respondida seria: quais conselhos estão ativos? e quais seriam as maiores dificuldades vividas dentro deles e como podemos revertê-las?**

Projeto que regulariza Conselhos de Desenvolvimento Regional foi protocolado na Câmara

O projeto de lei que regulamenta a participação dos Conselhos de Desenvolvimento Regional na gestão da cidade foi protocolado na Câmara de Vereadores na última segunda-feira (11), no Gabinete da Presidência da Casa. A proposta é de autoria do Executivo. Os Conselhos são divididos pelas regiões Norte, Sul, Leste, Centro e Continente.

O prefeito da Capital, Gean Loureiro (MDB), que entregou pessoalmente o projeto na Casa, reforçou que a iniciativa vai além de regularizar os Conselhos. “Nós queremos com isso discutir um modelo de participação mais amplo, unindo forças entre a sociedade civil organizada e o Poderes Executivo e Legislativo para transformar Florianópolis em um modelo de gestão participativa”. ➡

Para o presidente da Câmara de Vereadores, Guilherme Pereira (MDB), a cidade saiu ganhando com esta definição. “Hoje nós temos em nossa Casa um projeto construído por quem mais conhece as demandas de cada região, o cidadão. A partir de agora a proposta tramitará e, em conjunto, todos os 23 vereadores farão o que for preciso para aprimorar o conteúdo da matéria”.

Os representantes dos Conselhos do Norte, Sul, Centro e Continente, em discurso unânime, apontaram que os Conselhos vieram para somar e que a iniciativa surgiu das necessidades das comunidades, sem a presença de ideologias políticas em sua construção.

Fortalecer os Conselhos Municipais, enquanto espaços reconhecidos e legítimos de Gestão das Políticas públicas, perpassa pela atuação mais engajada de cada um de nós!!!

GENÁRIO, DIAGNÓSTICO E FORTALECIMENTO

Auditório da Reitoria na UFSC

15 de junho / 19h - 22h
16 de junho / 9h - 17h